

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Partidos políticos e oligarquização: um estudo da organização interna
do PMDB e PT do RS.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Cesar Marcello Baquero Jacome (orientador)
Prof. Dr. Enno Liedke
Prof.^a Dr.^a Jussara Reis Prá
Prof. Dr. Benedito Tadeu Cezar

S45
211075

JOÃO IGNACIO PIRES LUCAS
Junho de 1996

U F R G S

Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e da Administração

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação foi desenvolvida com o apoio financeiro da CAPES, através da concessão de bolsa de estudos oferecida pelo Programa de Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Pelas entrevistas concedidas, informações prestadas, documentos e material bibliográfico emprestado e fornecido, sou grato aos seguintes militantes partidários: André Forster, João Bruza Netto, Antenor Ferrari, Sérgio Panasuk, Roque Dal Ross e Walesca von Hoonboltz, do PMDB; Adeli Sell, Natalício Corrêa, Flávio Koutzii, Marcos Rolim, Marco Aurélio Fernandes, Inácio Fritzen e Rossana Silveira, do PT. A Antenor Ferrari dedico um agradecimento especial pela sua prestativa e incansável colaboração, principalmente em relação à vida do PMDB gaúcho, do qual é um dos líderes mais esclarecidos.

Pela ajuda nas pesquisas realizadas nas Convenções Estaduais do PT e PMDB em 1995 agradeço aos colegas e amigos Igor, Luciano e Joel.

Foram igualmente importantes os professores e os colegas de turma do Mestrado em Ciência Política, dos quais gostaria de destacar as professoras Izabel Noll e Mercedes Cánepa pelas valiosas críticas feitas ao projeto da dissertação.

Agradeço também a amiga Eloísa Santana da Almeida; simpatia e competência a serviço do Mestrado em Ciência Política.

Ao meu orientador, Cesar Marcello Baquero Jacome, agradeço pelos ensinamentos e observações feitas no sentido de transformar meu trabalho numa dissertação de mestrado.

Dedico esta dissertação a duas queridas pessoas, Miracy Pires Lucas e Gabriela Ferrari, mãe e companheira.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	II
SUMÁRIO.....	IV
GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	VIII
LISTA DE FÍGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS.....	XII
APRESENTAÇÃO.....	XVII
PROBLEMA.....	XIX
OBJETIVOS.....	XX
PARTE 1 - INTRODUÇÃO.....	1
INTRODUÇÃO.....	2
METODOLOGIA.....	37
PARTE 2 - O SURGIMENTO DO PT E DO PMDB.....	44
CAPÍTULO 1 - A REFORMA PARTIDÁRIA DE 1979 E OS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	47
1 - A reforma partidária de 1979.....	47
2 - Movimentos sociais.....	58
CAPÍTULO 2 - OS GRUPOS FORMADORES DO PT E DO PMDB.....	62
PARTE 3 - O DIRETÓRIO REGIONAL E A COMISSÃO EXECUTIVA REGIONAL.....	71
CAPÍTULO 3 - A ESTABILIDADE DOS DIRIGENTES PARTIDÁRIOS.....	74
1 - Renovação.....	77
2 - Permanência.....	83

3 - Substituição.....	85
CAPÍTULO 4 - OS ESTATUTOS E OS ENCONTROS ESTADUAIS.....	87
1 - Os estatutos e as convenções e encontros estaduais.....	89
1.1 - Convenção estadual.....	89
1.2 - Eleição e composição do DR e da CE.....	95
2 - Os processos políticos de escolha dos dirigentes.....	103
2.1 - PMDB.....	104
2.2 - PT.....	117
PARTE 4 - OS MODELOS DE ORGANIZAÇÃO ELITISTA E BUROCRÁTICO.....	122
CAPÍTULO 5 - A ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS INTERNOS.....	125
1 - PMDB.....	126
2 - PT.....	138
CAPÍTULO 6 - OS PRINCIPAIS MILITANTES E OS MODELOS DE ORGANIZAÇÃO.....	162
1 - Modelos.....	164
2 - O perfil das lideranças do PMDB.....	166
3 - O perfil das lideranças do PT.....	181
PARTE 5 - OUTRAS INSTÂNCIAS E DECISÕES TOMADAS.....	198
CAPÍTULO 7 - ALGUMAS DECISÕES TOMADAS.....	201
1 - Os candidatos a governador e senador.....	203
2 - As escolhas dos candidatos a deputado federal e estadual	214
2.1 - A relação dos candidatos com as estruturas partidárias.....	223

2.2 - Os grupos internos e os candidatos.....	227
2.3 - O perfil social dos candidatos.....	230
3 - As construções das plataformas de governo.....	234
CAPÍTULO 8 - AS OUTRAS INSTÂNCIAS PARTIDÁRIAS.....	242
1 - Imprensa.....	246
2 - Órgãos de assessoria e cooperação.....	253
3 - Estruturas paralelas.....	258
PARTE 6 - OS PARTIDOS, SEUS OBJETIVOS E SUAS PRÁTICAS.....	268
CAPÍTULO 9 - AS DISCUSSÕES TEÓRICAS E OS OBJETIVOS DOS PARTIDOS.....	273
1 - PT: “partido de quadros” ou “partido de massas”.....	273
2 - Leninismo e social-democracia.....	293
3 - PMDB: um partido de resultados.....	297
CAPÍTULO 10 - A ESTRATÉGIA E A PRÁTICA DOS PARTIDOS.....	302
1 - O PT e a estratégia da acumulação de forças.....	302
2 - O PMDB: máquina eleitoral.....	308
CAPÍTULO 11 - AS CONVENÇÕES ESTADUAIS.....	313
1 - O perfil político dos militantes partidários.....	314
1.1 - Elite regional do PMDB e PT.....	314
1.2 - Estabilidade dos delegados e militantes partidários..	321
1.3 - Os delegados e as instâncias.....	324
1.4 - O perfil social dos delegados.....	326
2 - A organização e a opinião dos delegados.....	331
2.1 - A organização partidária.....	331

2.2 - Estratégias e objetivos.....	336
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	347
ANEXOS.....	356
BIBLIOGRAFIA.....	390

GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABC Região paulista que reúne as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul
- ARENA Aliança Renovadora Nacional
- ART Articulação
- ART(e) Articulação de Esquerda
- BS Tendência Brasil Socialista
- CAD Campo Amplo e Democrático
- CCS Coletivo de Construção Socialista
- CE Comissão Executiva Estadual
- CEB's Comunidades Eclesiais de Base
- CED Coletivo Esquerda Democrática
- CEEE Companhia Estadual de Energia Elétrica
- CO Causa Operária
- COR Coordenadoria Regional
- CRT Companhia Riograndense de Telecomunicações
- CS Convergência Socialista
- CST Corrente Socialista dos Trabalhadores
- CUT Central Única dos Trabalhadores
- DCE Diretório Central de Estudantes

- DE Deputado Estadual
- DF Deputado Federal
- DM Diretório Municipal
- DN Diretório Nacional
- DR Diretório Regional
- DRa Democracia Radical
- DS Democracia Socialista
- DZ Diretório Zonal
- EN Encontro Nacional
- FS Força Socialista
- GOV Governador
- LIBELÚ Liberdade e Luta
- LOPP Lei Orgânica dos Partidos Políticos
- MCR Movimento Comunista Revolucionário
- MDB Movimento Democrático Brasileiro
- MEP Movimento de Emancipação do Proletariado
- MR-8 Movimento Revolucionário 8 de Outubro
- MS Movimentos Sociais
- MST Movimento Sem Terra
- MTM Movimento por uma Tendência Marxista
- MTR Movimento dos Trabalhadores Rurais

- NE Nova Esquerda
- NLPT Na Luta PT
- OAB Organização dos Advogados do Brasil
- OE Opção de Esquerda
- ORM-DS Organização Revolucionária Marxista - Democracia Socialista
- OSI Organização Socialista Internacionalista
- PCB Partido Comunista Brasileiro
- PCBR Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
- PCdoB Partido Comunista do Brasil
- PDC Partido Democrata Cristão
- PDS Partido Democrático Social
- PDT Partido Democrático Trabalhista
- PGE Procurador Geral do Estado
- PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PMPA Prefeitura Municipal de Porto Alegre
- POLOP Política Operária
- PPB Partido Progressista Brasileiro
- PRC Partido Revolucionário Comunista
- PRE Prefeito
- PSDB Partido da Social Democracia Brasileira
- PT Partido dos Trabalhadores

- PTB Partido Trabalhista Brasileiro
- PTLV PT na Luta e na Vida
- RS Rio Grande do Sul
- SEN Senador
- SIMPA Sindicatos dos Municípios de Porto Alegre
- TRB O Trabalho
- TRE Tribunal Regional Eleitoral
- TS Tendência Socialista
- UAMPA União das Associações de Moradores de Porto Alegre
- UFGRS Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UL Unidade na Luta
- UNE União Nacional dos Estudantes
- UNISINOS Universidade do Vale do Rio dos Sinos
- VER Vereador
- VP Vice-Prefeito
- VS Vertente Socialista

RELAÇÃO DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

QUADRO 1	- Modelo dos “elitistas” para o estudo de processos oligarquizantes nos partidos políticos.	11
QUADRO 2	- Modelos de oligarquizações resultantes dos modelos de organizações propostos por Maurice Duverger.	24
QUADRO 3	- Dimensões que servem para a visão estrutural do PT.	28
QUADRO 4	- Os grupos formadores do PT (segundo a literatura).	63
TABELA 1	- Modificação dos membros do DR do PT e PMDB do RS - 1981/1995.	75
TABELA 2	- Modificação dos membros da CE do PT e PMDB do RS - 1981/1995.	76
TABELA 3	- Permanência no DR e CE do PT e PMDB do RS - 1980/1993.	76
GRÁFICO 1	- Renovação do DR do PMDB do RS.	78
GRÁFICO 2	- Renovação da CE do PMDB do RS.	78
GRÁFICO 3	- Renovação simples do DR do PT do RS.	80
GRÁFICO 4	- Renovação simples da CE do PT do RS.	80
GRÁFICO 5	- Renovação simples do DR do PMDB do RS versus a média.	82
GRÁFICO 6	- Renovação da elite do DR do PMDB do RS versus a média.	82
GRÁFICO 7	- Renovação simples do DR do PMDB do RS versus a média.	82
GRÁFICO 8	- Renovação da elite da CE do PMDB do RS versus a média.	82
GRÁFICO 9	- Renovação simples do DR do PT do RS versus a média.	83
GRÁFICO 10	- Renovação simples da CE do PT do RS versus a média.	83
GRÁFICO 11	- Permanência no DR do PMDB do RS.	84

GRÁFICO 12	- Permanência na CE do PMDB do RS.	84
GRÁFICO 13	- Permanência no DR do PT do RS.	84
GRÁFICO 14	- Permanência na CE do PT do RS.	84
QUADRO 5	- Modelo de distribuição de poder no PMDB do RS.	132
QUADRO 6	- Distribuição da frequência dos membros dos grupos 1 e 2 pelo número de participações na CE do PMDB do RS.	135
QUADRO 7	- Distribuição da frequência dos membros dos grupos 1, 2, 3 e 4 pelo número de participações no DR do PMDB do RS.	136
QUADRO 8	- Divisão do PT nacional segundo a posição política, por Clóvis Azevedo.	151
QUADRO 9	- Divisão do PT do RS segundo a posição política.	152
QUADRO 10	- A dinâmica do equilíbrio dos blocos no PT do RS.	155
QUADRO 11	- As tendências e a CE no PT do RS.	158
QUADRO 12	- Relação dos membros da CE e DR do PT do RS com mais frequência e as suas tendências.	159
FIGURA 1	- Modelo organizacional do PMDB - RS.	164
FIGURA 2	- Modelo de organização do PT - RS.	165
QUADRO 13	- Renovação e permanência entre os candidatos a DF no PMDB e PT (RS - 1986/1994).	217
QUADRO 14	- Renovação e permanência entre os candidatos a DE no PMDB e PT (RS - 1986/1994).	218
QUADRO 15	- Percentual de reeleição nas bancadas federal e estadual do PMDB e PT (RS - 1982/1990).	219
GRÁFICO 15	- Candidatos novos a DF e DE do PT e PMDB (RS - 1986/1994).	221
GRÁFICO 16	- Reeleição entre os candidatos a DF e DE do PT e PMDB (RS - 1986/1994).	222

GRÁFICO 17	- Reeleição para o mesmo cargo entre os DF e DE do PT e PMDB (RS - 1982/1990).	222
GRÁFICO 18	- Eleição para outro cargo entre os DF e DE do PT e PMDB (RS - 1982/1990).	223
QUADRO 16	- Relação entre as candidaturas a DF e DE com o DR do PT e PMDB (RS - 1982/1994).	225
QUADRO 17	- Relação entre os candidatos novos e que nunca pertenceram ao DR no PMDB (RS - 1986/1994).	225
QUADRO 18	- Relação entre os candidatos novos e que nunca pertenceram ao DR do PT (RS - 1986/1994).	227
TABELA 4	- Os grupos do PT e os candidatos proporcionais (RS - 1994).	228
QUADRO 19	- Mandatários do PT do RS e as suas profissões e tendências.	229
QUADRO 20	- Mandatários do PMDB do RS e seus cargos de confiança e profissão.	231
TABELA 6	- Percentual de mandatários e cargos de confiança entre os delegados estaduais do PMDB e PT (RS - 1995).	315
TABELA 7	- Percentual de mandatários atuais entre os delegados estaduais do PMDB e PT (RS - 1995).	316
TABELA 8	- Percentual de cargos de confiança atuais entre os delegados estaduais do PMDB e PT (RS - 1995).	316
TABELA 9	- Relação das tendências com o número total de entrevistados no encontro estadual do PT (RS - 1995) (37% de independentes).	318
TABELA 10	- Membros das instâncias do PT e os grupos organizados entre os delegados do encontro estadual (RS - 1995).	320
TABELA 11	- Tempo de filiação nos partidos entre os delegados estaduais do PMDB e PT (RS - 1995).	323
TABELA 12	- Tempo de partido e renovação entre os delegados estaduais do PMDB e PT (RS - 1995).	323
TABELA 13	- Os delegados estaduais do PMDB e PT e as instâncias partidárias (RS - 1995).	324

TABELA 14	- Idade dos delegados estaduais do PMDB e PT (RS - 1995).	326
TABELA 15	- Profissão dos delegados estaduais do PT e PMDB (RS - 1995).	328
TABELA 16	- Instâncias e profissão entre os delegados estaduais do PT e PMDB (RS - 1995).	329
TABELA 17	- Participação na elaboração do programa de governo para a eleição de Governador em 1994 entre os delegados estaduais do PMDB (RS - 1995).	330
TABELA 18	- Participação em alguma decisão do governo entre os delegados estaduais do PMDB (RS - 1995).	330
TABELA 19	- Elaboração de tese para o encontro estadual do PT em 1995 entre os delegados estaduais (RS - 1995).	331
TABELA 20	- É difícil pertencer ao Diretório Regional? Pergunta feita aos delegados estaduais do PMDB e PT (RS - 1995).	333
TABELA 21	- Os partidos são democráticos? Pergunta feita aos delegados estaduais do PT e PMDB (RS - 1995).	333
TABELA 22	- O PMDB é oligarquizado? O PT é burocratizado? Perguntas feitas aos delegados estaduais do PMDB e PT (RS - 1995).	333
TABELA 23	- Opinião dos delegados estaduais se o PMDB e PT são democráticos e de difícil acesso ao DR (RS - 1995).	335
TABELA 24	- Objetivos pessoais dos delegados estaduais do PT (RS - 1995).	336
TABELA 25	- Objetivos pessoais dos delegados estaduais do PMDB (RS - 1995).	337
TABELA 26	- Objetivos do PT para os delegados estaduais do PT (RS - 1995).	337
TABELA 27	- Objetivos do PMDB para os delegados estaduais do PMDB (RS - 1995).	337
TABELA 28	- Delegados estaduais do PT e PMDB que pretendem concorrer (RS - 1995).	338

TABELA 29	- Militância extrapartidária entre os delegados estaduais do PMDB e PT (RS - 1995).	339
TABELA 30	- Qual luta o PT deve priorizar? Pergunta feita aos delegados estaduais do PT (RS - 1995).	340
TABELA 31	- Qual a luta mais importante para os delegados que responderam “ambas” na tabela anterior.	340
TABELA 32	- Relação entre a militância atual e de quando entraram no PT? Pergunta feita aos delegados estaduais do PT (RS - 1995).	341
TABELA 33	- Opinião dos delegados estaduais do PMDB de 1995 quanto a quem deve e tem decidido a política de cargos do Gov. Britto (RS - 1995).	342
TABELA 34	- Há insatisfação no PMDB em relação a política de cargos do Gov. Britto? Pergunta feita aos delegados estaduais do PMDB (RS - 1995).	342
TABELA 35	- Opinião dos delegados estaduais do PMDB de 1995 acerca da militância dos peemedebistas só ser por cargos. (RS - 1995).	343
TABELA 36	- Avaliação da participação das tendências para a democracia do PT entre os delegados estaduais do PT (RS - 1995).	344
TABELA 37	- As tendências devem permanecer? Respostas dos delegados estaduais do PT (RS 1995).	345
TABELA 38	- O PT é socialista? Respostas dos delegados estaduais do PT (RS - 1995).	346

APRESENTAÇÃO

Quando ingressei no Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS -, um mês depois de ter concluído o Bacharelado em Ciências Sociais na mesma instituição, não possuía uma definição acerca do tema da minha (futura) dissertação. Mas, dentre os tantos fenômenos políticos, o partidário me despertava uma atenção especial. Foi movido por este interesse que procurei conhecer, por um lado, as diferentes abordagens existentes sobre os partidos políticos, me deparando então com dois levantamentos propostos por Baquero (1989a e 1989b) e Charlot (1982). Por outro lado, tive nos artigos de Lamounier e Kinzo (1978) e Lima Junior (1992) uma noção do que fora produzido na área de Ciência Política no Brasil sobre os partidos brasileiros. Refletindo as informações contidas nos dois tipos de revisões bibliográficas optei pela abordagem estrutural e por um estudo de partidos brasileiros contemporâneos.

A abordagem estrutural possui duas obras muito importantes para a sua consolidação teórica. A primeira é de Robert Michels (por volta de 1914) em que são colocadas as bases metodológicas e os pressupostos teórico-filosóficos da abordagem estrutural. É de Michels (1982) a principal pergunta feita por todos pesquisadores identificados com esta abordagem: **serão os partidos oligarquizados inevitavelmente?** Segundo o autor alemão, sim. Porém, mais importante que a resposta, interessou-nos, sobretudo, a problemática proposta: a existência de processos oligárquicos nos partidos brasileiros.

A outra obra de igual *quilate* é a de Maurice Duverger (por volta de 1950), na qual aparece uma sistematização das estruturas partidárias e os seus modelos organizacionais. Foi por intermédio desta obra que vislumbramos a possibilidade de existência de diferentes processos oligárquicos (elitistas e burocráticos) em decorrência dos diferentes modelos organizatórios.

Assim, definimos o escopo teórico e metodológico da nossa dissertação. Restando-nos conseqüentemente definir o recorte espacial e temporal, ou seja, aonde, quem e quando. Nesse ponto, já havíamos decidido fazer um estudo em partidos brasileiros, e pela leitura das revisões bibliográficas feitas por Lamounier e Kinzo (1978) e Lima Junior (1992) verifiquei que havia e há uma lacuna em relação aos partidos fora do eixo Rio-São Paulo. Por isto, e pela importância e tradição política do Rio Grande do Sul no cenário nacional, não foi difícil optar por um estudo a ser realizado em relação a partidos gaúchos contemporâneos (surgidos a partir do sistema partidário de 1979). E, procurando relacionar os partidos gaúchos e os modelos de organização descritos pela abordagem estrutural, analisei que os partidos em melhores condições para servirem para os propósitos da minha dissertação eram o PMDB e o PT. O primeiro por me parecer aquele que, dentre os partidos de maior relevância política no Estado gaúcho, era o mais próximo do modelo organizacional elitista, e, o segundo, pela sua tradição e ligação com os movimentos sociais e de esquerda, por estar mais próximo do modelo de organização burocrático.

PROBLEMA

Nos interessa saber: se existem processos de caráter oligarquizante em procedimentos organizacionais de distribuição de poder e tomadas de decisões ligados ao Diretório Regional e a Comissão Executiva Estadual (ou seja em âmbito regional), e na relação destes procedimentos com os objetivos e prática (praxis) dos partidos.

Os partidos não podem ser oligarquizados o tempo todo e em todas as suas dimensões, por isso, nos interessa salientar elementos oligarquizantes da *praxis* dos partidos, das suas estruturas e objetivos, tendo como objeto fundamental de pesquisa e análise a dinâmica organizacional de duas instâncias partidárias: o Diretório Regional (DR) e a Comissão Executiva Estadual (CE). É reconhecido que o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) não se restringem apenas ao DR e a CE, e estas instâncias estão permanentemente em interação com as demais, tanto com as outras regionais como, municipais e nacionais. A atenção desta dissertação estará centrada na análise da direção estadual do Rio Grande do Sul (RS) dos partidos.

HIPÓTESE

Os partidos no Estado gaúcho apresentam processos de oligarquização em procedimentos organizacionais, mas de tipos diferentes: elitistas no caso do PMDB e burocráticos no PT.

OBJETIVOS

1) Verificar procedimentos organizacionais de distribuição de poder e tomada de decisão em relação ao DR e a CE nas seguintes questões:

- renovação e permanência dos membros do DR e CE;
- quais são os aspectos legais e políticos de formação destas instâncias que possam revelar quais os padrões políticos que nortearam as escolhas dos dirigentes estaduais;
- formação de grupos internos para a disputa de poder e, caso existam, a maneira como estes usam o aparato estrutural em benefício das suas posições;
- a relação entre o DR e da CE com as outras instâncias partidárias, principalmente com a intenção de ver como estas contribuem para as questões de poder daquelas.

2) Apontar aspectos subjetivos da praxis dos partidos nas questões levantadas pelo objetivo anterior no sentido de:

- traçar a fundamentação teórica e programática das ações de organização dos partidos para verificar se estas são compatíveis com os seus objetivos;
- identificar qual o padrão de praxis que o partido desenvolve, para dentro e para fora dele, a partir da relação entre a base programática (política e ideológica) e a sua ação. nesse sentido busca-se indicar algumas questões para futuras pesquisas pois não é do escopo desta dissertação analisar a vida exterior dos partido, como eles agem em relação as suas questões externas.

A estrutura desta dissertação está dividida em quatro segmentos. O primeiro, coincide com a parte 1 da dissertação, nela estão a introdução, onde é situado o tema dentro do quadro teórico utilizado, e a metodologia empregada.

Na parte 2 da dissertação (também o segundo segmento) serão abordados os contextos políticos e institucionais nos quais surgiram o PT e PMDB no sentido de indicar-se algumas circunstâncias nas quais os partidos foram criados e sobre as quais eles irão formar os seus perfis organizacionais (base para o aparecimento dos processos oligarquizantes).

Da parte 3 à parte 5 serão apresentadas as análises acerca das questões objetivas de organização dos dois partidos. Constam na parte 3 os índices de troca dos membros das instâncias partidárias (Comissão Executiva e Diretório Regional) do PT e PMDB, juntamente com os aspectos legais de escolha destes e dos delegados estaduais (que são os incumbidos de tomar a decisão acerca dos membros a serem escolhidos). Na parte 4, estão analisados o tipo e perfil dos grupos e principais lideranças dos partidos, bem como a existência ou não de blocos hegemônicos, círculos internos (cúpulas), tendências, frações. Na parte 5, são apresentados estudos acerca de outras questões organizatórias dos partidos em âmbito estadual, especialmente aquelas relacionadas aos processos de interação entre as várias instâncias estaduais.

Na parte 6 discuti-se algumas questões ligadas à dimensão subjetiva dos partidos, dos pressupostos teóricos (ideológicos, políticos) que motivam e dão sentido à ação partidária e grupal organizatória dos militantes do PT e do PMDB.

A dissertação conclui fazendo uma comparação dos resultados propostos para as questões analisadas nas partes anteriores com os dados encontrados nas pesquisas feitas com os delegados estaduais do PT e PMDB (capítulo 11). As pesquisas servirão também para avançar-se em relação a um maior conhecimento acerca das ideias e opiniões dos militantes dos partidos, principalmente sobre temas de organização (tratados em termos mais genéricos na parte 6).

PARTE 1 - INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Segundo a tradição teórico-metodológica dos estudos sobre os partidos na área da Ciência Política, os processos políticos identificados como oligárquicos, bem como os democráticos, são aqueles verificados em relação aos procedimentos organizacionais¹, ou seja, delimitados à dimensão “meio”, mediadora entre a intenção e o objetivo. Tradição formada fundamentalmente pelo enfoque estrutural e pela teoria das elites². Até entre os críticos desta tradição, como para a maioria dos políticos que vêm a democracia como “fim” (objetivo), reconhece-se que a democracia (como a oligarquia) diz respeito a forma/conteúdo da organização. O que varia, entretanto, é a aproximação de um tipo de “meio” (no caso a democracia) com os “fins” (os objetivos), não a função da democracia e (disfunção) da oligarquia³.

¹ O conceito de organização (assim como o de estrutura) utilizado nesta dissertação é o seguinte: trata das relações entre os membros dos partidos entre si e desses com a sociedade e Estado. Ver Baquero (1989b). A noção de organização/estrutura como sinônimo de números de Diretórios Municipais e Estaduais (tamanho do partido) pode ser encontrada em Soares (1984).

² Os enfoques são caracterizados em Charlot (1982) e Baquero (1989b).

³ De um dos estudiosos do tema: “Por tanto, se estima que un partido político es democrático si en su seno se respetan y garantizan los derechos fundamentales de los afiliados, aplicando **medidas, mecanismos y controles** [grifos nossos] para velar por dicha garantía. . .” (Gracia, 1922, p. 68).

De um pensador reconhecidamente liberal: “A democracia é um **método** [grifo do autor] político, isto é, um certo tipo de arranjo institucional para chegar a uma decisão política (legislativa ou administrativa) e, por isso mesmo, incapaz de ser um si mesmo, sem relação com as decisões que produzirá em determinadas condições históricas”. (Schumpeter, 1961, p.295/296).

De um defensor da democracia como valor universal: “. . . por ‘democracia’ entende-se uma das várias formas de governo [grifo nosso], em particular aquelas em que o poder não está nas mãos de um só ou de poucos, mas de todos, ou melhor, da maior parte, como tal se contrapondo às formas autocráticas, como a monarquia e a oligarquia”. (Bobbio, 1994, p. 7). “. . . [democracia] como um conjunto de **regras processuais** [grifo nosso] dirigidas para a obtenção de certos resultados, dos quais o mais importante é a aprovação de decisões interessantes para toda a coletividade. . .”

“. . . e concordar que o melhor resultado é aquele ao qual se chega com as melhores regras. . .” (Bobbio, 1979, p. 35/36).

De um socialista: “Todos concordarão, provavelmente, que o ‘amplo principio democrático’ implica duas condições imprescindíveis: em primeiro lugar, uma **publicidade completa**, e, em segundo lugar, o **caráter electivo** [grifos nossos] de todos os cargos”. (Lênin, 1980, 1^o v., 176).

Os próprios partidos políticos surgem e são vistos, por um lado, como entidades mediadoras entre os aparelhos do Estado (legislativo, executivo), especialmente os que digam respeito as questões de representação, e os cidadãos⁴; e por outro lado, como mediadores entre os objetivos políticos (transformação, manutenção) e o binômio Estado/sociedade. Isto tem a ver com o conceito de partido político que, em geral, pode ou não ser proposto apenas como um fenômeno limitado à dimensão eleitoral⁵ (os partidos aceitos pelo Estado para fim de representação), mas, na realidade, diz respeito a uma dimensão mais ampla que a sua simples denominação (e função) legal.

No geral, os partidos, por possuírem relações com o Estado e a sociedade, dependem destas para a forma/conteúdo da sua organização interna. Por exemplo, os partidos têm por característica: a) “uma organização durável, ou seja, uma organização cuja esperança de vida política seja superior à seus dirigentes no poder; b) uma organização local bem estabelecida e aparentemente durável, mantendo

⁴ Um dos principais motivos para a formação dos partidos políticos modernos é o aumento do processo representativo junto ao Estado - na passagem de uma feição mais liberal elitista do controle das decisões do Estado em que apenas uma pequena parcela de indivíduos detinham o poder deliberativo (Cerroni, 1973, p. 14/22) para uma forma mais ampla de representação advinda com o pluralismo e a aproximação da democracia com o liberalismo (Sartori, 1980, parte 1), e o surgimento da “fase” da democracia política (Marshall, 1967, cap III). “O pensamento liberal dos séculos XVIII e XIX estabeleceu, do ponto de vista normativo, as principais marcas que norteiam a evolução política das nações capitalistas. A vertente que, de fato, veio a prevalecer historicamente afastou do exercício direto do poder o corpo de cidadãos e instituiu a representação política como forma privilegiada de mediar a relação entre governantes e governados. Cabe a estes, por intermédio do processo eleitoral, escolher aqueles que efetivamente irão cumprir a função governativa . . .”. (Lima Jr., 1993, p. 13).

⁵ Para Cerroni (1973, p. 11) o partido político é: . . . organización permanente de un agrupamiento humano unido por una identidad de opiniones acerca de la vida política y conagrado a conquistar el poder con técnicas más o menos semejantes”. Para Sartori, segundo citação (e aceitação) de Lima Jr. (1993, p. 14): “Um partido é qualquer grupo político identificado por nome oficial que se apresenta em eleições e é capaz de apresentar, em eleições livres ou não, candidatos aos postos públicos”.

relações regulares e variadas com o escalão nacional; c) a vontade deliberada dos dirigentes nacionais e locais da organização de chegar ao poder e exercê-lo, sozinhos ou com outros, e não simplesmente influenciar o poder; d) a preocupação, enfim, de procurar suporte popular através das eleições ou de qualquer outra maneira” (Lapalombara, Weiner apud Charlot, 1982, p. 19)⁶. E a maneira como esta estrutura se relaciona com as classes sociais, clivagens políticas da sociedade⁷, bem como os aparelhos do Estado⁸.

É preciso, portanto, saber quais as dimensões que importam para os processos de oligarquização, porque eles estão ou ligados as questões internas (ou de relação com o Estado) ou na sua relação com a sociedade (ou nas duas).

1 - Contribuição à crítica da teoria das elites.

O argumento elitista é bem conhecido: divisão na sociedade, ou em qualquer organização, entre os governantes (elite governante para Pareto, classe política para Mosca) e governados⁹.

⁶ LAPALOMBARA, J., WEINER, M. The origin and development of political parties. In: LAPALOMBARA, WEINER. *Political parties and political development*. Princeton: Princeton University Press. 1966. p. 5-7.

Para Gramsci (1978, das cartas escritas no cárcere) e Cerroni (1973) os partidos não existem e nem podem ser estudados senão em relação ao conjunto da sociedade (classes sociais).

⁸ Para Lamounier (1989, p.24): “. . . o regime presidencialista decididamente não é favorável ao desenvolvimento de partidos *ideológicos*, e menos ainda ao alívio das tensões políticas onde os partidos desse tipo se hajam de qualquer forma desenvolvido”. Também concorda com isso. Duverger (1990).

⁹ As obras de Pareto e Mosca são do início do século. Existiram posteriormente pesquisadores que deram continuidade a teoria das elites: ver os levantamentos bibliográfico feitos por: BAQUERO. op. cit.; DE LA MORA, Gonzalo Fernandez. *La oligarquía, forma transcendental de gobierno*. México. *Revista Mexicana de Sociología*, s/d. ZUCKERMAN, Alan. *Elite política: lições de Mosca e Pareto*. Brasília: UNB. s/d. (Textos de Aula). ALBERONI, Ettore. *Mosca y la formación del elitismo político contemporáneo*. México: Fondo de Cultura. 1992.

“Entre las tendencias y los hechos constantes que se encuentran en todos los organismos políticos, aparece uno cuya evidencia se le impone fácilmente a todo observador: en todas las sociedades, empezando por las medianamente desarrolladas, que apenas han llegado a los preámbulos de la civilización, hasta las más cultas y fuertes, existen os clases de personas: la de los gobernantes y la de los gobernados. La primera, que es siempre **menos numerosa, desempeña todas las funciones políticas, monopoliza el poder** [grifos nossos] y disfruta de las ventajas que van unidas a él. . .”. (Mosca, 1992, p. 106).

“2034. Nous avons donc deux couches dans la population: 1^o la couche inférieure, la classe étrangère à l’élite (. . .); 2^o la couche supérieure, l’élite, qui se divise en deux: (a) l’élite gouvernementable; (b) l’élite non-gouvernementable”. (Pareto, 1933, p.1298).

Isto acontece para os elitistas porque: (a) a lógica social pode ser encarada a partir da lógica natural, ou seja, as regras das ciências da natureza podem ser utilizadas nas ciências sociais; (b) a partir disso, é possível o reconhecimento de “leis sociológicas” nos moldes das leis da natureza (dominada na época pelo paradigma mecanicista). Os pontos chaves (que servem de “pano de fundo”) são o equilíbrio (Pareto) e a estabilidade (Mosca). E a relação entre os grupos que dá a dinâmica da sociedade é feita pela circulação das elites (seja individual ou coletivamente).

Robert Michels (1982)¹⁰ é quem faz a ponte dessa teoria com a situação dos partidos políticos chegando, em linhas gerais, a este modelo: (a) a base lógica elitista é a-histórica e sociológico-naturalista (porque vê leis sociais imanentes) na medida que entende ser inevitável a oligarquização, seja pela essência própria da democracia (impossibilidade do governo direto e da maioria) que a torna inviável, seja pela natureza própria da organização em seus aspectos lógico-internos (divisão social

¹⁰ Texto original de 1914, versão: MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

do trabalho, especialização, hierarquia - burocracia). Como pode-se ver, existe uma articulação entre fatores de ordem estritamente relacionados com a noção de natureza humana (antidemocrática) e fatores de ordem estritamente técnicos (organizativos)¹¹.

(b) A divisão desigual de poder descrita acima, na sua lógica imutável, pode e deve, do ponto de vista da ciência política, ser analisada empiricamente a partir de estudos que procurem nas situações concretas: quem e como manda, quais as estruturas de poder. Assim temos uma estrutura metodológica dual: lógica a-histórica e mecanicista com experiência empírica-histórica das diferentes situações da realidade sócio-política.

O resultado a que Michels chega depois de estudar o fenômeno partidário é o mesmo do já proposto pelos outros elitistas. Só que este autor destaca com mais veemência o peso oligarquizante dos processos de organização (necessários para os partidos na época moderna).

“Quem fala em organização fala em tendência à oligarquia. Em cada organização, seja um partido ou uma união de profissões, etc., a inclinação aristocrática manifesta-se de uma maneira muito acentuada. O mecanismo de organização, ao mesmo tempo que lhe dá uma estrutura sólida, provoca na massa organizada graves modificações. Ela altera completamente as respectivas composições de chefes e massa. A organização tem o efeito de dividir todo o partido ou sindicato profissional em uma **minoría dirigente** e uma **maioría dirigida** [grifos nossos]”. (Michels, 1982, p.21)

Essa minoría controla o poder por possuir, conforme Michels, alguns atributos, tais como: instrução, mandato (que gera reconhecimento público fora e dentro do partido), dinheiro, vontade de atuação, competência/capacidade pessoal

¹¹ MICHELS, op. cit., passim.

(oratória, teórica, carismática). Além do que, a dominação dos dirigentes (chefes, representantes) sobre a massa é feita através de meios, tais como: imprensa do partido, instâncias do partido (em geral verticalizadas em sua estrutura organizacional), cargos eletivos do Estado.

Os pressupostos teóricos propostos por Michels salientam algumas dimensões dos processos organizatórios que servem como indicadores de procedimentos oligarquizantes. O principal exemplo é o processo de **estabilidade dos dirigentes partidários**¹². William Schonfeld¹³ (1980) elaborou uma metodologia de análise para os processos de estabilidade (a partir da obra de Michels) em que os índices de renovação e permanência são estudados sistematicamente (e também podem ser analisados comparativamente) dentro dos fenômenos partidários: ele criou sete categorias a partir das quais podem ser analisadas a dinâmica de oxigenação dentro das instâncias diretivas (utilizando-se das listas dos dirigentes partidários).

a) **Renovação simples**: categoria na qual entram todos aqueles militantes que estão no primeiro mandato. A partir desta categoria pode-se verificar o ritmo de entrada de novos membros nas instâncias partidárias, pois como dizia Michels: “. . . uma aplicação perseverante e lógica dos princípios democráticos deveria abstrair qualquer consideração pessoal e qualquer apego à tradição (. . .) os

¹² Ibid., capítulo 1 da 2ª parte.

¹³ SCHONFELD, W. La stabilité des dirigeants des partis politiques. In: *Revue Française de Science Politique*. Paris, v. 30, n. 3, p.477-505, jun. 1980. “Il y a plus de soixante ans, Robert Michels constatait que les dirigeants des partis politiques restaient longtemps en fonction. Une telle stabilité était tenue pour une des preuves du caractère oligarchique des organisations politiques: elle séparait les dirigeants des militants, créait un esprit de caste, et concentrait l'autorité, l'influence et le pouvoir entre les mains d'un groupe restreint”. (Schonfeld, 1980, p.477).

velhos dignatários do partido deveriam sempre ceder o lugar às forças jovens.
(Michels, 1982, p. 62).

b) **Renovação da elite**: esta categoria serve para estabelecer uma distinção nos militantes de primeiro mandato entre os que são experientes na política e os que estão ingressando pela primeira vez no universo político/partidário:

“Cette distinction est justifiée par le fait que les nouveaux membres d’une instance de direction ne sont pas nécessairement des novices: ils peuvent avoir déjà exercé dans le passé des responsabilités politiques importantes . . .”. (Schonfeld, 1980, p.481)

Neste sentido, esta categoria engloba os militantes de primeiro mandato nas instâncias, **menos**: os militantes que já conseguiram postos fora do partido de mesmo nível de poder. Por exemplo, no caso da nossa pesquisa entram os ocupantes de postos no Estado, e não, por exemplo, os sindicais e dos movimentos sociais, porque esta instituição detém uma forte influência oligarquizante para o fenômeno partidário, processo que os sindicatos nem de perto conseguem acompanhar (só mais recentemente a CUT tem assumido uma posição de destaque em nível nacional e regional). Ou seja, em outras palavras, para efeitos metodológicos e conceituais, os militantes identificados *a priori* como elite são os discriminados nesta categoria.

c) **Crescimento**: categoria que apresenta o aumento ou não do número de postos, processo que sempre estabelece uma renovação inercial quando verificado.

d) **Quantidade da renovação:** categoria que mostra a influência inercial do crescimento dos postos no tamanho da renovação.

e) **Substituição simples:** categoria que procura diagnosticar o percentual da substituição entre os dirigentes que saem e que entram, aí incluindo-se na fórmula de substituição, os dirigentes de primeiro mandato, os retornantes, o crescimento dos postos.

f) **Substituição da elite:** assim como na renovação, esta categoria procura também distinguir as substituições entre os que são membros de elite e os que não são. Por isso, os dirigentes “elite” são subtraídos desta categoria, assim como na renovação da elite.

g) **Permanência:** categoria que visa captar o nível de continuidade (de dirigentes) nas trocas sucessivas. Procura-se diagnosticar com esta categoria os índices de permanência nos partidos.

De fato, a oligarquização tem a ver com o tempo de permanência dos militantes no poder, isto não esgota a questão porque existem outras dimensões, igualmente importantes, mas, do ponto de vista objetivo e formal, os índices de estabilidade servem como fortes indícios para a caracterização de procedimentos oligarquizados nos partidos políticos na medida em que: médias altas de renovação e baixas de permanência podem representar um modelo de partido democrático; assim

como médias baixas de renovação e altas de permanência podem representar um modelo de partido pouco democrático.

Esta, em síntese, é uma parte importante do modelo de oligarquização dos elitistas, acrescentando-se a isto a forma como os setores dominantes estabelecem a sua organização para a dominação (se através de facções, círculos internos, tendências) e os atributos necessários para os militantes serem da elite (em parte este é um elemento contido no conjunto de funções de elite das categorias de Schonfeld). Assim, pode-se ver os níveis de estabilidade e a forma e conteúdo dos grupos de dominação (e seus líderes).

Do ponto de vista metodológico, existem mais algumas implicações deste modelo explicativo. Por um lado, esse método possui um desdobramento analítico mais estático que dinâmico, apesar da certa noção de movimento emprestada pelo mecanismo de recrutamento e estabilidade de uma dimensão política para outra (elite/não elite). E também, em decorrência do estudo de Michels ter sido feito sobre o partido social-democrata alemão (um caso de burocratização), a visão do processo de oligarquização não caracteriza uma maior variação de tipos concretos diferentes¹⁴, mesmo que o modelo antes descrito sirva para a análise do PMDB (um partido de conteúdo mais liberal que socialista). Os próprios índices de estabilidade não possuem a capacidade de estabelecer diferentes modelos oligárquicos, apenas da intensidade da

¹⁴ W. Schonfeld (1980) sobre as teses de Michels: "Suggérons cependant la possibilité d'une erreur fondamentale dans la conceptualisation de Michels: il ne propose pas une gamme de modes de gouvernement; tous les partis sont considérés oligarchiques." Aqui o autor comenta não tanto os tipos de oligarquização, mas a forma de outros processos não democráticos, o que em linhas gerais não deixa de ser uma tentativa para mostrar os limites metodológicos da obra de Michels.

oligarquização. O que falta nesse arcabouço teórico é uma metodologia mais aprofundada para a análise de partidos que possuam uma organização burocrática.

QUADRO 1 - Modelo dos "elitistas" para o estudo de processos oligarquizantes nos partidos políticos.

SETORES	GRUPOS
ELITE-GOVERNAMENTAL ELITE-NÃO-GOVERNAMENTAL	Cúpula, principais lideranças Mandatários em geral, líderes intermediários
BASE(MASSA)	militantes em geral

Por outro lado, não só as médias de estabilidade dos dirigentes são fatores determinantes da oligarquização (ou sinônimo de) para os elitistas. Os aspectos ligados aos fatores psicológicos existentes nas relações dirigentes/massa - em que os líderes são praticamente vistos como diferentes do resto dos militantes, até podem sofrer críticas, mas não do tipo que se materialize em ação concreta de "crítica das armas" -, bem como, os aspectos coletivos de oligarquização: os grupos e as suas estabilidades, todos são importantes dimensões objetivas realçadas pelos elitistas para os processos de oligarquização.

Não sem razão foram feitas várias críticas aos postulados teóricos enunciados pelos elitistas acerca dos motivos e condições do processo de oligarquização partidária (e sócio-político também). Dentre elas, destacam-se as feitas pelos liberais e socialistas.

Existem dois argumentos (explícitos ou implícitos) comuns a todos os que procuram mediatizar, diminuir, e até contestar a noção de oligarquização imanente: (a) o de que os fins justificam os meios, ou seja, para um partido que possui como objetivo o desenvolvimento social através de um bom governo, para conquistá-lo/mantê-lo (administrá-lo) justifica-se que procedimentos partidários antidemocráticos sejam produzidos em nome deste fim; tanto quanto, para um partido de esquerda que realmente quer o socialismo não importa que ele seja oligarquizado (principalmente em um ambiente repressor) se ele for revolucionário¹⁵. (b) Importa é o verdadeiro conceito de democracia¹⁶, pois a democracia representativa, competitiva (mesmo que só entre elites) serve para englobar no espaço institucional os agentes (coletivos e individuais) do mercado político¹⁷; assim como democracia para os socialistas é a discussão até a raiz, não apenas maioria/minoria, mas publicidade,

¹⁵ Gramsci, ao criticar a obra de Michels, diz que para um partido conquistar a democracia do Estado pode ser necessário uma organização centralizada (quase sempre necessária). (Gramsci, 1978a, p. 108). Mandel, vê a necessidade de uma vanguarda separada das massas quando não for madura a consciência de classe: "Bem entendido, o partido forma-se no seio da sociedade burguesa: não pode abstrair das limitações da divisão do trabalho e da produção mercantil universal inerentes a esta sociedade, que engendram a **reificação de todas** [grifo do autor] as relações humanas. O que significa: a construção de um aparelho de partido separado da massa dos trabalhadores que encerra o perigo de uma autonomização deste mesmo aparelho. Logo que esta tendência consiga impor-se o aparelho transforma-se de instrumento para atingir um fim (o sucesso da luta d classe proletária) num fim em si". (Mandel, 1984, p.79). Para Lukács: "... **querer conscientemente** [grifo do autor] o reino da liberdade só poderá significar tornar consciente o caminho que a ele conduz deveras e, uma vez que se compreenda que, na sociedade burguesa de hoje, a liberdade individual mais não pode ser que um privilégio corrupto e corruptor, porque baseado na falta de solidariedade e de liberdade dos outros: implica precisamente a **renúncia à liberdade individual**; implica uma **subordinação consciente à vontade de conjunto** [grifos nossos] que tem por destino dar vida a esta liberdade real e que hoje está tentando seriamente dar os primeiros passos, difíceis, incertos, hesitantes nesse sentido. Esta vontade de conjunto consciente é o partido comunista". (Lukács, 1989, p. 323/324).

¹⁶ O Conceito dos elitistas é muito restrito: "O ideal da democracia consiste no autogoverno (self-government) das massas, conforme as decisões das assembleias populares. Mas, se é verdade que esse sistema limita a extensão do princípio da delegação, não oferece em troca qualquer garantia contra a formação de um estado-maior oligárquico. Sem dúvida, ele tira dos chefes naturais suas qualidades de funcionários, pois é a própria massa que preenche todas as funções. Mas, de um lado, a massa se deixa sugestionar facilmente pela eloquência de poderosos oradores populares: e, de outro, o governo direto do povo, que não admite discussões sérias, nem deliberações refletidas, facilita singularmente os golpes a que poderiam ser tentados homens excepcionalmente audaciosos, enérgicos e hábeis". MICHELS, op. cit., p.17.

¹⁷ Ver, por exemplo a obra de: SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. Parte IV.

espaço para que a discussão possa ser levada a bom termo. Se há repressão, clandestinidade e luta ilegal a democracia não precisa existir.

O fenômeno oligarquizante, se existente num partido, na nossa opinião, não possui um caráter imanente nem imutável, mas está ligado a interação entre fatores objetivos e subjetivos. Se, por um lado, existe uma legislação partidária-eleitoral igual para todos os partidos, regras do mercado político e de competição (junto com a agenda política) que não se diferenciam muito de partido para partido (sejam de esquerda ou direita), entretanto, por outro lado, os partidos possuem objetivos, culturas e estratégias diferentes. Mesmo com a queda de várias ideologias pelo mundo afora; mesmo com toda a crítica acerca da função da política nas sociedades contemporâneas (ou pós-modernas), é fundamental estabelecer metodologicamente uma diferenciação entre os partidos porque, ainda que o fenômeno da oligarquização diga respeito a dimensão interna do partido e a procedimentos (de distribuição de poder e tomada de decisão) e não ao conteúdo das decisões, das ideologias, as diferenciações de ordem subjetiva (os interesses, os objetivos, as estratégias), estes estão ligadas ao desenvolvimento, manutenção e superação da oligarquização¹⁸. E a separação dos partidos atende à necessidade de contextualização dos modelos oligarquizantes: elitistas e burocráticos. Noção essa não expressa pela lógica elitista, mas que deve ser agregada a qualquer estudo contemporâneo sobre esse tema. Em decorrência disto, não é possível analisar-se a

¹⁸ "Si con la expresión partido-programa designamos al planteo ideal del partido y con el término partido-aparato o partido-máquina la formación técnico-institucional, podemos decir que la teoría del partido político tiende a extraer la segunda noción de su conexión orgánica con la primera a fin de estudiar las tendencias y, se quiere, las leyes de formación, funcionamiento y desarrollo del partido político, así como los instrumentos con los cuales los partidos luchan por el poder". (Cerroni, 1973, p. 12).

oligarquização sem levar em consideração o contexto social e político, as ideologias dos partidos e as noções de democracia (tanto dos partidos como da crítica social). E isto, tem um momento especial, a maneira como se dá a **relação entre o Estado e o partido** (até mais do que a relação entre o partido e a sociedade).

A criação/recriação de fenômenos oligárquicos nos partidos modernos tem a ver com o tipo de relação destes com o Estado, mais precisamente com os diferentes aparelhos do Estado (executivo, legislativo, burocracia) e não a uma “lei sociológica” imutável, ou a própria desigualdade existente na sociedade. Esta é verdadeira e é “inerente” às organizações sociais e políticas modernas, e estas diferenças podem ser realocadas dentro dos partidos fazendo com que setores marginalizados (política, social, cultural e economicamente) possam alcançar um nível superior na vida partidária. Mas também o que conta, o que vale, para medir um líder partidário é: “pela posição política concreta dele e não pela sua situação em que ele nasceu” (Cardoso, 1981, p. 41). A maneira como o Estado é encarado, o peso da sua influência na organização e o limite que impõem à prática do partido pela sua agenda. entretanto, se existe um fator estrutural para a oligarquização dos partidos, é dado pelo tipo de relação partido/Estado. Por isso, é preciso analisar algumas formas destas relações (partido/Estado), que envolvem os partidos por nós estudados, pois essa análise ajudará no processo de contextualização deles dentro do enfoque estrutural.

2 - O enfoque estrutural.

De uma maneira geral, independentemente aos contextos nos quais surgiram e surgem os partidos¹⁹, há um fator fundamental de catalização da ação/motivação dos interessados em constituir uma associação coletiva de caráter político: o poder. E, se estamos falando do poder político, estamos nos referindo necessariamente ao Estado, pois mesmo que exista ou tenha existido algum tipo de organização política do tipo de uma facção antes do surgimento do Estado, o moderno partido político no qual estamos interessados nesta dissertação não aparece senão depois da formação estatal estar funcionando. Se o Estado e poder político estão intimamente ligados, os partidos, ainda que tenham surgido e se desenvolvam não em relação ao Estado, só atingirão um conteúdo mais popular e visível (não sendo apenas uma sociedade secreta) se tiverem como objetivo conquistá-lo, mantê-lo ou transformá-lo.

Os partidos que surgem neste contexto, de filiação às necessidades estatais, estão, mais do que nunca, vinculados à lógica estatal, estão completamente assimilados dentro da estrutura oligarquizada do Estado. As organizações liberais que surgem a partir do século XIX, até nem poderiam ser caracterizadas como

¹⁹ Para Duverger (1990) o surgimento dos partidos está ligado ao crescimento do sufrágio universal e da representatividade, sendo os partidos criados a partir da própria casa legislativa (origem interna dos partidos) ou de fora para dentro (origem externa dos partidos). Para Sartori (1982) e Baquero (1989a), seguindo a teoria de Duverger, o primeiro partido moderno surgiu nos EUA no início do século XIX, antes só haviam facções. Para Cerroni (1973), os partidos não nascem necessariamente com os parlamentos, ele cita o caso da Rússia czarista, e a primeira organização partidária moderna é o partido socialista, os outros grupos formariam os seus depois, com vistas para a competição com este: "Quizás podamos explicarnos entonces por qué el partido en sentido estricto y específico nace con el partido socialista, es decir, con un partido que reivindica la transformación social y plantea una temática completamente nueva, ya sea para la vida política o para la ciencia política". (Cerroni, 1973, p.22)..

organizações se fôssemos rigorosos na utilização deste termo, pois o nível de relacionamento interno entre os seus membros é conforme uma relação entre notáveis, entre os “grandes”, e de uma quase intransponível assimetria entre os líderes e liderados. Duverger (1990)²⁰, descreve o comitê²¹ - principal elemento de base do partido liberal - como um estrutura flexível e privilegiadora mais da qualidade dos membros do que sua quantidade. Nas acepções de Marx e Engels, o Estado não passa de um comitê para a dominação controlado pela burguesia, e o partido, um instrumento desta dominação²². A maneira como esta oligarquização se expressa é eminentemente elitista, dado o conteúdo desburocratizado do partido e do Estado (nesta época).

Porém, na segunda metade do século XIX, imbricado com o surgimento do partido liberal, um espectro vem rondar a relação partido/Estado: é o partido revolucionário. O desenvolvimento do capitalismo aumentou consideravelmente a complexidade social; novos sujeitos procuram entrar no universo político na medida que vão se fortalecendo do ponto de vista concreto - como classes sociais. Desenvolvem-se, cada vez mais, grupos políticos formados por intelectuais que aprimoram sua críticas à situação social e econômica. O movimento socialista e o surgimento dos primeiros partidos operários - com especial atenção para o partido

²⁰ A obra original é de 1950, a versão: DUVERGER, Maurice. **Los partidos políticos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

²¹ O comitê é o elemento de base do partido de quadros cuja organização: “Se trata de reunir notables, para prepararlas elecciones, conducirlos y mantener el contacto con los candidatos. Notables influyentes, en primer lugar, cuyo nombre, prestigio o brillo servirán de fiador al candidato y le cosecharán votos; **notables técnicos**, en segundo lugar, que conozcan el arte de conducir a los electores y de organizar una campaña [grifos nossos]; notables financeiros, finalmente, que aportan el nervio de la batalla” . (Duverger, 1990, p.94).

²² MARX, K., ENGELS, F. **Manifiesto do partido comunista**. Petrópolis, 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1990. (Clássicos do pensamento político). Passim.

social-democrata alemão - brotam a partir da conjunção desses dois fatores: do desenvolvimento da classe operária e da participação política de intelectuais.

O aparecimento do partido socialista coloca em cena um importante desdobramento na relação partido/Estado. Importante porque, diferentemente do partido liberal, procura construir um novo Estado e sociedade, ou na acepção mais anarquista, da própria dissolução do Estado. Marx, em seus escritos sobre a questão, mesmo que não tenha dedicado uma obra especialmente para isto, também compartilhava a idéia da dissolução do Estado na sociedade comunista. Entretanto, entendia Marx, que até chegar-se ao comunismo seria preciso construir-se um outro tipo de Estado, só que dominado pelos operários.

Duverger (1990), na sua caracterização estrutural dos diferentes tipos de partido, identifica no partido socialista uma estrutura mais rígida que a do partido liberal: uma organização baseada em seções²³ (mais centralizadas e numerosas que os comitês). Quanto ao partido comunista, surgido na década de 20 na Rússia, estrutura-se ainda mais rígida e centralizadamente, para Duverger, possuindo uma organização

²³ A seção é o elemento de base do partido social-democrata (socialista) europeu que é o mais próximo do PT. Em: DUVERGER, op. cit., p.53-57; mas também, e até mais sinteticamente em: Id. **Os laranjais do lago balaton**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. 1982. p.99. “[a organização social-democrata] Em primeiro lugar, sua armadura está de acordo com o modelo do partido de massas, que compreende um número muito grande de filiados registrados por uma inscrição, sujeitos a cotas regulares, recebendo uma formação política, colaborando com a ação militante, participando da designação dos dirigentes e dos candidatos. A disciplina ali é firme: obriga notadamente todos os parlamentares a votar conforme as diretivas do partido, e todos os filiados e quadros a respeitarem a linha traçada pelos congressos, mas ela não leva ao dogmatismo e ao monolitismo, afastando-se nitidamente dos comunistas quanto a este ponto. Em segundo lugar, os conceitos e a prática social-democratas são reformistas, isto é, tendem a melhorar o regime capitalista num sentido favorável às classes populares sem imaginar que deva um dia ceder lugar a um sistema de economia coletiva. Em terceiro lugar, a social-democracia reúne a quase totalidade dos cidadãos que apoiam o socialismo dentro de uma democracia pluralista: além dela, podem existir sindicatos operários e partidos comunistas ou esquerdistas, mas têm apenas uma fraca importância e só representam um papel marginal”.

de base formada pelas células (reunindo preferencialmente os militantes a partir dos seus locais de trabalho).

Hoje em dia as coisas são bem diferentes, principalmente para os partidos brasileiros. Por um lado, a partir da década de 50 no ocidente, há uma transformação generalizada nos partidos. Os partidos liberais, desde o final dos anos 20, vêm passando por modificações estruturais e programáticas principalmente pela obsolescência do Estado Liberal e da organização de mercado, bem como, no que diz respeito a ampliação da participação política para os setores “de baixo”, como os operários e assalariados de menor renda (via os partidos socialistas e comunistas). Neste sentido, há uma modificação substancial na organização dos partidos liberais que passam a desenvolver uma estrutura mais rígida, numerosa, complexa, incorporando vários pontos programáticos dos seus rivais socialistas e vários segmentos sociais. Quanto aos partidos socialistas, estes assumem um lugar de maior destaque e, como mostra Przeworsky, sua incorporação à lógica capitalista dá-se na razão de suas opções governativas, comprometendo a revolução, em nome de um etapismo a partir da administração pura e simples do Estado Capitalista de “bem estar social”. Este processo levou a que hoje a social-democracia seja assim: “é um programa para amenizar os efeitos da propriedade privada e da alocação de recursos pelo mercado, não um projeto alternativo de sociedade” (Przeworsky, 1994, p. 22). Os partidos comunistas, perdidos pelo peso do sustentamento do stalinismo e pela concorrência dos partidos sociais-democratas, assumem uma postura colaboracionista (igual à social-democrata) ou marginal.

De fato, nesta fase da relação partido/Estado, como coloca Offe (1983), o partido de massa (tanto liberal como social-democrata e, em alguns casos até comunista) acaba assumindo, juntamente com o “Welfare State”, a responsabilidade pela manutenção do capitalismo. Segundo este autor, os partidos ocidentais teriam nesse processo de sustentação do capitalismo e da democracia se modificado em três dimensões: a) uma desradicalização ideológica no sentido de captar um maior número de eleitores, de coalizões, a partir de uma ampliação das bases programáticas para um patamar não conflitivo com outras agremiações políticas. b) Uma estruturação cada vez mais burocratizada e massificada que torna o partido um complexo organismo em que os estratos inferiores assumem uma posição, como diria Weber, de objeto, não de sujeito. Assim, para que o partido tenha condições de competir constantemente no mercado político como uma empresa, a organização burocrática desenvolve tarefas do tipo²⁴. (c) A transformação dos partidos em entidades “catch all”, em virtude do eleitoralismo e secundarização de outros métodos políticos.

Nesta fase, quase a totalidade dos partidos voltam a estar completamente integrados à lógica estatal e, por isto, impregnados pela estrutura oligarquizada. Agora, a oligarquização estatal e partidária, diferentemente de outros períodos, parece ter imbricado tanto a oligarquização elitista (mais natural ao Estado Liberal) como a oligarquização burocrática (mais natural ao Estado Socialista e de

²⁴ “Quando mais a organização se inclina para a exploração e a adaptação do mercado político ao **ambiente externo** (no que pode ser descrito como uma campanha eleitoral quase permanente), menos espaço sobra para a determinação das políticas do partido através de **processos internos** [grifos nossos] de debates e conflitos democráticos dentro da organização”. (Offe. 1983, p. 35)

“bem estar social”). O Estado ao longo do século XX transformou-se numa entidade burocratizada e *gigantesca*, do ponto de vista das atribuições e das sua estrutura. O partido não fica muito atrás, mesclando ao mesmo tempo e, nas mesmas organizações, elitismo e burocratismo. Por isso, o modelo elitista de oligarquização não pode ser visto como simplesmente uma organização flexível, pouco estruturada e controlada por um número reduzido de líderes que possuam: dinheiro, mandato e carisma. Assim como, o modelo de oligarquização burocrático não pode deixar de fora a influência decisiva dos mandatários, o peso do dinheiro e do poder político das elites sociais e econômicas.

Por outro lado, a relação dos partidos com o Estado na América Latina, em geral, e no Brasil especificamente, não pode ser reduzida às formas verificadas na Europa e Estados Unidos, mesmo com a influência direta exercida pelos padrões políticos desenvolvidos nestas regiões. Mas, como nos diz Baquero (1989a) no Brasil, bem como na América Latina, pelo diapasão diferente de criação, disputas e institucionalização dos partidos, é preciso uma metodologia própria para o estudo do fenômeno partidário latino-americano²⁵.

No Brasil, a força do Estado e a fragilidade da sociedade civil devem ser realçados quando se procura as razões da debilidade dos partidos²⁶. A polaridade

²⁵ Nos estudos de Baquero (1989a e 1989b), como no de Baraco (1980) constam apontamentos que salientam a necessidade, mas a falta também, de uma metodologia específica para a América Latina.

²⁶ Para Lamounier e Meneghello (1986) o Brasil é um exemplo de país com subdesenvolvimento partidário: pela pouca institucionalização (para os autores no sentido de que não há uma durabilidade e “fim em si mesmo” nas regras dos sistemas partidários) e incompetência dos partidos (nas relações com a sociedade civil). Ver também: Lamounier (1989): “Desde os liberais e conservadores do Império, reconhecíveis como tais desde a quarta década do século passado, passando pelos partidos únicos estaduais da Primeira República, pela radicalização à direita e à esquerda dos anos trinta, até hoje, seis ou sete *formações* partidárias totalmente distintas sucederam-se umas às outras [impostas

Estado-forte/partidos-fracos, parece ter sido o padrão *por excelência*, deixando atrás e si estruturas partidárias frágeis, destituídas de uma efetiva capacidade de exercer influência sobre as grandes decisões que, em cada momento, definiram os rumos da política nacional (Diniz, 1989). Agora, esse processo não foi de igual repercussão para o conjunto da sociedade²⁷. Como coloca Gramsci (1978)²⁸, as classes não precisam construir um único partido e, em algumas vezes, nem é preciso a existência de um partido para a viabilização de seu controle sobre o Estado. Por isto, seguindo a teoria de Gramsci, entendemos que no Brasil para os setores dominantes foi melhor apostar em outras formas de sustentação da dominação do que as fornecidas pelo sistema partidário democrático.

Além disso, contemporaneamente, de uma maneira geral, dada a globalização, os partidos e o próprio Estado estão as voltas com uma crítica que aponta para um fenecimento da esfera da política (não só do Estado e do partido). Crítica que vem desde o início da década de 80 mas que na, de 90, atinge um patamar mais generalizado (para todo o mundo aí incluindo-se também o Brasil). A democracia representativa e o partido de massa não conseguem englobar qualitativamente a diversidade social dentro de suas estruturas, ainda que a agenda política mais importante seja ditada pelos partidos (Hirst, 1992). Na verdade, apesar

pelo Estado], atrofiando-se ou sendo supressas. pela violência. muitas vezes sem deixar um rastro organizacional ou um fio simbólico que pudesse ser retomado na etapa seguinte" (Lamounier, 1989, p. 21). Ver também os estudos de caso feitos em partidos brasileiros, dentre os quais: Hippolito (1985), Benevides (1981), Bodea (1992).

²⁷ "O sistema partidário brasileiro caracteriza-se ao longo do tempo por sua instabilidade, fragilidade e elitismo. quanto ao seu processo de formação. A criação dos partidos, historicamente e em anos recentes, pauto-se por uma total dissociação com relação à arrigimentação de grupos sociais específicos. refletindo antes decisões das elites políticas [grifos nossos] tendo em vista acomodar os conflitos internos e criar bases de sustentação". (Boschi, Diniz, 1989, p. 46)

²⁸ GRAMSCI, Antônio. *Maquiavél, a política e o Estado moderno*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. Passim.

de serem muito baixo os índices de participação e de prestação de contas na esfera estatal, a democracia continua servindo para legitimar a tomada de decisões governamentais. “A democracia de massa pode ser uma forma de participação política para o indivíduo, mas permite aos grandes partidos monopolizar a agenda política relevante” (Hirst, 1992, p. 11).

Dai, surgem outras estruturas organizacionais na dimensão política de intermediação indivíduo/Estado: como por exemplo, o corporativismo, as ONG's, os movimentos sociais e suas entidades. Processo que Wanderley G. dos Santos (1985) descrevia já na metade da década de 80 como multiplicação rápida de novas fontes de geração de identidades coletivas que escapam ao controle do oligopólio partidário.

Há também, a contestação generalizada das atribuições do Estado e dos partidos por diferentes tipos de correntes políticas: sejam os “neo-liberais”, sem falar das reivindicações populares que procuram novas formas de atuação política que lhes possa garantir direitos ainda não alcançados. Mudanças verificadas no próprio “demos” que estão a questionar e pressionar a “polis” para uma transformação. A política contemporânea parece apontar para um privilegiamento do presente, dizem os “pós-modernos”, presente no qual o que mais importa são as soluções negociadas entre os diversos atores e em relação a estrutura dada: e não mais a busca de um futuro melhor a partir da materialização de propostas políticas integrais de homem e sociedade. Como corolário deste processo, a administração da gestão pública torna-se o objetivo; a decisão negociada o meio; o mercado político a instância máxima de

regulação social que possui na cultura audiovisual²⁹ o lugar onde o que é *politicamente correto* se apresenta e é difundido. As antigas formas de oligarquização, se por um lado atrapalham os partidos no momento deles se mostrarem funcionais ainda, por outro lado não parecem ser incomodadas pela “pós-modernidade”. O que parece perder força são as visões que procuravam criar uma vida melhor a partir da transformação do homem e da política.

Mas, vamos sintetizar o saldo trazido pelo enfoque estrutural que surgiu imbricado a essas questões.

2.1 - Com o enfoque estrutural ampliam-se e aprofundam-se os aspectos metodológicos acerca do fenômeno da oligarquização. Agora, uma complexa rede de dimensões e conceitos relacionam-se num todo que abarca desde o arcabouço mais geral do partido até questões ligadas aos tipos de militantes e unidades de base dos partidos. Contudo, se o enfoque estrutural dá um passo em frente no sentido de aperfeiçoamento do modelo antes descrito, no aspecto da tese da inevitabilidade da oligarquização não rompe com a noção elitista.

2.2 - Um dos autores a utilizar a abordagem estrutural é Maurice Duverger³⁰. O seu modelo trata da estrutura geral do partido, levando a uma caracterização de dois tipos globais de partidos - o partido de massas e o partido de quadros. Esta macro-divisão se dá a partir de um conjunto de estruturas distintas

²⁹ LECHNER, Norbert. Os novos perfis da política. In: BAQUERO, M. (org). **Cultura política e democracia: os desafios das sociedades contemporâneas**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994.

³⁰ DUVERGER (1990), op. cit., passim.

existentes em partidos diferentes e serve de base para a caracterização dos modelos de oligarquização elitista e burocrática.

QUADRO 2 - Modelos de oligarquização resultantes dos modelos de organização propostos por Maurice Duverger.

	ELITISTA	BUROCRÁTICA
base	partido de quadros comitê (flexível, eleitoreiro)	partido de massas seção, célula (mais rígida, numerosa)
dirigentes	do tipo de coronel, mandatários, ricos	intelectuais, ideólogos, militantes profissionais
ideologia	da ordem, difusa	contestadora, mais específica

O partido de quadros possui maior permeabilidade a estrutura social (classes, oligarquias sociais); enquanto que o partido de massas tende a ser mais crítico e imune (mas não totalmente) ao Estado por apresentar um esforço subjetivo mais forte no sentido de modificar a realidade. Exemplos, os dois, de partidos com possíveis oligarquizações elitistas e burocráticas.

Duverger apresenta também uma preocupação com outros tipos de fenômenos existentes nos partidos, como por exemplo, a caracterização dos grupos dominantes (aqui muito se aproxima dos elitistas): daí surgindo o conceito de “círculo interno”³¹, bem como, com fatores oligarquizantes, como a estabilidade e recrutamento das lideranças. Um exemplo de modelo elitista de oligarquização.

³¹ DUVERGER, op. cit, p. 182. Para o autor, assim que um partido dedica-se quase que totalmente à vida eleitoral estatal, tende a criar mecanismos oligárquicos para a escolha dos concorrentes aos cargos eletivos; é nesse momento que aparece o círculo: “El más elemental sin duda por camarillas. pequeños grupos que utilizan una solidaridad personal estrecha como medio para establecer su influencia y conservarla. Se trata, a veces, de un clan constituido alrededor de un líder influyente: la clientela de ese jefe monopoliza los puestos de dirección y reviste el carácter de una oligarquía”.

2.3 - Outra proposta do enfoque estrutural é proposta por Giovanni Sartori (1982)³². O autor procura estabelecer um corte transversal na estrutura estatutária do partido no sentido de encontrar uma outra estrutura de poder: agora é a dos grupos que se formam e que emprestam uma dinâmica toda própria ao partido, em algumas situações formando uma lógica de poder paralela. A partir da sua visão sistêmica, Giovanni Sartori, busca caracterizar as unidades sub-sistêmicas dentro do sistema maior (partido), assim levanta a possibilidade de ocorrência de **facções**³³, **frações**³⁴ e **tendências**³⁵, todas mostrando o tipo de divisão do poder e permitindo a visibilidade do porquê (dimensão motivacional) e como se dá a divisão entre os grupos (se por interesses, ideologia, se por divergências mais fracas ou mais fortes). Este modelo é apropriado para análises acerca das diferenças entre os grupos do PT em virtude da existência de grupos internos diferenciados em percepções estratégicas: um possível exemplo de oligarquização burocrática.

2.4 - Ainda sobre o enfoque estrutural, porém em relação aos membros de partidos Max Weber³⁶ dá uma contribuição importante, bem como Antônio

³² SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília: Ed. Universidade Brasília, 1982.

³³ Termo para Sartori com melhores condições atuais para descrever grupos internos nos partidos. mesmo que esse tenha um conteúdo histórico muito negativo. As facções representam agrupamentos de ordem não tão forte como uma fração, e que se formam a partir de interesses concretos. como as *facções de interesse* que possuem uma característica muito próxima aos grupos existentes dentro de partidos do tipo do PMDB. Ver: SARTORI, op. cit., p. 95.

³⁴ Este conceito possui uma conotação mais forte e representa uma divisão mais integral dentro de um partido: pode caracterizar bem alguns grupos de partidos de esquerda. como o PT, que possuem setores organizados isoladamente (com ideologia, estratégias, objetivos, etc., diferentes do conjunto do partido). Ver: SARTORI, op. cit., p.96.

³⁵ Esse conceito caracteriza divisões mais flexíveis de de ordem momentânea (no caso de um congresso) e mais ligadas a questões teóricas, de projetos de atuação política. No caso do PT. entendemos ser a melhor conceituação para a maioria dos atuais grupos existentes e que ~~internamente já assumem essa denominação~~. Ver: SARTORI, op.cit.

³⁶ WEBER, Max. **Economia y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1969.

Gramsci³⁷ (cujá visão é muito parecida com a de Weber). Segundo Max Weber existem três tipos diferentes de membros: os **líderes**, **dirigentes** e **base**³⁸. Max Weber, possui uma visão também dos tipos de partidos, mas que não são diferenciadas das demais (como os partidos de patrões e de classes sociais). Contudo, para efeito desta dissertação, a contribuição mais expressiva desse autor encontra-se na sua caracterização do papel da burocracia para toda a sociedade, mas com repercussão nos partidos também. Max Weber, salienta o peso dos procedimentos burocráticos de organização e administração (gestão para sermos mais modernos) que atingem uma situação de base sobre a qual se erguem e na qual devem viver os entes sociais e políticos (meio como espírito e estrutura do nosso tempo). Como corolário, os aspectos dos sistemas partidários e eleitorais legais, juntamente com as questões trazidas pela agenda política e pela competição (no mercado político), conformam de uma tal maneira a ação externa e interna dos partidos que mesmo processos internos (do tipo da oligarquização) não podem ser analisados sem uma contextualização no mundo que abrange o partido. E esse procedimento metodológico que também tem uma aprovação dos autores marxistas levanta um questionamento sobre o modelo de análise estritamente internista (em relação ao partido) que no nosso entendimento deve ser contemplado por todos aqueles que querem conhecer mais a fundo os processos oligarquizantes.

³⁷ GRAMSCI, op. cit.

³⁸ "a) los dirigentes y de un estado mayor - al lado de los cuales

b) aparecen los miembros activos, la mayor parte de las veces sólo como aclamantes y en ciertas circunstancias como instancias de control, de amonestración, de discusión o de reorganización en caso de transformaciones rápidas del partido, mientras que

c) las masas no activamente asociada (de electores y voctantes) sólo son objetos de sollicitación en épocas de elección o voctación ('simpatizantes'); y la opinión de los mismos sólo interesa como dirigente en los casos de lucha efectiva por el poder". (Weber, 1969, p. 229)

Ainda sobre os diferentes tipos de membros, existe uma contribuição de Lênin que se refere quase que exclusivamente os partidos de tipo socialista: **agitadores, publicistas e organizadores**³⁹. É importante salientar que a distribuição de poder dentro de um partido, com especial atenção para o peso que os fatores teórico-intelectuais assumem, não é alheia a esta diferenciação leniniana. Muito pelo contrário, é real a maior relevância dada por um partido socialista (comunista) aos membros que possuam um nível intelectual mais elevado (com o cuidado para não confundir com a dominação dos intelectuais que, na verdade, sempre foram perseguidos nos partidos e movimentos de esquerda em nome da luta contra os vícios anarquistas e pequeno-burgueses).

2.5 - Para finalizar a tipologia dos membros dos partidos, mais duas contribuições não podem passar despercebidas. Uma diz respeito novamente a obra de Maurice Duverger, na medida que este tem a preocupação de mostrar o diferente grau de envolvimento entre os membros e a estrutura de poder do partido: daí surge uma escala que vai desde o mais modesto simpatizante até ao militante mais participativo. O poder distribuído num partido leva em consideração essa relação, na nossa opinião, mesmo apesar de ser difícil caracterizar quem vem primeiro: ou a participação ou o poder (justamente pela existência de fatores que impedem ou favorecem os membros de irem para o topo: grau de instrução, dinheiro, mandato, tempo e dedicação).

³⁹ LÊNIN. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. 3 vol. Passim. Propagandistas: são aqueles responsáveis pela elaboração teórica do programa e ação partidária. Os organizadores: são aqueles responsáveis pela estruturação do partido, do funcionamento diário partidário. Os agitadores: são aqueles responsáveis pela ação partidária nos diversos movimentos políticos sempre no sentido da emulação social.

A segunda contribuição é dada por Gramsci⁴⁰ quando este fala de intelectuais orgânicos e de intelectuais tradicionais. Novamente esta separação diz respeito mais aos partidos que levam em consideração o fator intelectual, apesar de que para o próprio Gramsci a função intelectual não ser privilégio somente dos que possuem a profissão de intelectual. Por isso, para qualquer análise de um partido, não deixa de ser interessante verificar o perfil daqueles que cumprem as tarefas mais organizativas e intelectuais.

3 - Novos modelos:

Além do modelo trazido pela teoria das elites pode-se dizer que no levantamento do enfoque estrutural (e outras contribuições) é possível ter-se ou agregar-se àquele mais outras variantes modelares. Com pequenas correções, o modelo elitista pode traçar um adequado perfil da distribuição de poder dentro de um partido nos moldes do PMDB. No caso do PT, entretanto, é preciso uma adequação mais forte com as contribuições dos outros autores:

QUADRO 3 - Dimensões que servem para a visão estrutural do PT.

SARTORI	WEBER	LÊNIN	GRAMSCI
tendências	lideranças	publicistas	intelectuais orgânicos
facções	dirigentes	agitadores	intelectuais tradicionais
frações	base	organizadores	-

⁴⁰ GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Até agora foram desenvolvidas duas dimensões da questão da oligarquização: (a) a dimensão “em si” que diz respeito as noções da teoria das elites e aos processos formais, procedurais e internos dos partidos; (b) a dimensão do tipo de oligarquização que tem a ver com as contribuições do enfoque estrutural e que explicitam que há diferentes tipos de oligarquização: elitista, burocrática; mas ainda falta uma dimensão que é a que relaciona a estrutura com os objetivos, estratégia dos partidos: que faça uma articulação entre a lógica da ação e da estrutura. Nesse sentido, neste estudo, um partido só será plenamente oligarquizado se atender aos parâmetros a serem expostos a seguir.

3.1 - Os socialistas criaram a sua própria metodologia, os seus próprios conceitos, acerca das questões de oligarquização. Interessa-nos destacar, a partir da obra de alguns teóricos expoentes deste grupo, duas ordens de fatores que estariam entre os principais para a ocorrência de fenômenos oligarquizantes/ e que ainda não foram desenvolvidos pela metodologia anterior: o primeiro, está relacionado ao papel que o **elemento subjetivo** tem para a ação e estruturas partidárias; e o segundo, o saldo entre a **relação da estrutura partidária com os objetivos dos militantes e grupos internos**.

Em relação a primeira ordem de fatores, os elementos subjetivos são valorizados na medida em que a dimensão política é vista como uma esfera ativa em relação a criação/manutenção de ações e estruturas organizatórias. Em outras palavras, o papel do homem na história, da sua capacidade de criar o futuro e modificar a realidade é realçado. E, dentro desta visão metodológica estão tanto

Lênin (rotulado por muitos como determinista, economicista) como teóricos da esquerda democrática (desde os pós-modernos até os sociais-democratas). Lênin, por exemplo, apesar de identificar também aspectos estruturais materiais como fatores determinantes para os vícios organizativos, procurou revelar implicações danosas à ação revolucionária, causadas por teses e propostas políticas concretas. Tanto assim que podemos identificar, a partir da obra leniniana⁴¹, três momentos cruciais em que a interação teoria/prática é mais permeável para processos oligarquizantes (ou anti-revolucionários): a) o primeiro, é no momento de elaboração dos objetivos e da própria natureza do partido. O arrefecimento político, a importação da ideologia burguesa e pequeno-burguesa pelos intelectuais, a mescla entre o marxismo e as teorias burguesas, são processos causadores e mantenedores de propostas revisionistas no seio do partido operário. b) O segundo, é o da discussão estratégica, especialmente no que toca a “ditadura do proletariado”. Para Lênin, uma sobrevalorização da democracia burguesa e das suas instituições pode e deve descaracterizar a luta socialista. Os meios não devem sobrepujar os fins, no sentido de que as conquistas democráticas parciais não devem amortecer a disposição para a luta mais ideológica. c) O terceiro, é ligado às questões práticas, pois diz respeito a organização propriamente dita. Lênin, enfatizou sempre que sem teoria revolucionária não haveria revolução, assim como, sem teoria da organização também não. São conhecidas as disputas travadas por ele no II Congresso do Partido Social-Democrata russo.

⁴¹ LÊNIN, op. cit., passim.

Para os críticos do leninismo, a herança da obra leniniana e dos seus seguidores, **em especial Stalim**, é um dos principais motivos da burocratização em partidos de esquerda, como para o conjunto das relações sociais em geral. Podemos desdobrar esta visão em três argumentos: o primeiro, de Leôncio M. Rodrigues(1990) e outros⁴², em que as teses leninistas para o fim da burocracia, bem como, as próprias propostas de organização do Estado Soviético, são portadoras de um vírus burocratizante⁴³. Outra versão, é a desenvolvida por militantes petistas, como Marcos Rolim, que vêem na prática política agressiva e instrumental (advindas da herança leninista) um dos principais meios pelos quais dá-se a burocratização dos partidos, em específico do PT⁴⁴. E a terceiro, relaciona a secundarização da questão democrática

⁴² Também comungam desta visão, só que pelo ângulo mais de organização partidária, dentre outros, Garcia (1979, p. 148): “Se o poder é centralizado e burocratizado, as instituições só podem ser também burocratizadas e centralizadas. A história mostra justamente isto com o stalinismo, onde se dá consubstanciação ampla e segura, de tudo aquilo proposto por Lenin. . .”). E, a mais famosa crítica, Rosa Luxemburg: “[a concepção de Lênin em 1904] é dum centralismo implacável; o seu princípio vital exige, por um lado, que falanges organizadas de revolucionários confessos e activos saiam e se separem resolutamente do meio que os rodeia (. .); defende-se aí, por outro lado, uma disciplina rígida e a intervenção directa, decisiva e determinante da instância central em todos os assuntos das organizações locais do Partido. (. .) Assim, o Comitê central é verdadeiramente o núcleo activo do Partido, e todos os outros grupos não passam de órgãos executivos”. (Luxemburg, 1979, p.37). Além dos grupos de esquerda da III Internacional: ver, Tragtenberg (1981).

⁴³ “. . . embora Lênin aparentemente tenha sido, desde muito cedo, um dos mais vigorosos críticos da burocracia que se formava no interior do partido bolchevique e do Estado soviético, sua concepção autoritária sobre a organização do trabalho fabril e sobre a sociedade contribuíram para consolidar o poder da burocracia. Mais exatamente, entendemos que muitos dos aspectos mais negativos do regime soviético, que atualmente são atribuídos ao longo reinado de Stalin, têm suas origens nas próprias concepções de Lênin sobre o tipo de socialismo a ser implantado na União Soviética. No centro dessas concepções está o ideal, não explicitado, de uma sociedade dirigida com mão-de-ferro por uma tecnocracia ilustrada, armada de poderes ditatoriais sobre os trabalhadores”. (Rodrigues, 1990, p.77).

⁴⁴ Para Rolim, a burocracia (herança tanto teórica da esquerda como das relações sociais burguesas):

“. . . é antes de tudo, um conteúdo político, um modo de se conduzir politicamente e não um grupo identificado por funções burocráticas, de resto totalmente incontornáveis e para cujo provimento é necessário a formação de um quadro profissional relativamente autónomo.

“. . . sustento que a redução tipicamente da conduta ao ‘agir instrumental tendo em vista a eficácia na obtenção dos fins’ é o panorama cultural mais amplo sobre o qual os partidos políticos modernos são conduzidos à degenerescência”. (Rolim, 1994, p. 45).

E a exacerbação deste conteúdo político leva, para Rolim: “O que passa a mover boa parte da militância organizada nas facções subsistentes é o espírito beligerante, quando não o gosto patológico pela demoraalização dos companheiros”. (Rolim, 1995, p.5). Porquê: “[este conteúdo político] orienta um tipo de atividade humana onde o ‘outro’ é, para todos os efeitos, transformado em ‘meio’ para a eficácia política”. (Rolim, 1994, p. 45).

como valor universal e princípio estratégico e tático com processos de desprezo interno pela democracia (daí abrindo passagem para a oligarquização), segundo Carlos Nelson Coutinho⁴⁵. Todas, sem dúvida, supervalorizando os aspectos voluntários e subjetivos dos constructos teóricos que formam a base sobre a qual dá-se o sentido da ação individual e coletiva dentro de organizações partidárias.

Já Rosa Luxemburg ira se direcionar para a segunda ordem de fatores a partir da sua visão mais política de oligarquização. Para ela, a contaminação que a lógica parlamentar produz nas organizações operárias é uma das principais fontes de desvios oportunistas e reformistas. No afã de compreender o processo oligárquico, Rosa, elaborará alguns conceitos: como o de “fetichismo da organização” e “conservadorismo do aparelho”⁴⁶, até, em certo sentido, aproximando-se metodologicamente dos teóricos do enfoque estrutural. Mas realmente o conceito que mais aproxima-se dos fenômenos que gostaríamos de descrever é o de “aparelhismo”: que não deixa de ser muito próximo dos propostos por Rosa. Entretanto, o

Também concorda com este argumento Clóvis B. Azevedo (1995).

⁴⁵ COUTINHO, Carlos Nelson. **Democracia e socialismo: questões de princípio & contexto brasileiro**. São Paulo: Cortez/Autores Associados. 1992. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 51). Passim. “Na verdade, a limitada concepção leniniana da democracia (sempre adjetivada e, como tal, relativizada) contribuiu para facilitar a emergência de alguns dos traços mais perversos do stalinismo; além disso, muitos dos equívocos da Terceira Internacional têm sua origem na tendência de Lenin a fazer do bolchevismo um modelo universal”. (p. 80). Isto porque, para Coutinho. Lênin desenvolve uma visão restrita de Estado (Coutinho, 1994). Exemplo do argumento de Coutinho: “. . . a república burguesa mais democrática não é mais do que uma máquina para a repressão da classe operária pela burguesia, da massa dos trabalhadores por um punhado de capitalistas”. (Lênin, 1980, 3^o v. , p. 77).

⁴⁶ Estes conceitos de Rosa Luxemburg são destacados por : WEBER, Henri. **Marxismo e consciência de classe**. Rio de Janeiro: Moraes Ed., 1977. p.161/164. O **conservadorismo do aparelho** diz respeito, segundo Rosa, ao papel preponderante dos órgãos de direção do aparelho partidário, no diapasão da luta política, no sentido de manterem, até o extremo, cada conquista, tornando-se assim, em bastiões da ordem estabelecida. O **fetichismo da organização** dá-se a partir da complexificação da estrutura burocrática que cria, cada vez mais, funções especializadas, divisão social do trabalho, processos incorporados pelos socialistas até com certos excessos.

“aparelhismo” é um conceito que procura captar o sentido da prática política produzida com o propósito oportunista de utilização da estrutura partidária (e até extra partidária) para fazer valer as suas propostas e o seu grupo: isto fica mais explícito quando existem vários grupos disputando a hegemonia de um partido (como no caso do PT). Não só o aparelho é meio de oligarquização, a maneira como ele é usado também contribui para a sua transformação em veículo oligarquizante.

Um outro aspecto oligarquizante nos partidos de esquerda, é a propensão destes para encararem o processo de representação no partido como um caso “jurídico formal”⁴⁷, ou seja, todos os setores do partido (mulheres, negros, homossexuais) só podem atingir uma representação proporcional (ou justa) a partir da criação de regras estatutárias, ou até de instâncias, pois senão dentro do jogo político tradicional (normal) eles não conseguiriam, como não conseguiram efetivamente. Isto representa o pensar burocrático, o pensar a política pelo ângulo formal, como se fosse apenas fazer a lei para fazer-se a justiça.

3.2 - Os pensadores liberais, como já dissemos anteriormente, não divergem da metodologia anterior no que diz respeito ao lugar da democracia e oligarquia na relação entre meios e fins, mas sim nas análises e parâmetros acerca do que seja realmente uma organização oligarquizada. Para estes se existirem regras não há problemas, só se elas não são cumpridas ou há uma exacerbação da autoridade (daí autoritarismo). Se não há disputa entre as elites. Mas existe um aspecto que ainda não

⁴⁷ Agradecemos ao professor Francisco Ferraz pela proposição do conceito.

foi explorado por nós: o da “máquina política”, que pode ajudar-nos analiticamente no estudo do PMDB (um caso de partido liberal brasileiro).

Este conceito foi criado para os partidos americanos, apesar de também já ter sido usado para casos de partidos brasileiros⁴⁸. O conceito de “máquina política”, por representar um estilo pragmático e flexível de fazer política, por estar ligado a uma dimensão motivacional de recompensas materiais e por mostrar o desenvolvimento técnicas políticas de patronagem, clientela e de dotações orçamentarias recompensatórias, parece encaixar-se como uma *luva* para os padrões brasileiros dos partidos políticos, ainda mais no caso do PMDB⁴⁹. Ou seja, a máquina política surge para satisfazer necessidades que de outro modo não seriam satisfeitas. E no Brasil o que mais falta é a atuação do Estado na resolução dos problemas sociais. Este, só serve para o benefício dos “de cima”, dos que se servem dos partidos para alcançarem o poder e utilizá-lo em benefício próprio. “Nesse sentido, o pragmatismo reproduz uma lógica conformista, que implica aceitação e reforço do estado de coisas vigente” (Diniz, 1982, p. 44).

⁴⁸ Do ponto de vista mais conceitual ver principalmente os estudos de Merton, dentre eles: MERTON, Robert. *Teoria y estructuras sociales*. 3 ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1992. No Brasil, ver: DINIZ, Eli. *Voto e máquina política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁴⁹ Vejamos na visão de Merton (1992) como surgem as máquinas políticas: “. . . 1) el contexto estructural [grifo do autor], que hace difícil, si no imposible, que estructuras con sanción moral realicen funciones sociales esenciales, dejando así abierto la puerta a las máquinas políticas (. . .) para que realicen aquellas funciones, y 2) los subgrupos cuyas necesidades distintivas quedan insatisfechas, excepto por lo que respecta a las funciones latentes que la máquina realmente efectúa”. (Merton, 1992, p. 148)

4 - O conceito de partido democrático/oligárquico:

O primeiro ponto a ser examinado nesta dimensão é o que diz respeito ao significado de partido democrático. O conceito de partido democrático deve servir de parâmetro tanto quanto o de partido oligarquizado. Como já foi dito, não existe apenas uma dimensão no conceito de oligarquização, sendo possível que certos partidos (ou até todos) sejam oligarquizados em uma (é o caso da dimensão explorada pelos elitistas: a do partido “em si”, nos seus aspectos formais) e não sejam em outra (que é o caso da dimensão que articule a estrutura e os objetivos e a prática, isto é, os meios e os fins). Por isso, o conceito de partido democrático deve carregar consigo a diversidade das suas múltiplas determinações: os aspectos legais, os grupos internos, a relação meios e fins. Robert Dahl⁵⁰, por exemplo, escreveu, numa crítica aos elitistas, que a existência de uma elite política não pode depender, ou se basear, nas regras do jogo democrático (ou da democracia), mesmo que elas sirvam para alguma espécie de distribuição assimétrica de poder na sociedade. A própria questão da renovação dos membros dos órgãos de poder nos partidos é contraditória, dependendo da interpretação tanto pode atestar oligarquização como não. Nesse sentido, é relevante adiantar uma hipótese conceitual para um partido democrático: **levando em consideração os objetivos e as diferenças internas dos partidos, serão considerados democráticos os partidos que fizerem eleições, tiverem publicidade dos atos e discussões, exercerem o hábito da discussão política e ideológica, incerteza de quem vencerá as disputas, e outras questões procedurais. São**

⁵⁰ DAHL, Robert. Uma crítica ao modelo de elite dirigente. In: AMORIM, Maria S. (org). *Sociologia Política II*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. p. 90-100.

oligarquizados os partidos que além de terem estruturas elitistas ou burocráticas, não articularem satisfatoriamente os meios e fins nos processos decisórios.

E o tipo de oligarquização pode ser elitista ou burocrática dependendo da forma como o partido for organizado. **Elitista:** se os mandatários (ou outro tipo de elite política) dominarem estavelmente o poder de partidos com fraca estruturação verticalista apenas concernente às mínimas exigências institucionais e através de círculos internos, facções de interesses, ou outra forma organizacional de tipo flexível e que priorize os objetivos materiais em detrimento dos ideológicos. **Burocrática:** se o poder partidário for exercido excludente e aparelhisticamente por grupos organizados através do domínio do aparelho interno constituído por uma vasta rede de instâncias, e seguindo uma dinâmica organizacional em que o poder partidário seja um fim em si mesmo, norteando a ação interna e externa do partido, isto em detrimento dos objetivos programáticos e da própria ideologia proposta.

METODOLOGIA

1 - Para alcançar os objetivos propostos neste estudo foram utilizados os seguintes procedimentos:

1.1 - Análise de dados das listas de membros das instâncias partidárias (Diretório Regional e Comissão Executiva Regional) no sentido de conhecer os processos de estabilidade dos dirigentes estaduais. Esta estabilidade será determinada via as categorias propostas por Schonfeld (1980), oriundas da obra de Michels (1982), quais sejam: a) **Renovação simples**, categoria que engloba todos os militantes escolhidos para as instâncias e que estão no seu primeiro mandato. b) **Renovação da elite**, categoria que engloba todos os militantes da categoria anterior menos os que se enquadram como elite: mandatários em nível federal (Presidente, Senador e Deputado Federal) e estadual (Governador e Deputado Estadual), mais os cargos de confiança dos primeiros escalões em nível federal e estadual (Ministros, Secretários de Estado, Presidente de Estados e Autarquias). c) **Crescimento**, categoria que apresenta o aumento do número de postos de uma troca para outra. d) **Quantidade da renovação**, categoria que revela a influência do crescimento dos postos para a renovação simples. e) **Substituição simples**, categoria que engloba a substituição dos membros antigos pelos novos (já incluindo-se também aqueles que retornam aos postos), descontando-se o peso inercial do aumento do número de postos. A fórmula de Schonfeld é a seguinte:

$$\frac{(n + r) - p}{P}$$

n - militantes novos (1º mandato)
r - retornantes

p - postos acrescidos
P - número total de postos

f) **Substituição da elite**, categoria que engloba a substituição dos membros antigos pelos novos (igualmente a anterior) só que nesta há a retirada dos militantes identificados como de elite (igualmente à renovação da elite):

$$\frac{(n + r) - p - e}{P}$$

n - militantes novos (1º mandato)

r - retornantes

p - postos acrescidos

e - elite

P- número total de postos

g) **Permanência**, categoria que engloba os membros que permanecem de uma troca para outra.

Os dados obtidos das listas das instâncias partidárias foram analisados para captar o desenvolvimento das tendências próprias de estabilidade (capítulo 3); e foram analisados também a partir das questões estatutárias e políticas vinculadas as constituições das instâncias partidárias (capítulo 4). Para tanto foi feito: (a) uma análise dos Estatutos e Regimentos Gerais dos partidos e (b) um levantamento histórico-político dos processos políticos das Convenções Estaduais. Estes estudos utilizaram fontes primárias (como os Estatutos e Regimentos Gerais; material informativo dos partidos, tais como: boletins, jornais, documentos), e fontes secundárias (matérias e artigos de jornais e revistas, bem como estudos acadêmicos e políticos). Os processos pesquisados correspondem prioritariamente em relação às Convenções que apresentaram padrões típicos das formas organizacionais dos partidos. Foram utilizadas também entrevistas sobre fatos históricos e políticos com membros dos partidos (a lista dos entrevistados está no final desta metodologia).

1.2 - Levantamento histórico-político das formações dos grupos internos, dos modelos de organização dos partidos e de biografias políticas das principais lideranças (capítulos 5 e 6). Sobre os grupos internos e círculos de poder foram feitas pesquisas em fontes primárias (material dos partidos e grupos internos, tais como, jornais, documentos, manifestos, teses), e fontes secundárias (matérias e artigos de jornais e revistas, bem como estudos acadêmicos e políticos sobre os partidos). Entrevistas com membros dos partidos e de grupos internos (destes) foram realizadas sobre processos históricos e políticos dos partidos.

1.3 - Análise de documentos que examinam as instâncias partidárias (além do DR, CE e Convenção Estadual). Os documentos utilizados foram (a) os Estatutos e Regimentos Gerais dos partidos (formação dos organogramas dos partidos), (b) material produzido pelos partidos (imprensa), (c) entrevistas sobre fatos organizacionais feitas com militantes partidários (capítulo 8).

1.4 - Análise das nominatas proporcionais e majoritárias dos partidos (dados fornecidos pelos partidos e pelo TRE), bem como de processos políticos de formação das mesmas. Levantamento dos processos de formação dos programas de governo e do relacionamento entre as bancadas/executivos e partidos. Para tanto foi preciso: a) análise de fontes primárias (material dos próprios partidos), fontes secundárias (matérias e artigos de jornais e revistas), e entrevistas sobre estes fatos com militantes dos partidos.

2 - Para a execução dos objetivos que procuravam ver os fatores subjetivos de organização/oligarquização dos partidos foram feitos:

2.1 - Entrevistas com militantes dos partidos (sobre conceitos estratégicos e questões programáticas).

2.2 - Análise de conteúdo em cima de teses, documentos e teses dos partidos e dos seus grupos internos. Análise também em fontes secundárias (matérias e artigos de jornais e revistas, bem como de estudos acadêmicos e políticos sobre os partidos)

3 - Para uma análise geral das duas dimensões contidas nos objetivos (objetiva e subjetiva) foram realizadas pesquisas quantitativas (por Conglomerados) nas Convenções Estaduais dos partidos. Estas perguntas visavam esclarecer: a) perfil dos militantes em relação as suas participações nas instâncias dos partidos, nas eleições e movimentos sociais, bem como dos aspectos sociais (profissão, cidade, sexo); b) opinião dos delegados estaduais acerca de duas ordem de fatores, organizativos e programático dos partidos, bem como de questões de ordem pessoal (objetivos políticos pessoais).

Na Convenção do PMDB (maio de 1995), foram entrevistados 75 delegados num universo de 352, ou seja, 21%. A representatividade da amostra foi validada pelos resultados da escolha da chapa (e Presidente) para a composição do DR. Na pesquisa a situação recebeu 88% do votos enquanto na Convenção 87%, a oposição recebeu respectivamente 7% (pesquisa) e 12% (Convenção) e os votos

brancos foram 1% nas duas ocasiões, além do que na pesquisa apareceram 3% de votos indecisos.

Na pesquisa realizada no Encontro (Convenção) Estadual do PT, foram entrevistados 93 delegados de um total de 414, ou seja, 22%. A representatividade, foi a seguinte: a) para a votação do Presidente regional do PT, Olívio Dutra recebeu 68% dos votos na pesquisa e 70% no Encontro, Adeli Sell recebeu 26% na pesquisa e 30% no Encontro, e ainda foram verificados 7% de votos indecisos na pesquisa; b) para a votação das chapas do DR, a chapa da Opção de Esquerda (mais outros grupos de esquerda) recebeu 57% dos votos na pesquisa e 59% no Encontro, a chapa do Campo Amplo e Democrático recebeu 26% na pesquisa e 32% no Encontro, a chapa do PT na Luta e na Vida (e de outros grupos) recebeu 3% na pesquisa e 9% no Encontro, e ainda foram encontrados 14% de votos indecisos na pesquisa.

Militantes entrevistados:

- **Antenor Ferrari** (PMDB) em 18/5/1995: Presidente do MDB de Bento Gonçalves; Vereador em Caxias do Sul, Deputado Estadual em 1978, 1982 e 1986; Presidente da Assembléia Legislativa do RS em 1983; Secretário da Saúde e Meio-Ambiente do RS de 1987/90; Vice-Presidente do PMDB/RS em 1986; candidato a Deputado Federal em 1990; Suplente da Comissão Executiva em 1993 e 1995; candidato a Deputado Estadual em 1994; Membro do DR do PMDB desde 1983; foi também advogado do MDB/PMDB.

- **Sérgio Panasuk** (PMDB) em 19/5/1995: Presidente da Zonal 111 do PMDB de Porto Alegre; candidato a Vereador em 1988 e 1992; membro do Diretório Municipal de Porto Alegre em 1995.

- **Adeli Sell** (PT) em 13/7/1995 e 11/9/1995: membro do DR e da CE do PT/RS desde 1981; candidato a Deputado Federal em 1982; candidato a Deputado Estadual em 1990; Foi Secretário-Geral do PT de 1993/95; foi membro do grupo petista o Trabalho, da Articulação e é atualmente do Campo Amplo e Democrático; foi candidato a Presidência do PT/RS em 1993 e 1995.

- **Marco Aurélio Fernandes** (PT) em 22/7/1995: Assessor sindical do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre; membro da tendência do PT, Força Socialista; foi militante do movimento estudantil em nível secundário e universitário.

- **Natalício Corrêa** (PT) em 01/8/1995: membro da CE do PT/RS em 1993 e 1995, quando foi Secretário de Organização; membro da Articulação e depois da Articulação de Esquerda/OE; Presidente do PT de São Leopoldo em 1995.

- **Jairo Carneiro** (PT) em 23/8/1995: Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre; Presidente da CUT/RS em 1994; membro do DR do PT em 1992.

- **André Forster** (PMDB) em 30 e 31/8/1995: fundador do IEPS do MDB; Vereador de Porto Alegre de 1982/88; membro do DR e da CE do PMDB/RS

desde 1983; Secretário de Estado do RS em 1988; Presidente do PMDB/RS escolhido em 1990, 1993 e 1995.

- **Flávio Koutzii (PT)** em 14/9/1995 e 5/10/1995: Vice-Presidente do PT/RS; Vereador de Porto Alegre em 1988; Secretário Municipal de Porto Alegre em 1989; Deputado Estadual em 1990 e 1994; Membro do coletivo Esquerda Democrática/OE.

- **Marcos Rolim (PT)** em 14/9/1995: Vereador em Santa Maria; Deputado Estadual em 1990 e 1994; Vice-Presidente do PT/RS em 1993. foi membro da tendência Nova Esquerda e é atualmente membro da tendência Democracia Radial e do bloco Campo Amplo e Democrático.

- **Roque Dal Ross (PMDB)** em 15/12/1995: assessor da bancada do PMDB da Assembléia Legislativa do RS.

- **João Bruza Netto (PMDB)** em 02/4/1996: Deputado Estadual na época do PTB; Secretário-Geral do PMDB/RS em 1983; membro do DR desde 1980.

PARTE 2 - O SURGIMENTO DO PT E DO PMDB

Os partidos políticos não surgem do nada e nem são frutos do acaso. Muito pelo contrário, a criação de um partido depende do interesse e ação dos homens e mulheres em relação a participação organizada no jogo político, seja institucional ou não. Nos casos dos partidos brasileiros em questão, o PT e o PMDB, só surgiram no quadro partidário da reformulação institucional de 1979/80 porque atendiam a dois processos políticos: um que constituía-se na própria dimensão institucional; e um outro que, senão totalmente, pelo menos em grande parte, situava-se fora da dimensão institucional. O primeiro processo, diz respeito à reforma partidária “em si” e ao contexto no qual ela estava inserida: de articulação entre os objetivos de grupos ditatoriais (Golbery e os sorbonistas), pois estes procuravam controlar a dinâmica da “abertura”, e a experiência partidária-eleitoral do bipartidarismo que conferia ao MDB uma força eleitoral superior ao seu caráter mais próprio de negação à ditadura militar, principalmente pela feição plebiscitária que vinham assumindo as eleições a partir de 1974¹. O segundo processo, engloba a (re)emergência dos movimentos sociais (novos e velhos)² em toda a sua extensão e complexidade: a força e limitação dos acontecimentos ocorridos no final da década de 70 que propiciavam uma maior visibilidade para atores até então em ostracismo ou inexistentes do ponto de vista da política institucional.

Tudo isso, corrobora o procedimento analítico perscrutador das condições nas quais os partidos políticos surgem e às quais os partidos jamais

¹ Para alguns cientistas sociais a força eleitoral do MDB a partir de 1974 contribuiu para o fim da ditadura militar e o desenvolvimento do processo de abertura (abertura regulada). Lamounier (1988 e 1989), Soares (1984).

² Entre os velhos temos o sindical, estudantil, comunitário, profissional, etc.; entre os novos temos o dos sem terra, os diversos de gênero, de direitos humanos e do consumidor, etc.

poderão se livrar totalmente - ainda mais se levarmos em consideração o tempo de existência do PT e do PMDB. Por isso, o conhecimento do que vem a ser o fenômeno PT e PMDB - enquanto partidos políticos -, deve levar em consideração, numa etapa inicial de análise, como estes se comportaram diante da reforma partidária implementada pela ditadura militar em 1979 e o revigoramento da sociedade civil por intermédio dos movimentos sociais.

CAPÍTULO 1 - A REFORMA PARTIDÁRIA DE 1979 E OS MOVIMENTOS SOCIAIS.

1 - A Reforma partidária de 1979.

No Brasil, é usual a interferência do Estado - mais precisamente por intermédio do executivo e favorecendo os interesses das elites políticas brasileiras - no ordenamento dos partidos políticos³. Além de prescrever como eles devem ser, por exemplo, número de filiados e estrutura organizacional, o Estado tem também interferido nas questões de quando devem ser criados e extintos, como no caso da reforma partidária de dezembro de 1979⁴.

A reforma partidária, na verdade, não especificava se este ou aquele partido deveria ser criado, mas ao mesmo tempo, pelas exigências estabelecidas para a legalização dos novos pretendentes, não abria uma perspectiva muito ampla, pois determinava condições difíceis de serem atendidas pelos movimentos que não

³ No caso da reforma de 1979: "A Reforma Partidária concedeu ao Estado um papel central na conformação da organização partidária através de dois mecanismos: uma legislação minuciosa sobre as estruturas internas dos partidos e o poder de declará-los legais ou ilegais." (Keck, 1991, p.105). Vide também as várias obras que tratam da interferência do Estado como sinal da fragilidade do sistema partidário brasileiro.

⁴ O Governo mandou o projeto ao Congresso em outubro de 1979 e ela foi promulgada em 20/12/1979 sob o número 6.767. Ela extinguiu a anterior criada pelo ato institucional nº 4 de 20/11/1965 que criou o bipartidarismo. A LOPP de 1971 (nº 5.682), no que concerne as estruturas de deliberação, de execução, etc., foi mantida em 1979.

tivessem já uma estruturação nacional e ligada aos vários níveis de mandatos eletivos, como no caso do PT. Determinava diretamente também a extinção do MDB a ARENA, medida que, juntamente com a anterior, direcionou a maioria do extinto MDB para a manutenção da mesma estrutura via a criação do PMDB.

Quer queiram ou não, o PT e o PMDB foram, até certo ponto, *filhos* do Estado, assim como os partidos do sistema partidário-eleitoral de 1945/66 e os da época da ditadura. Isto não invalida às posições críticas dos dois movimentos partidários à interferência do Estado. Mas as estruturas criadas e mantidas pelos novos partidos não foram tão críticas quanto os discursos.

As reações dos militantes fundadores do PT e PMDB à reforma de 1979 foram diferenciadas desde o momento em que esta não passava de uma especulação do governo e até ao momento de adequação dos partidos às novas exigências de legalização contidas na nova legislação. É claro, de comum, existiam críticas à ditadura e ao ordenamento do sistema partidário-eleitoral, mas também existiam diferenças importantes entre as visões oposicionistas à reforma partidária, caracterizando conteúdos político-partidários diferentes em termos ideológicos, estrutura e ação partidária, principalmente se levarmos em consideração esses dois momentos: o de discussão anterior à reforma; e o de organização dos novos partidos.

Pelo lado dos militantes do movimento pró-PT, a reação inicial não chegou a assumir uma forma de aprovação, apesar da reforma propiciar a materialização do objetivo principal daquele movimento que era fundar um novo

partido diferente dos legais do momento (o MDB e a ARENA); dos partidos pré-1964 como o PTB; ou dos outros partidos propostos por membros da oposição⁵. Os agentes deste movimento por estarem em sua maioria alijados da política partidária e eleitoral da ditadura viam na possibilidade de criação de um partido alternativo a chance para um salto qualitativo em matéria de participação política para setores até então marginalizados da arena institucional⁶. Isso fazia com que, se por um lado, o projeto de “abertura” da ditadura, em seu conteúdo mais global, era criticado pelos simpatizantes do movimento, por outro lado, a reforma de 1979 possibilitava a formação do PT - muito embora, os principais objetivos dos idealizadores da reforma tenham sido direcionados para o racha da oposição⁷. O que era realmente expressado pelos militantes do movimento pró-PT era a contrariedade com a não possibilidade dos trabalhadores poderem influir diretamente nos destinos políticos do Brasil, incluindo-se aí também a escolha do tipo de sistema partidário e eleitoral adequado aos interesses populares.

Entretanto, é entre os membros do MDB que encontraremos uma reação mais crítica⁸. O MDB no começo (até 1974) não conseguia empolgar o

⁵ “. . . a ideia da organização de um partido de trabalhadores, que não se subordinasse ao MDB ou às alternativas que surgiam com Brizola e a reorganização do trabalhismo populista, ou de organização de um Partido Socialista mais amplo do que fora a experiência elitizada do PSB de 1946 a 1966. Ou ainda, ideias como de um ‘Partido dos Assalariados’, como propunham alguns intelectuais que resistiram ao regime militar, dentro do país e não no exílio.” (Pont, 1992, p.6)

⁶ No jornal *Em Tempo* de outubro de 1978, Maurício Lemos e Sandra Starling comentam as brechas na legislação eleitoral com vista a formação de um partido de esquerda. (*Em Tempo*, n. 34 de 1978).

⁷ Ver: José Álvaro Moises, *Lições de Liberdade e Opressão*. “Embora se reconhecesse amplamente que isto [a reforma] constituía um estratagema para dividir o MDB, a oposição vinha há longo tempo reclamando o direito de formar novos partidos políticos e não podia facilmente opor-se a essa ideia, quando finalmente ela se concretizou.” (Keck, 1991, p. 105)

⁸ Nesse ponto discordamos de Keck (1991, p. 105): “Aparentemente, só o PT protestou contra a extensão e o conteúdo de tal regulamentação estatal; na realidade, ela era típica do papel histórico do Estado no Brasil, não sendo vista como uma aberração”. Se, o que Keck diz pode ser verdade em relação as regras para a legalização (coisa que veremos mais a seguir) não é verdadeiro do ponto de vista da discussão antecessora à promulgação da reforma em dezembro de 1979.

eleitorado e não conseguia se transformar numa alternativa legal à ARENA (governista), mas a partir de 1974 obtém resultados eleitorais expressivos em todos níveis (das Câmaras de Vereadores ao Senado Federal), revertendo parcialmente a sua importância no jogo institucional. Estes resultados serviram de base para que muitos políticos - principalmente os ligados ao MDB - e cientistas sociais vissem no processo eleitoral o meio principal de desenvolvimento da “transição” brasileira. Para os emedebistas, a volta de um sistema partidário e eleitoral plural deveria ser concretizado apenas no momento em que a “transição” já estivesse concluída. Até porque, entendiam os políticos do MDB, juntamente com certos intelectuais, a “transição” para um Estado de Direito controlado pelos civis só deveria e seria realizada a partir da união em torno do partido oposicionista oficial.

“O pluripartidarismo deve nascer junto com a democracia, enfatiza Pedro Simon, procurando deixar claro que não concorda com uma etapa anterior, quando seriam criados os novos partidos, e outra posterior, quando a democracia seria atingida.” (Entrevista de Pedro Simon ao jornal Movimento nº 177, 1978)

É comum encontrarmos documentos⁹ tais como notas, discursos, entrevistas, de membros do MDB condenando a manobra governista: como este discurso do Senador Paulo Brossard no senado em outubro de 1979.

“ . . . que, extintos os partidos [MDB e ARENA], estaria aberto o ciclo da violência neste País (. . .) Por que, afinal de contas, o que vale a oposição democrática, neste País, quando ela pode ser riscada pela Maioria e, como

⁹ Dentre estes está o próprio manifesto de fundação do PMDB: “. . . Com a extinção do MDB, o regime autoritário tomou a mais violenta de uma longa série de medidas que se assemelham todas no fundamental. Sempre que as oposições, fiéis à vontade popular, ameaçaram o poder discricionário e se constituíram em alternativas de governo, o sistema, mudando casuisticamente as regras vigentes, procurou impedir essa alternância. Agora, perpetra-se, repete-se e perpetua-se o golpe de Estado, com flagrante ofensa aos princípios constitucionais”. (Manifesto dos Fundadores do PMDB à Nação, s/d, p.9).

esta, ter que começar outra vez, lá em baixo, um caminho que só ela sabe (. . .) o que lhe custou?”¹⁰

Na verdade, além da crítica aos projetos ditatoriais enunciados pelos emedebistas, o “mau humor” à reforma de 1979 tinha como principal motivador a perda do monopólio oficial oposicionista. A denúncia dos objetivos eleitoreiros do governo (com vistas às eleições renovadoras do colégio eleitoral que escolheria o Presidente em 1984) vinha acompanhada por um temor de perda do controle do único canal disponível em nível oficial para a oposição discutir e decidir os destinos do país (MDB). Ainda mais, porque o MDB e a ARENA não possuíam uma vinculação mais estreita com os movimentos populares e, por isso, não podiam falar em nome da sociedade civil organizada. A extinção do MDB, como dizia Brossard, faria com que todo o trabalho do partido oposicionista oficial fosse jogado por “água a baixo”, sobretudo porque a força do MDB, na nossa opinião, não era tanta porque representasse a oposição, mas por ser o único canal em que esta podia expressar-se partidariamente de maneira legal.

Em matéria de organização partidária, a exclusividade do MDB trazia consigo implicações democráticas e participativas internas que, sem dúvida, potencializavam a ocorrência de um racha na oposição se a proposta multipartidária fosse implementada - para a preocupação dos líderes emedebistas e satisfação dos governistas. Uma coisa é a existência de um único partido para expressar, organizar e representar todos os setores anti-ditadura; e a história do MDB mostrou que os

¹⁰ BROSSARD, P. A extinção do MDB e a linguagem presidencial. (discursos proferidos nas sessões de 22 e 23 de outubro de 1979).

setores moderados¹¹ exerceram o controle do partido, em detrimento dos autênticos¹², militantes dos movimentos sociais, de grupos de esquerda e intelectuais progressistas. Outra, é a possibilidade de reabilitação da pluralidade natural do ambiente político-partidário em todos os seus matizes. Se para Duverger o sistema eleitoral influencia o sistema partidário¹³, podemos dizer que, num certo sentido, o sistema partidário também possui os seus condicionamentos sobre a organização partidária. E o sistema partidário que vigorou entre 1965 e 1979 favorecia o aparecimento de fenômenos oligarquizantes: tanto pelo controle dos políticos mais moderados do poder no MDB, como pela própria ideologia hegemônica mais limitada à dimensão institucional e formalista, entre os membros deste partido (e dos que depois foram criar o PMDB).⁴ Por isso, a possibilidade de quebra deste monopólio para os líderes emedebistas representava a perda da base de sustentação de seu poder, justamente porque a separação partidária que se concretizaria, caso a reforma viesse, apartaria o bloco de cima (mandatários de perfil mais centralista entre os quais estavam: Ulisses Guimarães e Pedro Simon) dos setores mais à direita e esquerda.

No RS, o problema do racha no MDB era ainda maior que em outros Estados. Neste, as heranças do antigo PTB permaneciam vivas e os políticos identificados com o trabalhismo articulavam-se no sentido de recuperarem a sigla e a organização partidária pré-1965. O MDB no RS serviu de principal escoadouro para os políticos do PTB - os que não foram cassados, exilados - dos quais saíram as suas maiores lideranças, como exemplo, Pedro Simon e Siegfried Heuser; com exceções

¹¹ Denominação a setores mais colaboracionistas. Ver: KINZO, M. D. G. **Oposição e autoritarismo - gênese, trajetória do MDB: 1966-1979**. São Paulo: Vértice, 1988. p.57.

¹² Denominação aos políticos mais progressistas. KINZO, loc. cit.

¹³ Tese de Duverger para a característica dos sistemas partidários. In: DUVERGER, op. cit.

como Paulo Brossard que era do ex-PL. Entretanto, já no final dos anos 70, existiam novas lideranças que não tinham passado pelo PTB ou que não tinham tido uma carreira mais expressiva neste: como Ibsen Pinheiro e José Fogaça,. Nesse sentido, em 1979, ano em que as discussões se tornaram mais fortes acerca da formação dos novos partidos, trabalhistas residentes no MDB como Matheus Schmidt, Sereno Chaise, Aldo Pinto, Alceu Collares, Magnus Guimarães, procuravam reconstruir o PTB, agora sob a principal liderança de Leonel Brizola. O MDB já vinha criando ao longo dos 14 anos de sua existência uma certa cultura e patrimônio próprio, baseados em grande parte na luta anti-ditadura dentro das condições de ser o único partido opositorista. Mas, a fundamentação ideológica e até política do MDB e das suas lideranças, não deixava de ser a do PTB; o perfil de eleitorado emedebista em muito se parecia com o petebista. Enfim, era muito delicado o domínio sobre a herança trabalhista no RS e a possibilidade de formação de novos partidos em 1979, processo que poderia garantir o retorno do PTB, não deixava os políticos no MDB muito a vontade.

Os movimentos que viriam posteriormente formar o PT e o PP não eram vistos como ameaça pelo MDB. O PT não exercia um atrativo maior para os mandatários pelos riscos que proporcionava em relação as poucas possibilidades eleitorais; e o perfil do PP, no RS, era basicamente de colaboracionistas do regime militar que até nem garantiam uma **alternativa** mais conservadora a transição, visto que a maioria dos pepistas no RS saíram da ex-ARENA: Sinval Guazzelli, Arno Carrard, Clóvis Asmann.

Um outro motivo para a visão negativa no MDB à reforma de 1979 dizia respeito a força eleitoral que seria perdida pelo seu sucedâneo (PMDB), mesmo que ex-petebistas como Simon, Heuser, Bruza Neto não estivessem no novo PTB ou no PT e que com a saída de “brizolistas” e petistas o caminho para o controle mais efetivo do PMDB seria mais garantido. A estratégia do voto útil em 1982¹⁴ procurava responder a essa questão.

Em relação às exigências da nova legislação ao que concerne às condições de legalização e à estrutura interna (que permanecia inalterada em relação a Lei Orgânica dos Partidos Políticos de 1971) a posição se inverte entre o PT e o PMDB, quando estes vão construir as novas estruturas partidárias.

Se o movimento pró-PT foi favorecido pela possibilidade de construir o seu próprio partido, ele foi o que mais sofreu para atender os requisitos de legalização: os postulantes aos novos partido deveriam, ao criar uma Comissão Diretora Nacional Provisória formada por 9 ou 11 dos membros fundadores (de no mínimo 101), publicar o manifesto, programa e estatuto, que por sua vez, deveria ser apreciado pelas Comissões Estaduais e Municipais (designadas aquela pela nacional e esta pela Estadual); tudo isso passando pelo Tribunal Superior Eleitoral. Depois do registro provisório, os partidos teriam 12 meses para realizarem as convenções municipais em pelo menos 1/5 dos municípios de no mínimo 9 Estados da federação. Além disso, era necessário a cifra de 10% entre os membros do Congresso Nacional ou 5% dos votos nas eleições subsequentes. No RS, o PT apenas em 1981 atinge aos

¹⁴ Ver: Ferreira (1991).

47 municípios organizados, passando para 52 (com 4 comissões provisórias) em 1982. Em número de filiados, em 1982 atinge em torno de 15.728. Números que demonstram a dificuldade para o PT conseguir a legalização.

O PMDB, por seu lado, ao transpor para si quase toda a estrutura do MDB não teve maiores dificuldades em conseguir o mínimo necessário de municípios com DM ou comissões provisórias, que no RS representava 47 municípios. O PMDB conseguiu, é claro, muito mais do que isso, chegando a existir em todos os municípios do Estado; alguns¹⁵ o consideravam, com a assimilação do PP o maior partido do RS depois da reforma de 1979, mesmo com todos os seus temores e rachas. Isso ocorreu porque o PDT não conseguiu recuperar todos os seus políticos de antes de 1965; em 1982 o PP se incorpora ao PMDB; e o PT apenas consegue tirar uns poucos vereadores e a TS - Tendência Socialista - do MDB (que eram algumas centenas de militantes de base sindical, social e assessores).

No que toca a reprodução da estrutura verticalista existente na LOPP, o PT assume uma posição mais contestadora, pois dos dois é o que produz alternativas mais explícitas ao ordenamento proposto pela reforma:

“Os Estatutos tinham que seguir, obrigatoriamente, a Lei Orgânica dos Partidos, herdada do regime militar. Desde logo, surgiu a idéia de um Regimento Interno que ultrapassasse a LOPP, democratizasse a organização partidária e criasse regras próprias distinguindo os formalismos que a lei nos impunha e a necessidade de um outro projeto de construção partidária que nos animava, que previsse nucleação de base, democracia interna e outros critérios orgânicos não previstos ou autoritários e eleitoreiros que a LOPP continha, a ainda contém, pois,

¹⁵ Ver o jornal Voz da Unidade.

permanece em vigor, até hoje, mesmo após a nova Constituição de 1988.”¹⁶

É o caso dos núcleos de base, estruturas que no início, em parte, se assemelhavam às células comunistas¹⁷ e que emprestavam uma feição mais horizontalista às instâncias municipais, estaduais e nacionais; e o caso das pré-convenções que serviam para discussões mais amplas e aprofundadas, processo que a simples convenção não proporcionava¹⁸. Os núcleos realmente no RS, e em todo o Brasil, representaram um importante papel na formação do PT. Por volta da metade de 1980, segundo o jornal *Em Tempo*, existiam cerca de 28 núcleos no Estado, contabilizando por volta de 1000 militantes mais ativos¹⁹. Militantes que fundaram o PT. O próprio embrião da estrutura do PT, no ano de 1979 era constituído pelos núcleos e pelos secretariados. Só que das intenções iniciais:

“Qual era o sonho original do PT?”

“Lula: A gente deveria criar um núcleo por vila, um núcleo por escola, um núcleo por movimento social. E, na verdade, a gente disputou muito as eleições e a gente deixou os núcleos num plano secundário. Um partido como o PT, para ganhar uma eleição, para governar e para poder implementar um programa, precisa estar muito enraizado na sociedade. Acho que os núcleos ainda continuam sendo uma grande forma de criar um partido efetivamente de massas.” (Entrevista de Lula a Harnecker, 1994, p.86)

¹⁶ PONT, Raul. *Breve História do PT*. Brasília: Congresso Nacional, 1991. p. 12.

¹⁷ Existe uma certa polêmica entre a semelhança dos núcleos e as células. Para alguns petistas ela é verdadeira, como nos diz Koutzii, mas a visão de Weffort é diferente: “Não se falava de outra coisa a não ser de núcleos. Queríamos núcleos. E sabe por quê falávamos de núcleos de base? Para não falar de células, porque entendíamos que células remetiam à ideia de um partido de quadros e queríamos um partido aberto, em que as pessoas se sentissem como se estivessem em casa, e participassem com a maior naturalidade. Não queríamos um partido com burocratas.” (entrevista de Weffort a Hanecker, 1994, p.85).

Para os analistas, há também a semelhança: “Suas características de composição e funcionamento podem ser definidas como um tipo *misto* de ‘seções socialistas’ e ‘células comunistas’.” (Meneguelo, 1989, p.92).

¹⁸ A convenção oficial prescrevia a abertura das urnas para a votação do DR às 9h e fechamento às 17h do mesmo dia.

¹⁹ *Em Tempo* nº 107 de 3 a 18/6/1980, p. 5.

os núcleos não conseguiram manter as suas tarefas originais que eram de organização e discussão. Na verdade, os núcleos são lembrados pelos petistas e pelos críticos sociais como um importante meio de desenvolvimento de democracia interna²⁰ de um partido.

“... são a garantia de que o partido seja construído democraticamente de baixo para cima, ligando os trabalhadores aos movimentos de massa. São eles que identificam e diferenciam, na prática, o PT dos outros partidos, porque eles são o local de discussão dos problemas dos trabalhadores nos bairros, nas fábricas, nas fazendas, nas escolas, nas ruas. . .”²¹

Só que no próprio estatuto do PT em 1981 os núcleos perdem o seu poder de decisão ao serem enquadrados como órgãos de cooperação. Isso, para os setores de esquerda, não ocorreu por causa da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, mas por medo dos setores ligados aos sindicalistas, intelectuais e políticos²², que temiam um predomínio das organizações de esquerda via os núcleos²³. Importante também, é o peso das eleições, tanto para os inchaços como para o debilitamento dos núcleos.

Entretanto, o que é demonstrado com isso não deixa de ser a fragilidade que mecanismos mais basistas têm na política brasileira, mesmo para um partido com fortes ligações com os movimentos sociais. Aqui também, o peso do Estado se faz presente, principalmente pela agenda eleitoral e a estrutura dos

²⁰ “Os núcleos de base não são órgãos estabelecidos pela LOPP e não figuram nos estatutos de qualquer outro partido político. São concebidos como locus de organização democrática partidária de base e de educação política...”. (Meneguelo, 1989, p.92). “O Núcleo é, conceitualmente, uma unidade de democracia e ação. No plano da democracia interna ele viabiliza a participação do filiado, dando-lhe acesso à informação, à discussão e à decisão”. (Gurgel, 1989, p.99)

²¹ Documento da Secretaria de Filiação e Nucleação do PT-SP de outubro de 1980. (Keck, 1991, p.126)

²² Que a partir de 1983 formarão a ART.

²³ Ver: Em Tempo de agosto de 1980.

gabinetes de vereadores e deputados que, em parte, minam o poder dos núcleos em aglutinação, expressão e organização dos setores populares e dos militantes do PT. Os núcleos tornavam-se necessários dado a pluralidade de atores que ingressaram no movimento PT e que militavam em vários tipos de movimentos sociais; movimentos que precisavam de poder na estrutura partidária mas que não queriam se integrar às instâncias tradicionais, por isso, uma estrutura que ficasse mais ao seu alcance, ou seja, nos locais de trabalho, moradia, por gênero, era mais fácil. Só que com isso, uma complexa estrutura para lidar com toda essa diversidade era demandada, estrutura que podia cair nos vícios aparelhistas, burocráticos e internistas, o que parece ter acontecido.

O PMDB, reproduziu (e reproduz) totalmente a estrutura da Lei Orgânica dos Partidos Políticos. A LOPP não era nenhum exemplo de burocratização aparelhista, mas sim de oficialismo, verticalismo, predomínio de mandatários: fatores motivadores de processos oligarquizantes elitistas. A vantagem que o PMDB tinha em relação aos outros era a sua penetração em todo o RS, um maior número de lideranças públicas e uma base de técnicos e intelectuais já experimentados pelas assessorias parlamentares. Tudo isso dava a impressão de ser o PMDB o partido mais organizado do RS, mas este tipo de organização não traduz um conteúdo participativo, ativo da militância e sim formal e eleitoreiro.

2 - Movimentos sociais.

“Apresentando uma comunicação ao IV Encontro Regional de História de São Paulo, realizado em 1978, o historiador Kazumi Munakata afirmava que o ‘acontecimento político mais importante do primeiro semestre deste ano não foi a indicação do general Figueiredo para a Presidência da

República e a conseqüente crise do meio militar, nem o surgimento da candidatura dissidente do senador Magalhães Pinto, nem tampouco a articulação da Frente Nacional de Redemocratização. Foi, na realidade, a irrupção do movimento grevista, que, iniciado em meio à região do ABC (SP), rapidamente se alastrou pelos grandes centros industriais e urbanos do Estado, envolvendo centenas de milhares de trabalhadores e estendendo-se até os dias hoje'." (Sader, 1988, p.25)

Esses acontecimentos acima descritos não se restringiram a São Paulo, no RS também existiram manifestações de renascimento do movimento social²⁴. Para o sistema partidário anterior e posterior à 1979 a volta dos movimentos sociais a uma posição de maior ebulição estabelece relações de suma importância, como nos aspectos de representação, expressão e organização dos setores populares na política institucional. A experiência pré-1979 não proporcionava maiores espaços, no aparato político institucional, para atores subalternos nas dimensões econômicas e sociais. O máximo permitido era: os sindicatos atrelados ao Ministério do Trabalho e, em alguns casos, sob intervenção; o MDB, que era dominado pelos políticos moderados, com a exceção do RS onde os autênticos tinham a maioria; algumas associações profissionais e de caráter social, não muito mais. Não é por acaso que quando os sindicalistas *autênticos*²⁵ resolvem entrar para a política partidária, muitos não vão procurar nenhum dos partidos legais do momento (ARENA e MDB)²⁶; nem os antigos partidos também exerciam maior esperança ou apelo para os sindicalistas: com exceção para os sindicalistas dos PC's. No caso dos outros movimentos sociais emergentes em 1979 a opinião não é muito diferente, todos, ou quase todos, não se

²⁴ Ver Scherer-Warren e Krischke (1987).

²⁵ Os identificados com o novo sindicalismo, cujo berço é o ABC mas que também possui em lideranças gaúchas expressões significativas: como é o caso de Olívio Dutra, sindicalista da área bancária.

²⁶ Numa entrevista publicada no jornal Em Tempo de julho de 1978, Lula, fala da visão de alguns dirigentes sindicais, menos ligados com a estrutura sindical, de criarem um partido da classe trabalhadora: "... quem sabe chegaremos ao ponto culminante de nossa participação que é a criação de um partido político do interesse pura e simplesmente da classe trabalhadora". (Em Tempo, n. 18 de 1978).

sentiam representados pelos partidos políticos existentes ou passados. Muito das motivações dos militantes desses movimentos eram em oposição ao Estado, visto como o inimigo/interlocutor, e aos partidos. Isto não invalida que o PT tenha surgido pelas mãos dos sindicalistas *autênticos* e outros militantes populares.

A (re)emergência dos movimentos sociais no final da década de 70 não possui apenas importância pelo retorno em si, mas pelas novas formas de organização que surgem com eles. A maior novidade, sem dúvida, diz respeito à desenvolvida nos locais de moradia e trabalho, representando uma simplificação estrutural; uma descentralização administrativa e de poder não antes verificada nos movimentos sociais brasileiros. É claro, que no contexto da ditadura militar, estruturas mais complexas e de maior visibilidade não teriam chance de se organizarem. Contudo, também não foram por acaso que estas novas estruturas foram criadas: pelo lado teórico e político iniciava-se uma crítica concreta às antigas formas de organização de cunho mais abrangente, total - como a dos partidos comunistas²⁷. É inegável que os movimentos trouxeram uma alternativa política, de um modo geral, aos partidos; e os setores que foram criar o PT o fizeram pensando num novo partido, bem diferente dos demais. Só que a LOPP, a agenda política, a própria fragilidade dos movimentos e a debilidade ideológica e teórica, parecem não terem contribuído para a integralidade desses objetivos.

O PMDB não passou ileso aos movimentos sociais. Se a composição de suas lideranças não eram ligadas diretamente aos movimentos, não deixavam de possuir relações com eles, ainda mais quando os seus políticos detinham o monopólio

²⁷ Houve modificação do discurso a ação. Ver: SADER (1988), SHERER-WARREN e KRISCHKE et al (1987).

da oposição legal. Podemos ver nas eleições de 1974 e 1978 várias lideranças sindicais, por exemplo, apoiando políticos do MDB, não só em SP (como é o caso de Fernando Henrique quando este disputou a eleição para o Senado em 1978) mas também no RS. Na verdade, a maneira com que o MDB se relacionava com os movimentos sociais era por intermédio e baseada na sua posição nos postos do Estado (nas Prefeituras e Câmaras de Vereadores, nas Assembléias Legislativas e Congresso Nacional). Num segundo plano é que encontramos, e até por volta de 1985 (começo da Nova República), relações diretas com os movimentos sociais, principalmente na área dos trabalhadores rurais na qual o PMDB detinha uma boa representação; a não ser pelos PC's, que apesar da decadência, enquanto ficaram no PMDB ainda tinham algum respaldo nos sindicatos, associações de moradores e movimentos estudantil.

Pode-se ver que os processos sociais e políticos que estavam diretamente ligados às constituições do PT e PMDB dizem algo sobre as suas composições políticas e ideológicas; sobre a maneira como esses irão distribuir o poder e tomar as decisões mais importantes.

CAPÍTULO 2 - OS GRUPOS FORMADORES DO PT E DO PMDB.

“Um dos aspectos importantes a análise da trajetória de um partido político diz respeito ao estudo das várias facções que, ao longo do tempo, caracterizaram sua evolução.” (Diniz, 1982, p.47)

No capítulo anterior, enfatizou-se a importância e as características dos processos sociais e políticos de formação dos partidos. Assim, torna-se pertinente verificar quais os grupos que criam o PT e o PMDB. E, a composição daqueles que constituíram os partidos estudados, mesmo saindo da *banda* da oposição, não têm uma característica semelhante.

Em relação ao PT, existem vários trabalhos abordando as características dos seus constituintes (ver Quadro 4). De uma maneira geral, os grupos fundamentais são os sindicalistas, as organizações de esquerda e os militantes ligados às organizações da igreja; (há outros segmentos de peso também, como os intelectuais, os políticos do MDB, os militantes dos vários movimentos sociais populares). Mas, esses estudos, para alguns analistas políticos, não conseguem captar

toda a diversidade e complexidade do fenômeno PT²⁸, principalmente pelo privilegiamento da realidade paulista ou do centro do país.

QUADRO 4. Os grupos formadores do PT (segundo a literatura).

AUTOR	GRUPOS FORMADORES	BASES QUE CONSTITUÍAM A DIVERSIDADE
Rachel Meneguello (1989)	Sindicalistas Políticos do MDB Intelectuais Organizações Esquerda Movimentos Populares	Sujeitos políticos num rol de fatores específicos
Léo Voigt (1990) Marcos Rolim (1987) Raul Pont (1987)	Sindicalistas Militantes da Igreja Organizações da Esquerda	Três vertentes sociais e políticas
Clóvis B. de Azevedo (1991)	Social-Democratas Leninistas	Questão ideológica e de projeto político.
Margaret Keck (1991)	Sindicalistas Intelectuais Políticos da Oposição Organizações de Esquerda Cristãos	Grupos que contribuíram na formação do PT
Cláudio Couto (1995)	Sindicalistas Movimentos Sociais Militantes das CEBs Esquerda Organizada Parlamentares do MDB	Grupos que contribuíram para a formação do PT

Sobre o perfil dos militantes do movimento pró-PT no RS, sem dúvida, há uma lacuna em relação a sua caracterização. Também é verdadeiro, que o PT do RS é muito parecido com o PT nacional. Parecido na diversidade: se em Estados específicos a pluralidade do PT não é igual a verificada no Diretório Nacional, no RS, se não é igual no peso de cada grupo, pelo menos no perfil político e ideológico apresentado no Quadro anterior, muito se aproxima. No RS, desde o começo estavam

²⁸ Ver a opinião de Valter Pomar (Teoria e debate n. 9).

no processo de formação do PT grupos de esquerda²⁹ - como a Tendência Socialista (TS³⁰ futura ORM-DS), MEP, OSI e outros -, sindicalistas autênticos como Olívio Dutra, Clóvis Ilgenfritz e Paulo Abdala, militantes ligados à Igreja como Selvino Heck e os do antigo PDC como Enno Dias de Castro, Carlos Sauzano Vieira da Cunha. Dos políticos do MDB, apenas alguns poucos vereadores resolveram aderir ao PT: Casagrande de Garibaldi, Flávio Bettanin e Ausélio Brustolin de Farroupilha e Antônio Cândido de Porto Alegre. Na segunda metade de 1979 numa reunião de sindicalistas ocorrida em Porto Alegre surgiu uma coordenação provisória regional tendo como membros sindicalistas: Milton Machado (bancário), Dauro Brandão de Mello (bancário da Caixa Federal), Antônio Pugliese (sindicato dos trabalhadores da carne), Firmo Trindade (economiário). Em outubro de 1979, na primeira plenária estadual dos militantes do movimento pró-PT (com cerca de 300 pessoas): “. . . entre operários, bancários, comerciários, professores, profissionais liberais, ex-militantes de esquerda...” (Em Tempo nº 87), houve a eleição de uma outra comissão:

- Firmo Trindade,
- Olívio Dutra (líder dos bancários),
- Carlos Borges (gráfico),
- Lorim (construção civil),
- Paulo D'Ávila (sociólogo),
- Misael (construção civil),
- Paulo Carnerio (industrial),
- José Carlos Oliveira (livreiro),
- Énid Bakes (trabalho comunitário),
- Luiz Castilhos (construção civil),
- Clóvis Oliveira (professor),
- Dejammar (construção civil),
- Sérgio Saraiva (jornalista),
- Raul Pont (professor),
- Nilton (bancário),

²⁹ Ver o Anexo I para acompanhar a evolução destes grupos no PT: da formação aos dias de hoje.

³⁰ A TS foi um grupo surgido em 22/10/1978 de dentro do MDB, mais especificamente no setor jovem do MDB de Porto Alegre. Congregava vários militantes e conseguiu em 1978 eleger um Deputado Estadual Américo Copeti (que depois foi para o PDT). Com a criação do movimento pró-PT ela se engajou e posteriormente veio a se transformar na ORM-DS.

estes da grande Porto Alegre, e do interior, Raimundo (arquiteto), Roque (agricultor), José Clóvis (professor), Milton (bancário), Nelson de Sá (calçadista), Flávio Bettanin (vereador).

No primeiro Diretório Regional de 1981, temos³¹ : 13 trabalhadores manuais (construção civil, metalúrgico, mecânico, arrumador portuário) dos quais alguns eram sindicalistas - como o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Novo Hamburgo, João Machado, sindicalistas da oposição da construção civil, João Felisberto V. de Mellos, e da oposição sindical metalúrgica de Caxias do Sul, Wilson de A. Damasceno; 16 trabalhadores técnicos, bancários, funcionários públicos, comerciários - com alguns sindicalistas (Olívio Dutra, Paulo T. Carneiro, José Luiz C. Cruz) e militantes de esquerda; 11 trabalhadores de nível superior: jornalistas, advogados, sociólogos, economistas, professores - sindicalistas urbanos e rurais (como João Pedro Stédile líder do MST); militantes de esquerda (Raul Pont, Adeli Sell); mais estudantes, líderes comunitários e vereadores. Enfim, seguindo um perfil parecido com o descrito nas análises sobre o PT do centro do país. Perfil que demonstra um conteúdo de novidade para a política gaúcha e nacional ao possuir, em nível das principais lideranças, pessoas advindas de setores tradicionalmente marginalizados da política partidária: como sindicalistas, trabalhadores manuais, militantes de base da igreja e dos movimentos populares.

Leôncio Martins Rodrigues (1990)³² quando analisa a composição social dos líderes do PT, escreve que os sindicatos e a igreja, por exemplo, por mais

³¹ Fonte: material do PT-RS.

³² RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e sindicatos**. São Paulo: Ed. Ática, 1990. p. 7-33.

que sejam instituições basicamente de setores “de baixo”, por outro lado, não deixam de serem também poderes dentro da política brasileira, e, nesse sentido, não se pode falar em PT operário e marginalizado já que os seus principais líderes são sindicalistas de classe média, ou profissionais liberais, ou membros de movimentos ligados à igreja católica. Só que dentre os sindicalistas, encontramos, desde aqueles diretores dos sindicatos (como Olívio Dutra), tanto de classe média (bancários) como de trabalhadores manuais (metalúrgicos), que assumiram uma posição de combate a estrutura sindical e são identificados como *autênticos*; há também aqueles que não são diretores de sindicatos e são conhecidos por *oposições sindicais* e não usufruem do poder do sindicato³³. Entre os militantes da igreja, há os de origem católica e ligados as CEB's, pastorais (da terra, do trabalho, do menor)³⁴, mas também os de origem protestante (como Benedita da Silva, Senadora pelo RJ).

Para efeitos de distribuição de poder, pode-se dizer que essa diversidade de atores contribuiu para uma certa divisão nos núcleos de poder, pois não existia prioritariamente um tipo de liderança ou de grupo que dominasse o partido³⁵. Mesmo os sindicalistas, que assumiram desde o começo uma posição de destaque, até as vezes superior ao seu número de militantes, não detinham no RS o predomínio incontestável do poder. Como exemplo, tem-se a escolha do primeiro

³³ Para um levantamento mais detalhado dos tipos de sindicalistas e suas funções para a formação do PT ver Oliveira (1988).

³⁴ “Deve-se destacar ainda a quase ausência de lideranças do movimento popular, de origem eclesial, na direção do PT. Apesar destes segmentos populares terem contribuído com um grande número de militantes e núcleos de base, estes não alcançaram liderança ao nível da direção partidária - como foi o caso dos sindicalistas e esquerdas organizadas - provavelmente devido a sua origem religiosa ou popular.” (Voigt, 1990, p. 31).

³⁵ “A diversidade dos seus membros e projetos levou à concretização de uma série de facções distintas, produzindo-se em consequência modificações nas regras de decisão interna para poder levá-las em conta.” (Keck, 1991, p.131).

Diretório Regional em que Olívio foi eleito presidente não porque detesse uma maioria no partido, mas porque era reconhecidamente o principal líder, aceito pelos outros grupos³⁶.

Ao PMDB, pelo contrário, convergiram em peso os políticos profissionais do MDB³⁷ e o resto de seus filiados que tinham uma composição social bem variada, bem como os grupos de esquerda que não foram parar no PT: os PC's e o MR8³⁸. O PMDB, diferentemente do PT, não possui estudos mais aprofundados sobre os segmentos que o formaram, nem em nível nacional e regional. O que encontramos são pesquisas sobre a época do MDB, ou sobre questões eleitorais e discurso. Outra diferença em relação ao partido da estrela amarela, é o conteúdo diferenciado existente entre o PMDB nacional e o PMDB-RS. Pode-se afirmar que são, praticamente, dois partidos diferentes em questões de composição interna, ideologia e política³⁹. Fator que por si só já demonstra a expectativa política das lideranças gaúchas em relação a política nacional, pois o PMDB nacional é identificado como frentista, fisiológico e corrupto⁴⁰.

No RS, os segmentos mais importantes na formação deste partido, como dissemos acima, são indiscutivelmente os mandatários de todos os níveis (federal, estadual e municipal) - dentre eles destacam-se: o Senador Pedro Simon

³⁶ Ver a entrevista com Adeli Sell e o jornal Em Tempo.

³⁷ Ver anexo 8.

³⁸ É importante destacar a presença no PMDB de um setor que rompeu com o PCdoB em 1979 (o PRC de 1984) que se constituía na base da corrente popular. Dentre os grupos de esquerda, só os prestistas (comunistas identificados com as posições de Luiz Carlos Prestes) não foram parar oficialmente no PT e PMDB (só alguns militantes).

³⁹ Segundo as entrevistas de André Forster, Antenor Ferrari e João Bruza Neto.

⁴⁰ Idem.

(eleito em 1978), o Senador Paulo Brossard (eleito em 1974); os Deputados Federais João Gilberto Lucas Coelho, Odacir Klein, Waldir Walter (os Deputados Federais são em número de 10 dos 33 gaúchos); os Deputados Estaduais Antenor Ferrari, Cezar Schirmer, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, Lélío Souza, Nivaldo Soares, Rospide Neto (os Deputados Estaduais são em número de 18 dos 55 possíveis). Na comissão executiva de 1980, encontramos mandatários nos principais postos: Presidência - Pedro Simon, 1º Vice-Presidência - Siegfried Hauser (ex-Deputado Estadual e Federal), 2º Vice-Presidência - Cezar Schirmer, Secretário Geral - Rospide Neto, Tesoureiro - Alcides Saldanha (ex-Prefeito).

Esse grupo foi favorecido com o controle do poder no PMDB, pela saída de setores importantes do antigo MDB: principalmente os trabalhistas e os setores de esquerda identificados com a TS. Num encontro do setor jovem de Porto Alegre em dezembro de 1978, o jornal *Em Tempo* identifica três setores: a) um chamado “unidade democrática” e formado pelos setores que dominavam o partido; b) um outro formado pelos trabalhistas; c) e o último constituído pela TS. Os votos na convenção ficam assim respectivamente: 150, 23 e 90. Nas convenções municipais de agosto de 1979 há uma outra feição aos grupos no MDB: desta vez os trabalhistas fazem uma articulação com os emedebistas, enquanto a TS sai com os outros setores de esquerda. O resultado é a vitória dos primeiros. Entretanto, com a reforma de dezembro de 1979 há a divisão entre os trabalhistas e os emedebistas. Uma outra divisão era a que separava os autênticos dos moderados e mais a tendência popular. Esta, que no RS, segundo o jornal *movimento* nº 232, aglutinava os Deputados

Federais João Gilberto Lucas Coelho, Waldir Walter, Jorge Uequet, Odacir Klein, Rosa Flores.

É interessante ver que por volta de março de 1979 os setores autênticos do MDB já se articulavam com vistas a reforma partidária. Há um documento dos autênticos do MDB gaúcho assinado por João G. L. Coelho, André Forster, mais sindicalistas como Olívio Dutra, Paulo Abdala, e militantes de grupos de esquerda como Tarso Genro (ex-PCdoB), que previam a reabilitação de um partido aos moldes do MDB. Só que os sindicalistas acabaram indo para a organização do PT. Isto, porque a estruturação do PMDB no Estado manteve a hierarquia e verticalismo exigidos pela Lei Orgânica dos Partidos (LOPP), além do que o controle do poder (via esta estrutura) manteve-se (e até foi aumentado) nas mãos dos mandatários do antigo MDB (Pedro Simon, por exemplo).

* * *

As estruturas de poder nos partidos gaúchos (e brasileiros) não serão completamente alheias à Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Mesmo no caso do PT, que foi formado a partir dos movimentos sociais, os partidos no Estado tiveram que se adequar à lógica organizacional exigida pela LOPP: verticalismo, hierarquização, privilégio das questões eleitorais. No processo de formação do PMDB não foi difícil o círculo interno que já controlava o MDB manter a sua dominação estrutural dentro do novo partido. Em termos das instâncias partidárias, a reforma partidária não trazia novidades, e o grupo que mandava no MDB pôde fazer a transição ao PMDB sem

maiores traumas: o que ocorreu de diferente foi que no círculo interno peemedebista continuaram apenas os dirigentes do grupo de Pedro Simon (pois os trabalhistas históricos foram parar no PDT). Com esta divisão, a cúpula peemedebista, encastelada sobretudo na CE, foi depurada de inimigos internos da liderança de Pedro Simon (este teve novamente o seu poder ameaçado somente com a emergência da liderança de Antônio Britto).

No PT, mesmo com o pouco espaço no Estado (mandatos) e pela pluralidade de vertentes e grupos organizados que aderiram à sua proposta e organização, ainda assim a estrutura da LOPP pesou para a formação de um núcleo de poder. A diferença do PMDB com o PT é que neste partido não há um só grupo dominante, mas sim vários (a partir dos grupos organizados). Os dirigentes dos grupos organizados, bem como dos movimentos sociais, que acabaram se dobrando à lógica verticalista das instâncias exigidas pela LOPP, até certo ponto tentaram (e conseguiram) fugir um pouco a simples reprodução da estrutura de poder institucional proposta pela reforma partidária e LOPP em 1979. Mas, o DR e a CE, exerceram um certo delimitamento nas estruturas de poder e uma certa configuração do que seriam (no PT) os dirigentes em nível estadual. Por exemplo, Olívio Dutra, mesmo não tendo a maioria (de companheiros) entre os militantes que fundaram o PT, conseguiu, na medida que era preciso a formação da CE, ser escolhido Presidente do PT/RS. Se a forma de constituição da CE, ou se esta instância nem fosse criada no início do PT (ou até a forma presidencialista de governo dos partidos) quem sabe o PT não teria se organizado diferentemente?

**PARTE 3 - O DIRETÓRIO REGIONAL E A COMISSÃO
EXECUTIVA ESTADUAL.**

No PT e PMDB, as duas instâncias responsáveis pelas principais decisões em nível regional são o DR (Diretório Regional) e a CE (Comissão Executiva). Nesse ponto, os dois partidos assemelham-se, pois reproduzem a hierarquia estabelecida pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos¹. Não quer dizer que a distribuição de poder real seja equivalente a estrutura estatutária do partido, há militantes que não estão nessas instâncias mas detêm tanto ou mais poder real que os membros pertencentes. É o caso de vários membros do PMDB, como José Fogaça, Ibsen Pinheiro e Irajá Rodrigues, que estão neste partido desde a sua (re)fundação em 1979 e nunca pertenceram à CE. Isso também é possível porque o PMDB já surgiu pronto e muitos dos seus militantes já tinham ocupado postos de direção na época do MDB. No PT, temos um exemplo que é o de Tarso Genro, atual Prefeito de Porto Alegre, que não pertence à CE nem ao DR desde 1990.

Todavia, são os membros do Diretório Regional e da Comissão Executiva que em último caso ratificam ou não as decisões em nível regional, mesmo as tomadas em outros níveis do partido: sejam os oficiais ou os extra-oficiais. Até pela hierarquia estabelecida pela LOPP, os partidos não podem fugir da maior competência decisória dessas instâncias em nível estadual².

Consta também dos estatutos a obrigatoriedade de escolha dos membros das instâncias de dois em dois anos, o que não quer dizer que todos os membros tenham que ser trocados. É também dado o direito de qualquer militante poder concorrer ao DR e

¹ A LOPP prevê a existência de três dimensões: nacional, estadual e municipal ou zonal. Sendo que os órgãos responsáveis pela deliberação estadual são: em primeira ordem a convenção estadual e depois o diretório regional; e o órgão de execução, a comissão executiva estadual.

² Mesmo com a liberação organizacional existente na legislação partidária de hoje em dia.

a CE, desde que atendendo às exigências normais: em dia com as finanças do partido, filiação até uma certa data.

Por isso, verificar como essas duas instâncias desenvolveram-se desde 1980 em questões de renovação e permanência, pode revelar alguns indícios do perfil dos membros responsáveis pelas decisões nos partidos e do próprio partido. Para tanto, serão utilizados as categorias de W. Schonfeld, já explicados na parte introdutória desta dissertação. Mas, para uma visão mais abrangente dos processos de trocas, no capítulo 4 serão analisados os contextos políticos e os padrões desenvolvidos pelos partidos no momento de escolha dos dirigentes estaduais.

CAPÍTULO 3 - A ESTABILIDADE DOS DIRIGENTES PARTIDÁRIOS.

Em primeiro lugar, é preciso destacar a diferença existente na composição (do início e de agora) das duas instâncias partidárias (DR e CE) do PT e do PMDB, bem como o espaço de tempo entre as trocas verificadas de 1980-1995. O perfil político dos membros peemedebistas apresenta uma significativa diferença em relação aos, do PT, principalmente em relação ao tempo e biografia na vida política partidária estadual e nacional. O PMDB já *nasceu pronto*, as instâncias em nível estadual deste partido desde 1980 possuem um contingente de mandatários e cargos de confiança³ superior em relação aos, do PT. Os resultados arrolados na categoria, renovação da elite (Tabelas 1 e 2), traduzem, em parte, esta diferença, principalmente porque os partidos mantiveram essas características no desenvolvimento organizacional nesses 15 anos de duração dos partidos. O PMDB, além da *elite*, detinha e detém também um número superior de militantes experimentados nas tarefas de organização partidária (por causa do MDB e de outros partidos mais antigos: como por exemplo o PTB e o MTR). O Diretório Regional e a Comissão Executiva do PMDB são, praticamente, uma solução de continuidade do MDB em todos os aspectos positivos (experiência) como dos negativos (elitização, continuísmo). Já o Partido dos Trabalhadores, ao contrário,

³ Mandatário e cargos de confiança discriminados na categoria de elite, cuja caracterização encontra-se na parte introdutória.

começa em 1979/1980 praticamente da estaca zero. Os dirigentes petistas do início dos anos 80 são novatos em matéria de organização partidária, e a experiência real vem com a década de 80, ou seja, no próprio PT.

Do tempo verificado entre as trocas, nos 15 anos, o PMDB trocou 8 vezes o DR e a CE, enquanto o PT trocou também 8 vezes a sua CE e 7 vezes o DR, o que, aproximadamente, dá uma troca a cada 2 anos: período exíguo para a formação e consolidação de novas lideranças, apesar de que estes resultados não são tão excepcionais assim⁴.

TABELA 1 - Modificação dos membros do DR do PT e PMDB do RS - 1981/1995.

Partidos Anos nº postos	RENOVAÇÃO		CRESCIMENTO		SUBSTITUIÇÃO	
	SIMPLES	ELITE	POSTOS	QNT. REN.*	SIMPLES	ELITE
PMDB						
1981 (59)	3% (2)	3% (2)	-	-	3% (2)	3% (2)
1982 (59)	24% (14)	22% (13)	-	-	25% (15)	24% (14)
1983 (93)	56% (52)	45% (42)	58% (34)	65%	26% (24)	15% (14)
1986 (93)	39% (36)	35% (33)	-	-	42% (39)	39% (36)
1988 (93)	43% (40)	27% (25)	-	-	47% (44)	31% (29)
1990 (93)	45% (42)	39% (36)	-	-	51% (47)	44% (41)
1993 (93)	39% (36)	33% (31)	-	-	49% (46)	44% (41)
1995 (93)	29% (27)	22% (20)	-	-	35% (33)	29% (27)
MÉDIA	35%	28%			35%	29%
PT						
1984 (59)	71% (42)	69% (41)	-	-	71% (42)	69% (41)
1986 (59)	66% (39)	64% (38)	-	-	66% (39)	64% (38)
1987 (59)	51% (30)	51% (30)	-	-	54% (32)	54% (32)
1990 (59)	59% (35)	59% (35)	-	-	66% (39)	66% (39)
1992 (126)	67% (85)	67% (84)	113% (67)	78%	21% (27)	21% (26)
1993 (126)	47% (59)	46% (58)	-	-	53% (67)	52% (66)
1995 (174)	48% (83)	46% (80)	38% (48)	58%	33% (58)	32% (55)
MÉDIA	58%	57%			52%	51%

* O quanto da renovação de deve ao crescimento dos postos.

Fonte: TRE-RS, PMDB-RS, PT-RS.

⁴ Nos partidos franceses analisados por W. Schonfeld (1980), em 10 anos (de 1967 a 1977) houve uma troca média também de 2 em 2 anos.

TABELA 2 - Modificação dos membros da CE do PT e PMDB do RS - 1981/1995.

partidos anos n° postos	RENOVAÇÃO		CRESCIMENTO		SUBSTITUIÇÃO	
	SIMPLES	ELITE	POSTOS	QNT. REN.	SIMPLES	ELITE
PMDB						
1981 (16)	-	-	-	-	-	-
1982 (16)	38% (6)	19% (3)	-	-	38% (6)	19% (3)
1983 (16)	69% (11)	50% (8)	-	-	39% (11)	50% (8)
1986 (14)	71% (10)	57% (8)	-13% (2)	0%	79% (11)	64% (9)
1988 (16)	56% (9)	44% (7)	14% (2)	22%	44% (7)	31% (5)
1990 (14)	50% (7)	43% (6)	-13% (2)	0%	50% (7)	43% (6)
1993 (12)	58% (7)	33% (4)	-14% (2)	0%	67% (8)	42% (5)
1995 (16)	44% (7)	19% (3)	33% (4)	67%	31% (5)	13% (2)
MÉDIA	48%	33%			47%	33%
PT						
1981 (16)	38% (6)	38% (6)	45% (5)	83%	6% (1)	6% (1)
1984 (16)	38% (6)	38% (6)	-	-	44% (7)	44% (7)
1986 (16)	44% (7)	44% (7)	-	-	44% (7)	44% (7)
1987 (16)	31% (5)	31% (5)	-	-	31% (5)	31% (5)
1990 (16)	50% (8)	50% (8)	-	-	50% (8)	50% (8)
1992 (16)	31% (5)	31% (5)	-	-	44% (7)	44% (7)
1993 (21)	48% (10)	48% (10)	31% (5)	50%	29% (6)	29% (6)
1995 (24)	33% (8)	33% (8)	14% (3)	38%	46% (11)	46% (11)
MÉDIA	39%	39%			37%	37%

Fonte: TRE-RS, PMDB-RS, PT-RS.

TABELA 3 - Permanência no DR e CE do PT e PMDB do RS - 1980/1993.

DR PMDB		DR PT		CE PMDB		CE PT	
ANOS	%	ANOS	%	ANOS	%	ANOS	%
1980	97% (57)	-	-	1980	100% (16)	1980	63% (10)
1981	73% (43)	1981	29% (17)	1981	63% (10)	1981	56% (9)
1982	59% (35)	1984	34% (20)	1982	25% (4)	1984	56% (9)
1983	58% (54)	1986	46% (27)	1983	19% (3)	1986	69% (11)
1986	52% (48)	1987	32% (19)	1986	50% (7)	1987	44% (7)
1988	49% (46)	1990	47% (28)	1988	38% (6)	1990	44% (7)
1990	49% (46)	1992	44% (56)	1990	29% (4)	1992	63% (10)
1993	63% (59)	1993	52% (66)	1993	58% (7)	1993	48% (10)
MÉDIA	63%		41%		48%		55%

Fonte: TRE-RS, PMDB-RS, PT-RS.

1- Renovação.

a) Comparativamente, o PT detém apenas no resultado da renovação simples da CE um percentual médio inferior aos apresentados pelo PMDB. Nas outras três médias (renovação da elite da CE e nas duas renovações do DR) o PT possui resultados maiores que os do PMDB. O mais expressivo é o que trata da renovação da elite do DR, em qual o PT supera em quase 30% o PMDB (57% contra 28%). As médias maiores que o PT têm em relação ao PMDB, não autoriza, por enquanto, afirmar que o PT seja mais democrático que o PMDB. Não só porque este tenha uma média melhor na renovação simples da CE, mas porque para um partido ser democrático, outros fatores estão em jogo além das médias de renovação. Mas, os dados acima, revelam outros aspectos importantes, tanto do ponto de vista da comparação entre os partidos, como do ponto de vista isolado de cada um.

Em relação ao PMDB, pode-se notar que existe uma sensível discrepância entre os percentuais de renovação simples e da elite no DR e na CE (respectivamente 7% e 19% em média). Isso levando-se em conta que no cálculo da elite não entraram os Prefeitos, Vereadores, dirigentes da época do MDB, cargos de confiança de escalões inferiores. A diferença é representada realmente pela elite da arena política institucional (Deputados, Secretários de Estado, etc); diferença quase nula no PT, pois a quebra só ocorreu em 1% na renovação do DR: fator que pode revelar uma importante assimetria entre os dois partidos no que diz respeito à relação desses com o Estado. Os Gráficos 1 e 2 mostram, pela área sombreada, o peso da elite na renovação do PMDB.

Gráfico 1. Renovação do DR do PMDB do RS

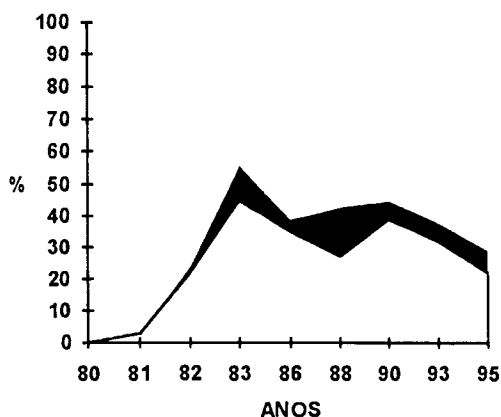
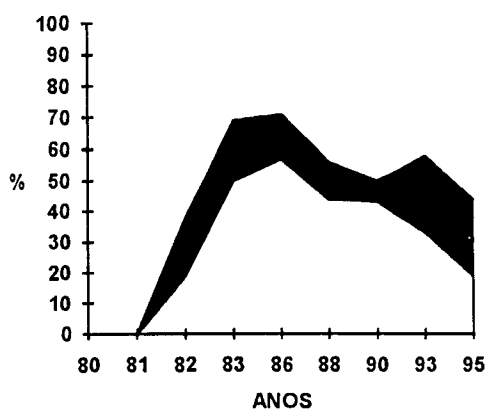


Gráfico 2. Renovação da CE do PMDB do RS



Segundo as informações contidas nos gráficos acima, parece ser possível já se ver a influência importante que o Estado exerce em partidos como o PMDB, sobretudo nos momentos de escolha dos dirigentes das instâncias superiores. O maior número de membros identificados como elite na CE indica que é relevante o atributo de se ter um mandato ou cargo de confiança de 1º escalão estadual. Isto pode ser o indício de que o “capital político” necessário para a entrada na direção regional do PMDB seja basicamente o formado pelos votos e mandatos. No momento do preenchimento do DR, mesmo sendo de 12% a diferença entre a média da discrepância entre os dados da renovação simples e da elite no DR e CE, este processo não parece ser tão fundamental quanto no caso da CE peemedebista.

Se compararmos os graus de competência decisória entre o DR e a CE, os percentuais de renovação destas e a diferença entre a renovação simples e da elite nas instâncias em si, parece que a seleção mais criteriosa para o preenchimento das vagas será a do DR e não no da CE, ou seja, os critérios são diferentes na medida que os índices indicam uma maior possibilidade de novos membros entrarem na CE do que no DR. E

isso, porque, na nossa opinião, para um partido que possui centenas de Prefeitos, dezenas de Deputados Federais e Estaduais, milhares de Vereadores, e mais um número expressivo de cargos de confiança nos legislativos e executivos municipais e estadual, a barreira natural se encontra no DR, que dos dois é o mais amplo e representativo da diversidade estadual, por isso, a princípio estaria mais exposto a toda e qualquer corrente ou indivíduo existente dentro do partido. Nesse sentido, o índice de renovação é menor nesta instância que na CE. Ao mesmo tempo em que, o montante da elite que ascende a esta é maior que ao DR, pois, no momento em que, rompido o filtro do DR, é mais natural para um militante de elite pertencer à CE, visto que os seus membros são, ou foram na maioria da vezes, escolhidos pelo próprio DR.

No PT, os dados contidos nas Tabelas 1 e 2, apontam para uma análise diferente da do PMDB. A CE, agora, por ter uma média de renovação menor que a do DR, dá sinais de ser, dentre os dois, aquela instância na qual os critérios de pertencimento são mais rigorosos. Como a diferença entre a renovação simples e da elite é insignificante, o verdadeiro peneirador dos militantes que vão ocupar a CE é dada pela existência e articulação das tendências, já que ao DR, oficialmente desde 1992, existem critérios de ocupação que não são diretamente dominados pela lógica das tendências: como os membros do DR escolhidos entre as setoriais, as regionais, fórum de Prefeitos, Vereadores, etc. Em relação à CE sim, o único critério é a proporcionalidade entre as chapas que disputam o encontro regional - chapas como resultado das tendências.

b) Na perspectiva de comparação dos dois partidos é pertinente analisar as tendências indicadas pelas curvas de renovação existentes nos Gráficos 1 e 2, que tratam do PMDB, e Gráficos 3 e 4 que tratam do PT.

Gráfico 3. Renovação simples do DR do PT do RS

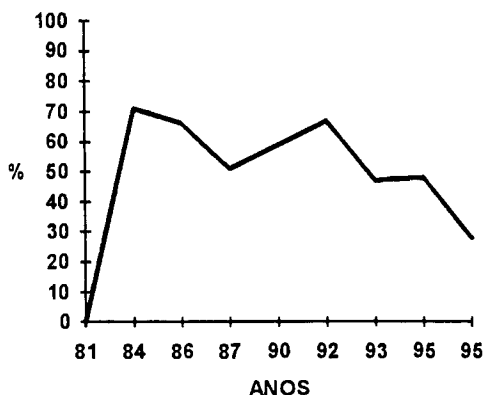
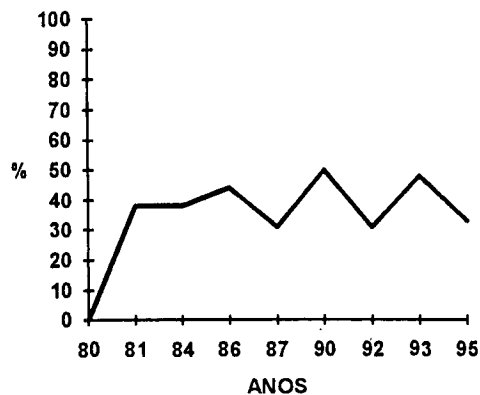


Gráfico 4. Renovação simples da CE do PT do RS



Os Gráficos acima evidenciam as diferenças importantes entre o PMDB e o PT. Diferenças que já apontam para a caracterização de tipos diferentes no tratamento destas questões e que vão também direcionar o enquadramento nos tipos de oligarquização. No caso do PMDB, após o ano de 1983 em que se sucederam 3 renovações do DR e da CE, o partido apresentou um certo declínio nas curvas de renovação - seja a simples ou da elite. Apenas na CE o PMDB aumentou o índice de renovação entre 1983 e 1986, mas também nesta instância o declínio foi preponderante. Isso pode revelar uma tendência no sentido de um maior fechamento aos novos membros, como também às próximas convenções podem modificar o sentido da curva. O que nos parece relevante destacar é que no PMDB, diferentemente do que no PT, se existe um padrão médio de renovação, ele está em declínio. Fica até difícil de se estabelecer a média dos percentuais de cada modificação com a média padrão da curva de renovação, visto que a maior parte da curva se dá acima das médias de renovação do DR e da CE, vide os Gráficos 5,6,7 e 8.

No caso do PT, a média dos percentuais das modificações se aproxima da média da curva. Na realidade, no PT, parece que ao ser estabelecido um certo padrão de renovação, os resultados posteriores gravitam em torno de seu percentual. Pode-se dizer que, apenas em relação aos dados de 1995, na renovação do DR, o padrão de aumento à média não foi realizado. No resto da seqüência dos índices, é quase perfeita a alternância entre um resultado acima e outro abaixo da média, vide os Gráficos 9 e 10. Processo que pode indicar um padrão mais definido nas questões de renovação e estabilidade dos membros das instâncias superiores. Fator muito favorável para a caracterização de um partido democrático. Mas, ainda é cedo para afirmar tal proposição, porque, como foi salientado, sem uma contextualização melhor com o perfil daqueles indivíduos e grupos que controlam e ascendem às instâncias dos dois partidos, porque os processos de estabilidade não dizem respeito apenas aos indivíduos mas também aos grupos políticos. Além da necessidade de se conhecer as regras de escolha dos delegados às convenções estaduais e preenchimento dos postos do DR e CE tanto do ponto de vista legal como político. Senão, fica difícil se avaliar o nível de democracia ou de oligarquização de um partido.

Gráfico 5. Renovação simples do DR do PMDB do RS versus a média

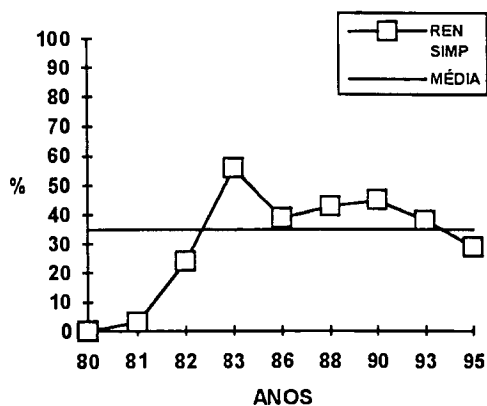


Gráfico 6. Renovação da elite do DR do PMDB do RS versus a média

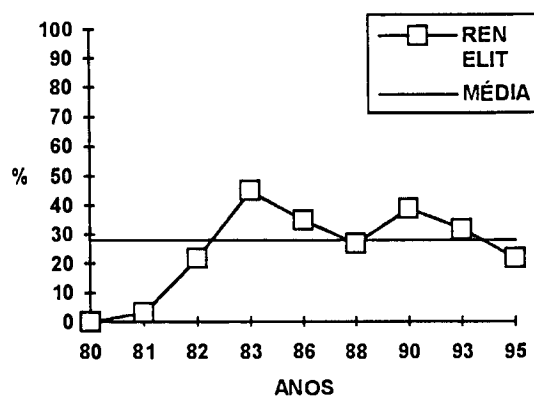


Gráfico 7. Renovação simples da CE do PMDB do RS versus a média

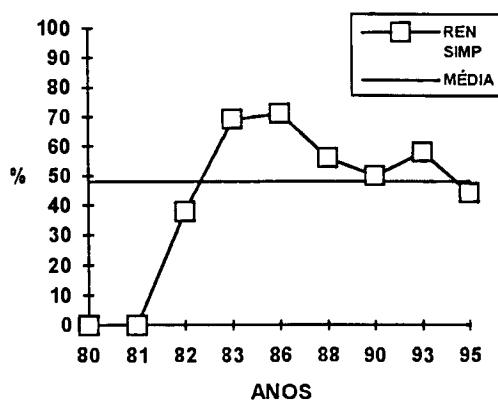


Gráfico 8. Renovação da elite da CE do PMDB do RS versus a média

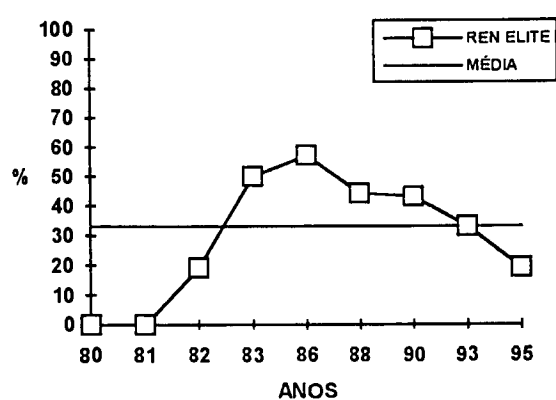


Gráfico 9. Renovação simples do DR do PT do RS versus a média

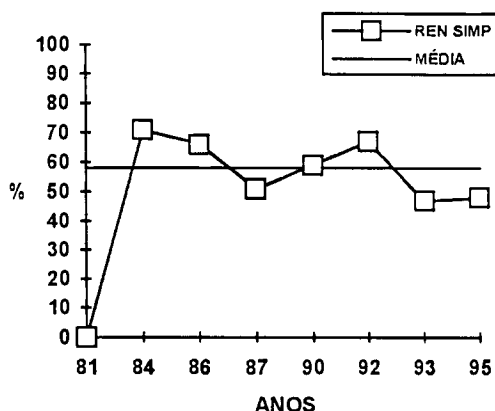
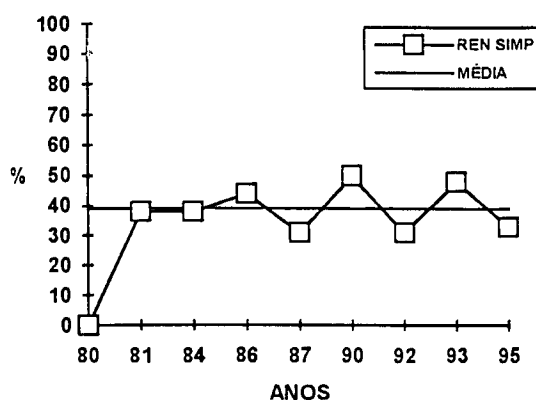


Gráfico 10. Renovação simples da CE do PT do RS versus a média



2- Permanência.

A estabilidade dos dirigentes dos dois partidos, segundo a Tabela 3, aproxima-se muito de 50%, em média: o PMDB aparece com 63% quanto ao DR e 48% a CE; o PT aparece com 41% quanto ao DR e 55% a CE. Destes, o melhor é o do DR do PT que está a 22% de diferença do índice do DR do PMDB. Em relação a comparação entre as CE's, o PMDB é que leva a vantagem sobre o PT, de 48% contra 55%, ou seja, 13%. No geral, os dados são razoáveis em termos democrático-formais, processos que os dados sobre a renovação já tinham apontado, mas precisam ser vistos com cautela porque isoladamente não definem a existência ou não de procedimentos oligárquicos: No máximo, o PMDB teria quase 2/3 de membros do DR mantendo em média o seu posto, o que não revela ser um resultado muito negativo, visto que em relação a CE o PMDB está abaixo de 50% de índice de manutenção. Os Gráficos 11, 12, 13 e 14, vão mostrar as tendências de estabilidade nas instâncias partidárias estudadas.

Gráfico 11. Permanência no DR do PMDB do RS

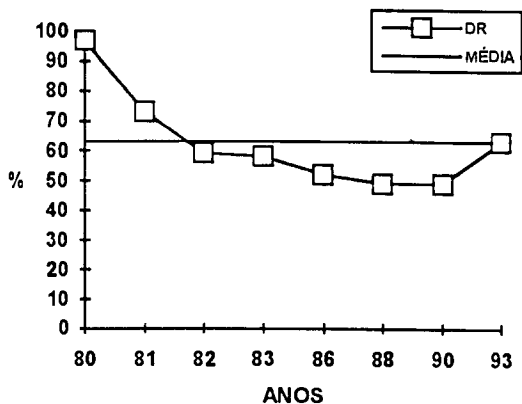


Gráfico 12. Permanência na CE do PMDB do RS

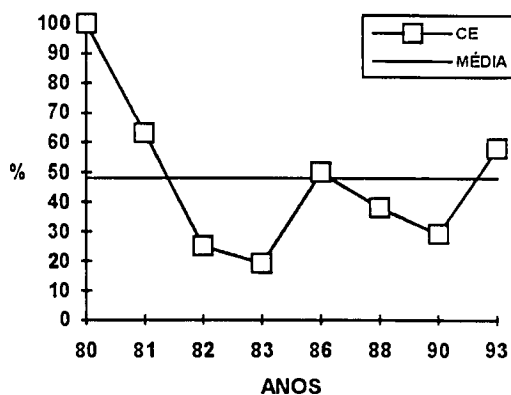


Gráfico 13. Permanência no DR o PT do RS

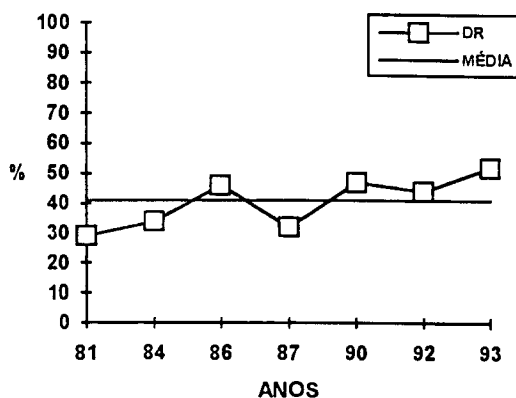
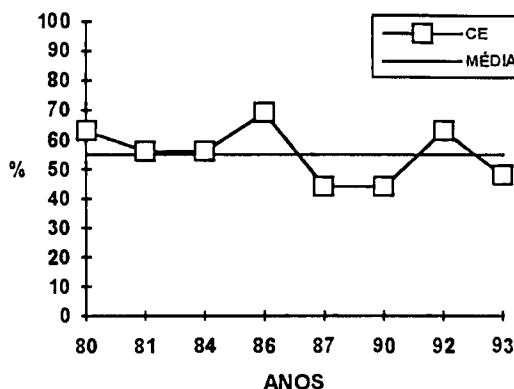


Gráfico 14. Permanência da CE do PT do RS



A estabilidade dos dirigentes do PT e do PMDB parecem obedecer a um certo padrão nos casos das CE's em maior proporção que nos dos DR's; o que não deixa de, por um lado, favorecer o PMDB pois a sua média de permanência verificada na CE é inferior à média da CE do PT, e por outro lado, favorecer o PT, pois a tendência da curva do PT é de estabilidade, e a do PMDB é a de retorno a resultados maiores. Em relação ao DR, o PT, apesar de a sua curva estar aumentando, tem uma média inferior à média de

permanência do DR do PMDB, que depois de ter passado uma década praticamente com resultados menores que a média, a partir de 1993 parece voltar a índices anteriores.

A análise dos dados do DR e da CE do PMDB entre si, apresentam um comportamento tendencial diferente dos dados das mesmas instâncias do PT comparadas entre si. Enquanto no PMDB as curvas de permanência das duas instâncias parecem apontar para um crescimento futuro, processo a ser comprovado ou não nas convenções vindouras, no PT, o comportamento tendencial das curvas indicam um cruzamento no ano de 1990, pois a da CE vem descendo e a do DR vem subindo. O cruzamento também em 1993, só que em sentido contrário, não autoriza ainda a se afirmar o estancamento ou reversão da tendência, na medida em que, se comparados com resultados passados, os percentuais de 1993 não ultrapassam os limites seqüenciais.

3- Substituição.

Os percentuais existentes nos itens de substituição não são muito diferentes dos verificados nos de renovação. Em relação ao PMDB, isso ocorre porque nesse partido há um retorno expressivo de ex-dirigentes aos seus postos antigos. O que serve para igualar os resultados da renovação e da substituição, na medida de que os acréscimos de postos na CE e DR não serve para aumentar este índice em relação aquele que não capta tal diferença no seu cálculo, e se capta, é em vantagem para a renovação. No caso do PT, como os resultados da substituição sempre apresenta-se um pouco inferiores aos da renovação indica que o retorno não seja de igual tamanho que o do PMDB, ficando assim os índices de substituição nas instâncias do PT mais a mercê dos acréscimos de postos do que naquele partido.

Esses dados, tanto os de renovação como de permanência, na nossa opinião, ainda não permitem caracterizar melhor a existência ou não de processos oligarquizantes, pois nem a renovação é tão pequena num partido ao ponto de em si apontar um forte processo de oligarquização, como a permanência também não é tão grande ao ponto de revelar a mesma coisa. Nesse sentido, entendemos ser preciso uma contextualização com três ordem de fatores, para podermos assim melhor respondermos as nossas hipóteses: a) o primeiro, diz respeito às convenções estaduais e às regras de escolhas dos delegados, que elegerão os dirigentes, e dos critérios de preenchimento dos postos e das articulações nos partidos para a tirada dos membros do DR e da CE; b) o segundo, procura caracterizar melhor o perfil dos dirigentes e dos grupos existentes nos partidos a partir do interlaçamento do partido com o Estado, os movimentos sociais, as tendências internas, bem como, com as lutas internas patrocinadas por esses grupos e lideranças; c) o terceiro, uma visão mais geral do perfil social das lideranças e membros dos partidos para vermos se há relação entre às diferenciações sociais e os escolhidos para as instâncias superiores.

CAPÍTULO 4 - OS ESTATUTOS E OS ENCONTROS ESTADUAIS.

A intensidade do processo de renovação e manutenção dos partidos em geral, e do PT e PMDB em específico, depende, em grande parte, do contexto legal e político no momento em que há a troca dos membros das instâncias partidárias. Os índices apresentados no capítulo anterior são moldados por dois processos partidários que precisam de uma análise mais apurada, sob pena de que, limitando-se aos dados “em si”, se perca muito em conteúdo. Um dos processos trata das regras estatutárias relacionadas às escolhas dos membros pertencentes ao DR e CE, ou seja, quais os filiados que podem, quando podem, quais as regras de preenchimento do DR e da CE, etc. O outro processo diz respeito às circunstâncias políticas ligadas aos processos de escolha, a correlação de forças dos grupos, quais as pessoas ou grupos que escolhiam os membros, e assim por diante.

Os fenômenos oligarquizantes não são completamente revelados apenas pelas médias de renovação ou manutenção nas instâncias partidárias, apesar de já dizerem alguma coisa em relação a esta questão. Há também os fatores objetivos e subjetivos de ordem legal e política que são os que dão conteúdo aos percentuais apurados no capítulo anterior. É importante, não só o que foi feito pelos partidos, mas a maneira como foi feito, porque os partidos podem apresentar índices altos de

renovação, e os do PT e PMDB são razoáveis, mas podem possuir uma essência democrática ou oligárquica a partir de como e porquê formam as suas médias e percentuais de troca dos dirigentes. Ainda faltaria saber, para um conhecimento mais apurado, acerca de quem ocupou os postos de liderança, mas isso ficará para o próximo capítulo. Por enquanto, uma análise dos estatutos para verificar as regras de mudança das instâncias partidárias em questão - o DR e a CE -, juntamente com as circunstâncias políticas internas nos momentos de troca dos dirigentes, podem nos trazer algumas informações acerca dos tipos de partidos com os quais estamos lidando, e as características de seus processos de oligarquização, é claro, se existentes.

Assim, pode-se articular os aspectos legais com os políticos no momento de definição dos membros das instâncias, pois nesse processo de escolha dos DR's e CE's misturam-se as dimensões de distribuição de poder dentro do partido (quem ou quais os grupos que mandam, pelo menos na estrutura oficial) com o processo de tomada de decisão (quem e quais os grupos que devem pertencer às instâncias decisórias dos partidos).

Este capítulo será dividido em duas partes. Na primeira parte são analisados os Estatutos e Regimentos Internos dos partidos, desde os primeiros do início da década de 80 às trocas e reformulações ocorridas ao longo dos anos. Importa ver se houve mudanças legais de peso que pudessem influenciar nos sentidos das curvas de renovação ou manutenção, bem como ver quem oficialmente detém o poder dentro dos partidos para as escolhas dos dirigentes. Na segunda parte será feito

um levantamento histórico e político dos momentos de troca das direções, isto é, dos Encontros e Convenções Regionais. A dimensão política das brigas e disputas internas nos períodos de renovação dos órgãos de direção é muito importante para questões de oligarquização. Esses processos podem revelar a verdadeira forma de escolha dos dirigentes, ou como os Estatutos são postos em prática. Na verdade, é a prática em cena, o que efetivamente foi feito pelos partidos nas horas oficiais de renovação.

1- Os estatutos e as convenções e encontros estaduais.

Como foi dito anteriormente, os Estatutos de fundação dos dois partidos reproduziram, em linhas gerais, o ordenamento da reforma partidária de 1979 (no que compete aos procedimentos de criação e legalização) e a LOPP - em maior parte a mesma de 1971 - (no que toca aos aspectos de organização e estruturação internas das instâncias). Desta dimensão é importante destacar: a) os procedimentos de constituição das Convenções Regionais que possuem a atribuição de escolha dos DR's, as condições de possibilidade de participação para os filiados; b) os procedimentos de escolha das CE's estaduais, o que é preciso para que um filiado possa ser membro da CE; c) os aspectos que regulam a renovação ou permanência destes dois órgãos dos filiados dos partidos, como por exemplo, os membros natos, os membros por categorias, etc.

1.1 - Convenção estadual.

Tanto no PMDB como no PT é o Título II dos estatutos de fundação que trata dos órgãos dos partidos; e em relação às organizações dos partidos, no

PMDB são os Títulos III (nacional), IV (regional) e V (municipal e distrital)⁵ que abordam a forma como ela se dá, e no PT, invertidamente, são os Títulos III (municipal), IV (regional) e V (nacional)⁶. Com exceção aos núcleos de base no PT, o resto é uma cópia fiel da estrutura proposta pela LOPP para os partidos brasileiros em relação aos órgãos do partido: de deliberação (as Convenções), de direção e ação (os Diretórios e as Comissões Executivas), de cooperação e de ação parlamentar.

No Título IV de ambos os partidos, em que é tratado do nível regional, estão estabelecidos os requisitos para a participação nas Convenções Regionais que escolherão os membros do DR. No caso do PT:

“Art. 47. Constituem a Convenção Regional:

I. os membros do Diretório Regional;

II. os delegados eleitos pelas Convenções municipais ou designados nos termos da lei; e

III. os representantes do Partido na Assembléia Legislativa e no Senado e na Câmara dos Deputados, que tenham domicílio eleitoral no Estado ou Território.”

No PMDB:

“Art. 69 - Constituem a Convenção Regional:

a) os membros do Diretório Regional;

b) os representantes do Partido no Senado Federal, na Câmara dos Deputados e na Assembléia Legislativa;

c) os delegados dos Diretórios Municipais.”

Em relação às redações dos artigos que regulamentavam a constituição das Convenções Regionais nos Estatutos de fundação dos partidos, não há grandes diferenças acerca de quem deveria compor as convenções, apesar de existirem

⁵ Estatuto do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. In: Coleção Alberto Pasqualini, Volume XXVI, Diretório Nacional, Brasília, 1983.

⁶ Programa, Manifesto, Estatuto e discurso de LULA da convenção de 1981 do PT.

efetivamente alguns procedimentos especiais no caso do PT, pois para este partido, a Convenção Regional era apenas uma etapa para conseguir-se a legalidade. O verdadeiro processo político, neste partido, dava-se na Pré-Convenção⁷. Esta, tinha a sua regulamentação no Regimento Interno e não no Estatuto, justamente por se contrapor a LOPP quanto a tirada de delegados:

“Art. 29 - Constituem os Encontros do Partido, com direito a voz e voto:
 . . . c) No âmbito estadual os membros da Executiva Regional e os delegados eleitos proporcionalmente nos encontros municipais. Os núcleos por categoria e de local de trabalho devem eleger delegados, com direito à voz e voto, aos Encontros Regionais, na proporção definida pelos Diretórios Regionais em condições de igualdade com o critério de proporcionalidade dos demais delegados eleitos pelos Diretórios Distritais, Municipais e Zonais, desde que a plenária geral dos núcleos daquela categoria conte com a participação de pelo menos 10% dos filiados naqueles núcleos, e que não poderão votar nos Encontros Municipais ou Distritais onde estão filiados pelos critérios eleitorais. . .”

No Regimento Interno do PT, existem algumas diferenças em relação aos critérios contidos no seu Estatuto em relação à Convenção oficial, critérios iguais aos do PMDB. Em primeiro lugar, os membros do DR no PT não são delegados natos à Convenção Estadual (Encontro), apenas os membros da CE⁸. Em segundo lugar os delegados dos núcleos representam efetivamente uma ampliação das possibilidades de que os militantes mais de base façam parte do Encontro Regional; além de que, para os delegados dos municípios, vale os critérios de quantidade em

⁷ “Convêm ressaltar que os estatutos oficiais são idênticos para todos os partidos e obedecem à Lei Orgânica de criação dos mesmos. Mas, na prática, o PT ultrapassa as formalidades do Estatuto (mesmo preenchendo seus requisitos) quando este atrapalha sua dinâmica. Por exemplo, no caso de, por força de lei, um partido ter de fazer convenções com um delegado para cada município. Criando a chamada pré-convenção descentralizada, o PT abriu as portas para a participação de muitos delegados. Assim sendo, as convenções oficiais acabam, na prática, referendando decisões anteriormente postas às mesas das pré-convenções mais amplas.” (Gadotti e Pereira, 1989, p. 73)

⁸ No parágrafo único do Art. 29, do Regimento Interno, consta que os membros do DR tem apenas direito a voz.

cima do número de filiados totais, e não em relação a votação na legenda para a Câmara Federal⁹. Entretanto, os direitos estatutários dos militantes nos partidos não são garantias efetivas de participação. A possibilidade de que qualquer filiado do PT e do PMDB, tanto em 1980 como hoje, possa participar e pertencer aos órgãos superiores de seus partidos, sobretudo os de nível regional (concretamente mais distantes das bases em nível municipal) não é um processo tão natural assim, como podem fazer entender os estatutos e regimentos. Infelizmente, não existem estudos acerca do perfil dos delegados às Convenções Estaduais do PT e do PMDB, embora, possa-se afirmar que a maioria sejam de militantes de expressão ao nível municipal: expressão no sentido de serem os dirigentes dos Diretórios Municipais, Zonais, de serem os mandatários locais (como Prefeitos e Vereadores), mais no caso do PMDB, e de militantes das tendências, de preferência seus dirigentes, no caso do PT. Tem-se em relação a essa questão os dados dos encontros ocorridos em 1995, cujas informações serão trabalhadas posteriormente (capítulo 11).

Quanto as outras exigências para a participação na Convenção ou Encontro Estadual, os dois partidos estabeleciam a obrigatoriedade de filiação de no mínimo 30 dias antes das Convenções Municipais, além também, da contribuição financeira atualizada¹⁰.

Em matéria dos critérios de escolha dos delegados à Convenção Estadual ou ao preenchimento do DR e da CE o PMDB não houve nenhuma considerável modificação. Dos itens modificados há um que trata do prazo de filiação

⁹ Critério exigido pela LOPP.

¹⁰ No PT Art. 29 do Regimento Interno, e no PMDB, Art. 22 do Estatuto.

mínimo obrigatório para os militantes poderem votar e serem votados nas eleições dos órgãos partidários: passou-se para 6 meses o prazo mínimo de filiação antecipada para quem vai votar nas Convenções e Encontros do partido, segundo o Art. 8, parágrafo único¹¹ do Estatuto aprovado em 1993 (e no de 1991 também). Para ser delegado a obrigatoriedade de filiação passou a ser de pelo menos 1 ano (Art. 24). Sem dúvida, estas são medidas limitadoras da participação dos filiados mais novos, o que pode significar tanto uma preocupação com manipulações de filiações em época de convenções como, também, uma tentativa de aumentar a identificação dos dirigentes e delegados com o perfil do partido, provavelmente já mais solidificados nos filiados mais antigos; ou pode representar, por outro lado, uma barreira para os mais novos. Na pesquisa realizada na Convenção Estadual do PMDB em maio de 1995, pode-se constatar que efetivamente os delegados do PMDB possuem um tempo de filiação superior aos do PT; o caso de menor tempo foi de 1 ano entre os peemedebistas.

O PT passou por modificações desde as regras contidas no seu primeiro Estatuto. O grande *divisor de águas* foi o 1º Congresso de 1991¹², quando desde a escolha dos seus delegados houve modificações consideráveis.

“... possui particular importância a alteração dos mecanismos de debate e de escolha dos delegados aos nossos encontros. Acreditamos que deve ser incorporada permanentemente ao regimento partidário aquilo que for julgado positivo na experiência do 1º Congresso - para o qual se propôs a eleição de delegados setoriais, municipais e estaduais, com direito a apresentação de candidaturas avulsas.”

¹¹ Além disso ele precisa estar quite com a contribuição financeira do partido. O prazo só é relevado para os casos de convocação por Comissão Provisória, quando o prazo é de 30 dias (Art. 8, Parágrafo Único).

¹² Conforme a entrevista com Natalício Corrêa, Secretário de Organização de 1993-1995.

Realmente, após o 1º Congresso do PT em 1991 o PT tem utilizado um procedimento mais complexo para a tirada de delegados para os seus encontros. Para os Encontros Estaduais, além dos delegados municipais, participam os delegados oriundos dos núcleos de base, das Zonais, das Setoriais, e das Macro-Regionais.

“Participam do Encontro Estadual delegados eleitos nos Encontros Setoriais, nos Encontros Municipais, e nos Encontros de Macro-Regiões (ou Conselhos Deliberativos), onde couber. Os delegados poderão ser eleitos através de chapas e candidaturas avulsas”. (Resoluções do 1º Congresso, 1991)

Na verdade, os critérios para a escolha dos delegados à Convenção (ou encontro) Regional não influenciam diretamente os índices de renovação ou manutenção. As modificações que ocorreram de 1980 para cá nas regras dos partidos podem realmente exercer um condicionamento mais forte quando conjugadas com outros processos, tais como, por exemplo, o aumento do número dos postos.

Porém, isso não invalida as informações importantes acerca do caráter dos partidos que os critérios para a tirada de delegados possuem: como a existência de uma maior ou menor pluralidade interna. Situação bem clara no caso do PT que tem de englobar todos os setores do partido dentro de uma estrutura legal e procedural de organização, nem que seja sob o domínio da institucionalização de representação, como nos casos dos delegados por setoriais, núcleos. Essas medidas podem muito bem terem sido materializadas a partir da impossibilidade, ou não, de representação desses setores nos encontros dentro das regras antigas, ou de regras que não discriminem nenhum privilégio de representação. Outra característica

marcante, é a adequação do PMDB às regras estabelecidas pela LOPP, mostrando que a real dimensão política do PMDB não contrasta muito com a dimensão institucional da LOPP e dos seus estatutos.

1.2 - Eleição e composição do DR e da CE.

Em relação a própria Convenção, ou Encontro Estadual, as diferenças continuam entre o PT e o PMDB. A começar, pela não possibilidade de voto cumulativo nos encontros regionais do PT(Art. 31 do Regimento Interno). No PMDB, pode-se votar mais de uma vez se um membro daquele partido for: a) delegado eleito em uma Convenção Municipal; b) Deputado Estadual, Federal ou Senador; c) e ainda por cima, membro do Diretório Regional. Este procedimento, de uma certa maneira, oficializa um tipo de oligarquização (elitista), pois dá mais poder para aqueles que acumulam vários postos no partido e no Estado¹³. Já no PT, a não possibilidade de voto cumulativo nos Encontros (Pré-Convenções), em tese, iguala o peso decisório de quem tem mandato (o de Senador e os de Deputado) com quem não tem; além da questão dos membros do DR não terem possibilidade de também votarem duas vezes: o que diminui um processo de escolha em causa própria na hora de votação dos membros do DR.

Em relação a escolha dos membros das CE's estaduais o processo não divergia entre os partidos, pelo menos no que cabe aos aspectos estatutários. Em

¹³ A eleição proporcional para a Câmara Federal participa diretamente dos processos de escolhas dos delegados convencionais estaduais na medida que o número de delegados de cada DM para a Convenção Estadual depende do número de votos recebidos pelo partido (nas cidades) nesta eleição.

ambos, é competência dos DR's a nomeação dos dirigentes da CE's¹⁴. Mas, novamente no caso do PT, o que é válido para a Convenção oficial pode não ser para a Pré-Convenção ou Encontro Estadual.

Neste partido, na verdade, desde o início havia um procedimento existente no Regimento Interno que estendia aos delegados do Encontro Estadual a competência para a escolha do Presidente da CE, ou seja, do partido em nível regional¹⁵. Também se verificava no PT, uma diferença quanto a escolha da proporcionalidade das chapas quanto à CE, porque ela deveria obedecer a mesma existente quanto as chapas para o DR, por exemplo, uma chapa que atinge 30% do DR teria 30% da CE - com a exceção do Presidente.

O procedimento proporcional no PMDB foge um pouco a esse critério, sobretudo pela inexistência de grupos organizados (como no PT) e existência apenas de um círculo interno (cúpula) dominante. A escolha dos membros da CE acontecia numa reunião do DR recém eleito, que ia apresentando e votando os nomes dos candidatos à CE. Porém, é importante salientar, a similitude entre a composição do perfil político nas duas instâncias do PT e do PMDB, visto que elas nesses últimos anos, foram formadas a partir de processos políticos existentes nas Convenções e Encontros Regionais dos partidos; o DR e a CE foram preenchidos, nas suas diferentes trocas, respeitando-se sempre a mesma pluralidade e hegemonia do momento, proporcionando, sobretudo, que as instâncias tivessem perfis políticos semelhantes.

¹⁴ No PT Art. 20, I, do Estatuto, e no PMDB, Art. 75, b), do Estatuto.

¹⁵ Art. 20 do Regimento Interno.

Um dos fatores mais importantes para a análise das curvas de renovação dos primeiros anos dos partidos, principalmente da elite, é o que existe, especialmente no PMDB, acerca da impossibilidade de vários mandatários e cargos de confiança de ocuparem postos da CE:

“Art. 19 - É vedado ao Presidente e Vice-Presidente da República, aos Ministros de Estado, Governadores e Vice-Governadores, Secretários de Estado, do Distrito Federal e dos Territórios Federais, Prefeitos e Vice-Prefeitos, pertencerem às Comissões Executivas dos Diretórios.”

imposição que reconhece a força desproporcional que têm os mandatários em geral, principalmente em relação a distribuição de poder dentro dos partidos nas posições-chaves de decisão. E, segundo os índices de renovação da elite na CE do PMDB (que até é menor na CE que no DR), à CE foram escolhidos militantes com o perfil de elite, apesar de não terem sido contados os Prefeitos e Vereadores. Um partido quando é controlado pelos mandatários não adianta criar regras de exclusão ou inclusão que sempre haverá um jeito desses dominarem, ver os Gráficos 1 e 2.

No PT, a regra mais importante no que tange ao tipo de membro que pode ocupar a CE é a que aponta a impossibilidade de acúmulo de postos titulares nas diferentes Comissões Executivas (Art. 27, do Regimento Geral).

Um outro aspecto estatutário a moldar a composição das instâncias do PT e PMDB é o fornecido pelas membros que possuíam lugar nato no DR e CE. Além dos líderes da Assembléia Legislativa que tinham assento garantido no DR, os partidos acabaram por criar outros postos restritos a determinados tipos, dependendo

dos interesses de representação para setores do partido. No PMDB, tanto para o DR como para a CE era garantido assento para representantes do Movimento Trabalhista (em número de dois para o DR, e um para a CE)¹⁶ e do movimento estudantil (também em número de dois para o DR e um para a CE)¹⁷. Também neste partido procurava-se garantir preferencialmente representantes das diversas categorias profissionais e das seções partidárias¹⁸. E, ainda assim havia uma parte do Estatuto que procurava regular o PMDB no sentido de este não ser um partido só eleitoral, nesse sentido era proposto que 1/3 nos Diretórios fosse reservado para não parlamentares e integrantes dos movimentos sociais¹⁹.

Os Estatutos dos dois partidos irão sofrer ao longo dos últimos 15 anos algumas modificações consideráveis para a interpretação dos índices de renovação e manutenção. Como foi dito até aqui, os partidos gaúchos ao copiarem a LOPP estabeleceram uma série de regras acerca dos procedimentos de escolha dos seus dirigentes, alguns dos quais até reconheciam o peso maior das elites, principalmente as oriundas do Estado (mandatários, cargos de confiança). Nesse sentido, como provam os Estatutos do PMDB, por estar mais vinculado aos postos do Estado, por já ter toda uma estrutura pronta, e por ser dos dois o que mais reproduziu a LOPP, este partido possuía alguns impedimentos para que membros do Estado não controlassem os postos nas instâncias do partido. E como podemos ver nos dados dos primeiros DR e CE, mesmo assim aparecem muitos mandatários e cargos de confiança, o que prova a inconsistência dessas medidas para um partido

¹⁶ Art. 33, para o DR, e Art. 48, para a CE.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Art. 30, do Estatuto.

¹⁹ Art. 6.

essencialmente eleitoral e dominado por mandatários. Já o PT, procurou fugir das regras da LOPP, criando a sua própria estrutura paralela de Pré-Convenções (mais disputadas) e Núcleos de base (que articulavam os membros mais na base do partido).

O PT, ao contrário, não tinha tanto medo do peso dos mandatários, pois não os tinha, apesar de aparecer sempre isso nos discursos, o que mais o amedrontava, por certo, era a disputa entre as tendências e os diversos atores que coabitavam o PT. É nesse sentido que este partido fará as maiores mudanças nos Estatutos, bem mais que no PMDB, que manteve em grande parte o mesmo ordenamento de 1980 para cá.

Das novidades apresentadas pelo PMDB, figura a necessidade de que os filiados não possam pertencer a mais de dois diretórios em qualquer nível (Art. 18, do Estatuto de 1993). O que, em geral não afetaram muito a conformação anterior.

Em relação aos dados de renovação, a principal modificação existente foi a de 1983 quando o DR passou de 45 membros titulares e 15 suplentes para 71 titulares e 23 suplentes, ver Tabela 1. Nesse acréscimo dos postos, o percentual afetado no índice de renovação chegou a 65%, o que não deixa de representar um peso considerável para a média de renovação desses 15 anos em que poucas modificações houve. Para comprovar isso pode-se ver nos Gráficos 5 e 6 que foi no ano de 1983 onde ocorreu o pico da curva de renovação para o DR tanto em relação a renovação simples como da elite.

Depois de 1983, quando Simon deixa a presidência, começa também ser notado a vantagem para os ex-Presidentes da CE o lugar nato no DR: o que garante, hoje em dia, lugar certo no PMDB do RS para Pedro Simon, Cezar Schirmer, André Forster, Odacir Klein (que substituiu Simon quando este assumiu o Ministério de Sarney) e Lélío Souza (que substituiu Cezar Schirmer quando este foi para a Secretaria da Fazenda do Gov. Simon).

A CE do PMDB também passou de 9 membros titulares, constante no primeiro Estatuto, para 13 membros titulares no Estatuto de 1993, mas o número final entre os titulares e os suplentes não aumentou. Isto é importante porque, como será analisado mais adiante, os membros titulares estão mais vinculados ao círculo interno que controla o partido do que os membros suplentes (ver capítulo 5).

Quanto a composição do DR do PT, no 1º Congresso ele passa a ser denominado Conselho Deliberativo Estadual e tem o seu número estendido a mais de 100 membros, principalmente porque necessita representar vários setores partidários.

“ . . . dirigentes eleitos diretamente pelo Encontro Estadual, em número nunca inferior a 50% do total de membros do CE²⁰ ;
- dirigentes eleitos diretamente pelos Encontros Setoriais Estaduais, proporcional ao número de filiados de cada setor;
- dirigentes eleitos diretamente pelos Encontros das Macro-Regiões (onde houver) e pelos Encontros Metropolitanos (cidades com mais de x habitantes);”²¹

O PT dá mostras da sua pluralidade interna, pluralidade a partir de segmentos com expressão e certo poder de decisão, quando consegue articular em

²⁰ Aqui não é a Comissão Executiva, mas o Conselho Estadual.

²¹ Parágrafo 84 das Resoluções do 1º Congresso de 1991.

setoriais os seguintes movimentos: sindical, agrário, mulheres, negros, ecologia, portadores de deficiência, saúde, assuntos indígenas, educação, juventude, transporte-moradia-associações de moradores e aposentados, religiosos, da criança e adolescente e da cultura²².

Por outro lado, agora em relação aos dados de renovação, esse aumento dos postos do DR, diferentemente do verificado no PMDB, não foi, do ponto de vista inercial, um índice muito grande de renovação apesar de ter sido maior, representando 78% do peso da renovação. Foi sim, superior a média, ver o Gráfico 9, mas não chegou nem a ser o maior percentual de renovação no DR do PT(71% em 1984).

No Encontro Estadual de 1995 do PT, o Conselho Deliberativo Estadual volta a se denominar DR, mas as mudanças permanecem, com o aumento de alguns segmentos que alcançam representação oficial, tais como o fórum de Prefeitos e de Vereadores.

Entretanto, o setor que mais causou impacto ao conseguir representação oficial nas instâncias do PT foi o das mulheres que a partir do 1º Congresso deve ser de 30% em qualquer instância²³. Decisão polêmica que pode ser vista como um ato burocrático porque espera que com a regra possa existir daí democracia. É a espera da lei para que a democracia possa existir, visto que, pelos

²² Art. 25, do Regulamento para os encontros de 1995.

²³ "... Nesse sentido, na composição dos Conselhos deliberativos e das Comissões Dirigentes de nível municipal, estadual e nacional do Partido, respeitando-se a proporcionalidade, será garantida uma presença mínima de 30% de mulheres, como um passo necessário à construção da democracia de gênero no PT". Resoluções do 1º Congresso do PT, parágrafo 63, 1991.

caminhos normais de relacionamento político entre os militantes do partido, isso não foi possível.

Esses dados ajudam a caracterizar melhor a diferença entre a média de renovação e do DR e da CE do PT. Pode-se ver que depois de 1992 o DR é composto por filiados em que a sua escolha não passa necessariamente pela luta entre as tendências, pois muitas Macro-Regionais (hoje denominadas de Micro-Regionais²⁴), principalmente as do interior, não possuem militantes de tendências, ou se possuem não no grau existente nas grandes cidades. As próprias Setoriais, como a de ecologia, é formada por setores a parte, ou por “grupos” que podem ser denominados de cripto-tendências. Assim, pode-se interpretar a média de renovação superior do DR, porque este não passa pela escolha de todos os seus membros pelo crivo da luta das tendências, fator que é o grande obstaculizador da renovação partidária. Já a CE, órgão em que os membros só são escolhidos no Encontro Estadual a partir da proporcionalidade das chapas ao DR, o peso das tendências se mostra mais forte. Mas ainda é preciso as análises do próximo capítulo para afirmar-se ou não com mais convicção essa *tendência*²⁵ no processo de renovação do PT.

Sobre a renovação, ainda em relação ao PT, há mais um fator que demonstra as precauções existentes nesse partido acerca do processo de oligarquização. É o que diz o parágrafo 113 das Resoluções do 1º Congresso:

“Um dirigente partidário não poderá ocupar o mesmo cargo no Conselho Deliberativo [hoje diretório] por mais de 2 mandatos consecutivos (caso

²⁴ Segundo Adeli Sell existem no PT do RS 11 Micro-Regionais que congregam os DM do Estado.

²⁵ Com o perdão do trocadilho.

ocupe a mesma função) ou por mais de 4 mandatos consecutivos (não importando a função ocupada).”

Na verdade, o PT e o PMDB, ao explicitarem em seus estatutos medidas contra a oligarquização estão dando mostras das suas preocupações, e porque não dizer, de fenômenos já ocorrentes acerca de dirigentes que acabam excedendo a uma média normal de poder dentro das instâncias do partido. Ambos partidos apresentam receios em relação à influência do Estado, pelo menos nos aspectos legais, embora a não possibilidade de pertencimento das CE's dos mandatários do Executivo seja uma determinação da legislação partidária; o PT nunca demonstrou tal preocupação. Ou, na verdade, sempre a teve, tanto que em sua estratégia mais geral não estabelece a via eleitoral como a única e principal para a realização de seus objetivos.

2- Os processos políticos de escolha dos dirigentes.

O PT e o PMDB desenvolveram procedimentos diferentes em relação ao preenchimento dos postos do DR e da CE, mesmo que do ponto de vista legal as regras não sejam muito diferentes dum partido para o outro, como foi visto anteriormente. Pode-se dizer, com certeza, que cada partido privilegiou uma determinada maneira de escolha dos membros das direções partidárias que, juntamente com outros fatores, corroboram a caracterização dos perfis elitista e burocrático em relação aos processos de oligarquização. Se os índices de renovação por si só não possibilitam uma visibilidade melhor acerca dos diferentes tipos de organização e oligarquização, os procedimentos políticos ligados às escolhas dos

dirigentes do DR e da CE, ao contrário, possuem tal atributo. Na escolha dos membros das instâncias há um misto entre os processos de distribuição de poder (com quem fica) e de tomada de decisão (quem escolhe na prática): com um peso maior para o primeiro processo, pois a escolha propriamente dita pertence a convenção ou encontro (dependendo do partido), mesmo que as chapas, na maioria das vezes, não permitam uma oportunidade de escolha efetiva, ou que elas sejam formadas de cima para baixo. Por isso, a maneira como tem sido feito a escolha dos membros pelos partidos pode ajudar muito, apesar de que existem muitos fatores nos bastidores envolvendo as opções entre este ou aquele militante que, na verdade, são de difícil (ou impossível) acesso; ou até, irrelevantes do ponto de vista da Ciência Política: podendo interessar mais aos psicólogos, sexólogos, etc. Mas é possível identificar, como dissemos acima, dois modelos de organização, mais ou menos completos, um para cada partido. Vejamos.

2.1 - PMDB.

Em relação ao PMDB, a regra para a escolha dos membros do DR tem sido feita pela direção anterior, no caso, pelo círculo interno que controla o partido, tanto pelos de dentro da estrutura formal (os membros da CE, das Coordenadorias, mais alguns militantes destacados para alguma comissão de alto nível) como pelos de fora dela (aqueles que não precisam estar de *corpo presente*, mas que decidem mais que os outros). Os exemplos mais fortes nesse sentido aconteceram nas trocas

existentes de 1981 a 1983²⁶ - sendo que neste ano houve um certo *burborinho* dentro do partido -; na convenção de 1988, ano em que a chapa do DR foi formada por uma comissão de alto nível (constituída pela direção) e submetida posteriormente ao plenário da convenção apenas para a ratificação; e de 1990 para cá, quando o processo tem sido basicamente a formação da chapa oficial a partir de uma discussão entre os pertencentes ao círculo interno com as instâncias partidárias: como aconteceu em 1995, ano em que as recém criadas coordenadorias regionais indicaram militantes para a chapa oficial. Todos esses processos são comprovadores da prática elitista desenvolvida pelo PMDB, em que o procedimento real se dá a partir de uma lógica de distribuição do poder que segue o caminho de cima para baixo: às bases do partido só restam, na maioria das vezes, ratificar o que foi decidido pela direção. Isso não nega a existência de conflitos, disputas ou até insubordinações. Pelo contrário, até existiram, só que o padrão hegemônico foi dado pelo grupo central, não importando as modificações, pelas quais ele passou, em seu perfil e membros de 1980 para cá.

Dos períodos em que houve disputas e procedimentos diferentes dos anos restantes destacam-se as convenções de 1986, a mais diferente das demais, e de um certo modo a convenção de 1983. Começando por esta, pode-se dizer que, se a escolha das chapas para o DR e CE foram feitas pela própria direção, isto é, Pedro Simon²⁷, pelo menos houve uma crítica mais forte à mesma, patrocinada por parte de setores do partido, em especial os mais de esquerda agrupados em torno dos

²⁶ Os índices de renovação do DR e da CE, seja a simples ou da elite, nas convenções de 1981 e 1982 são os menores (ver Tabela 1 e 2) em comparação com as trocas posteriores. Assim como, os índices de permanência no DR e na CE das trocas de 1981 e 1982 são os maiores (ver Tabela 3).

²⁷ No Jornal Folha da Tarde do dia 09/11/1983 consta: "As articulações para a futura Executiva peemedebista, até ontem [08/11/1983], estiveram relativamente paradas, à espera do Senador Pedro Simon, que se encontra em Brasília e já manifestou, extra-oficialmente, o desejo de coordenar pessoalmente essa composição".

militantes ex-IEPES, como André Forster, e de alguns Deputados Estaduais e Federais como Antenor Ferrari e Odacir Klein. Estes setores do partido, mesmo reconhecendo a liderança de Pedro Simon, lutavam por mais espaço para as bases do partido (ou seja, eles mesmos), criticavam a falta de renovação e um certo predomínio dos setores mais conservadores na direção do partido: setores representados pelo ex-Governador Sinval Guazzelli (ex-PP) e pelo ex-Deputado Siegfried Heuser (ex-PTB).

Destas críticas surgiu um DR mais renovado em 1983. De todas as trocas, esta foi a que apresentou maiores índices de renovação simples (56%) e de elite (45%) - ambos superaram as suas médias de 35% e 27% respectivamente. Isso, é claro, em parte pelo acréscimo dos postos (58%), e em parte pelo contexto político colocado à direção. Processo que ficou comprovado também pela formação da CE, na qual os Vice-Presidentes de 1982, Guazzelli e Heuser, foram substituídos por Alcides Saldanha e Rui C. Ostermann; e o Secretaria Geral ficou para Odacir Klein. Não é por acaso que o percentual de permanência da CE de 1982 para 1983 só foi de 25%. Contudo, esse processo não representou uma modificação no padrão elitista, mesmo que demonstrasse que haviam diferentes setores políticos e ideológicos no partido que, de uma certa maneira, disputavam espaços e poder dentro do PMDB. Por mais que essas diferenças fossem profundas, não se transformaram em algo de maior disputa interna, justamente pelo perfil elitista que os setores de esquerda possuíam e possuem no PMDB. Tanto que, o PCB, ao analisar o resultado da convenção de 1983, critica a vitória dos setores de esquerda (sic) que se aproveitaram das suas críticas à direção e ao seu Presidente, o Senador Pedro Simon, para

conseguirem alijar nomes como o do ex-Senador Paulo Brossard e do ex-Governador Sinval Guazzelli.

“A nominata do Diretório foi elaborada por uma comissão com representantes da bancada estadual, bancada federal, Prefeitos, Vereadores, executiva anterior e um ex-Prefeito do PMDB. Foi o Diretório composto por essa comissão e aprovado pelos convencionais que elegeu a executiva com a exclusão dos setores moderados. Coincidentemente, a nova executiva foi composta por setores ligados ou representados na comissão que escolheu o Diretório. Em outras palavras, os delegados convencionais tiveram um papel apenas homologatório das preferências da referida comissão” (Voz da Unidade, nº 181, 1983)

Até que, de um certo ponto de vista formal da democracia, o PCB tinha razão em criticar a exclusão de um setor do partido, só que o *partidão* esquecia o conteúdo ideológico em questão dos grupos e o conteúdo elitista emprestado pelos grupos aos quais ele vinha em defesa. Mas isso reforça a confusão existente nos partidos e grupos políticos brasileiros, em que, por exemplo, para muitos grupos de esquerda mais vale uma subserviência num partido eleitoralmente viável e com espaços no poder do que a conquista por espaços próprios. Além do que, para o PCB a questão mais problemática não era a escolha do DR por uma comissão, crítica apenas subjacente, mas sim o perfil dos dirigentes escolhidos. Nessa citação do jornal Voz da Unidade, comprova-se o padrão peemedebista de escolhas dos seus dirigentes que tem sido caracterizado: **elitista e excludente**.

Um outro desdobramento da convenção de 1983 foi a resolução que previa para o próximo encontro (que ocorreria em 1986) o processo de pré-convenção (seguindo os moldes do PT). O que efetivamente ocorreu em 1986, ano em que existiram uma pré-convenção e a convenção oficial. Pela inexperiência dos

peemedebistas em levar o processo pré-convencional só foi possível escolher os membros do DR, que a princípio, seriam os mais votados de uma lista com cerca de 230, segundo uma decisão tomada pelos grupos em disputa. A CE, e o Presidente, ficaram para serem escolhidos posteriormente, este pelos delegados convencionais. Na pré-convenção, ao contrário do desejo dos peemedebistas, acabou por acontecer uma situação surrealista, ou na verdade muito realista, pois a disputa pela Presidência entre o Deputado Estadual, Cezar Schirmer, e o Deputado Federal, Lélío Souza, propiciou que cada contendor se incumbisse de apresentar sua própria lista de pretendentes ao DR, com a devida exclusão dos simpatizantes da outra candidatura. No fim, o processo eleitoral acabou tendo três listas (a oficial e as extra-oficiais) e muita confusão na hora de escolher os titulares e suplentes do novo DR. Tudo isso porque interessava aos candidatos à Presidência a composição do futuro DR que, estatutariamente, era o órgão que possuía a competência de escolha do Presidente e da CE. Só que a escolha do Presidente, como foi dito, acabou recaindo para o plenário da convenção oficial. Decisão esta que terminou por não invalidar por completo a atitude dos presidenciais.

Apesar da disputa entre Cezar Schirmer e Lélío Souza e da liderança incontestada de Pedro Simon, foi Antenor Ferrari o mais votado para o DR, com 264 votos, seguido por Simon - 263 votos, Odacir Klein - 254 votos, Sinval Guazzelli - 234 votos, João Lucas Coelho - 230 votos, Ecléa Fernandes - 230 votos, Paulo Brossard - 226, Erani Muller - 225, José Fogaça - 224, Carlos Giacomazzi - 221, José Paulo Bisol - 217, Bernardo de Souza - 217, Lélío Souza - 214, César Schirmer -

209, e por aí afora²⁸. Na nominata eleita, Schirmer levava uma certa vantagem, o que diziam os jornais da época²⁹, mas como a disputa pela Presidência ficara para a convenção, a luta teria que se deslocar para a conquista de mais delegados.

Um desdobramento natural do resultado da pré-convenção foi a cogitação da candidatura de Antenor Ferrari para a Presidência, principalmente pelos setores mais de esquerda do partido, com os quais Ferrari se relacionava bem³⁰. Dentro do contexto político do momento, a liderança de Antenor Ferrari poderia representar a possibilidade de vitória para estes setores, ainda que não fosse possível marginalização dos segmentos partidários reunidos em torno de Pedro Simon e demais lideranças parlamentares. Pode-se ver nas palavras de André Forster, Vereador de Porto Alegre e um dos principais nomes da esquerda, numa entrevista à Gazeta Mercantil, a visão acerca da direção partidária nutrida por este bloco oposicionista:

“Pela primeira vez o PMDB gaúcho, segundo afirmou [Forster], será obrigado a abrir mão do consenso das cúpulas, sendo compelido a uma confrontação entre as facções moderadas e progressistas.”(Gazeta Mercantil, 24/01/1986)

Um fator externo ao PMDB gaúcho, mas que em muito contribuía com as pretensões oposicionistas, era o desempenho do Governo Sarney, que para o PMDB do RS não se enquadrava bem com um governo peemedebista³¹. Isso, fazia com que, certos líderes locais, como Pedro Simon, na época Ministro da Agricultura,

²⁸ Zero Hora do dia 29/12/1985.

²⁹ Idem.

³⁰ Segundo o Jornal Gazeta Mercantil, do dia 18/1/1986, a “esquerda alternativa”, em torno de Ferrari, preocupa a “cúpula partidária”.

³¹ A decisão da convenção de 1986 foi de crítica ao PMDB do resto do país pelo acordo com o PFL. Ver a matéria de Zero Hora do dia 29/12/1985.

acabassem retendo sobre si parcelas de indignação das bases partidárias, sobretudo pela postura de ambiguidade marcada pelo PMDB regional em relação à Nova República. O que ficou várias vezes comprovado: como o exemplo da escolha de 4 ou 5 anos para Sarney. A oposição podia assim, e fazia concretamente, angariar a crítica das bases contra o círculo interno que controlava o PMDB local, por mais que Ferrari e Lélío Souza não representassem uma ruptura ideológica e política ao grupo de Simon.

Quem até certo ponto dava o tom do ritmo da disputa e coordenava as peças no tabuleiro era o então Presidente em exercício da CE, Odacir Klein. Este, assumira em decorrência da ida de Pedro Simon para o Ministério da Agricultura a responsabilidade de comandar o PMDB gaúcho, o que podia fazer sem impecilio visto que estava sem mandato no momento: fora derrotado como candidato a Vice-Governador na chapa de Pedro Simon para o Governo do Estado em 1982. Mesmo que a direção eleita em 1983 estivesse sendo criticada com muita força dentro do partido, principalmente a figura do Secretário Geral, Waldir Walter, que substituiu Odacir Klein quando este assumiu a Presidência, o comando do partido ainda detinha muita força junto aos delegados à convenção, em geral as lideranças do interior. Nesse sentido, é que o nome de César Schirmer alça-se como o representante da situação, pois os dois (Cezar Schirmer e Odacir Klein) tinham uma afinidade muito grande. Odacir Klein e Pedro Simon apoiavam Schirmer, e estes apoios eram indícios de quem seria o vencedor.

O resultado da escolha do Presidente da CE acabou soçobrando à lógica tradicional de fazer política no PMDB. Na véspera da convenção regional houve uma discussão da cúpula do partido com os grupos em disputa (o oficial de Schirmer e Lélío Souza e o opositor de Ferrari e Forster) e os Deputados Federais e Estaduais, em que o Deputado Cezar Schirmer saiu como o único candidato à Presidência, com Lélío Souza e Antenor Ferrari para as Vice-Presidências. O peso de Simon e Klein, juntamente com a posição de vários parlamentares, foram decisivos para que a escolha recaísse em César Schirmer³². Mesmo assim o índice de renovação simples da CE em 1986, de 71%, foi o maior verificado ao longo dos anos de vida do PMDB. A renovação da elite da CE, de 57%, também foi a maior apesar de ter ficado um pouco inferior a renovação simples. E o índice de permanência também foi o menor, de 19%.

Porém, não é preciso dizer que no dia da convenção, os delegados foram pegos de surpresa, o que naturalmente gerou muita indignação:

“No Brasil, as grandes decisões são sempre tomadas pelos mesmos pequenos grupos, na hora do cafezinho ou, de preferência, depois da meia-noite.”³³

Só que para a oposição, à lógica elitista imanente à prática política da cúpula do partido, apenas se mostrou com a sua verdadeira face, depois que ela tinha cumprido a sua parte em eleger Cezar Schirmer para a Presidência. No ato seguinte, em que estavam em questão a escolha do Secretário Geral, no mínimo posto de igual ou superior importância dentro de um partido, e a liderança na Assembléia

³² Segundo os depoimentos de Antenor Ferrari e André Forster.

³³ Entrevista de um delegado ao jornal *Gazeta Mercantil* do dia 28/01/1986.

Legislativa, o grupo dominante, em vez de cumprir a sua parte no acordo, acabou elegendo o seu nome para a Secretaria Geral, Wilson Vargas, ao invés de Werner Becker³⁴ o indicado pela oposição; e o Deputado indicado para a liderança do partido na Assembléia que deveria ser Antenor Ferrari, passou a ser Rospide Neto para a direção do PMDB³⁵.

No *frigor dos ovos*, os resultados ficaram bem a quem do que a oposição podia ter conseguido, e o padrão tradicional de escolhas dos dirigentes foi mantido.

Logo depois desse processo dentro do PMDB veio a eleição em novembro de 1986 e Pedro Simon foi escolhido Governador do RS, levando consigo para o governo boa parte da direção estadual: Antenor Ferrari foi para a Secretaria da Saúde e Meio Ambiente, Cezar Schirmer foi para a Secretaria da Fazenda e depois da Casa Civil. Com isso, Lélío Souza assumiu a direção do PMDB, o que prova a semelhança de perfil dos diferentes grupos no PMDB gaúcho.

Nestes dois casos, de 1983 e 1986, pode-se ver que eram os de menor aproximação do padrão de escolha dos dirigentes das instâncias superiores no Estado, padrão que será estabelecido nos próximos anos.

No ano de 1988, em relação a escolha da CE houve novamente uma disputa entre Cezar Schirmer e Lélío Souza para a Presidência, agora com a

³⁴ Ver entrevista com Forster que destaca o perfil independente e correto do Vereador

³⁵ Segundo uma matéria em Zero Hora, do dia 05/03/1986, havia um problema na bancada estadual pela indicação do grupo de Schirmer de Rospide Neto para a liderança, isso em detrimento de Ferrari ou dos setores mais a esquerda.

participação de Irajá Rodrigues, como candidato correndo por fora (não da esquerda e sim da direita). Entretanto, em relação a escolha do DR, o ano de 1988 protagonizou o exemplo mais claro do perfil elitista do PMDB, como já foi dito anteriormente. A chapa para o DR foi formada por uma comissão de alto nível que escolheu um percentual representativo para cada setor do partido: entre Deputados Federais, Estaduais, Prefeitos, Vereadores, Setor de Jovens e de Mulheres, membros do Governo do Estado, etc. A distribuição ficou assim: a) membros do Governo do Estado, 19 indicados; b) Prefeitos, 7 indicados; c) Senadores, 2 indicados; d) Deputados Federais, 13 indicados; e) Deputados Estaduais, 14 indicados; f) Vereadores, 5 indicados; g) membros de Zonais, 5 indicados; h) setor feminino, 4 indicados; i) setor jovem, 2 indicados³⁶. Pelo tamanho do número de mandatários e cargos de confiança em relação aos outros grupos fica claro o peso desses setores no grupo dominante. É claro, que os escolhidos entre cada grupo deveriam se enquadrar no perfil do círculo interno dominante, pois não poderiam ser escolhidos qualquer Deputado ou Prefeito.

A disputa pela Presidência do PMDB estadual, que novamente em 1988 seria escolhida pelos convencionais, tinha agora como pano de fundo a administração do Governo do Estado, já com dois anos de mandato, o racha nacional que se estabelecia a partir dos peemedebistas paulistas rumo ao PSDB e toda a crítica à direção nacional do PMDB que vinha embutida com isso. Como sempre, os apelos de unidade, tão comuns em Pedro Simon³⁷ procuravam conter as discussões locais

³⁶ Dados constantes em Zero Hora do dia 5/5/1988.

³⁷ Tanto Pedro Simon como outras lideranças, Schirmer, Lélío Souza, apostavam na unidade porque, segundo eles, não haviam disputas ideológicas e sim apenas políticas. Ver Zero Hora do dia 12/4/1988 em que numa matéria se diz que Pedro Simon juntou os candidatos a Presidente do PMDB do RS, Schirmer e Lélío, e pediu unidade. Ver uma entrevista com Lélío Souza em Zero Hora do dia

para que não houvesse maiores estragos, para o seu Governo e Partido: o que em parte ele conseguiu. Assim, sem haver um acordo no final da disputa, acabou ocorrendo a eleição na convenção e Cezar Schirmer ganhou novamente o posto de Presidente, o que para Lélío aconteceu por causa de Cezar Schirmer representar o Governo Simon³⁸. A novidade foi que várias lideranças saíram depois da convenção, como José Paulo Bisol, Ecléa Guazzelli, Hermes Zanetti, Vicente Bogo, dentre outros, abrindo espaço para novos militantes no DR e CE para 1990: tanto que em relação aos índices de permanência, o DR de 1988 para 1990 teve como percentual 49% (abaixo da média de 63%), um dos menores em níveis comparativos. Já a permanência de 1986 para 1988, seja no DR como na CE, não apresentou percentuais tão favoráveis como o anterior. Na CE, por exemplo, o índice de 50% dá um salto muito grande se compararmos os 19% de permanência da CE de 1983.

A partir de 1990, apesar de mantida a tradição elitista, uma nova era se abre ao PMDB, agora sob a égide do final e crítica do Governo Simon, em 1990, e da vitória novamente no Governo do Estado com Britto, em 1994. Em 1990, em vez de representar a vitória das oposições com André Forster na Presidência, na verdade, representa o novo padrão governativo do PMDB gaúcho, em que setores da oposição são ganhos para a administração partidária, dado o desgaste e outras tarefas que membros mais antigos do bloco de Simon começam a ter pela frente (como as candidaturas de Schirmer para Prefeito de Porto Alegre em 1992 e para Senador em 1994). O Próprio André Forster foi indicado para a Presidência pelo Schirmer³⁹, o

01/5/1988: “[o PMDB] livre de disputas, que foram consideradas dispensáveis pela inexistência de confronto ideológico ou programático. O confronto nessa fase serviria apenas para estimular personalidades.”

³⁸ Ver Zero Hora do dia 9/5/1988.

³⁹ Segundo o próprio André Forster.

que causou surpresa e indignação por parte de setores oposicionais que até pouco tempo antes da convenção de 1990 vinham discutindo alternativas a velha turma dominante: novamente Ferrari era cogitado para a Presidência. O problema é que com o final do Governo Simon, a empreitada de comandar um partido pós-governo não era das mais fáceis e a oposição acabou aceitando a indicação de Forster por achar que comandaria isolada um partido em reestruturação⁴⁰.

Pode-se dizer que apenas parcialmente as épocas de maior ebulição, como 1986 e 1983, são os picos de renovação no DR como na CE. Pelos índices de renovação da elite sim, tanto para o DR como para a CE os anos de 1983 e 1986 apresentam os maiores percentuais: para o DR são respectivamente 45% e 35% (enquanto a média é de 27%), para a CE, 50% e 57% (enquanto a média é de 33%). Entretanto, em relação aos percentuais de renovação simples no DR, apenas o índice de 1983, principalmente, pelo acréscimo dos postos, foi o maior em média verificado, ficando em 56%; já no ano de 1986, o de maior polêmica, mesmo que ela tenha sido maior em relação a CE, o índice baixou para 39%, bem perto da média geral que ficou em 35%⁴¹. E na CE, os percentuais de renovação simples acompanham em proporção os verificados na renovação da elite, mostrando o ano de 1983 uma renovação simples de 69% e o ano de 1986, 71% (sendo que a média geral bateu em 48%), confirmando as conjunturas mais efervescentes.

A partir de 1988, em que o DR e a CE são formados a partir da influência direta da direção, sem tanta polêmica, os índices voltam a cair, com a

⁴⁰ Segundo o depoimento de Antenor Ferrari.

⁴¹ Ver Tabela 1.

exceção dos percentuais verificados na renovação simples do DR que em 1988 (43%) e 1990 (45%) são superiores ao de 1986. Mas no geral, a tendência de queda das curvas de renovação indicam um conteúdo elitista e, até ponto, excludente, do padrão de renovação dos dirigentes no PMDB. Em 1995 é protagonizado um caso em quem muito reforça esse modelo. Neste ano houve duas chapas, uma oficial, constituída a partir dos militantes ligados a direção e outros indicados pelas regiões através das coordenadorias regionais; e outra chapa de oposição, formada basicamente por militantes do Porto Alegre, a partir de um desentendimento acerca de distribuição de cargos no Estado⁴². A disparidade entre os grupos dá um claro exemplo da completa dominação do grupo hoje na direção estadual. Isso é comprovado a partir da visão oficialista que é empregada na formulação da chapa de situação em que se procura aglutinar na nominata todos os setores relevantes do partido, tais como o MR8, grupos do interior, os grupos da antigas disputas (como os simpatizantes de Cezar Schirmer, Lélío Souza, esquerda). Por isso, a única oposição possível só pôde ser constituída por militantes marginalizados dentro da estrutura de poder do PMDB, militantes que a partir de algum motivo qualquer, de preferência clientelista, não conseguiram se fazer representar na chapa oficial⁴³.

Em síntese, a existência de um círculo interno que controla o poder no PMDB produz processos de decisão em que apenas uma minoria decide e uma minoria é escolhida. Houve vários episódios nos quais claras ingerências da cúpula foram reconhecidas em decisões dentro do PMDB: como por exemplo, na formação de “comissões de alto nível” para a definição dos membros do DR e da CE; ou nas

⁴² Segundo o depoimento de André Forster.

⁴³ Segundo o depoimento de Sérgio Panasuk.

disputas resolvidas pelo alto e a partir dos interesses da cúpula. Nesse sentido, é possível falar-se em procedimentos oligárquicos de tipo elitista no PMDB, ainda que contemporaneamente, os partidos gaúchos e brasileiros (e o PMDB também) movimentem contingentes numerosos de militantes partidários. Mas, na verdade, o controle do poder é até então tão-somente atributo de poucos.

2.2 - PT.

O PT, diferentemente do PMDB, reproduziu o mesmo modelo em todas os processos de escolhas dos seus dirigentes estaduais do DR e da CE. Os petistas apenas no ano de 1981, quando da formação do primeiro DR, é que procederam de maneira parecida com o PMDB, na medida que se utilizaram de uma comissão (formada a partir da comissão-provisória estadual) para a constituição de uma chapa de consenso⁴⁴. Nesse episódio, porém, na hora da escolha na pré-convenção (encontro), alguns militantes articulados em grupos como o MEP, o Trabalho, Convergência Socialista, dentre outros, resolveram criticar os critérios de composição da chapa oficial. Tanto assim, que para a CE apresentaram uma chapa alternativa a da comissão, que acabou ganhando a votação de 91 votos contra 82 a chapa oficial⁴⁵. Sinal das futuras disputas existentes entre os grupos no interior do PT.

O padrão que o PT desenvolveu a partir de 1984 foi o de escolher os membros do DR a partir de disputas entre chapas, o que aconteceu em todas as

⁴⁴ Ver Em Tempo nº 133 de 10 a 23 de julho de 1981.

⁴⁵ Idem.

ocasiões. Mais do que uma decisão estatutária, a confecção de mais de uma chapa por encontro significava o interesse e a necessidade de disputa entre as tendências e grupos partidários. E, diferentemente do partido em sua Comissão Executiva Nacional, aqui, tanto o DR como a CE eram formados, desde 1981, a partir do critério da proporcionalidade entre as chapas concorrentes. A proporcionalidade imperou no RS, em grande parte, por causa da maior influência que os setores de esquerda possuíam em nível estadual, processo que em nível nacional não era das mesmas proporções. Até em alguns encontros regionais, como em 1984, os setores que defendiam a majoritariedade para a Comissão Executiva Nacional propuseram o mesmo procedimento para a CE estadual, sendo derrotados pelo voto no plenário do encontro.

A manutenção do padrão decisório em relação aos critérios de composição das instâncias regionais, em parte, explica a existência de verdadeiros comportamentos médios nos índices de renovação no DR e na CE, o que já foi salientado anteriormente. Por isso, salientaram-se em cada troca específica, outros fatores, como por um lado, o peso dos blocos e tendências em disputa e, por outro lado, os aspectos objetivos: como o número de postos, o tempo entre um encontro e outro. Em relação aos grupos hegemônicos há dois níveis importantes: o primeiro diz respeito propriamente ao número que cada tendência, grupo ou bloco partidário, consegue indicar para os postos do DR e da CE, a partir dos critérios da proporcionalidade; e o segundo, versa sobre quem dentro de cada tendência, grupo ou bloco é escolhido.

Sobre os fatores objetivos, o grande acontecimento foi o aumento dos postos do DR em 1992 que passou de 59 para 126 (entre titulares e suplentes), o que representou um acréscimo de 113% e, em relação ao percentual de renovação significou um peso de 78%⁴⁶, fazendo com que o índice de renovação fosse o segundo maior, de 67%, só perdendo para o de 1984 que foi de 71%. Posteriormente, em 1995, houve um novo aumento, mas que não foi tão significativo, pois pulou-se dos 126 para 174, ou seja, 38% de aumento. Na CE, o PT também apresenta dois aumentos consecutivos, um no ano de 1993 em que o número de postos pula de 16 para 21, ou seja, 31% de acréscimo, e outro no ano de 1995 em que passa de 21 para 24 (14%) o número de membros da CE. No primeiro aumento da CE também em relação aos índices de renovação atingiu-se o segundo índice mais alto, 48% (contra 50% de 1990). No segundo aumento, o índice ficou até abaixo da média⁴⁷.

Voltando-se as questões ligadas às disputas entre as tendências, grupos e blocos do PT, é preciso um estudo mais aprofundado sobre o perfil dos militantes que dirigem tanto o partido como os grupos, assim como, a dinâmica história da luta pela hegemonia no partido. Por isso, será dedicada a próxima parte desta dissertação para estas questões. Por ora, é preciso dizer que em relação aos índices de renovação, os fatores ligados às lutas entre os grupos no PT, além dos aspectos próprios das disputas dentro do partido, sofreram bastante às influências do universo político e ideológico nacional e internacional. A queda do muro de Berlim, pelo lado ideológico, bem como as constantes disputas eleitorais e os seus desdobramentos em relação as questões estratégicas e o aumento do número de parlamentares, estão entre os fatores

⁴⁶ Ver Tabela 1.

⁴⁷ Ver Tabela 2.

que juntamente com o diapasão das lutas internas dão a característica das diversas fases de renovação e conservação (das estruturas) pelas quais o PT passou.

* * *

Os padrões de escolha dos dirigentes no PMDB aproximam-se dos modelos elistas de organização partidária: existência de comissões de alto nível que escolhem os nomes dos militantes aptos a comporem as instâncias superiores em nível regional. Os índices de estabilidade, analisados no capítulo anterior, demonstram que o PMDB além de possuir elementos oligárquicos (como as comissões) detém processos de permanência relativamente acentuados. Se estas duas dimensões forem analisadas conjuntamente, pode-se ver que a partir de processos oligárquicos de escolhas dos dirigentes é possível também que estes tendam a exercer mais estavelmente os seus mandatos nas instâncias partidárias. Na medida que conseguem entrar para a cúpula do partido, a tendência é que permaneçam por um tempo mais longo nos órgãos de poder do partido.

No PT, o padrão verificado para a formação das instâncias regionais é o de tipo “briga entre as elites” (elites sinônimo dos dirigentes dos grupos organizados). As regras de proporcionalidade e os índices menores em termos de estabilidade apenas parcialmente revelam um perfil mais democrático deste partido. Parcialmente porque os grupos internos (e as suas lideranças) detêm uma fatia de poder muito grande. O principal exemplo acontece em relação aos processos de estabilidade da CE, porque esta instância é a que mais diretamente sofre as injunções

políticas das disputas entre as tendências: são elas que indicam os membros da CE a partir dos processos eletivos nos Encontros Estaduais.

Porém, é preciso que seja analisado mais de perto os grupos que controlam o poder dentro dos partidos. Nesse sentido, a parte seguinte desta dissertação discutirá as formas e modelos organizacionais que estes grupos emprestam aos partidos na medida que atuam estrategicamente dentro dos partidos. Estrategicamente, num sentido de conquista e manutenção do poder do partido.

**PARTE 4 - OS MODELOS DE ORGANIZAÇÃO ELITISTA E
BUROCRÁTICO.**

Os partidos estudados nesta dissertação, como será visto nesta parte, privilegiaram certos atributos políticos, ideológicos e sociais no momento de escolha dos seus dirigentes estaduais. Atributos tanto de ordem individual como coletiva (pertencimento a grupos, blocos, tendências, ou outras sub-unidades partidárias). Nos capítulos anteriores foram analisadas as condições determinantes e resultantes dos processos de escolha em termos de renovação e permanência, neste ponto, serão examinados os aspectos que dizem respeito aos perfis políticos, ideológicos e sociais daqueles que foram selecionados, bem como os modelos organizacionais construídos pelos partidos a partir destes perfis.

A análise seguirá o seguinte roteiro: no capítulo 5 são demarcadas os grupos internos relacionadas às disputas pelo poder dentro dos partidos; no capítulo 6, destaca-se o perfil político, ideológico e social dos principais membros em nível de participações nas instâncias, e o perfil organizatório dos partidos.

Do levantamento nos dois partidos constatamos que, mais uma vez, eles são bastante diferentes em suas divisões internas. Ver-se-a que no PMDB as divisões são de caráter mais de interesses concretos e materiais, tipo das “facções de interesse¹”, um tipo de organização que se enquadra na dominação elitista; enquanto no PT há diferentes grupos políticos e ideológicos, desde tendências (que para Sartori seriam facções) que vivem durante todo o ano, blocos com existência só nos encontros em torno de chapas para o DR e CE, e verdadeiras frações ou partidos próprios, todas caracterizando um perfil de muita disputa interna, disputa que, na

¹ Conceito proposto por Sartori, op. citada.

maioria das vezes requer uma estrutura mais desenvolvida para o disciplinamento burocrático das brigas internas. Por isso, a exposição das análises desta parte, em relação às características dos militantes dos dois partidos, seguirá num sentido de caracterização dos modelos elitista (no caso do PMDB) e burocrático (no caso do PT) de organização interna.

CAPÍTULO 5 - A ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS INTERNOS.

Os processos oligarquizantes não são exclusivamente relacionados a interação direta entre os militantes, vistos sob a ótica individual, e os partidos políticos - como entes coletivos. Os níveis de estabilidade (permanência/renovação) dos dirigentes partidários, assim como a forma com a qual são escolhidos e cooptados, promovidos e aposentados (em relação às instâncias diretivas) servem, sem dúvida, como indícios para a caracterização da oligarquização e seus modelos (elitistas e burocráticos). Porém, existem dimensões intermediárias na relação partido/militante que também são importantes no processo definidor da oligarquização. Nesse sentido, por um lado, é preciso uma análise mais aprofundada sobre os agrupamentos internos organizados - tendências, coletivos, blocos, círculos internos (cúpula) - e as suas inter-relações dentro dos partidos para verificar-se a função que exercem nos procedimentos oligárquicos dos mesmos.

Por outro lado, o tipo de agrupamento e a sua atuação também estão relacionados com os modelos organizatórios e oligárquicos, pois isso define a característica organizacional (oligárquica) dos partidos.

Neste capítulo, os elementos examinados são: 1) há existência, ou não, de divisões internas, principalmente as que se relacionam com a distribuição de poder; 2) a dinâmica das trocas dos setores dominantes nos partidos.

1 - PMDB.

Os militantes do PMDB privilegiaram desde a sua fundação até o presente momento, a formação de blocos conjunturais em relação a questões concretas, como eleições para a Presidência da CE e escolha dos candidatos majoritários. Mesmo com a existência dos PC's até 1985, do MR8² até hoje, além de outros pequenos grupos de esquerda³, na dinâmica geral nos processos políticos internos não se verificou a existência de formas organizativas mais contínuas. Para efeito da disputa pela distribuição de poder, principalmente em relação aos postos da CE e do DR, esses partidos e movimentos políticos que habitavam e habitam o PMDB nunca atuaram isoladamente como organizações específicas. Ao contrário, sempre buscaram a formação de blocos partidários, como a corrente popular que no início dos anos 80 abrigava militantes de esquerda como Tarso Genro, Adelmo Genro, André Forster e outros. Os próprios PC's se faziam representar também na corrente popular. Um outro fator de aglutinação dos setores de esquerda no PMDB

² Grupo formado em 1968 por dissidentes do PCB que aderiram à luta armada. Na década de 70 depois que boa parcela dos militantes deste grupo foi dizimada (um dos quais era o militar Lamarca) houve uma reformulação teórica e política, o que gerou uma guinada à direita na prática política. Hoje, este grupo é muito diferente daquele originário de 1968. Do ponto de vista ideológico, ainda este grupo possui em Cuba a sua principal matriz organizacional e estratégica.

³ Como o formado por Tarso Genro, Adelmo Genro, Sérgio Weigert, Aldo Fornazieri, e outros, que haviam rompido com o PCdoB em 1979.

era a tradição deixada pelo IEPES - Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais - do antigo MDB⁴.

É preciso salientar também que, contrariamente o esperado, os PC's em muitas questões internas apoiavam as posições dos setores mais moderados do MDB e PMDB⁵.

A separação entre os moderados, autênticos⁶ e mais a tendência popular⁷, muito comum para o MDB e início do PMDB e de dimensão nacional, até pode ser transposta para o PMDB do RS, apesar de sempre ter prevalecido a corrente dos autênticos, dos quais Pedro Simon sempre foi uma das principais lideranças, reconhecido nacionalmente. Mas, mesmo que sejam utilizadas estas rotulassões neste estudo, o importante é destacar que esses grupos não possuíam, organizativamente,

⁴ "Por exemplo, no Rio Grande do Sul, a Juventude Emedebista foi bastante ativa e auxiliou na formação do IEPES (Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais). O IEPES gaúcho foi a primeira iniciativa do MDB de promover debates sobre problemas sócio-econômicos e de atrair estudantes e intelectuais para participar das atividades do partido." (Kinzo, 49).

⁵ Como na escolha do DR e CE em 1983 visto na parte anterior. Segundo, Maria Dalva G. Kinzo, em relação a época do MDB, mas que na nossa opinião pode ser estendida até 1985, a política do PCB era a seguinte: "... havia elementos considerados de esquerda [no MDB], especificamente os vinculados ao PCB, que sempre tendiam a apoiar as posições do grupo moderado. E a razão para isso, de acordo com a ratinale e o pragmatismo do PCB, era a de que consideravam o desempenho do grupo mais radical uma força desagregadora dentro do MDB, já que, através de suas pressões para que o partido assumisse posições mais radicais, o grupo produzia conflitos internos que prejudicavam a unidade da frente" (Kinzo, 57/58).

⁶ "Quanto aos grupos dentro do partido [MDB], a maior divergência interna referia-se na verdade ao modo como o MDB deveria desempenhar seu papel de oposição ao regime. (...) Por um lado, havia o grupo que defendia e desempenhava um papel oposicionista moderado (...) esta ala abrigava políticos experientes que acreditavam firmemente ser a moderação a estratégia correta para se fazer frente às restrições do regime, além daqueles que simplesmente desejavam estar o mais próximo possível do governo. Por outro lado, havia os que defendiam e desempenhavam um papel oposicionista mais agressivo contra o regime e as políticas governamentais [autênticos]." (Kinzo: 1988, 57)

⁷ Esta também era conhecida em nível nacional por ser um desdobramento dos autênticos (Kinzo, 1988), o que, sem dúvida, causava muita confusão, pois no RS e no resto do país existiam militantes do MDB e PMDB que se identificavam como sendo pertencentes da tendência popular: como João Gilberto L. Coelho, Odacir Klein, Waldir Walter (segundo o Jornal Movimento nº 232), mas que localmente tinham uma identificação mais pelo rótulo de autênticos.

uma estruturação mais desenvolvida para que fossem identificados como frações ou até facções.

Do ponto de vista do controle mais geral sobre o partido, há desde a sua fundação aqui no Estado, uma clara constituição de um círculo interno, que perpassa transversalmente os grupos “moderados” e “autênticos” - possuindo na figura de Pedro Simon seu principal líder - e que coordena as ações partidárias e o padrão das disputas pelas decisões mais importantes.

Como este partido possui um número grande de Deputados Federais, Deputados Estaduais, mais de uma centena de Prefeituras, em cada exercício governativo, e mais de mil Vereadores, em cada legislatura, a dimensão local poderia muito bem se chocar com a, estadual, mas, na maioria das vezes, a dimensão regional não interferiu na local, possibilitando que as disputas em nível municipal - em grande parte patrocinadas pelas brigas entre as lideranças municipais - não se projetassem para o cenário estadual. Por isso, o círculo interno, ou cúpula, não precisou tratar de englobar toda a pluralidade existente no PMDB do RS, bastava que este conseguisse um relacionamento com as diferentes regiões e diferentes grupos (como os moderados e autênticos), cooptando os principais líderes que quisessem endossar o seu domínio estadual. Isso fica claro, quando na última convenção regional, a formação da chapa oficial para o DR teve nas Coordenadorias Regionais o canal para que o círculo interno conseguisse alcançar uma representatividade verdadeiramente estadual. Aspecto que a chapa de oposição não pôde ou não conseguiu fazer.

Contudo, já houve momentos mais disputados no PMDB do RS, até mais ou menos 1988, período em que o PMDB apresentava uma certa disputa nas convenções estaduais. O Anexo 1 mostra o desenrolar histórico da entrada e abandono dos grupos no PMDB, e constata que ao longo da década de 80 os grupos mais de esquerda foram saindo e alijando a força da corrente popular no PMDB do RS, setor do partido que sempre se colocava mais criticamente à cúpula partidária.

A centralização do poder no PMDB, a constituição do círculo interno dominante, dá-se de uma maneira pouco clara, até certo ponto de forma invisível. Na verdade, pode-se elencar os membros da CE e mais alguns outros, principalmente mandatários, como José Fogaça, Ibsen Pinheiro, Antônio Britto, Paulo Brossard, que nunca foram designados para CE do PMDB do RS e que detêm muito poder interno. É claro que alguns destes até ocuparam postos no PMDB nacional, como é o caso de José Fogaça que foi escolhido em 1993 um dos Vice-Presidentes da CE nacional. Porém, em relação ao círculo interno e a sua relação com a CE do RS, mesmo os suplentes são suspeitos em se pertencem a ele ou não. No PMDB a estrutura formal é bastante atendida nessas questões, e os suplentes da CE, por não terem uma tarefa mais determinada, participam sem o mesmo poder dos membros titulares.

Para caracterizar-se melhor o perfil elitista do PMDB, em vez de apresentar-se somente a nominata dos membros da cúpula - na qual, ao certo não faltam: Pedro Simon, o Presidente e os dirigentes da CE, atualmente por causa do Governo Britto devemos incluir o mesmo e alguns Secretários de Estado - deve-se analisar um padrão comportamental que tem se mostrado definidor do perfil do

militante que ascende à direção e que toma as decisões mais importantes. Padrão produzido pelo tipo de visão da política peemedebista, estritamente institucional e presa de maneira subserviente à agenda eleitoral e governamental; padrão que possui desdobramentos excludentes na hora da distribuição de poder, pois dá um peso maior para os portadores de mandatos e cargos de confiança (de preferência de primeiro e segundo escalões). Por via desses militantes o Estado, mais especificamente a parte deste ligada à dimensão parlamentar e executiva, exerce uma influência oligarquizante sobre o PMDB na medida que, além do partido ter como estratégia a questão eleitoral e governamental, os militantes que conseguem um mandato em nível estadual ou nacional se alçam com mais força para a direção partidária que militantes sem mandato ou cargo de confiança. É preciso que estes tenham os seus direitos e posições asseguradas; é preciso que o partido não atrapalhe quando um candidato seu é eleito para algum mandato no executivo: como no caso do Gov. Britto. O atual Presidente da CE do PMDB do RS, André Forster, na entrevista concedida em 30/8/95, identifica bem qual é o fundamento da desigualdade para esse tipo de circunstância política ao citar outro companheiro de partido, João C. Brum Torres: “*a moeda do jogo político é o voto*⁸”.

No quadro a seguir, procura-se mostrar a submissão organizacional do PMDB ao poder do Estado, por via dos mandatários. Foram definidos 5 grupos no sentido de melhor compreender a distribuição de poder dentro deste partido. Os grupos se dividem a partir das seguintes características: a) O grupo 1 é formado por todos aqueles membros da CE e do DR do PMDB que também possuem ou

⁸ Entrevista do dia 30/8/95.

possuíram mandatos ou cargos de confiança no Estado em nível regional (mandatos de Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Governador; cargos de confiança no 1º ou 2º escalões do Governo Federal ou, Estadual). Estes membros foram identificados pelas letras: A - aqueles que ocuparam primeiro um lugar na CE e depois no Estado; e B - para aqueles que ocuparam um posto no Estado e depois na CE. Aqui é importante fazer uma ressalva porque o PMDB já nasceu pronto, por causa do MDB, assim boa parte dos principais militantes do partido foram mandatários antes de 1980⁹. b) O grupo 2 é formado por todos aqueles membros da CE e do DR do PMDB, mas que nunca ocuparam um mandato ou cargo de confiança em nível regional, só mandatos em nível municipal (como Prefeito e Vereador) e cargos de confiança abaixo do 2º escalão do Governo Federal e Estadual, ou de cargos de confiança nos municípios. Novamente identifica-se os militantes pelas letras A e B no mesmo sentido dado no grupo 1. c) O grupo 3 é formado por aqueles membros só do DR do PMDB (que nunca foram da CE) e que também possuem os mesmos postos no Estado do grupo 1. Os militantes identificados pela letra A são aqueles que ocuparam primeiro o seu posto no DR e depois foram ocupar postos no Estado, os com a letra B, ao contrário, ocuparam primeiro um posto no Estado e depois no DR. d) O grupo 4 é formado por aqueles membros só do DR do PMDB (que nunca foram da CE) e que nunca ocuparam os postos no Estado do grupo 1, só os do grupo 2. e) O grupo 5 é formado pelos militantes do PMDB que nunca ocuparam o DR (e nem a CE) mas que possuem ou possuíram postos no Estado do mesmo nível que os do grupo 1¹⁰. Além desses critérios, procura-se mostrar também intra-grupos o volume dos titulares e suplentes, pois no PMDB, por este ser mais

⁹ Ver anexo em que estão contidos todos aqueles mandatários anteriores à 1980.

¹⁰ Ver o modelo do quadro no Anexo 3.

QUADRO 5 - Modelo de distribuição de poder no PMDB-RS.

GRUPO 4		GRUPO 2		GRUPO 1		GRUPO 3			GRUPO 5
MEMBROS SÓ DO DR E NÃO DA CE E DO ESTADO		MEMBROS DA CE E NÃO DO ESTADO		MEMBROS DA CE E DO ESTADO		MEMBROS SÓ DR E DO ESTADO			MEMBROS SÓ DO ESTADO
Osmar Terra (4DR) - PRE	José Patella (1DR) - PRE	Kleber Franzen (4CE 6DR)	Edir Oliveira (2CE 4DR)	B - Pedro Simon (4CE 9DR) - SEN 1978	A - Mercedes Rodrigues (3CE 3DR) - S.G. Simon	A - Antônio Britto (5DR) - Governador	B - Gilberto Mussi (3DR) - DE	Júlio Costamilan DF 1978/82	
Pedro Godoy (4DR) - PRE	João Miron N. (1DR) - VER	Tereza Carvalho (4CE 4DR)	Antônio A. Netto (1CE 2DR) - PRE	A - André Forster (6CE 9DR) - SG Simon	B - Rospide Netto (2CE 9DR) DE 1970/78	B - Paulo Brossard (6DR) - SEN	B - Gléno Scherer (2DR) - DE	Gabriel Malmann DE 1978	
Gil S. Almeida (5DR) - PRE	Airto Ferronato (1DR) - VER	Paulo Ziulkoski (2CE 4DR)	Omar Ferri (1CE 2DR) - PRE	B - César Schlirmer (4CE 9DR) - DE 1974/82	A - Wilson Cignachi (2CE 5DR) - DF 1994	B - José Fogaça (9DR) - SEN	B - Guaraci Marinho	João Satte DE 1978	
Juan Pio Germano (4DR) - PRE	Irton Feller (1DR) - PRE	Arno Carrard (1CE 3DR) - PRE	Fredo Ebling (1CE 1DR)	B - Lélío Souza (5CE 9DR) DF 1982	B - Giovanni Feltes (ICE 3DR) - DE 1994	B - José P. Bisol (3DR) - SEN	B - Hélio Muskopf (2DR) - DE	Sedenir Martins DE 1978	
Abdo Mottecy (3DR) - VER	Henrique Ebling (1DR) - PRE	Paulo Camino (1CE 3DR)	Luiz Miranda (1CE 2DR)	A - Alcides Saldanha (5CE 9DR) - SG Simon	A - Luiz Pompeu (2CE 4DR) S.G. Simon	B - Ibsen Pinheiro (9DR) - DF	B - Mário Linberg (3DR) - DE	Ivo Mainard DF 1986/90	
Caio Justosa (3DR) - VER	Alberto Bassani (1DR) - PRE	Ofir V. Pinheiro (1CE 2DR)	Hélio Souza (1CE 2DR)	B - Waldir Walter (3CE 8DR) - DF 1978	B - Ecléa Fernandes (2CE 3DR) - DE 1982	A - Irajá Rodrigues (9DR) - DF	B - G. Mosmann (3DR) - DE	Agir Lorenzon DE 1982/86	
Odilon S. Lima (3DR) - VLR	Alceu Moreira (1DR) - VP	Edson Pereira (1CE 1DR)	Walesca von H. (1CE 1DR)	B - Antenor Ferrari (3CE 6DR) DE 1982	A - Luis Olavio Vieira (1CE 1DR) - S.G. Simon	B - Mender Ribeiro (3DR) - DF	A - Adão Faraco (4DR) - SG Simon	Celso Testa DE 1982	
Roberto Argenta (2DR) - PRE	Antônio B. Conto (2DR) - PRE	Luiz Marques (1CE 1DR)	E. Gründling (1CE 4DR) - PRE	B - Nivaldo Soares (3CE 5DR) DE 1970/74	A - Fábio Koff (2CE 2DR) - Gov. Simon	B - J. G. L. Coelho (2DR) - DF	B - Iara Wortmann (2DR) - S.G. Britto	José A. Daut DE 1986	
Canisio Ost (2DR) - PRE	Romulo Moojem (2DR) - VP	Clovis Brum (2CE 5DR) - VER	Mário Bernd (2CE 3DR)	B - Sigfried Heuser (3CE 5DR) - DE 1954/62	B - Mário Madureira (1CE 2DR) - DE 1986	B - Nelson Jobin (3DR) - DF	A - M. Palombini (7DR) - S.G. Simon	Valdomiro Franco DE 1986	
Bonifácio Sehem (2DR) - PRE	Arthur Issler (2DR) - PRE	Jocelê Flores (2CE 4DR) - VER	Luis C. Barbosa (2CE 2DR)	B - Sival Guazzeili (1CE 7DR) - Governador	B - Paulo Ritzel (1CE 3DR) - DE 1986	B - P. Mincaroni (2DR) - DF	A - Alberto Oliveira (3DR) - S.G. Britto	Tito Lívio DE 1986	
Carikinda Farina (1DR) - VLR	Chauldio Cava (1DR) - VP	Clélia Maranhão (1CE 1DR) - VER	Edson Trindade (1CE 2DR)	B - João Brusca Neto (2CE 9DR) - DE 1962/66	B - Luis Roberto Ponte (1CE 4DR) - DF 1986	B - Rosa Flores (4DR) - DF	B - Assis R. Souza (3DR) - S.G. Simon	Solon Tavares DE 1986	
Clovis Asmann (4DR) - PRE	Deocildes V. (1DR) - PRE	Marco Pereira (1CE 2DR)	Darcy von H. (1CE 1DR)	B - Rui C. Ostermann (1CE 4DR) - DE 1982	B - João Osório (1CE 2DR) DE 1982/90	B - Mendes R. Filho (2DR) - DF	A - B. de Souza (3DR) - S.G. Simon	Brittes Jacques S.G. Simon	
Domirio Camargo (1DR) - PRE	Dino Pétrico (1DR) - PRE	Adão Haggstram (3CE 4DR)	Paulo Vieira (1CE 1DR)	B - Antônio Lorenzi (2CE 4DR) - DE 1982/86	<i>só suplentes da CE</i>	B - G. Rigotto (2DR) - DF	B - José C. Martins (1DR) - S.G. Simon	José Eichenberg S.G. Simon e Britto	
Érico Weber (1DR) - PRE	F. P. Sant'ana (1DR) - VER	Walter Irber (3CE 3DR)	João Mocelin (1CE 2DR) - VER	B - Wilson Vargas (1CE 4DR) - DF 1958	<i>só suplentes da CE</i>	B - Temperani P. (4DR) - DF	B - José Pasquotto (2DR) - S. G. Simon	Bayard Pelegrini S.G. Simon	
Erno Christ (4DR) - PRE	<i>só militantes</i>	Luiz F. Zachia (2CE 2DR) - VER	Fernando Lemos (1CE 1DR)	B - José I. Sartori (1CE 3DR) - DE 1982/86	B - Walter Troina (3CE 4DR) - DE 1974/78	B - Vicente Bogo (1DR) - DF	A - J. C. B. Torres (3DR) - S.G. Britto	J.A. Vieira da Cunha	
Geraldo M. Filho (1DR) - VLR	W. Fontana (4DR)	Geralda Silva (3CE 3DR)	Adão Haggstram (3CE 4DR)	B - J. C. Bonna Garcia (2CE 5DR) - S.G. Simon	A - César Busatto (3CE 5DR) - DE 1994	B - Ivo Lech (1DR) - DF	B - C. Tasch (1DR) - CRT	S.G. Simon	
Honório Ovalle (2DR) - VLR	Ricardo Souza (4DR)	Davi Sobrinho (2CE 2DR)	Luiz F. Zachia (2CE 2DR) - VER	B - Nelson Proença (1CE 2DR) - DF 1990	B - Lauro Hagemann (3CE 4DR) - DE 1966	B - H. Zanetti (2DR) - DF	A - Jorge Moogem (1DR) - CEEE	Paulo Triches S.G. Simon	
Humberto Chitto (2DR) - PRE	Luценir Pahlmann (4DR)	Leônidas Xausa (1CE 6DR)	Fernando Lemos (1CE 1DR)	B - Paulo Odone (1CE 5DR) - DE 1990	B - Ivo Sprandel (1CE 4DR) DE 1966/74	B - D. Perondi (1DR) - DF	<i>só suplentes do DR</i>	Estansíslau Wasneski	
João C. Hofmann (1DR) - PRE	Luis C. Madeira (4DR)	Volney Figueiro (3CE 3DR)	João C. Madeira (4DR)	B - Odacir Klein (1CE 6DR) - DF 1974/78	B - Carlos Silva Santos (1CE 4DR) - DF 1974/78	B - Hilário Braun (2DR) - DF		Wassenkeski S.G. Simon	
João Pereira Neto (2DR) - VLR	Nicéia Brasil (4DR)			A - Eliseu Padilha (1CE 3DR) - DF 1994	A - Eliseu Padilha (1CE 3DR) - DF 1994	B - Jorge Uequed (1DR) - DF	A - Manoel A. Rocha	Nelson Vanuzzi CRT	
Jussara Gauto (2DR) - VLR	Hermeto A. Lima (3DR)					A - Ruy Nedel (3DR) - DF	(4DR) PGE		
Leopoldo Feldens (2DR) - PRE	Paulo Petry (3DR)					B - C. Giacomazzi (7DR) - DE	B - Dorival Oliveira (3DR) DE 1982		
Juvir Costela							B - C. Cetano		

<p>(1DR) - VER Luis C. Benedetti (2DR) - VER Werner Becker (2DR) - VER Wulmar Leites (3DR) - PRE Maurício Tonolle (1DR) - PRE Nilton Homercher (2DR) - PRE Sérgio Arnoud (2DR) - PRE Valfridio Taborda (2DR) - VER Valmir Ferraro (1DR) - VER Norma Teston (1DR) - VER</p> <p><i>suplentes do DR</i></p> <p>Carlos E. Carús (6DR) - VER João Huppés (3DR) - PRE O. Grecceler (2DR) - PRE Valternei Ceolin (1DR) - PRE Ormuz Rivaldo (1DR) - PRE Lademiro Dors (1DR) - PRE Juares Lemos (1DR) - VER Ludgero Marques (1DR) - VER Nelson H. Filho (1DR) - VER Joel Maia (1DR) - VER Luiz Queiros (1DR) - PRE Marco Alba (1DR) - VER</p>	<p>Alcides Braun (3DR) Davi Oliveira (3DR) Flávio Ferri (3DR) Denise Hartmann (2DR) Jorge Buchar (2DR) José M. Silva (2DR) José Gonçalves (2DR) Júlio Rodrigues (2DR) Luis Kremer (2DR) Mário Lima (2DR) Rejane Carrion (2DR) Sebastião Mello (2DR)</p> <p>mais 37 membros do DR titulares com uma só vez</p> <p><i>só suplentes do DR</i></p> <p>Régis Ferreti (4DR) Emiliano Limberg (3DR) Antônio Jordão (3DR) Moacir Silva (3DR)</p> <p>mais 12 suplentes do DR com 2 vezes</p> <p>mais 41 suplentes do DR com uma vez.</p>					<p>B - A. Dexhalmer (4DR) - DE B - E. Meneghatti (4DR) - DE A - Erani Muller (6DR) - DE A - A. Postal (3DR) - DE B - Achyller B. (3DR) - DE B - Carrion Jr. (3DR) DE B - S. Felice (2DR) - DE B - S. Zambiasi (1DR) - DE A - Valdir Schimit (1DR) - DE B - Jair Foscarini (1DR) - DE B - Victório Trez (3DR) - DE A - Jauri Oliveira (4DR) - DE B - Hilda de Souza (1DR) - DE B - Constantino Picareli (2DR) - DE B - Francisco Medeiros (1DR) - DE B - Q. Vieira (4DR) - DE B - R. Kunzel (1DR) - DE B - A. Barbedo (1DR) - DE B - Eugênio Ritzel (4DR) - DE</p>	<p>Peruchin (1DR) - DE B - Fernando Guedes (3DR) - DE B - Joaquim Monks (1DR) - DE B Lino Zardo (1DR) - DE B - Eunice Costa (1DR) Febem</p>
--	--	--	--	--	--	---	---

apegado aos aspectos formais existentes no seu estatuto, existe em matéria de organização, uma distribuição de poder e a tomada de decisão assimétricas entre os suplentes e os titulares.

Os dados contidos no Quadro 5 revelam que os militantes que estão nos grupos 1 e 2 estão mais próximos formalmente do círculo interno, sobretudo por ocuparem a CE. O grupo 3 está também bem perto da cúpula pelo peso que os postos no Estado emprestam aos militantes do PMDB. Os militantes dos grupos 4 e 5 estão mais longe da cúpula por dois motivos: ou porque não pertencem ao DR, como no caso do grupo 5, ou por não terem mandato em nível regional e por não pertencerem a CE. Existem membros que apesar de não estarem nos grupos 1, 2 e 3 possuem forte peso local e regional (como do caso do atual Prefeito de Santa Rosa, Osmar Terra) na direção peemedebista. A comparação entre o 3º e 4º grupos mostra que quem não tem cargo ocupa e ocupou com menos frequência o DR, assim como a diferença entre os grupos 1 e 2 mostra que entre os dirigentes há menos suplentes no grupo 1 do que no grupo 2. Se fossem colocados os Vereadores e Prefeitos dentro dos mandatos “de elite”, a desproporção seria ainda maior entre os grupo 1º/2º e 3º/4º; é só observar o número deles nos grupos 2 e 4. Constata-se pelo menos, que os Prefeitos e Vereadores que conseguiram espaço no DR e na CE é porque estiveram ou estão, de alguma maneira, ligados ao círculo interno: quer dizer, que passaram pelo funil.

O principal “capital político” para um militante poder ocupar um posto nas instâncias superiores do PMDB (bem como da sua cúpula) é o voto ou um

cargo estatal. Os membros distribuídos pelos grupos 1 e 3 (que englobam os mandatários e cargos de confiança de elite), por serem em maior número identificados pela letra B (que revela uma precedência participativa no Estado em relação às instâncias dos partidos), são 28B contra 9A no grupo 1, e 46B contra 14A no grupo 3, demonstram que precisam passar pelo “vestibular” do voto ou do cargo estatal para ingressarem na direção peemedebista. A tese que aponta a fragilidade dos partidos à agenda eleitoral e governamental pode ser parcialmente comprovada por estes dados. Juntamente com esta tese pode-se dizer que em partidos do tipo do PMDB a submissão à lógica estatal compromete a organização democrática, na medida em que os mandatários, e demais elitistas, controlam diretamente o poder partidário. Estes, nem precisam de representantes, dominam diretamente mesmo.

QUADRO 6 - Distribuição da frequência dos membros dos grupos 1 e 2 pelo número de participações na CE do PMDB-RS.

NÚMERO DE VEZES QUE APARECERAM	GRUPO 1	GRUPO 2	MÉDIA GERAL
1	43% (16)	59% (20)	51% (36)
2	22% (8)	24% (8)	23% (16)
3	22% (8)	12% (4)	17% (12)
4	5% (2)	6% (2)	6% (4)
5	5% (2)	--	3% (2)
6	3% (1)	--	1% (1)
7	--	--	--
8	--	--	--
9	--	--	--
TOTAL ¹¹	100% (37)	100% (34)	100% (71)

Na comparação entre os grupos 1 e 2, segundo o Quadro 6, mesmo que ambos tenham relações próximas com o círculo interno que comanda o partido, pode-se constatar uma vantagem para o grupo 1, em cujo segmento estão aqueles que apareceram mais vezes na CE (dirigentes com 5 e 6 aparições só existem em tal

¹¹ Pelo arredondamento, o somatório pode ser aproximado de 100%.

grupo). O grupo 2, ao contrário, apresenta um percentual maior em relação ao grupo 1 (59%) em relação a 1 só vez. A diferença entre os grupos fica mais visível quando se comparam apenas os membros titulares da CE, e aí, a começar pelo número absoluto (são 31 no grupo 1, e apenas 12 no grupo 2), sendo que todos os Presidentes, Vice-Presidentes e Secretários Gerais são do grupo 1.

Quanto ao DR, temos a seguinte configuração comparativa entre os grupos, agora com a inclusão dos grupos 3 e 4, no quadro a seguir.

QUADRO 7 - Distribuição da frequência dos membros dos grupos 1, 2, 3 e 4 pelo número de participações no DR do PMDB-RS.

NÚMERO DE VEZES QUE APARECERAM	GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 3	GRUPO 4	MÉDIA GERAL
1	3% (1)	23% (8)	28% (18)	63% (108)	44% (135)
2	11% (4)	32% (11)	22% (14)	22% (38)	22% (67)
3	16% (6)	18% (6)	25% (16)	8% (13)	13% (41)
4	24% (9)	18% (6)	14% (9)	6% (10)	11% (34)
5	16% (6)	3% (1)	2% (1)	1% (1)	3% (9)
6	5% (2)	6% (2)	3% (2)	1% (1)	2% (7)
7	3% (1)	--	3% (2)	--	1% (3)
8	3% (1)	--	--	--	0,3% (1)
9	19% (7)	--	5% (3)	--	3% (10)
TOTAL ¹²	100% (37)	100% (34)	100% (65)	100% (171)	100% (307)

Novamente constata-se uma diferença na distribuição das frequências entre os grupos. Fazendo-se uma primeira análise comparativa é possível observar que há uma vantagem do grupo 1 em relação ao grupo 2. Esta vantagem é mais visível que em relação aos resultados da CE, pois no grupo 1 mais de 50% dos seus integrantes estão com 4 vezes ou mais de aparições, enquanto que no grupo 2 a maioria está em até 4 vezes. Quanto aos grupos 3 e 4, os diretamente opostos em termo da relação partido/Estado, a diferença na distribuição de frequências é nítida

¹² Pelo arredondamento, o somatório pode ser aproximado de 100%.

também, a maioria dos pertencentes ao grupo 4 teve 1 participação, enquanto para o grupo 3 há uma melhor distribuição entre as quantidades de participações.

Fazendo-se uma comparação global pode-se ver que os mandatários e cargos de confiança, além de serem os que ocuparam os mais importantes postos no partido, são aqueles que apresentam melhores médias de participação nas instâncias. É importante salientar que quanto ao perfil dos militantes do grupo 3 verifica-se que há um grande número de DF que só não ocuparam em maior número à CE por residirem em Brasília. Em relação a troca do DR e CE em 1983 do PMDB houve uma crítica dos DF em relação ao processo de exclusão que vinham sofrendo, pois havia na época uma política de priorização para os militantes que residiam no RS.

O PMDB gaúcho além de possuir um círculo interno que controla o partido (em boa parte formado pelos dirigentes dos grupos 1, 2 e 3) detém também um padrão político de escolha dos seus dirigentes em que predomina o peso dos mandatários (e em menor escala os cargos de confiança) tanto para o processo de decisão como para o perfil de quem é escolhido. Este partido até pode se dar *ao luxo* de possuir militantes mandatários (ou com cargo de confiança estadual) que não pertencem ou pertenceram jamais às suas instâncias (grupo 5). Mas, sem dúvida, os principais dirigentes são oriundos ou corroboraram as suas carreiras políticas a partir dos postos estatais. Isso estabelece um processo de elitização organizacional que não pode ser desprezado para a caracterização do perfil oligárquico do PMDB.

2 - PT.

No PT, há no mínimo três níveis em relação aos grupos internos organizados. Começando de cima para baixo tem-se: (a) **blocos**, (b) **tendências e coletivos** e (c) **militantes independentes**.

(a) **Blocos**, ou campos, são os maiores aglomerados de militantes *ad hoc* que se formam principalmente nas circunstâncias em que são tomadas as decisões mais importantes, como por exemplo, nos encontros, nas escolhas dos candidatos majoritários, nas definições das políticas estratégicas e conjunturais de cunho público - de preferência em relação às decisões ligadas às questões agendadas pelos executivos e legislativos. Os blocos não têm ultrapassado em média 3 anos pois, em princípio, não precisam durar de um processo decisório para outro, dada a característica delimitadora e definidora de uma organização deste tipo: maior flexibilidade em termos estruturais. Boa parte dos motivos que servem e serviram para a criação dos blocos devem-se a questões de ordem ideológica ou teórica, em cima de propostas políticas para os embates táticos e estratégicos. Para Giovanni Sartori (1982), o conceito mais apropriado para este tipo de organização interna é o de "tendência", porém este conceito pode causar algum tipo de confusão na medida em que é empregado dentro do PT, e em geral também, para identificar os grupos em outro nível de organização.

(b) **Tendências**, são os agrupamentos internos do PT que possuem uma continuidade maior e estruturação mais desenvolvida, têm suas próprias

hierarquias, finanças, teses e lideranças. As tendências são disciplinadas pelas resoluções do V Encontro Nacional e I Congresso do PT, sendo consideradas como estruturas legítimas dentro do partido, apenas tendo que se submeterem a centralidade das instâncias comuns do partido. Estas estruturas foram o principal meio pelo qual materializaram-se as ações de caráter oligarquizante neste partido. Das circunstâncias de regulamentação à dificuldade da aplicação das regras de coexistência das tendências no PT, muitas exclusões e práticas aparelhistas foram desenvolvidas pelos grupos organizados, inclusive pela Articulação (ART) a maior tendência entre os anos de 1983 e 1992.

As tendências assumem configurações organizatórias diferentes dependendo dos grupos de militantes que as compõem. Algumas são mais organizadas, com estruturas próprias em nível parecido com a noção de “fração”¹³ de Giovanni Sartori (1982). É verdade que isto ocorreu em maior grau antes do V Encontro Nacional de 1991, período a partir do qual houve uma pressão mais forte para que os “partidos” dentro do PT se adequassem às estruturas petistas. Outras tendências são mais próximas ao sentido dado por Giovanni Sartori (1982) para as facções ideológicas¹⁴.

Atualmente em termos da aglutinação organizada dos militantes petistas as tendências têm perdido terreno para os blocos, principalmente porque os momentos dos encontros e das definições das campanhas são os únicos que têm tido

¹³ Verdadeiros partidos dentro de outros partidos. São grupos com posições táticas e estratégicas próprias em relação ao conjunto do partido.

¹⁴ Agrupamento organizados em nível mais moderado que as frações, mas com clara definição política e ideológica.

uma disputa mais acirrada. A importância das tendências para a democracia do PT foi fundamental até, mais ou menos, o I Congresso. Entretanto, hoje em dia, a importância já não é a mesma porque outras formas de organização interna foram desenvolvidas também, como por exemplo, os coletivos: agrupamentos que se formam a partir de gabinetes de Vereadores e Deputados, de lideranças desgarradas ou independentes.

As tendências e os coletivos são as unidades coletivas de base dos blocos, apesar de que no caso do Campo Amplo e Democrático (CAD) a espinha dorsal seja formada por militantes que mantêm uma atuação regional exclusiva neste bloco¹⁵.

(c) A última separação importante em relação a diferentes setores dentro do PT e que disputam poder nas instâncias partidárias é a que se refere aos militantes organizados de um lado, seja em blocos, tendências ou coletivos, e os **militantes independentes** de outro lado. Essa é a diferença interna mais desproporcional em relação a distribuição de poder e tomada de decisão, pois se entre os grupos organizados, principalmente em relação aos blocos, não há uma predominância mais duradoura de uns sobre os outros, em relação ao poder dos militantes organizados e do poder dos desorganizados, a diferença é marcante. No Quadro 11 pode-se ver que entre os dirigentes da CE são poucos aqueles que não têm filiação em alguma tendência, coletivo ou bloco. E quando um militante independente consegue alcançar a CE foi porque teve de articular-se com algum

¹⁵ Como Adeli Sell, Paulo Ferraira, Estilac Xavier e João Motta.

grupo organizado: como é o caso de Celso Schoder e Sandra Fagundes que para serem escolhidos dirigentes estaduais no último Encontro Regional em 1995 tiveram que participar da chapa do CAD.

No Anexo 1, apresentamos o desenvolvimento dos grupos no interior do PT do RS, suas divisões, fusões e blocos. Porém, além disso, é preciso um levantamento mais detalhado dos agrupamentos existentes nos Encontros Regionais, porque foi a partir desses grupos e das disputas entre eles que se formaram os padrões políticos de constituição das instâncias partidárias e a distribuição de poder nelas. A distribuição de poder no PT passa necessariamente pelos *corredores* dos grupos organizados, que parece em certo sentido um *labirinto*: nem sempre os grupos de esquerda se uniram contra os de direita e centro. A própria definição de o que é esquerda e direita nos interessa aqui, mas não serve de parâmetro preliminar para a definição da dinâmica das disputas entre os blocos, pois pode trazer muita confusão para quem não conhece o perfil das várias siglas existentes no PT. Por isso, a seguir damos uma breve caracterização das tendências e coletivos do PT gaúcho, podendo-se verificar o perfil dos segmentos de base dos blocos (que mandam no PT). Além disto, como foi dito acima, as disputas no PT assumem uma conotação múltipla que englobam desde questões ideológicas, políticas, de brigas entre lideranças (no estilo parlamentar burguês tradicional), organizativas e programáticas em geral. Todas dimensões que motivam (e motivaram) as disputas e *recheiam* as práticas oligárquicas de exclusão e de aparelhismo.

1) **Democracia Socialista (DS)**: já teve o nome de Organização Revolucionária Marxista - Democracia Socialista (ORM-DS), mas transformou-se em apenas Democracia Socialista quando os seus militantes entenderam que este grupo deveria ser tão-somente uma tendência do PT e não uma organização com maior vida própria e organizativa. Foi formada no RS basicamente a partir da Tendência Socialista - MDB - e dos militantes políticos ligados à sucursal gaúcha do Jornal Em Tempo, jornal que acompanha o grupo até hoje, só que como uma publicação exclusiva para os militantes do PT. As suas origens mais remotas reporta-se aos grupos políticos semi ou totalmente trotskistas: como a Política Operária (POLOP), o Partido Operário Comunista (POC) e a Tendência Leninista (TL). É ligada à IV Internacional - Secretariado Unificado, cuja grande liderança foi o economista belga Ernest Mandel. Dos grupos trotskistas, é reconhecido como o menos dogmático e o de maior organização no PT, tanto que no RS é isoladamente uma das maiores tendências desde o movimento pró-PT em 1979. Já conseguiu eleger dois Presidentes da CE, Raul Pont de 1987 à 1990, e Ronaldo Zulke de 1993 à 1995. Está desde a fundação do PT e não passou por nenhuma grande modificação de lá para cá em termos de divisões internas.

Atualmente forma no Estado a **Opção de Esquerda** (bloco que hegemoniza o PT no RS) juntamente com a Articulação de Esquerda (ARTE) e outros grupos menores. Além dos ex-Presidentes citados, são também lideranças regionais da DS os Deputados Miguel Rossetto (DF) e Pepe Vargas (DE), a vereadora de Porto Alegre, Helena Bonumá, e também vários sindicalistas e militantes dos movimentos sociais em geral. É um dos segmentos organizados do PT

que mais atenção dá aos movimentos sociais, tanto que o Deputado Miguel Rossetto é uma liderança do movimento sindical¹⁶.

2) **Trabalho (TRB)**: também conhecido quando na época da criação do PT por Libelú, grupo do movimento estudantil, ou OSI - Organização Socialista Internacionalista - nome oficial do grupo no período. Também de formação trotskista, só que as ligações internacionais deste grupo se dão com outros setores da IV Internacional, principalmente os liderados pelo militante trotskista Francês Pierre Lambert.

Desde a entrada no PT, o grupo passou a discutir no sentido de uma maior aproximação com o grupo majoritário do partido em nível nacional, a Articulação (ART). Isso veio configurar-se num profunda divisão em 1987, cujo desdobramento no Estado resultou na passagem da quase totalidade dos militantes do Trabalho para a Articulação. Das lideranças deste grupo no RS, no período anterior à divisão, pode-se destacar Adeli Sell e Cezar Alvares, por ocuparem o DR e a CE. Hoje, Laércio Barbosa, membro do DM de Porto Alegre, é a sua principal liderança. O TRB foi uma das tendências que compuseram recentemente o bloco **Na Luta PT**, de atuação mais à “extrema esquerda” do espectro partidário.

Do grupo de militantes que foi para a ART, pode-se dizer que alguns destes vieram a se transformar nas principais lideranças da ART e do Campo Amplo e Democrático (CAD): um exemplo de que um setor reconhecidamente de esquerda

¹⁶ Na parte 6 desta dissertação, encontram-se mais pontos programáticos da DS e dos demais grupos do PT.

teve sempre uma prática interna no PT de articulação com os setores à direita e centro e não com os outros de esquerda como a DS, Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), e Convergência Socialista (CS).

3) **Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP)**: formado em 1976 a partir de pequenos grupos remanescentes da época da luta armada e de heranças indireta da POLOP. Quando se engajou no movimento pró-PT possuía alguma expressão no movimento sindical (e especialmente no movimento dos bancários). Em 1985 o MEP, juntamente com alguns ex-militantes da Ala-Vermelha e Ação Popular, transformou-se no **Movimento Comunista Revolucionário (MCR)**. Todos os grupos de orientação leninista e o MCR também, o que indica que dentro do PT a sua vinculação era com os setores de esquerda. Uma das principais lideranças era Paulo de Tarso Carneiro, membro desde o início do DR e da CE do PT. Por volta de 1989 o MCR novamente se modifica, agora para **Força Socialista (FS)**, sobretudo pela regulamentação das tendências no V Encontro Nacional do PT.

A FS, assim como o TRB, foi um dos formadores do movimento **Na Luta PT**. Outra liderança deste grupo é o ex-Vereador de Porto Alegre Adroaldo Corrêa, atual Vice-Presidente do PT de Porto Alegre.

4) **Articulação (ART)**: criada a partir de 1983 em São Paulo por um grupo de sindicalistas, ex-militantes de grupos clandestinos (como a ALN), por intelectuais e lideranças de base dos movimentos sociais, em especial o da Igreja. Teve no Estado inicialmente pouca expressão, mas depois de 1984 com o impulso de

sindicalistas como Olívio Dutra e Clóvis Ilgenfritz, e de militantes da igreja como Selvino Heck, a ART passa a ser um dos principais grupos no PT gaúcho. A partir de 1986, mais precisamente por volta de 1988, a ART constitui-se no setor majoritário do partido e, seguindo uma orientação nacional, quando atingiu a hegemonia no Estado tentou modificar a fórmula proporcional de preenchimento da CE para a majoritária: o que a rendeu uma rotulação de stalinista e antidemocrática.

De ideologia mais difusa que a dos grupos de esquerda, a ART se notabilizou por ser uma tendência que procurava organizar os militantes que não se enquadravam nas tendências tradicionais de esquerda, como a DS, o MEP e a CS. Pelo próprio tamanho, e poder, em 1993 sofre um racha nacional e estadual de grandes proporções, tanto que a partir dele é mudado o equilíbrio das forças entre os blocos no PT, pois um dos novos grupos que surgiu, a **Articulação de Esquerda** (ARTE) forma com a DS o novo setor hegemônico do PT gaúcho: a OE.

Da ARTE, pode-se destacar os Deputados Adão Pretto (DF) e os ex-Deputados Ivar Pavan e Antônio Marangon (DE), o atual Secretário-Geral da CE, David Stival.

O outro setor da antiga ART criado em 1993 é o **PT Amplo e Democrático** (CAD), que acabou por congrega também dissidentes de outros grupos partidários, como da DS e da Nova Esquerda (NE). O CAD ficou com a menos parte da ART, e as lideranças são Adeli Sell (várias vezes Secretário na CE do PT), Estilac Xavier (Secretário Municipal de Porto Alegre na Administração de

Tarso Genro), o Vereador João Motta de Porto Alegre e o Secretário-Geral do DM de Porto Alegre, Paulo Ferreira. Este grupo alia-se nacionalmente com o grupo **Unidade na Luta (UL)** antiga ART nacional e é identificado com sendo o centro¹⁷ no PT.

5) **Partido Revolucionário Comunista (PRC)**: fundado em 1984, mas já com uma certa organização desde o rompimento de seus militantes do PCdoB em 1979, o PRC até 1985 possuía alguns de seus membros dentro de outros partidos legais, como no caso de Tarso Genro, Adelmo Genro e outros que figuraram na corrente popular do PMDB. A partir desta data todos ingressam no PT, que é identificado como a única opção para o PRC se aliar.

Na verdade, isso ocorria porque o PRC tinha uma organização própria de um partido. Conseqüentemente, em 1989, com a pressão do PT para que se enquadrasse como uma simples tendência, e também por motivos teóricos de revisão do marxismo leninismo que professava, o PRC se divide em dois novos grupos: a **Nova Esquerda (NE)**, não mais marxista, que no Estado ficou com a maior parte dos militantes e lideranças (Tarso Genro, José Fortunati e Marcos Rolim) e o **Movimento por uma Tendência Marxista (MTM)**, este pelo nome já diz tudo do ponto de vista ideológico e político, de menor expressão.

A Nova Esquerda que antes compunha com os grupos de esquerda nas circunstâncias de definição política, a partir de 1989 alia-se a ART nas principais

¹⁷ AZEVEDO, Clóvis Bueno. **A estrela partida ao meio**. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

questões programáticas e organizativas: o que reforça o poder da ART no período de 1989-1992. No I Congresso do PT em 1991 a NE, por um lado, tem uma aproximação com alguns setores do PT em questões de programa e organização partidária, como a Vertente Socialista, mas, por outro lado, em relação a questões programáticas não consegue unir-se a ART. Posteriormente, por volta de 1993, em consequência da discussão do Projeto para Brasil, tese apresentada ao I Congresso, a NE forma um novo grupo denominado **Democracia Radical** (Dra). No Estado, apenas recentemente essa nova tendência começa a se organizar, pois os antigos militantes da NE se aglutinavam em torno do CAD.

O MTM formava o movimento **Na Luta PT** e segue atualmente sendo um dos grupos mais a esquerda do PT. São lideranças deste grupo, Ana Fogaça (Vereadora em Cachoeirinha) e André Beck (Vereador em Santa Cruz).

6) **Partido Brasileiro Comunista Revolucionário (PCBR)**: este grupo surgiu originariamente de uma dissidência do PCB em 1968 no período mais brutal da ditadura militar em que muitos militantes comunistas se envolveram na luta armada. Posteriormente, o PCBR passou por algumas reformulações, principalmente pelas “quedas”¹⁸ dos seus militantes. A partir da fundação do PT, antigas lideranças nacionais como Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender não estão mais neste partido, que no Estado nunca conseguiu uma expressão maior.

¹⁸ Termo utilizado para quando os militantes eram presos pela polícia.

Na mesma situação organizativa que o PRC, o PCBR por volta de 1989 transforma-se na **Tendência Brasil Socialista (BS)** porque não podia manter sua estrutura de partido e continuar no PT. Foi também do movimento **Na Luta PT**. As principais lideranças no Estado são Renato Della Vecchia, de Pelotas, e Rui Guimarães, de Porto Alegre.

7) **PT na Luta e na Vida (PTLV)**: grupo formado por militantes do movimento comunitário, ecológico e sindical, com base maior em Porto Alegre, tem existência sob este nome desde 1993, e congrega também ex-militantes de outros grupos políticos do PT. Destacam-se os militantes, Fernando Vagner, membro atual da CE do PT, João Couto, militante do movimento comunitário de Porto Alegre e o Vereador de Porto Alegre Giovani Gregol. A atuação deste grupo tem sido de esquerda mas nem sempre articula-se com os demais grupos do mesmo campo ideológico (DS, FS, MTM).

No Encontro Municipal de Porto Alegre em 1995, o PTLV fez uma aliança com a FS e o TRB; já no Encontro Regional do mesmo ano fez uma aliança com o MTM e Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST). Em geral, este grupo não está junto com os blocos hegemônicos do PT, pois tem uma posição contestadora em relação a forma como os Encontros e discussões no partido são travados.

8) **Coletivo Esquerda Democrática (CED)**: foi formado em 1994 a partir do gabinete do Deputado Flávio Koutzii, sua principal liderança. Congrega ex-

militantes de grupos de esquerda (DS e o PRC). No último Encontro Estadual, o CED compôs também na chapa da OE.

Dos militantes que assinaram o seu manifesto, constam personalidades petistas da ordem de Pilla Vares, atual Presidente do PT de Porto Alegre e José Clóvis de Azevedo (Sub-Secretário de Educação de Porto Alegre na Administração de Tarso Genro e ex-membro da CE do PT). É um coletivo que tem se pautado pela luta socialista e tem se aliado à OE nas questões mais gerais de organização partidária. O CED é um exemplo do poder que um gabinete de Deputado Estadual pode ter na organização de um partido, principalmente no caso do PT onde antes haviam estruturas do mesmo nível que eram os núcleos.

9) **Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST)**: este é um grupo oriundo da **Convergência Socialista (CS)**, que esteve ligada ao PT desde o início dos anos 80. A CS de orientação também trotskista, ligada à Liga Socialista Internacional, foi expulsa do PT em 1992 por causa da sua política independente à direção deste partido. Esta exclusão ocorreu menos por causa da política independente da CS e sim porque no PT, pela falta de definição programática, coexistiam e existem vários segmentos distintos política e ideologicamente. Isto gera um processo de pluralismo, por um lado, mas também, e quando as coisas não estão tão democráticas assim, momentos de autoritarismo: como no exemplo da exclusão dos militantes da CS.

Os militantes da CS depois de saírem do PT dividiram-se e alguns (da CST) voltaram para o PT em 1994. Alias, muitos destes militantes sequer tinham se desfilado do PT o que não caracterizou um regresso oficial.

A liderança mais expressiva deste grupo é a Deputada Estadual, Luciana Genro, filha de Tarso Genro. A CST também possui alguns militantes no movimento sindical e estudantil, mas a exemplo do CED, o seu centro organizativo é um gabinete na Assembleia Legislativa.

10) **Causa Operária (CO)**: grupo trotskista que também foi expulso do PT, só que por volta de 1989. Quando no PT tinha uma atuação tão independente como a CS, também por causa da indefinição programática petista. A CO teve e tem alguns militantes, principalmente no movimento estudantil, mas no Estado é inexpressiva.

11) **Coletivo de Construção do Socialismo (CCS)**: grupo formado em torno do gabinete da Vereadora de Porto Alegre Maria do Rosário, ex-PCdoB, assim como a maioria dos seus integrantes. Fez parte no último Encontro Estadual de 1995 da chapa da OE. É um segmento de esquerda do PT e, juntamente com o CED e CST possui num gabinete, só que da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, a sua base organizativa.

12) **Coletivo José L. Carneiro Cruz (CJLCC)**: formado por um grupo que compõem o CAD, tem na figura do Vereador de Porto Alegre Clóvis

Ilgenfritz sua maior liderança interna e externa. Este grupo é ligado à UL em nível nacional. Nas disputas internas no PT este coletivo tem se posicionado sempre com os setores de centro e direita do partido (que até 1992 controlavam o PT no Estado). E pela atuação de Clóvis Ilgenfritz, este grupo tem procurado mostrar os defeitos organizatórios do PT, especialmente os oligarquizantes, talvez porque já não detenha mais o poder como antigamente.

Existem outros pequenos grupos só no RS como no resto do país, estes demandariam uma lista quase interminável de nomes e siglas. Porém, as principais tendências, blocos e coletivos foram apresentados, e como foi dito, é na dinâmica das lutas entre eles em que se deu o jogo de distribuição de poder.

Em nível nacional, Clóvis Bueno de Azevedo (1995), divide atualmente os grupos do PT da seguinte maneira (Quadro 8), levando em consideração as diferentes posições destes diante do projeto político do PT e segundo a divisão tradicional entre direita-esquerda.

QUADRO 8. Divisão do PT nacional em 1995 segundo a posição política.

“Extrema-esquerda”		“Esquerda”	“Centro”	“Direita”
<i>Na Luta PT</i>	Outros	<i>Opção de Esquerda (OE)</i>	<i>Unidade na Luta (UL)</i>	Democracia Radical (DRa)
Força Socialista (FS)	Vertente Socialista (VS)	ARTE - Hora da Verdade	Advertência (direita da Articulação)	Militantes da NE ex-militantes da VS
Movimento Tendência Marxista (MTM)	Grupo do Rio	Democracia Socialista (DS)		PT Vivo
Trabalho (TRB)				

Fonte: Clóvis Azevedo (1995).

Por um lado, o PT gaúcho apesar de ser muito parecido na pluralidade política e ideológica com o PT nacional, não possui em sua totalidade os mesmos grupos apresentados por Clóvis de Azevedo: principalmente em relação ao Grupo do Rio (liderado por Vladimir Palmeira) e a Vertente Socialista, bem como o autor se esqueceu da Tendência Brasil Socialista que também faz parte do movimento Na Luta PT. Por outro lado, a divisão política feita pelo autor não se aplica ao PT no Estado, tendo em vista que existem na verdade apenas dois blocos partidários, mesmo que para a composição do DR e CE no Encontro Estadual de 1995 tenham existido três chapas: uma da Opção de Esquerda, Força Socialista, O Trabalho, Brasil Socialista, Coletivo Esquerda Democrática, Coletivo de Construção do Socialismo e outros militantes independentes; a segunda do Campo Amplo e Democrático que engloba o Coletivo José Luiz Carneiro Cruz, a Democracia Radical e os próprios militantes do CAD; e a terceira do PT na Luta e na Vida, Movimento Tendência Marxista e a Corrente Socialista dos Trabalhadores, uma chapa formada por grupos de esquerda que ocasionalmente não compuseram com a primeira chapa¹⁹. O quadro a seguir apresenta, no nosso entender, a divisão e estruturação dos blocos no PT do Estado.

QUADRO 9 - Divisão do PT do RS segundo a posição política.

Esquerda			Moderados
ex-Na Luta PT	Outros	Opção de Esquerda	Campo Amplo e Democrático
Força Socialista	Coletivo Esquerda Democrática	Democracia Socialista	Coletivo J. L. C. Cruz/UL
* Movimento Tendência Marxista	Coletivo Construção Socialista	Articulação de Esquerda	Democracia Radical
Brasil Socialista	Corrente Socialista dos Trabalhadores		PT Amplo e Democrático
Trabalho	PT na Luta e na Vida		
	alguns gabinetes de vereadores de POA.		

¹⁹ No Encontro Municipal de Porto Alegre anterior ao Estadual de 1995 não cologaram-se a FS e o TRB com a OE.

Em primeiro lugar, é importante discutir-se os critérios que definiram a separação entre esquerda e moderados. Em princípio, parece não combinar a dicotomia “esquerda e moderados”, pois cada termo possui um oposto mais tradicional, como direita ou centro para a esquerda, e radical para o moderado. Entretanto, entendemos que a separação que melhor caracteriza o perfil político e ideológico da divisão no PT do Estado é a que está presente no Quadro 5. Na introdução, destacou-se que em relação aos diferentes tipos de relacionamento entre os partidos e o Estado, há dois que, ideológica e politicamente, são os fundamentais para a caracterização dos objetivos e estratégias dos grupos petistas (a relação entre os grupos de revolucionários de esquerda no sentido da destruição do Estado e a relação reformista e moderada da social-democracia verificada depois da 2ª Guerra Mundial). A simples demarcação dos blocos e a identificação das tendências e grupos nos seus interiores, principalmente nos momentos de confecção das chapas para os encontros estaduais e para as discussões no DR e na CE, não pode deixar de esquecer os motivos e a cultura de cada setor do partido, ou seja, o por quê das divisões e lutas internas. Os setores identificados como sendo de esquerda, os são, porque possuem, de uma maneira ou de outra, uns mais outros menos, como principal objetivo o socialismo e a destruição, seja pela revolução ou pela democracia, do aparato estatal existente. Isso faz com que, por exemplo, os movimentos sociais tenham uma preocupação mais acentuada que a agenda eleitoral. O termo “radicais” poderia até ser o mais apropriado, contudo nem todos os grupos arrolados nesse bloco possuem uma feição “radical”. Ao mesmo tempo, não podemos fazer uma separação entre os grupos desse bloco, sob pena de isolar parceiros da vida interna do PT. O termo “esquerda” como sendo o identificador,

parece ser o menos comprometedor, do ponto de vista da caracterização das suas praxis, visto que, todos buscam, de alguma maneira, a herança programática da esquerda.

Já para os grupos identificados como “moderados”, a agenda eleitoral e a reforma do Estado não são coisas tão desviantes do socialismo. Este setor do partido, na verdade, não demonstra tanta certeza da necessidade do socialismo, como o outro. Por essa razão, desenvolvem uma praxis mais moderada em relação às instituições da sociedade capitalista e burguesa como a brasileira²⁰. Assim como, mesmo que internamente, não parece correto rotular de direita, ou centro, as posições de setores do PT porque, de uma maneira geral, este partido - e estes setores também - assume, no quadro partidário brasileiro, uma praxis mais de esquerda²¹. E a denominação de direita pode ser interpretada pelo outro ângulo. Nesse sentido, a denominação mais correta para este setor seria “esquerda-moderada” do PT.

Um outro aspecto importante a ser salientado é que as divisões e blocos de hoje nem sempre foram os do passado. No Quadro 10 constata-se que o PT do gaúcho pode se julgar como um partido que não possui um único grupo ou bloco dominante da sua fundação até hoje, o que transparece uma certa democratização organizacional. Isso não quer dizer que em nível de grandes lideranças, como as de Olívio Dutra e Raul Pont, não haja, até um certo ponto, uma permanência real. Mas,

²⁰ No capítulo 11 mostraremos como pensam os militantes do dois grupos em relação a essas questões, a partir da pesquisa que realizamos no último encontro regional.

²¹ Não é do escopo deste trabalho aprofundar esta questão que demandaria árias outras dissertações de mestrado. Dentro desta questão há o livro Lamounier (1989).

em relação aos grupos dominantes, o PT do RS já teve modificações importantes de 1980 para cá.

QUADRO 10 - A dinâmica do equilíbrio dos blocos no PT do RS (1979/1995).

Na fundação e primeiros anos	1984	1986 à 1989	1990/92	1993
com um bloco dominante	modificação nos blocos dominação não muito forte	nesse período houve a vitória dos dois blocos um no encontro de 1986, outro no de 1987	nova maioria e domínio hegemônico	racha no bloco dominante anterior causa uma nova configuração
<i>Bloco hegemônico</i> Sindicalistas e outros militantes do movimento social (Sem-Terra, Pastoral, etc) ORM-DS outros grupos MEP TRB CS e mais outros grupos de esquerda	<i>Bloco que detinha a maioria</i> ORM-DS MEP CS e grupos esquerda Bloco em formação ART (sindicalistas, "igrejeiros", sem terra, trabalhadores rurais) TRB	<i>Bloco</i> ART parte do TRB <i>Bloco</i> DS PRC CS MCR e mais outros grupos de esquerda	<i>Bloco hegemônico</i> ART NE Bloco oposição DS FS MTM CS e outros grupos de esquerda	<i>Bloco hegemônico</i> OE DS + ARTe Na Luta PT outros grupos <i>Bloco Oposição</i> CAD/UL DRa

A diferença do PT com o PMDB é que os blocos hegemônicos identificados no quadro acima não conseguiram ter uma existência mais duradoura. A própria caracterização de blocos hegemônicos, majoritários, atende a necessidade de diferenciar o tipo de dominação imposta ao restante do partido. Por exemplo, em 1979 e 80, período de formação do PT, a então ORM-DS (TS), egressa do MDB, detinha uma certa força por encarar a formação do PT com obstinação, diferente de outros grupos de esquerda, como o TRB, que não via com bom olhos o PT²². Os sindicalistas, que também possuíam uma posição de destaque, como Olívio Dutra,

²² Na entrevista feita com Adeli Sell, este disse que o TRB destacou apenas 10% dos seus militantes para entrarem no PT, o resto ficaria aguardando uma definição melhor do novo partido.

Clóvis Ilgenfritz e Paulo Abdala, não agregavam muitos militantes do ponto de vista numérico. Por isso, o contingente da ORM-DS, pela relação deste grupo com os movimentos sociais e eleitorais, via a TS do MDB, era numericamente superior. Agora, os dois grupos juntos, como a configuração da época mostrou, detinha uma força muito grande nos processos de constituição do novo partido. Já no período de 1984 à 1990, não houve um grupo que dominasse todo o tempo e com intensidade forte. As vitórias circunstanciais representavam mais o momento conjuntural de organização do partido do que um predomínio absoluto. Os diferentes Presidentes da CE do PT²³, comprovam a inconstância relatada acima, ainda assim, Olívio Dutra só foi escolhido Presidente nos anos de 1981 e 1984 pela sua reconhecida liderança e não porque o seu grupo fosse o majoritário²⁴.

Foi salientado que nem sempre os grupos de esquerda se uniram contra os moderados (direita), na medida em que, por exemplo, um grupo como o TRB privilegiou muito mais a ART do que a ORM-DS na hora das suas alianças. É importante, portanto, destacar que esses dois grupos sempre foram inimigos, estando em quase todas as disputas em blocos opostos. No Quadro 11, o equilíbrio dos grupos na CE é observado.

Dois aspectos precisam ser destacados a partir do Quadro 11 em relação a força dos blocos e tendências, e, de uma maneira mais geral, os critérios políticos que pesam na hora da seleção dos dirigentes estaduais. Em primeiro lugar, no que diz respeito ao número de indicações de cada bloco do partido para os postos

²³ Ver a listagem dos membros da CE e as suas ligações com as tendências no Quadro 11.

²⁴ Confirmado pelo Jornal Em Tempo e pela entrevista com Adeli Sell.

da CE, pode-se observar que não há uma dominação absoluta e duradoura de nenhum dos setores organizados do PT. Como foi mostrado no Quadro 10, quando se analisa encontro-a-encontro, encontra-se uma vantagem, maior ou menor, para um dos blocos do momento. Mas, genericamente, no PT não aconteceu o mesmo que no PMDB, em relação a dominação, desde a fundação, do círculo interno controlado por Pedro Simon, e nem ao PT nacional em que a corrente dos sindicalistas, depois ART, dominou o partido em 9 dos 10 Encontros Nacionais, até ao ponto de formar majoritariamente a CE de 1979 à 1989.

Em segundo lugar é preciso destacar a completa hegemonização dos militantes organizados sobre os não-organizados. Se em relação às disputas inter-tendências não houve um predomínio maior de nenhuma sobre a outra, em relação a comparação de força entre os militantes que participam, em maior ou menor grau, das tendências e dos que não participam, a desigualdade de poder é bem diferente. São poucos os filiados no PT que não participam das tendências, ou até dos *campos* que conseguem atingir os postos mais elevados na hierarquia estadual. Para a CE de 1995, o CAD indicou dois militantes que não são propriamente dito seus “quadros”, Celso Schroder e Sandra Fagundes, mas também não se pode afirmar que não existam algumas relações mais permanentes entre estes militantes e o CAD. Mesmo assim, se algum filiado do PT, que por ventura não seja de nenhuma tendência, coletivo ou campo, queira participar de alguma instância em nível estadual, de preferência a CE, é preciso que ele entre ou, pelo menos, negocie com os grupos organizados do seu partido. Os 30 membros da CE e do DR do PT que mais vezes

QUADRO 11 - As tendências e a CE do PT-RS de 1981 a 1995.

1981	1984	1986	1987	1990	1992	1993	1995
<p>Olívio Dutra -* Raul Pont-DS Miguel Rossetto-DS Clóvis I. Silva-* Paulo Carneiro-MEP J. Carneiro Cruz-* Antônio Cândido-* Clóvis Oliveira* Adeli Sell-TRB Selvino Heck-* José Azevedo-DS Flávio Bettamin-* Firmo Trindade-* Ansélio Brustolin-* Alicides Ludke-* Enid Backes-*</p>	<p>Olívio Dutra-ART Nelson Sá-ind Selvino Heck-ART Raul Pont-DS Cezar Alvares-TRB A. Corrêa-MEP Adeli Sell-TRAB Clóvis Oliveira-ART José Azevedo-DS Laerte Meliga-ART Silvino Nogueira-DS João Couto-ART Miguel Rossetto-DS Clóvis I. Silva-ART Antônio Lozada-DS Firmo Trindade-ind</p>	<p>Clóvis I. Silva-ART Selvino Heck-ART Flávio Koutziii-DS Raul Pont-DS Cezar Alvares-ART João Veric-DS Adeli Sell-ART Tarlo Genro-PRC Olívio Dutra-ART José Azevedo-DS A. Marangon-ART José Silva-ART Laerte Meliga-ART A. Corrêa-MCR Antônio Mattos-ART Paulo D'Avila-DS</p>	<p>Raul Pont - DS Tarlo Genro-PRC R. Pedrosa-ART Clóvis I. Silva-ART Cezar Alvares-ART João Veric-DS Flávio Koutziii-DS Selvino Heck-ART Paulo D'Avila-DS Ceci Prates-ART A. Marangon-ART Estilac Xavier-PRC Laerte Meliga-ART A. Villaverde-DS Adeli Sell-ART N. Alcântara-ART</p>	<p>Selvino Heck -ART J. Fortunati-NE David Stival-ART Gerson Almeida-DS Adeli Sell-ART R. Menegat-ART Estilac Xavier-NE H. Bonumá-DS A. Castro-ART D. Machado-CS H. Kasper-ART Ivar Pavan-ART Marcos Rolim-NE Raul Pont-DS Paulo D'Avila-DS N. Corrêa-ART</p>	<p>Selvino Heck-ART Marcos Rolim-NE Gerson Almeida-DS José Azevedo-DS N. Corrêa-ART Delmar Steffen-DS Adeli Sell-ART David Stival-ART H. Bonumá-DS João Couto-ART Paulo Rosa-DS Ana Fogaça-MTM H. Kasper-ART Maria Cattani-ART Jones Budrys-ART L. Costa-FS</p>	<p>Ronaldo Zulkoe- Ivar Pavan-OE Maria Cattani-CAD Adeli Sell-CAD N. Corrêa-OE Jorge Branco-OE J. Siqueira-OE S. Schiedeck-CAD T. Dalmaso-OE Delmar Steffen-OE Júlio Quadros-OE Ana Fogaça-MTM Jane Bauer-OE Paulo Rosa-OE Jones Budrys-OE R. Frigeri-OE João Couto-PTLV Izabel Freitas-OE Gerson Almeida-CAD Davi Oliveira-FS H. Kasper-CAD</p>	<p>Olívio Dutra-OE Clóvis I. Silva-CAD David Stival-OE Adeli Sell-CAD Ronaldo Zulkoe-OE Ivar Pavan-OE Jane Bauer-OE Ana Fogaça-MTM C. Schroder-CAD Clarice Santos-OE S. Fagundes-CAD E. Colpo-CAD F. Wagner-PTLV Estilac Xavier-CAD Flávio Koutziii-CED Paulo Pimenta-CAD R. Frigeri-OE P. Torelly-OE L. Costa-OE I. Freitas-OE João Costa-OE Jorge Branco-OE Júlio Quadros-OE Laerte Meliga-OE</p>

* eram independentes, sindicalistas, dos quais alguns foram formar depois a ART.

estiveram nestas instâncias são na sua esmagadora maioria de tendências, conforme pode ser observado no Quadro 12.

Ainda em relação ao predomínio dos blocos, no Quadro 12 mais uma vez pode-se constatar que no DR e na CE houve um certo equilíbrio entre as tendências entre aqueles 30 que tiveram o seu perfil traçado. Uma análise dos diferentes períodos e as trocas de blocos dos grupos e dos membros, chega-se a conclusão que: quando entraram pela primeira vez no DR e CE, 15 eram das tendências de esquerda e 14 das moderadas. Para os que permaneceram sempre na esquerda tem-se um número de 9; enquanto que os sempre fiéis à “direita”, o número é de 4. Dos que mudaram de posição: 5 passaram da esquerda para a direita e 9 da direita para a esquerda. Tem-se assim atualmente um total de 9 membros de posições moderadas e 18 de posições mais esquerdistas.

QUADRO 12 - Relação dos membros da CE e DR do PT com maior frequência e suas tendências.

NOME	QUANTAS	QUANTAS	TENDÊNCIA
	VEZES NA CE	VEZES NO DR	
Adeli Sell	8	8	Trabalho-Articulação-CAD/UL*
Raul Pont	6	8	DS/OE
Selvino Heck	6	8	Articulação-UL
Clóvis Ilgenfritz	6	7	Articulação-Col. José L. C. Cruz/UL
José C. Azevedo	5	7	DS-CED
Olívio Dutra	5	6	Articulação-Independente/OE
Laerte Meliga	4	5(1s)	Articulação-ARTE/OE
Estilac Xavier	3	6	PRC-NE-CAD
Flávio Koutzii	3	6	Indep. (próximo da DS)-CED
João Couto	3	6	Articulação-PT na Luta e na Vida
David Stival	3	5	Articulação-ARTE/OE
Gerson Almeida	3	4	DS-CAD
Humberto Kasper	3	4	Articulação
Ivar Pavan	3	4	Articulação-ARTE/OE
Natalício Corrêa	3	4	Articulação-ARTE/OE
César Alvarez	3	4(1s)	Trabalho-Articulação
Demar Steffen	3	4	DS/OE
Ana Fogaça	3	3	PRC-MTM
Miguel Rosseto	3	2	DS/OE
Marangon	2	5	Articulação-ARTE/OE
Helena Bonumá	2	4	DS/OE
José Fortunati	2	4	PRC-NE-CAD/DR

NOME	QUANTAS VEZES NA CE	QUANTAS VEZES NO DR	TENDÊNCIA
Paulo T. Carneiro	2	4	MEP-MCR-FS/NLPT
Rualdo Menegat	2	4	Articulação-CAD
Clóvis Oliveira	2	4	Articulação
João Verle	2	3	DS/OE
José J. Branco	2	3	Articulação-ARTE/OE
Júlio Quadros	2	3	Articulação-ARTE/OE
Marcos Rolim	2	3(1s)	PRC-NE-CAD/DR
Ronaldo Zulke	2	3	DS/OE

* O hífen separa os grupos aos quais o militante pertenceu. A barra mostra uma dupla ligação que o militante possui no momento.

* * *

Pode-se ver neste capítulo que o PMDB tem um tipo de agrupamento interno menos desenvolvido que o do PT, e que, para efeito da distribuição do poder partidário no PMDB do Estado, a única organização estruturada e de atuação contínua e estratégica é a do círculo interno (cúpula) formado em torno da Comissão Executiva Estadual (CE), em termos formais, e de lideranças históricas e mandatárias *de peso* como Pedro Simon e Antônio Britto, em termos políticos.

O PT tem, ao contrário, uma prática generalizada de formação de agrupamentos organizados (não só entre a sua elite), o que gera uma intensa luta interna pelo controle do poder. Consequentemente, dois processos são verificados: um de alijamento nas instâncias superiores regionais dos militantes independentes; outro de supervalorização da estrutura organizacional devido a necessidade de acomodação e de meios para as disputas entre os grupos²⁵.

²⁵ Aspectos tratados no capítulo 8.

A forma organizacional do PMDB produz um tipo de oligarquização elitista na medida em que um segmento, até certo ponto delimitado (círculo interno), controla estável e centralizadamente a distribuição de poder e as principais instâncias decisórias regionais. Se a definição do círculo interno não é de fácil precisão, pelo menos é possível identificar um padrão político dominante que é caracterizado pelo predomínio dos militantes que possuem (ou possuíram) vínculos com o Estado (sejam os mandatários em nível estadual, sejam os técnicos em cargos de confiança). Isto de uma maneira genérica, pois de uma maneira particular predominam (no círculo interno) apenas alguns destes militantes formadores da elite partidária: boa parte dos integrantes do grupo 1 do Quadro 5 (de preferência os membros titulares e mandatários ou em cargo de confiança) e alguns integrantes do grupo 3 (como por exemplo, Antônio Britto, Ibsen Pinheiro, José Fogaça,). O círculo interno do PMDB congrega um contingente de militantes que corroboram tal padrão organizacional, e se servem dele, como diria Robert Michels²⁶. O problema é que o resto dos militantes, apesar da crítica que possuem²⁷, não tomam atitudes concretas para modificar tal situação.

A forma organizacional do PT promove o controle absoluto do poder em nível regional para os militantes organizados, ou seja, para os agrupamentos internos (em detrimento dos independentes). Produz-se também, e por causa deste domínio, uma prática aparelhista em relação às estruturas partidárias, que já têm a sua complexidade aumentada pelas disputas internas. Por isto, tão importante como a

²⁶ Os chefes partidários, segundo Robert Michels (1982), aproveitam-se da indiferença e pouca qualidade das massa, além das próprias noções psicológicas desta de ser submissa, para controlarem e estenderem o seu domínio estavelmente. (Michels, 1982, cap. 2, parte II).

²⁷ É só conferir o resultado de algumas questões colocadas aos delegados estaduais de 1995. Ver a parte que analisa a pesquisa na Convenção Estadual do PMDB.

intensidade da estabilidade dos militantes individualmente como da formação de uma complexa rede de instâncias e grupos internos é importante ater-se ao fato de que também a estabilidade de poder dos agrupamentos, bem como, da forma como estes decidem a distribuição de poder e a forma e conteúdo das decisões serve como indicador dos procedimentos oligarquizantes dentro do PT. Em relação a permanência e domínio do poder pelos blocos, viu-se que no PT gaúcho esta nem é a principal questão problemática, em termos oligarquizacionais. Contudo, em relação ao espaço reservado aos grupos organizados nas instâncias regionais, principalmente da CE, e em termos da repetição das práticas aparelhistas, o PT estadual possui procedimentos que podem ser identificados como oligárquicos de tipo burocrático: centralização e hierarquização²⁸, fetichismo da organização, internismo e utilização da estrutura partidária num sentido estratégico nas disputas internas.

Porém, ainda faltam dois aspectos importantes para a caracterização da forma do poder nos partidos, especialmente levando-se em conta a CE e o DR. O primeiro é um perfil mais individualizado e biográfico de algumas das principais lideranças, contextualizando-se as atuações e funções exercidas por cada liderança dentro dos conceitos que tratam dos tipos de militantes partidários (no caso das lideranças), elencados na introdução desta dissertação. O segundo aspecto é a delimitação e definição (aproximada) dos modelos organizacionais: que apontam para modelos oligárquicos diferentes (elitista e burocrático).

²⁸ Neste ponto uma herança da LOPP e da estrutura partidária geral dos partidos brasileiros, mas também pelo certo predomínio que os parlamentares e membros do executivo começam a conquistar no PT.

CAPÍTULO 6 - OS PRINCIPAIS MILITANTES E OS MODELOS DE ORGANIZAÇÃO.

Os partidos políticos em geral, e os brasileiros em particular, têm duas dimensões, uma estatutária e outra política concreta, acerca dos processos políticos organizatórios. Estas coexistem independentemente uma da outra e até podem servir isoladamente para a caracterização do perfil organizacional. Mas, na verdade, apenas analisadas conjuntamente é que estas dimensões podem revelar melhor os processos partidários ligados as questões organizacionais/oligárquicas. A dimensão estatutária proposta pela LOPP (acatada pelos partidos) estabelece como dirigentes estaduais os membros do DR e, mais particularmente, os membros da CE. Assim, legalmente, os partidos gaúchos têm centenas de lideranças regionais que podem estabelecer as diretrizes estratégicas de médio prazo e táticas conjunturais em âmbito estadual (atribuições do DR), bem como algumas lideranças mais destacadas para a definição e ação política cotidiana do partido (a partir da CE). A dimensão política concreta apresenta um modelo diferente do legal e os militantes que comandam os partidos não são necessariamente os mesmos da dimensão anterior, principalmente em relação aos membros das instâncias estaduais, pois apenas uma minoria destes possui realmente poder político na distribuição de poder e nos processos de tomada de decisão.

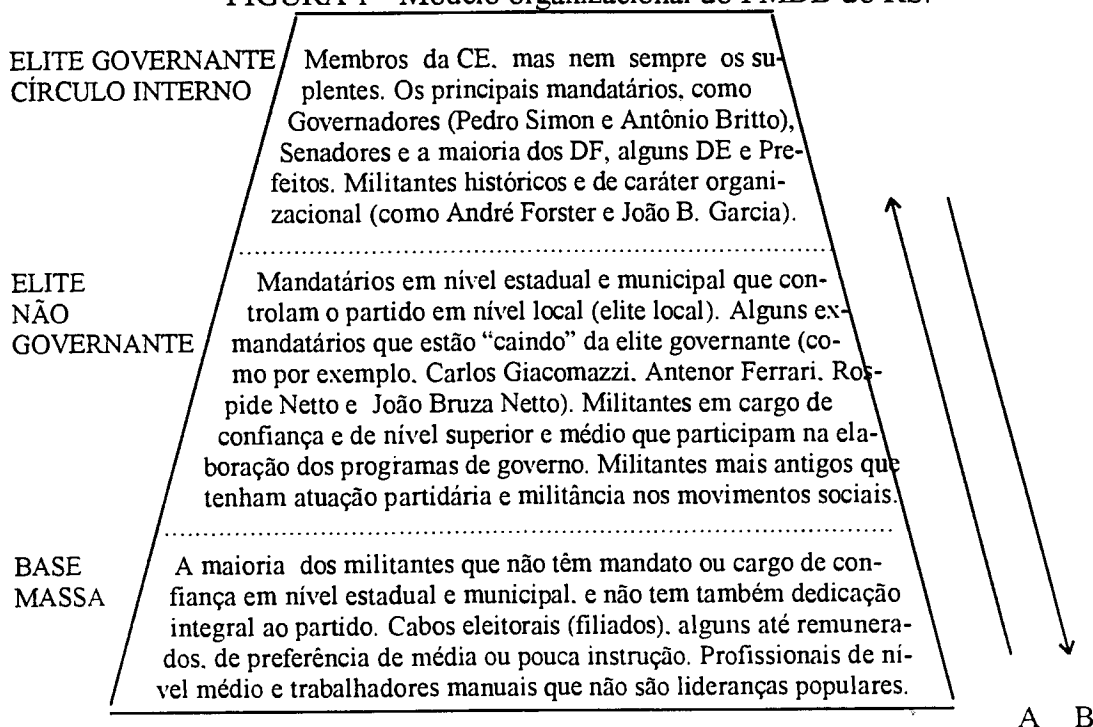
Foi destacado anteriormente que para efeito da oligarquização partidária a principal causa externa é fornecida pela influência do Estado na vida interna dos partidos; e a influência deste nos partidos pode ser calculada e comprovada na medida da aproximação das duas dimensões; não só quando os dirigentes estaduais dos partidos são os mesmos (ou praticamente) nas duas dimensões, mas, é sinal da influência exagerada do Estado, quando os partidos apresentam lideranças concretas num número reduzido e apenas de caráter de mandatários. Porém, os processos oligarquizantes quando aparecem os partidos não única e tão-somente causados pela influência estatal relacionada as ações e demandas dos executivos e legislativos, mas são provocados por diferentes fatores, até não-estatais, ou promovidos por outras esferas do Estado: como por exemplo, a burocrática. O Estado é o principal interlocutor dos partidos e a maneira como os partidos estabelecem as suas práticas conduz para uma forma organizacional específica, mas também é verdade que a sociedade pode por seu lado entrar nesta relação quando, organizadamente, se constitui em partido político.

Neste ponto, interessa a caracterização dos modelos organizacionais do PT e do PMDB e o perfil das suas principais lideranças para poder-se conhecer os processos de distribuição de poder e os militantes que o praticam. Em relação aos modelos foram apresentados na introdução desta dissertação duas variações organizacionais, uma proposta pelos teóricos elitistas e outra proposta pelos teóricos do enfoque estrutural. Quanto aos perfis das lideranças, que são as responsáveis pela vida dos modelos pois são elas que criam e executam suas estruturas e relações, procurar-se-a enquadrá-las dentro dos tipos de dirigentes propostos pelos modelos

para se conhecer melhor os atributos e as exigências estabelecidos pelos partidos para as suas lideranças.

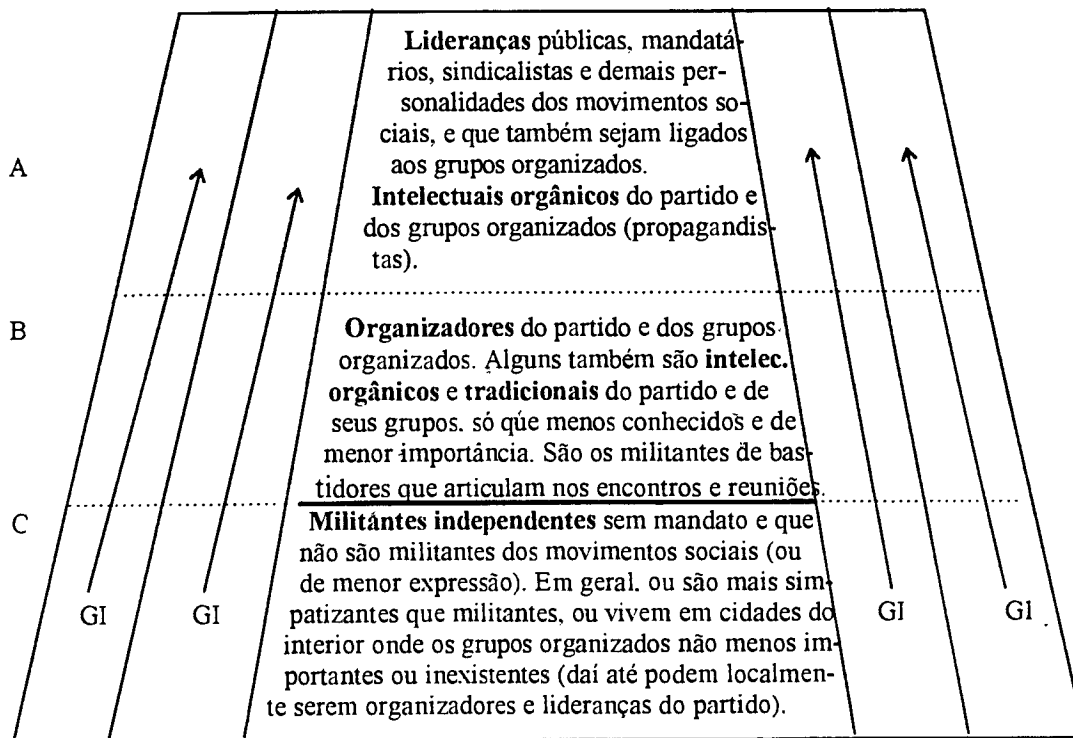
1 - Modelos.

FIGURA 1 - Modelo organizacional do PMDB do RS.



- A - Para um militante alcançar os níveis superiores da hierarquia partidária são necessários, em geral, determinados atributos, tais como (em ordem de importância): a) voto/mandato em nível regional (DE, DF, SEN, GOV) ou até municipal (dependendo da cidade e de outras características do militante) conjugado com o apoio de alguma região do Estado; b) conhecimento da arte da política (capacidade de organização, oratória, teórica) ou conhecimento técnico de alguma área estatal (como por exemplo, saúde, educação e planejamento); c) militância nos movimentos populares e sociais ou militância no partido (de preferência com as características anteriores). Sem contar, é claro, que é preciso adequar-se ao círculo interno (política e ideologicamente).
- B - Para um militante descer na hierarquia partidária é preciso que ele perca alguns dos atributos circunstanciais anteriores, tais como: mandato, ligação com o núcleo do círculo interno (no caso hoje em dia representado pelos militantes Pedro Simon e Antônio Britto).

FIGURA 2 - Modelo de organização do PT do RS.



- A - Os militantes deste nível são em sua esmagadora maioria ligados aos grupos organizados, as siglas GI representam os grupos organizados, por isso, separados uns dos outros. As setas indicam um caminho mais aberto para os militantes organizados chegarem até o topo do partido, e para isto precisam: ou militância nos movimentos sociais, ou mandato (de preferência em nível estadual ou Prefeitura); ou cargo de confiança no primeiro escalão da Prefeitura de Porto Alegre, ou militância destacada nos grupos organizados, ou capacidade intelectual (junto com prestígio).
- B - Os militantes deste nível também são majoritariamente dos grupos organizados, com ressalvas importantes, ou no caso das pequenas e médias cidades do interior, onde os grupos organizados são menos expressivos, ou no caso dos movimentos sociais (e por intermédio das setoriais e secretarias) quando as lideranças não pertenceram aos grupos organizados.
- C - Existem no PT dois tipos de base: uma é a formada pelos militantes independentes, e a outra é formada pelas bases dos grupos organizados. Há uma diferença no acesso às estruturas do partido entre os diferentes tipos de base, pois os militantes que são organizados (em geral com o mesmo perfil dos militantes independentes) têm mais condições e possibilidades participativas.

2 - O perfil das lideranças do PMDB.

A principal liderança deste partido é o Senador Pedro Simon, que se enquadra em todas as características da elite governante no PMDB. Natural de Caxias do Sul, cidade em que iniciou a sua carreira política sendo eleito vereador em 1960 pelo PTB. Antes disto já tinha militado no movimento estudantil tendo chegado a Presidente da UNE em 1956, com passagens anteriores pela direção dos estudantes de Direito, sua formação profissional, e direção dos estudantes ligados as Universidades privadas. Foi também professor de Economia Política e Sociologia na Universidade de Caxias, além de ter feito especialização em Economia Política e Direito Penal em Paris e Roma - uma formação erudita para um político de carreira em que o conhecimento da política também foi proporcionado pelo estudo, não só pela prática.

Na carreira política propriamente dita, elegeu-se Vereador em 1960. Em 1962 elegeu-se Deputado Estadual pelo PTB, partido no qual milita até 1966, data em que o sistema partidário é modificado, surgindo assim a ARENA e MDB. Já no MDB continua elegendu-se Deputado Estadual até 1978 quando consegue uma vaga para o Senado. Com a outra modificação do sistema partidário de 1979, ajuda a fundar o PMDB no RS. Em 1982 concorre, sem sucesso para o Governo do Estado, conseguindo, no entanto, se eleger em 1986. Em 1990 ganha uma vaga para o Senado, onde se encontra até hoje. Juntamente com essa carreira nos cargos eletivos, foi indicado Ministro da Agricultura no Governo Sarney, pasta que ocupou de 1985 à 1986, quando desencompatibilizou-se para concorrer ao Governo do Estado.

Pedro Simon ultrapassou as fronteiras do RS em relação a sua liderança e reconhecimento político, juntamente com outros políticos gaúchos como Leonel Brizola. No MDB e PMDB nacional, chegou a ser Secretário-Geral e Vice-Presidente de Ulysses Guimarães. Seguidor das ideias de Alberto Pasqualini (ideólogo do trabalhismo gaúcho e brasileiro) hesitou um pouco no momento da reformulação partidária de 1979 pois ficou um período indeciso entre o PTB de Brizola (depois PDT) e a continuidade no MDB/PMDB. Sua decisão tomada em favor do PMDB se deu principalmente pela pressão exercida pelos seus colegas gaúchos do MDB, como por exemplo, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, Antenor Ferrari. Mesmo então, optando pelo PMDB, não deixou a herança pasqualinista para trás. Isso fez com que Pedro Simon fosse sempre identificado como fazendo parte do setor mais progressista do MDB/PMDB nacional, sendo reconhecido como liderança dos “autênticos” e “históricos”.

Pedro Simon ocupa historicamente a sua posição no PMDB gaúcho (principal liderança e coordenador do círculo interno que controla o partido) porque tem habilidade para sentir os anseios da base partidária, ao mesmo tempo que exerce uma dominação prolongada e profunda na distribuição de poder e tomadas de decisões políticas mais importantes. A sua habilidade política, por um lado, proporcionou-lhe uma prática que intervir drasticamente nos processos de tomada de decisões, até 1986 quando sofreu uma derrota na sua intenção de coligar-se com o PDS, e em 1990 quando teve que aceitar a indicação de José Fogaça para a sua sucessão no Governo do Estado. Na verdade, as posições de Pedro Simon sempre são

levadas em consideração nas discussões internas fazendo com que ele não precise exercer alguma pressão mais forte, principalmente pela conjugação de dois fatores salientados por Robert Michels (1982): a) acatamento e apoio das bases partidárias que se submetem a direção dos líderes na medida que aceitam serem governadas, e porque não têm competência mesmo para governarem; b) maior competência dos líderes na arte/ciência da política, e porque também estes sabem aproveitar da psicologia submissa das massas²⁹. A não intervenção autoritária dos líderes, como no caso de Pedro Simon, parecem emprestar uma feição democrática aos partidos e a ação dos líderes, mas, na verdade, é uma amostra do quanto oligarquizado pode ser uma organização partidária.

A liderança que Pedro Simon exerce no PMDB gaúcho teve também o seu período de domínio “legalizado” pois foi Presidente da CE de 1980 à 1985, ocasião em que teve de renunciar para assumir o Ministério da Agricultura - duas funções incompatíveis segundo o Estatuto da época (ver capítulo 4) -, mas, mesmo assim, circunstância que não lhe custou o poder decisório no Estado. Até hoje, com o PMDB no Governo do Estado, Pedro Simon tem a capacidade de se manter como o líder de maior representatividade junto às bases partidárias. Um exemplo disso é dado por Pedro Simon quando este reverte para o seu poder dentro do círculo interno as críticas ao Governo do Estado existentes dentro do partido. Só que ele não promove uma disputa dentro e fora do partido entre o Governo e o PMDB, o que lhe basta é a

²⁹ Michels coloca que as bases são incompetentes e também gostam de serem governadas enquanto os líderes têm maior competência e também gostam de governar.

manutenção de seu prestígio e poder, principalmente quando se depara com outra liderança de igual força (no caso Antônio Britto).

Dos outros Presidentes da CE, eleitos temos Cezar Schirmer e André Forster e interinos, Odacir Klein (quando Pedro Simon saiu) e Lélío Souza (quando Cezar Schirmer foi para a Secretaria da Fazenda no Governo Simon). Desses 4 militantes, André Forster, por exemplo, só conseguiu entrar efetivamente para o círculo interno a partir de 1990, quando assume a Presidência do PMDB no Estado. Outros como Odacir Klein, Cezar Schirmer e Lélío Souza não alcançaram a cúpula por serem escolhidos Presidentes do PMDB pois possuíam e possuem outros atributos importantes para lá estarem: mandatos em nível estadual e federal, proximidade política, ideológica e organizacional com o círculo interno.

Odacir Klein é natural de Getúlio Vargas (RS). Advogado e Técnico em Contabilidade, começou a sua carreira política elegendo-se Vereador e Prefeito em sua cidade- natal de 1967 à 1974. Em 1974 foi a sua primeira eleição para a Câmara Federal, mandato que repetiu em outras 3 vezes (1978/ 90/94). Perdeu duas eleições majoritárias, uma para Vice-Governador em 1982 e outra para Senador em 1986. Foi também Secretário da Agricultura e Presidente do Banrisul (Banco do Estado do Rio Grande do Sul) no Governo Simon, e exerce atualmente o cargo de Ministro dos Transportes do Governo Fernando Henrique Cardoso. Uma biografia que demonstra, sem dúvida, uma larga experiência na política institucional, o que faz de Odacir Klein uma liderança pública peemedebista de primeiro escalão.

Desde a época do MDB, Odacir Klein se destacou como um dos líderes identificados na ala progressista do partido e quando da criação do PMDB era visto como um parlamentar ligado à Tendência Popular. Isso lhe valeu um bom trânsito entre os partidos de esquerda que o indicaram para a Presidência da Câmara Federal depois da saída de Ibsen Pinheiro, na ocasião, perdeu a eleição para Inocêncio de Oliveira (PFL).

Odacir Klein assumiu a Presidência do PMDB gaúcho quando Pedro Simon foi para o Ministério Sarney em 1985, mesmo sendo o Secretário-Geral - e não primeiro Vice-Presidente -, cargo para o qual foi eleito em 1983 depois dos militantes mais progressistas do PMDB terem feito pressão junto ao círculo interno para que a CE fosse ocupada por pessoas mais de esquerda e populares. A sua escolha comprova que a cúpula do PMDB no Estado possui uma feição política mais progressista à elite dominante nacional, pois a gaúcha sempre se mostrou mais aberta para os setores populares e de esquerda, processo não repetido pelo partido em nível nacional. Porém, se em relação a elite nacional do PMDB a gaúcha é mais popular, em solo riograndense a cúpula do PMDB - até pela falta de oposição interna - possui uma prática mais conservadora que a sua política e discurso. Isto pode ser comprovado quando Pedro Simon e Odacir Klein sustentaram a candidatura de Cezar Schirmer para a Presidência do partido em 1986 contra as candidaturas de Antenor Ferrari (candidato da esquerda) e Lélío Souza (que disputava com Cezar Schirmer a condição de ser o candidato *oficial* do partido, ou seja, do círculo interno). Sustentação que teve como ponto crucial uma reunião na véspera da Convenção Estadual onde apenas sobrou a candidatura de Cezar Schirmer, principalmente pela influência dessas

personalidades (Odacir Klein e Pedro Simon) e outras do círculo interno, e mesmo que a grande maioria dos convencionais só viessem a saber disto no momento da convenção. Porém tudo isso não desmerece a figura pública e partidária de Odacir Klein que realmente teve e tem uma militância voltada para o partido, transformando-o numa das principais lideranças no respaldo interno conquistado através da organização da luta partidária.

Cezar Schirmer, natural de Santa Maria (RS), é advogado e professor. Iniciou sua carreira política elegendo-se Vereador em Santa Maria pelo MDB no ano de 1972. Em 1974 elegeu-se Deputado Estadual, o mais jovem daquela legislatura. Ficou como Deputado Estadual até 1994, quando terminou o seu quinto mandato consecutivo. Foi líder da bancada do PMDB de 1983 à 1985, líder do Governo Simon na Assembleia nos anos de 1988/98. Também foi escolhido Presidente da Assembleia Legislativa. Ocupou no Estado os postos de Secretário da Fazenda e da Casa Civil no Governo Simon e é o atual Secretário da Agricultura no Governo Britto. Cezar Schirmer perdeu duas eleições majoritárias: uma para Prefeito de Porto Alegre, em 1992, e outra para Senador em 1994. Além de ter sido cotado, dentro do círculo interno, para a disputa ao Governo do Estado em 1990, quando quase teve a sua candidatura para Deputado Estadual cassada por causa da campanha feita no sentido da indicação para Governador.

No PMDB gaúcho, Cezar Schirmer foi escolhido Presidente da CE em duas ocasiões, em 1986 e 1988. Na época da primeira escolha, era o candidato oficial da cúpula do partido, tendo na sua juventude e bagagem política como Deputado

Estadual dois grandes aliados para o alçarem na liderança peemedebista estadual. É uma liderança de vida orgânica no partido, mas tem nos votos (mandatos) seu principal “capital político”.

Politicamente, Cezar Schirmer, não destoa das posições de Pedro Simon e do restante do partido: uma política de caráter mais progressista se comparada ao resto do PMDB mas que no Estado a partir da última eleição para Governador em 1994 vêm se aproximando do antigo rival PPB (ex-Arena, PDS e PPR).

Cezar Schirmer chegou também a ingressar no Mestrado em Ciência Política na UFRGS, mas a sua formação política se deu principalmente no exercício dos mandatos e cargos que ocupou e ocupa.

O atual Presidente da CE André Forster, aliás, cargo que vem ocupando desde 1990, ou seja, a três mandatos (1990/93/95), é natural do interior do Estado, mas foi em Porto Alegre que este militante do MDB e PMDB irá exercer a sua militância política. Formado em Ciência Sociais pela UFRGS, dos Presidentes da CE é o que menos postos ocupou no Estado: foi Vereador em Porto Alegre de 1982 à 1988, e depois foi Secretário Especial no Governo Simon. Sua militância, na verdade, processou-se mais no sentido da organização interna do MDB e PMDB, onde colaborou na década de 70 para a criação do IEPES, principal promotor de discussões políticas no MDB gaúcho.

André Forster é um organizador no sentido dado por Lênin (1980) e a sua ascensão no PMDB gaúcho é exemplar no sentido de mostrar como um militante ativo no partido conseguiu galgar postos mais elevados na medida que possuía competência na arte/ciência da política, principalmente em aspectos organizacionais. Mas, André Forster reconhece que para o PMDB um mandato conta muito nas questões internas de distribuição de poder, tanto assim que em 1982 concorreu com êxito para a vereança de Porto Alegre, pois no seu grupo não haviam militantes com mandatos³⁰.

André Forster foi desde o MDB um militante identificado com os grupos de esquerda, tendo participado do PCB, com passagem também pela corrente “prestista” quando esta se desligou do “partidão”. Por isso, o seu ingresso no círculo interno que controla o PMDB do RS só se processou no fim dos anos 80, quando os setores de esquerda do PMDB já tinham perdido a sua força, tanto política quanto numérica: isso depois das saídas da TS para o PT, de vários socialistas para o PSB, e por fim dos políticos que viriam a fundar o PSDB em 1988. Assim, André Forster acabou se integrando na cúpula na medida que não existia um respaldo de esquerda no partido.

Como Presidente do PMDB, André Forster faz um tipo de articulação entre os diversos grupos internos, servindo mais como organizador da diferença do que um líder pela imposição de representatividade a partir de um mandato. Possui um papel na cúpula do partido de *aparador das arestas* dos muitos interesses políticos

³⁰ Segundo o depoimento de André Forster na entrevista do dia 30/8/1995.

existentes, interesses patrocinadas pelas várias lideranças peemedebistas, como por exemplo, Antônio Britto e Pedro Simon. Mas, o fato de sua indicação para a Presidência em 1990 ter sido promovida pelo núcleo de poder, através da pessoa de Cezar Schirmer (quem o indicou formalmente), mostra o reconhecimento da militância de André Forster dentro do círculo governante do PMDB gaúcho. Sem falar no seu histórico prestígio junto aos remanescentes de esquerda.

Lélio Souza é dos Presidentes do PMDB do RS um dos que assumiu por causa da desistência do Presidente eleito na Convenção, no caso Cezar Schirmer em 1987. É natural de Pelotas (RS) onde elegeu-se Vereador duas vezes pelo PTB. Advogado, Lélio Souza atuou desde moço na política profissional. Depois de Vereador, elegeu-se Deputado Estadual por três legislaturas, sempre pelo MDB. Já na época do PMDB elegeu-se duas vezes para a Câmara Federal, fazendo parte em 1988 da Assembleia Constituinte³¹.

Como Deputado Estadual e Federal, Lélio Souza, sempre soube articular as bancadas no sentido de seu apoio interno, mesmo quando foi derrotado para a Presidência do PMDB gaúcho (1986 e 1988). Escolhido Vice-Presidente do PMDB gaúcho em 1986, assumiu a Presidência na vaga de Cezar Schirmer, o que demonstra a aproximação ideológica existentes entre os militantes pertencentes ao

³¹ A atuação de Lélio Souza durante a Assembleia Nacional Constituinte foi identificada por Coelho e Oliveira (1989) como sendo de quase “inteira fidelidade aos interesses dos movimentos sindicais” (p. 379) não fosse pelo seu voto contrário a estabilidade no emprego. No resto, assumiu uma postura progressista, segundo estes autores.

círculo interno, pois a sua indicação para a Presidência foi vista naturalmente dentro da cúpula peemedebista.

Lélio Souza é uma liderança da elite governante que vem perdendo gradativamente poder desde que deixou de ocupar mandatos em nível estadual e federal. Atualmente, Lélio Souza é diretor do Banco Meridional, mas isto não lhe permite a mesma importância de antes. A tendência, daqui para a frente, é que Lélio Souza passe da elite governante para a elite não-governante a exemplo de outras lideranças que se “descapitalizaram politicamente” ao perderem os seus mandatos. Esse é o principal meio de ascensão e decadência no cenário político peemedebista, e Lélio Souza, só poderá se manter na cúpula do partido através da ligação com os líderes dominantes do círculo interno (que hoje são Antônio Britto e Pedro Simon).

Dos militantes que não assumiram nenhuma função na CE do PMDB do RS, mas que pertencem ao círculo interno do poder pelo mandato que possuem ou possuíram, destacam-se, o Governador Antônio Britto, o Senador José Fogaça e o ex-Deputado Federal Ibsen Pinheiro. Estes são a principal amostra de quanto os mandatários mandam no PMDB gaúcho, mesmo sem pertencerem a CE. A função destes, então, não é tanto de organização interna, pois nem atribuições para isto assumiram, mas de projeção política externa do partido, o que gerava e gera um processo de heteronomia nas decisões na medida que elas são tomadas a partir dos interesses destes e segundo as suas orientações.

Antônio Britto é natural de Santana do Livramento (RS) e jovem veio para Porto Alegre, onde se formou em Jornalismo. Conhecido por ter sido repórter da Rede Globo, foi o porta-voz do Presidente Tancredo Neves, quando teve a incumbência de anunciar a morte do mesmo em 1985. Sua carreira política começou em 1986 quando assumiu uma vaga na Câmara Federal, voltando em 1990. Nesse meio tempo, concorreu à Prefeitura de Porto Alegre em 1988, perdendo a eleição para Olívio Dutra do PT. Em 1988 fez parte também da Assembleia Constituinte, quando, segundo algumas avaliações, deu sinal das suas ligações políticas com os meios de comunicações privados do país. Tanto assim, que foi notório o apoio que recebeu dos meios de comunicações na sua eleição para o Governo do Estado do RS em 1994.

Antônio Britto tem dado mostras de fazer parte da articulação política dos meios de comunicações de massa, não só porque é Jornalista, mas pelo perfil conservador da sua prática³². Antônio Britto tem atualmente também assumido uma postura conservadora, especialmente pela sua atitude de apoio às reformas propostas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, principalmente em relação às privatizações (contrariando o programa doutrinário do PMDB³³ e boa parte do partido no RS). Isto é um dos motivos que tem causado uma certa indisposição do Governador com o PMDB gaúcho, já que este é terminantemente contra a privatização do Banco Meridional, enquanto Antônio Britto não tem se manifestado

³² Consta no Perfil Parlamentar Brasileiro a boa relação de Antônio Britto com os setores empresariais da área de comunicação, p. 104. Quanto ao perfil conservador dos votos de Antônio Britto, ver o levantamento feito por Coelho e Oliveira (1989, p. 368/369).

³³ Aprovado em 1994.

sobre o assunto, e segundo alguns membros do próprio partido, ele seria a favor de tal privatização.

Pelo cargo que ocupa hoje e pelo conteúdo da sua política na administração do Estado do RS, Antônio Britto tem tencionado efetivamente a configuração do círculo interno em seu favor (e das suas ideias), gerando uma certa disputa com a liderança de Pedro Simon (e o perfil dado por este ao círculo interno) no seio da elite governante. Antônio Britto tem a vantagem de ser hoje no PMDB gaúcho o principal militante pelo qual a força do Estado se faz presente; o Governador do Estado, e em nome dos interesses maiores do RS e da coligação de partidos que administra o Rio Grande do Sul, representa, dentro do partido, a síntese entre a estratégia (eleitoreira do partido) e os objetivos (pragmáticos de governo) partidários. Neste sentido, a vontade do setor partidário que Antônio Britto representa é o de maior força no PMDB gaúcho: e esta força vem do próprio Estado (que controla um poder muito grande) e não simplesmente de uma articulação de militantes peemedebistas.

A reconfiguração do círculo interno, ou tentativa de, principalmente em seu comando, não é acompanhada por uma disputa generalizada no PMDB entre Pedro Simon e Antônio Britto, pelo contrário, o que acontece é apenas uma luta intracúpula. Antônio Britto entrou nesta disputa a partir do meio da década de 80, teve uma ascensão meteórica até o círculo interno e a sua figura representa contemporaneamente um novo perfil à direção partidária e ao partido como um todo: busca de novas propostas que não mais as de redemocratização, estatização dos

setores estratégicos³⁴ e de soberania nacional. Na verdade, Antônio Britto tenta dar uma nova forma e conteúdo ao PMDB gaúcho, pois este estava meio perdido depois do fim da ditadura militar. E, nada melhor do que um Governador, que até nem tem uma história militante mais tradicional no partido pois foi catapultado para a elite do partido pela sua condições de Jornalista de prestígio e pelo mandato de DF que conseguiu em 1986 (além do apoio dos meios de comunicação de massa), e um contingente respeitável de lideranças partidárias, para dar dinâmica a esta transformação.

José Fogaça é outro que não ocupou nenhum posto na CE no PMDB do RS, mas tem muita influência na vida interna do partido. Natural de Porto Alegre, formado em Direito e Letras pela PUC do RS, também foi muito atuante na época do movimento estudantil, quando foi Presidente do DCE da PUC. Posteriormente, tornou-se Professor de Literatura e Língua Portuguesa e apresentador de programas de televisão e rádio, ou seja, é mais uma liderança peemedebista oriunda dos meios de comunicação. Também é compositor e escritor, o que lhe valeu o apoio de grande número de artistas nas suas campanhas eleitorais. Eleger-se Deputado Estadual pelo MDB em 1978 e Deputado Federal já pelo PMDB em 1982. Pela sua capacidade e liderança foi indicado candidato ao Senado em 1986 conseguindo eleger-se como o mais votado. Reelegeu-se em 1994. Perdeu a eleição para o Governo do Estado em 1990, principalmente por ser o candidato da situação e não por deficiências próprias.

³⁴ Dentre os setores identificados como estratégicos temos: o do petróleo, das telecomunicações, da navegação de cabotagem, da indústria siderúrgica nacional (CSN) e outras empresas, como a Vale do Rio Doce, que prestam vários serviços ao país.

Em relação às posições políticas de José Fogaça, devemos salientar, em primeiro lugar, que é um Parlamentarista concito. Como Senador em 1988 participou também da Assembleia Constituinte, onde mostrou o seu lado progressista³⁵.

No PMDB nacional, José Fogaça foi escolhido segundo Vice-Presidente em 1990, o que lhe permitiu assumir a Presidência do PMDB em 1992 quando o então Presidente, Orestes Quércia, renunciou. Ainda em nível nacional, sempre está nas comissões partidárias que elaboram os principais textos e teses programáticas do PMDB. Só não se tornou Presidente do PMDB nacional em 1993 porque Pedro Simon lançou antes a sua candidatura (derrotada depois pelo Deputado Federal Luiz Henrique).

José Fogaça não conseguiu fazer o que Antônio Britto está fazendo hoje no PMDB gaúcho: dar uma nova forma/conteúdo ao partido e a sua direção. Só que José Fogaça tem uma proposta política e uma ideologia partidária diferentes das de Antônio Britto. Enquanto este é mais conservador, José Fogaça possui ideias e propostas mais progressistas, o que representaria, caso este tivesse conseguido se eleger Governador em 1990, um perfil do círculo interno parecido politicamente com o proposto por Pedro Simon. José Fogaça teve também contra a sua visão mais progressista a debandada geral dos já poucos militantes de esquerda para o PSDB em

³⁵ Segundo a avaliação de Coelho e Oliveira (1989) que procuram identificar como progressista uma atuação nas votações da Assembleia Constituinte que se enquadravam com os interesses dos trabalhadores: 40 horas semanais de trabalho, estabilidade no emprego, aviso prévio proporcional direito de greve, e outras questões.

1988/89. Hoje, José Fogaça é ainda uma das principais lideranças e figura no círculo interno do PMDB gaúcho, mas provavelmente, ou se adequará ao novo perfil mais conservador do partido, ou cada vez mais ficará isolado dentro do partido.

Ibsen Pinheiro é outro político do MDB/PMDB que vem dos meios de comunicação de massa. Foi comentarista esportivo da rádio Gaúcha e do Jornal Zero Hora, posições que lhe propiciaram uma candidatura a vereança de Porto Alegre em 1978, sua iniciação na política profissional. Antes disso, já havia pertencido na sua juventude ao PCB. Logo eleger-se-ia para a Câmara Federal, onde reelegeu-se 3 vezes para o mandato de Deputado Federal.

Na Câmara Federal, assumiu a liderança do PMDB em 1989 e a Presidência em 1991, quando passou por duas situações de exceção: a primeira foi o impeachment do Presidente Collor de Mello, em que Ibsen foi o formulador do ritual processual pelo qual o Presidente foi julgado na Câmara, o outro foi a sua própria cassação quando esteve indiciado na corrupção existente na Comissão de Orçamento da Câmara Federal. Esta cassação custou o futuro político de Ibsen Pinheiro, fazendo com que o ex-Deputado não tenha mais possibilidade de eleger-se ou de ocupar um posto graduado no PMDB.

Tentou fazer, sem sucesso, o que Antônio Britto faz hoje. Diferentemente de José Fogaça, Ibsen Pinheiro tem um perfil político e ideológico mais próximo do atual Governador do Estado.

Quando participou também na Assembleia Constituinte, sua atuação foi vista como de um conservador e liberal³⁶. A própria liderança do PMDB e a sua eleição para a Presidência da Câmara Federal estão relacionadas a sua prática conservadora. A quem diga que a sua cassação também se deu por causa da sua ligação com o ex-Governador Orestes Quécia, pois o PMDB do RS não impediu a sua cassação.

Pode-se constatar que entre as principais lideranças do PMDB do RS o comum é que tenham uma vasta passagem pelos postos eletivos e de confiança no Estado. Por um lado, vê-se que em relação aos militantes mais antigos, a carreira política iniciada muito cedo é o principal aliado para futuros ingressos no círculo interno de poder. Por outro lado, para outro tipo de militantes, a atuação nos meios de comunicação de massa e a combinação disso com mandatos em nível estadual e federal, garantem acesso ao núcleo de poder.

3 - O perfil das lideranças do PT.

A forma como o PT se organiza internamente permite o aparecimento de lideranças de vários tipos e em relação a vários aspectos da vida interna de um partido. Em primeiro lugar, para situar a quantidade e característica das lideranças petistas que mais aparecem no cenário estadual extrapartido, é preciso dizer que a existência de tendências dentro do PT leva a que alguns nomes sejam continuamente

³⁶ Segundo a avaliação de Coelho e Oliveira (1989).

destacados em nível público por causa da função representativa que assumem para um setor ou corrente interna do partido. Em segundo lugar, também em relação à dimensão interna do PT, a permanência de lideranças por um período mais prolongado justifica-se na medida que os grupos necessitam firmar suas posições, o que também se dá a partir da identificação sistemática de uma ideia e grupo com determinadas lideranças. Ou seja, as estruturas partidárias mais gerais chocam-se com as estruturas internas dos grupos organizados (tendências, blocos, coletivos), gerando uma sobreposição, no caso das lideranças partidárias, entre os dirigentes dos grupos com os do partido.

Existe uma preocupação em todos os partidos de esquerda, não-petrificados pelos seus próprios dogmas, que é a produção do conhecimento sobre a realidade brasileira em que atua, e no PT não é diferente. Mesmo com vários problemas, várias discussões teóricas e político-ideológicas são promovidas nas instâncias petistas, demandando, necessariamente, uma aptidão intelectual dos seus militantes. Esta aptidão é fator de muita importância para a formação de suas lideranças, e existem algumas delas que conseguem aliar um bom desempenho teórico com uma militância nas áreas de organização e política mais geral (institucional e nos movimentos sociais).

Dos militantes de maior prestígio público e que também possuem uma vasta militância interna de construção partidária, mas sempre num nível de liderança e, até certo ponto, acima das tendências - apesar de ter pertencido à Articulação, Olívio Dutra é o principal nome a ser destacado.

Natural de Boçoroca (RS), mas com passagem duradoura por São Luiz Gonzaga, Olívio Dutra antes de ajudar a fundar o PT em nível nacional e local, militou no movimento sindical dos bancários, atingindo projeção nacional a partir das suas administrações do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. Um dos principais fundadores do PT, no final da década de 70 fazia parte daquele grupo de sindicalistas conhecidos como “autênticos” que depois seriam identificados como pertencentes ao movimento pelo “novo sindicalismo”. Sem dúvida, Olívio Dutra era a principal liderança dos meios sindicais de Porto Alegre e do Estado, o que lhe colocava, com certo destaque, dentro das articulações políticas na época da reformulação partidária de 1979. De início optou pelo movimento pró-PT, sendo um dos primeiros sindicalistas, juntamente com Lula e Jacó Bitar, a propor, nos meios sindicais e políticos a criação de um partido próprio dos trabalhadores.

Olívio Dutra foi no PT do RS o seu primeiro Presidente, cargo que ocupou até 1986, e ao qual depois de quase 10 anos volta a ocupar desde o XI Encontro Estadual em 1995. Desde a primeira comissão provisória, Olívio Dutra integra o movimento para a organização do PT gaúcho, mesmo que tenha se afastado da CE e do DR em alguns períodos, principalmente por outras tarefas partidárias em nível nacional quando foi Presidente Nacional do PT de 1987 a 1988 e Prefeito de Porto Alegre de 1988 a 1992.

Na carreira política, Olívio Dutra concorreu duas vezes para o Governo do Estado. A primeira eleição foi em 1982, quando o objetivo principal era apresentar o partido à sociedade, pois o PT não passara por nenhuma eleição anterior.

Na eleição de 1994 o PT e Olívio Dutra já não são mais desconhecidos. Mesmo perdendo a eleição, o candidato do PT conseguiu chegar ao segundo turno, deixando para trás partidos mais tradicionais como o PDT e o PPR - fato inédito em se tratando de política gaúcha. Das eleições vitoriosas, Olívio Dutra conseguiu em 1986 eleger-se Deputado Federal, com a maior votação do PT, e em 1988 elegeu-se Prefeito de Porto Alegre.

Olívio Dutra foi protagonista de uma ação em relação a sua carreira profissional que possui relevância em questões de oligarquização. Quando terminou o seu mandato na Prefeitura de Porto Alegre resolveu voltar ao seu antigo ambiente de trabalho, uma função de bancário no BANRISUL. Este procedimento é incomum dentro da militância sindical e política, quando o militante possui uma profissão assalariada e não profissional-liberal.

Do ponto de vista intelectual e ideológico, apesar de Olívio Dutra ser também formado em Letras pela UFRGS, não teve uma produção teórica no mesmo nível da prática. Nas questões ideológicas intitula-se um “marxista-cristão³⁷”, demonstrando a complexidade ideológica existente no PT, um partido de esquerda que não se enquadra nos moldes ideológicos dos antigos PC’s. Uma das vezes em que

³⁷ “... Eu me considero um cristão marxista e sei que isso é uma contradição. Mas eu vivo intensamente essa contradição que não é recente. (...) Mas eu fui criado nesse sentimento . de que há uma verdade maior do que a minha. há uma perspectiva de uma vida além da morte. e depois faço a luta social, popular, comunitária: na construção de um mundo novo com os princípios do marxismo. (...) Não entendo que para ser marxista precisa ser ateu (...) Assim como o cristão não é necessariamente um cristão clerical, obediente a ordem da Igreja, eu sou um cristão no sentido lato do cristianismo e, portanto, não sou nem bom cristão nem bom marxista.” Entrevista de Olívio Dutra à Marta Harnecker, em: HARNECKER, Marta. **O Sonho era Possível**. São Paulo: MEPLA/Casa América Livre, 1994. pg 94.

entrou dentro de uma polêmica teórica e prática foi quando o PT, em nível nacional e regional, discutiu a questão das tendências organizadas. Olívio Dutra escreveu um artigo para o Boletim Nacional³⁸ criticando alguns agrupamentos de esquerda que mais se serviam do PT (no caso a Convergência Socialista e o Partido Revolucionário Comunista) do que serviam ao PT. Olívio Dutra também sempre foi favorável a Comissão Executiva do Diretório Nacional ser constituída proporcionalmente, e não majoritariamente como a Articulação queria, grupo ao qual pertencia e que detinha o controle do PT em nível nacional.

Olívio Dutra é o principal exemplo do perfil diferente que o PT empreendeu a política institucional a partir dos anos 80. Ainda que este militante tenha ocupado cargos no executivo e legislativo é a sua formação sindical e de liderança popular que irão sedimentar a sua liderança no interior do PT. Olívio Dutra é antes de tudo um militante do movimento sindical. A sua participação nos órgãos estatais foi provocada por causa da necessária ocupação do espaço institucional pelo PT. Contudo, se Olívio Dutra é um líder sindical, também não podem ser desprezadas as influências que as experiências no aparelho estatal lhe proporcionaram, e tal qual o PT, só que em escala individual, Olívio Dutra não é apenas mais um líder sindical ou uma liderança popular dos movimentos sociais, mas um político que possui vinculações com a ordem estabelecida e com a sistemática do sistema partidário-eleitoral.

³⁸ DUTRA, Olívio. Um partido para a vida inteira. in: **Boletim Nacional** do PT. n.º 25. fevereiro de 1987.

Das lideranças de esquerda, isto é, oriundas dos grupos trotskistas e leninistas, Raul Pont é uma das que mais se destacou em nível regional e nacional. Natural de Uruguaiana (RS), foi quando estudava História na UFRGS que iniciou sua militância, tendo sido preso no Congresso clandestino da UNE em 1968. Foi preso político em outras ocasiões pelos anos 70. Depois de graduado fez o Mestrado em Ciência Política na UNICAMP. Professor universitário da UNISINOS, militou também junto ao Sindicato dos Professores de Escolas Particulares do RS. Sua formação acadêmica na área de Ciências Sociais lhe possibilitou condições teóricas para se destacar na organização e formulação política da oposição ao regime militar. Publicou alguns artigos e trabalhos em revistas universitárias e do movimento estudantil; também publicou duas importantes contribuições para a construção do PT e crítica do regime capitalista: “Da Crítica ao Populismo à Construção do PT”, publicado pela Editora Seriema, em 1985; e “Breve História do PT”, publicado pelo gabinete de Raul Pont quando este estava na Câmara Federal em 1991.

Raul Pont antes de entrar no movimento pró-PT atuou no IEPES e na Tendência Socialista do MDB, da qual é um dos fundadores. Juntamente com quase totalidade da TS, Raul Pont, engajou-se já em 1979 na construção do PT. o que ajudará bastante na criação deste, pois a TS possuía mais de uma centena de militantes espalhados pelo RS, além de relações com vários movimentos sociais do RS. Outra base de apoio à formação do PT em que Raul Pont atuava era a sucursal gaúcha do Jornal Em Tempo, jornal que ajudara a fundar em 1978 e ao qual fazia parte pelo Conselho Editorial desde aquela época.

De herança teórica trotskista, a ORM-DS, grupo ao qual Raul Pont faz parte desde a fundação do PT - que depois passará a se chamar apenas DS - foi e é no RS o principal grupo da “esquerda organizada”. Por isso, Raul Pont foi Secretário-Geral e Presidente do PT do RS, e membro da CEN.

Na carreira política profissional, Raul Pont foi candidato a Senador em 1982, a Prefeito de Porto Alegre em 1985, sem contudo eleger-se. Em 1986 elege-se Deputado Estadual com a maior votação do PT, 37 mil votos, e em 1990, Deputado Federal. Atualmente é Vice-Prefeito e Secretário de Governo de Porto Alegre, tendo sido eleito na chapa com Tarso Genro. Perdeu também a eleição para o Senado em 1994.

Raul Pont é uma liderança e organizador do PT e da DS no Estado. Também possui um papel intelectual na formulação das teses petistas e do seu grupo, o que lhe conduz a uma posição privilegiada na estrutura partidária.

Dentre os sindicalistas temos também a figura de Clóvis Ilgenfritz, natural de Ijuí (RS), um dos fundadores do PT em nível local e nacional. Arquiteto e urbanista, foi fundador e ex-Presidente do Sindicato e da Federação dos Arquitetos em nível nacional. Membro fundador da CUT, na época da fundação do PT tinha uma atuação sindical, assim com Olívio Dutra.

No PT, ajudou a criar a ART no RS, pertencendo até hoje a um dos grupos provenientes dela, o Coletivo José Luiz Carneiro Cruz, em nível local, e a Unidade na Luta, em nível nacional. No plano local, integra hoje em dia o CAD.

Em relação à carreira política, Clóvis Ilgenfritz concorreu à eleição para Deputado Federal em 1982, sem eleger-se. Em 1985 concorreu a Vice-Prefeito de Porto Alegre na chapa encabeçada por Raul Pont, também não conseguindo eleger-se. No ano seguinte, foi candidato do PT ao Governo do Estado, eleição ganha por Pedro Simon. Vereador de Porto Alegre já em duas legislaturas, 1988 e 1992, foi também Secretário de Planejamento do Governo Municipal na gestão de Olívio Dutra.

No PT do RS, Clóvis Ilgenfritz ocupou a Presidência em 1986 a 1987, sendo também Secretário-Geral e, atualmente, ocupa a Vice-Presidência. No PT nacional foi Tesoureiro da CEN. É reconhecido como articulador político do partido, principalmente pelo trânsito com os outros partidos. Juntamente com Raul Pont e José Fortunati tem ultimamente disputado a indicação do PT para eleições majoritárias: tentou a indicação para a candidatura do PT ao Senado em 1994, e pleiteia o posto de candidato petista à Prefeitura de Porto Alegre em 1996.

Selvino Heck, natural de Venâncio Aires (RS), é formado em Letras, Teologia e com mestrado incompleto em Filosofia Política. Coordenador estadual e nacional da Pastoral Operária de 1983-85, é uma das lideranças petistas ligadas à igreja.

Selvino Heck foi o candidato petista que mais votos fez para a Câmara Federal em 1982, o que mesmo assim não lhe valeu uma cadeira de Deputado Federal. Em 1986 elegeu-se Deputado Estadual, seu único mandato até hoje. Concorreu posteriormente sem êxito à Deputado Federal em 1990 e 1994.

No PT do RS, Selvino Heck foi membro da CE de 1981 à 1993, sendo Presidente por duas ocasiões, em 1990 e 1992; Vice-Presidente de 1984 à 1986 e vogal de 1987 à 1990. Também pertencendo a ART, atualmente, Selvino Heck, no plano local, apoiou a chapa da OE no XI Encontro Estadual e, no plano nacional, posiciona-se, do ponto de vista das teses, próximo à UL.

Tarso Genro, natural de São Borja (RS), é advogado, integrou o Conselho da OAB/RS e é membro do Instituto dos Advogados do Brasil. É uma das lideranças mais intelectualizadas do PT com produção na área de teoria-política e organização. Podemos dizer que é um legítimo “intelectual orgânico” dos setores populares, mesmo que ultimamente tenha assumido uma postura teórica mais social-democrata. O que não apaga o passado comunista e marxista de Tarso Genro, foi membro do PCdoB, depois, quando rompeu com este partido no início dos anos 80, ajudou a fundar o PRC, partido de cunho leninista. Já no fim da década de 80, Tarso Genro, ao ajudar daí a formação da NE, e atualmente a DRa, dá sinais de uma profunda revisão teórica e metodológica dos meios e objetivos de suas utopias.

No plano político institucional, Tarso Genro foi Vereador em Santa Maria, suplente de Deputado Federal em 1986, assumindo na vaga de Olívio Dutra

quando este elegeu-se para a Prefeitura de Porto Alegre, Vice-Prefeito de Porto Alegre de 1988/1992 e Prefeito da mesma cidade de 1992/1996.

Tarso Genro possui uma militância política desde moço, por isso, ela deu-se, em grande parte, anteriormente ao PT, partido ao qual ele entrou na metade da década de 80. No PT do RS, Tarso Genro foi Vice-Presidente em 1987, única vez em que ocupou um posto na CE. Sua atuação é ligada mais a dimensão pública do PT a partir dos seus mandatos e das suas conferências, debates e palestras nos meios acadêmicos e culturais. Tarso Genro também tem uma participação na organização de grupos internos no PT (no caso o PRC, NE e DRa), para os quais dedicou várias construções teóricas acerca dos processos de organização e ação política.

José Fortunati é natural de Flores da Cunha (RS). Advogado e Administrador de Empresas, no entanto, foi como bancário do Banco do Brasil que se projetou politicamente, quando de sua militância no movimento sindical. Antes já participara do movimento estudantil, sendo Presidente do Diretório Acadêmico dos estudantes da Matemática da UFRGS (1976). No movimento sindical dos bancários foi Vice-Presidente da CIPA do Banco do Brasil, Tesoureiro da Central dos Trabalhadores/RS e Diretor da Comissão Unitária dos Trabalhadores/RS. Porém, foi como Presidente do Sindicato dos Bancários (1984/86) e da CUT/RS (1984/86) que alcançou sua notoriedade. Foi ainda Coordenador do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE - em 1986, Vice-Presidente para a Região Sul da Executiva Nacional da CUT (1986/88) e membro da Direção Nacional

(1989/90). Como podemos ver, uma larga folha de serviços prestados ao movimento sindical.

José Fortunati também tem uma vasta carreira na política institucional. Eleito Deputado Estadual em 1986, foi líder da bancada petista, membro da mesa diretora e de várias comissões. Em 1990 elegeu-se Deputado Federal, sendo vice-líder (1992/93) e líder (1993/94) da bancada. Reelegeu-se Deputado Federal em 1994, mandato que ocupa até hoje. Disputou a indicação para candidato a Senador pelo PT em 1994, e é pré-candidato a Prefeitura de Porto Alegre no PT em 1996.

José Fortunati no PT do RS foi Vice-Presidente da CE no período de 1988/90 substituindo a Tarso Genro, e Vice-Presidente eleito em 1990/92. Participante de grupos organizados dentro do PT: NE e DRa, José Fortunati é atualmente uma das principais lideranças dos setores moderados do partido, apesar de já ter pertencido ao PRC, partido de cunho leninista.

No plano teórico, José Fortunati apresenta produção na área da reforma do Estado, principalmente nos aspectos da ordenação do sistema financeiro, tributário, da reforma administrativa e do Mercosul.

Ronaldo Zulke é também um dos militantes da “esquerda organizada” que conseguiu chegar à Presidência do PT do RS, pois é membro da DS. Oriundo da cidade de São Leopoldo, é sociólogo, tendo militado, na época da universidade, no movimento estudantil.

Foi Vereador e candidato a Prefeito, em 1992, na cidade de São Leopoldo. Concorreu também, sem eleger-se, a Deputado Estadual em 1990. Na verdade, Ronaldo Zulke possui mais uma militância organizadora do PT e da sua tendência.

Outro organizador é Adelli Sell, o militante do PT com o maior número de participações na CE, 8 vezes, onde já foi, dentre outros cargos: Secretário-Geral e Secretário de Organização. Militante oriundo dos grupos da “esquerda organizada”, pertenceu ao TRB na época da fundação do PT, de onde saiu para integrar a ART. Atualmente, Adeli Sell é uma das principais lideranças do CAD, tendo concorrido por duas ocasiões à Presidência da CE do PT do RS, em 1993 e 1995.

Professor e livreiro, Adeli Sell é um dos militantes do PT com maior tempo de vida nas instâncias partidárias. Com dedicação exclusiva ao partido, possui um papel importante na organização do PT no Estado, sendo um dos principais propagandistas das “Caravanas da Cidadania”, movimento de interiorização do partido no Estado sem necessariamente passar pela criação de estruturas formais (como Diretórios e Comissões Executivas) de caráter hierárquico e burocrático³⁹.

Temos ainda duas lideranças petistas, Miguel Rossetto e Marcos Rolim, que apesar da notoriedade pública atingida pelos mandatos de: Deputado

³⁹ Opinião dada na sua entrevista em 13/7/95.

Estadual, no caso de Marcos Rolim; e Deputado Federal, no caso de Miguel Rossetto, possuem uma militância interna também de caráter propagandística e organizatória de importância geral para o PT e específica para os seus grupos internos.

Miguel Rossetto é da região de São Leopoldo, Metalúrgico, trabalhou no Polo Petroquímico de Triunfo, de onde alçou-se sindicalista, chegando a presidir o Sindicato dos Trabalhadores do Polo Petroquímico - SINDIPOLO. Foi membro também da executiva da CUT, em nível estadual e nacional. É, sem dúvida, uma das lideranças sindicais com capacidade intelectual e política, confirmada pela atuação destacada na Câmara Federal a partir de 1995.

Miguel Rossetto foi da 1ª comissão diretora regional provisória do PT-RS, em 1980. Continuou na CE do PT até 1986, como Vice-Presidente, em 1981, e Suplente, em 1984. Em relação aos grupos internos, Miguel Rossetto, é integrante da DS desde a sua criação, aproveitando, hoje em dia, a estrutura do seu gabinete em Brasília - e escritório em Porto Alegre - na organização de sua tendência. Procedimento repetido também por outros mandatários como José Fortunati, Marcos Rolim e Pepe Vargas.

Marcos Rolim, natural de Santa Maria (RS), é um militante petista com procedência das organizações de esquerda. Jornalista e mestrando em Filosofia na UFRGS, Marcos Rolim, além do papel público e organizador que possui, é um dos

intelectuais com maior produção acerca do PT e de questões ligadas aos Direitos Humanos.

Marcos Rolim foi Vereador em Santa Maria, e Deputado Estadual eleito em 1990 e 1994. Concorreu duas vezes para Prefeito de Santa Maria, sem contudo eleger-se. É o atual Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do RS.

Mesmo tendo uma origem nos grupos de esquerda, Marcos Rolim é hoje um dos principais críticos do marxismo e da herança leninista dentro do PT⁴⁰. Fundador das tendências NE e DRa, participa também do bloco CAD no RS. Do seu gabinete da Assembleia Legislativa sai uma bateria de textos críticos em relação a organização do PT e das teses por ele aprovadas e praticas. Defensor de uma nova configuração para a esquerda, tem um peso propagandístico muito grande na organização dos setores não-marxistas do PT.

* * *

A comparação entre os partidos é importante, só que é preciso ter parâmetros claros e definidos para a análise dos processos oligárquicos dos partidos. Em relação às questões objetivas, e levando-se em consideração a noção instrumental da democracia (ver introdução), sobretudo a de cunho liberal (regras formais, no

⁴⁰ É só ler os seus textos.

máximo luta entre elites), o PT desenvolve processos menos oligarquizados que o PMDB (que é um partido mais próximo da matriz liberal). Isto pode ser verificado basicamente em duas dimensões. a) Nos processos de estabilidade (renovação/permanência) das instâncias partidárias o PT detém médias de renovação maiores que o PMDB, com exceção da média da renovação simples da CE. Este até é o ponto crítico do PT, e a partir desta média de renovação da CE no PT/RS foi possível ver como se manifesta o peso e influência dos grupos organizados nas escolhas dos dirigentes estaduais (os grupos organizados hegemonomizam os processos de escolha e os militantes escolhidos são ou aproximam-se das elites que controlam os próprios grupos organizados). Mas, sem dúvida, pode-se dizer que, no mínimo, no PT há uma disputa entre elites (a parte diretiva dos grupos internos).

b) Em relação, então, aos grupos internos, uma espécie de segundo nível em termos de estrutura real de poder (a primeira é a dos indivíduos e das regras gerais dos Estatutos), o PMDB apresenta uma organização monocrática (só há um grupo interno relevante para as questões de poder) a partir da constituição do “círculo interno”, ou seja, nem disputas entre elites há, apenas uma disputa para controlar o “círculo interno” (como a desenvolvida por Antônio Britto e Pedro Simon). O modelo organizacional do PMDB apresenta um processo de recrutamento da elite (num primeiro estágio da elite não-governamental) a partir de certos atributos conquistados pelos militantes (mandato em nível municipal e regional, domínio de alguma área temática de interesse do Estado ou do partido, militância nos movimentos sociais, ou, “ser amigo do Rei”, em último caso), isto num primeiro nível. Num segundo nível (elite governante) o recrutamento (e isto é que dá a dinâmica da renovação da elite)

ocorre a partir de critérios mais exigentes (mandatos em nível estadual e federal, expressão pública dentro e fora do partido, militância histórica e de conteúdo político dentro do partido). É claro, existem alguns atributos, como por exemplo ser jornalista de expressão, ajudam nas eleições, e para o ingresso na cúpula partidária.

No caso do PT, como foi dito acima, pela existência dos grupos internos, que apesar de oligopolizarem o poder partidário, desenvolvem um processo de luta entre elites (reconhecido como um fator de democratização para certos autores liberais⁴¹). Além das disputas entre as tendências, grupos organizados, o PT tem também outros polos conflitantes no partido: membros do Estado (executivos, parlamentares, cargos de confiança) *versus* membros do aparelho partidário (os ditos burocratas do partido, ou seja, aqueles militantes de vida interna); militantes que defendem a estratégia eleitoral como a prioritária *versus* os militantes que defendem a estratégia dos movimentos sociais como prioritária. Então, do ponto de vista formal e objetivo, segundo as regras metodológicas da democracia representativa/liberal, o PT detém processos, que se não são completamente democráticos, pelo menos são razoavelmente disputados (e a disputa é a energia da política).

Por isso, é que nesta dissertação não há uma análise apenas em cima das questões formais para a definição acerca dos processos oligárquicos dos partidos. Por um lado, se o PT apresenta, pelo menos, luta entre elites; por outro lado, é no PMDB que existe um maior consenso acerca da estratégia e objetivos políticos partidários. No PT, ao contrário, como não há uma só ideologia e propostas políticas

⁴¹ Como é o caso de Dahl, 1970.

e organizacionais consensuais, os grupos partidários estabelecem práticas aparelhistas e burocráticas nas disputas internas, já que pela diversidade existente, aspectos das próprias estratégias dos grupos organizados se direcionam para as “guerras” de posição e movimento dentro do PT. Este partido (o controle do seu poder) , em outras palavras, vira objetivo estratégico: daí, tudo pode e deve ser feito no sentido da sua conquista.

Nesse sentido, a parte seguinte desta dissertação será dedicada às questões teóricas, estratégicas e de conteúdo programático dos partidos. Questões que tenham vinculação com os processos analisados até o momento, e que possam aprofundar o conhecimento acerca dos motivos e objetivos pretendidos pelos militantes e grupos nas suas atuações nos partidos.

PARTE 5. OUTRAS INSTÂNCIAS E DECISÕES TOMADAS.

Os partidos analisados nesta dissertação possuem uma espinha dorsal nas suas estruturas internas que é representada pela verticalidade da hierarquia dos Diretórios, Comissões Executivas e Convenções (nacional-estadual-municipal/zonal)¹. Em âmbito regional, o poder é centralizado quotidiana e executivamente no DR e CE, como foi dito na parte 2 desta dissertação, e na Convenção Estadual de uma maneira mais genérica e sazonal. Apesar do maior poder do DR e CE na escala burocrática, existem outros órgãos partidários que também estão ligados aos procedimentos decisórios e de distribuição de poder.

Duverger (1990) salientou a importância da estrutura de base dos partidos para a caracterização do modelos organizacionais, como por exemplo, as influências geradas pelas células (comunista) e comitês (liberal) na organização geral dos partidos. Sartori (1982) também destacou as funções das sub-unidades partidárias (facções, frações e tendências) para o sistema de interações internas dentro dos partidos políticos - em relação ao poder partidário. De fato, os processos regionais mais importantes no que diz respeito ao poder são os relacionados às instâncias estaduais que centralizam as atribuições decisórias (DR, CE e Convenção Estadual). Porém as outras instâncias também são nichos de poder, também estão interligadas na teia de interações políticas que irão formar as instâncias superiores.

O DR e a CE são formados e formadores de grupos, dirigentes e movimentos sociais e de opinião, e assim como em relação ao conjunto do partido inexistem, em alguns

¹ Esta é uma determinação da Lei Orgânica dos Partidos. Em relação ao PT e ao PMDB, ver os organigramas dos partidos no anexo.

casos e em alguns partidos em especial, uma distinção mais clara entre os limites do partido e dos outros movimentos sociais e políticos. Mas tudo isso é verdade, porque, contemporaneamente, os processos partidários extrapolaram a simples dimensão institucional (apresentação de candidatos, administração do aparelho estatal), transformando-se em fenômenos políticos e sociais de abrangência mais geral. Pode-se dizer até que, atualmente, os partidos políticos limitados à dimensão institucional estão fadados a serem apenas uma opção eleitoral para a população, e terem, inevitavelmente, uma oligarquia constituída pelos mandatários.

Nas partes anteriores desta dissertação, foram analisados alguns aspectos de organização do DR e da CE. Portanto, nesta parte, serão analisadas outras decisões importantes em nível regional (capítulo 7), e vislumbradas outras instâncias partidárias (capítulo 8), especialmente as que se relacionam mais diretamente com o poder em âmbito estadual.

CAPÍTULO 7 - ALGUMAS DECISÕES TOMADAS.

A agenda imposta pelos aparelhos do Estado (eleições, demandas do executivo e legislativo) tem consumido grande parte das energias dos partidos brasileiros. Nem mesmo o PT, que detém uma estreita ligação com os movimentos sociais e as suas reivindicações, além da importante discussão interna entre os petistas acerca do tipo de estratégia a ser priorizada (se a dos movimentos sociais ou a eleitoral), tem conseguido fugir dos condicionamentos organizacionais exercidos pelas questões estatais. As disputas entre as principais lideranças (juntamente com seus grupos organizados) pelas indicações do PT para eleições majoritárias (Governador, Senador, Prefeito de Porto Alegre) são exemplos desse processo no partido gaúcho: o mais recente vem desde o processo eleitoral para Governador do RS em 1994 a partir de uma projeção existente no partido acerca da disputa entre Tarso Genro e Olívio Dutra à indicação petista para as eleições de 1998, confirmada posteriormente pela derrota de Olívio Dutra em 1994. No PMDB, ao contrário, a discussão acerca da priorização estratégica da luta eleitoral nem é necessária pois esta é verdadeiramente a única estratégia peemedebista, além é claro, atualmente, da boa administração do executivo gaúcho.

Apesar desses condicionamentos, e ainda que a agenda estatal e as regras do jogo democrático sejam iguais para todos os partidos, principalmente pela homogeneização que produzem dentro deles, pode-se verificar a existência de pequenas (mas importantes) diferenças na forma/conteúdo das decisões tomadas e nos próprios processos decisórios relacionados a dimensão eleitoral e governamental. Por isso, neste capítulo serão analisados alguns momentos da ação partidária: as escolhas dos candidatos e dos programas de governo. Serão analisados assim os elementos oligárquicos (se existentes) nos partidos gaúchos. Elementos do tipo: privilegiamento de minorias (sobretudo mandatárias) nas formações das listas eleitorais partidárias; práticas políticas que estabeleçam parâmetros assimétricos de poder entre os segmentos partidários no sentido de padronização de um tipo determinado de vantagem distributiva para alguma camada específica da pluralidade partidária; construção de estruturas formais para o disciplinamento representativo e organizatório dos grupos e indivíduos internos (por exemplo a representação obrigatória de 30% de mulheres nas direções e nominatas eleitorais), bem como de instâncias partidárias que aprofundem a hierarquização burocrática existente; conduta aparelhista dos grupos e indivíduos no sentido da conquista de espaços internos a partir da ação eleitoral e governamental do partido.

Nesse sentido, este capítulo será dividido em duas seções: a primeira seção analisará as escolhas dos candidatos (Governador e Senador num tópico e Deputados num outro tópico) e a segunda seção vislumbrará os processos de formação dos programas de governo (propostos pelas candidaturas ao Governo).

1.1 - Os candidatos a Governador e Senador.

No PT e PMDB, os processos decisórios das candidaturas majoritárias da esfera estadual (Governador e Senador) não apresentaram nenhuma surpresa nas quatro ocasiões (1982/86/90/94) em que houve eleições desde que os partidos foram fundados. Do ponto de vista legal, os partidos cumpriram todas as exigências determinadas pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP)² e pelas legislações eleitorais de cada eleição, conseguindo assim, registrarem normalmente os seus candidatos. Do ponto de vista político, principalmente em relação a duas ordens de fatores, “conflito e consenso” entre as lideranças, ou grupos organizados, e a manutenção da distribuição de poder entre os segmentos dos partidos, pode-se dizer que as indicações nos dois partidos não recaíram sobre militantes que já não estivessem ou fossem articulados com os grupos de poder. Contudo, se não houve surpresa nesses processos, não quer dizer que tudo foi natural e sereno para as lideranças e grupos internos.

Por um lado, existe tradicionalmente uma disputa entre as lideranças e setores partidários pelos espaços políticos, especialmente quando está em jogo o controle do executivo estadual, instituição que ainda³ centraliza muito poder e prestígio em âmbito regional. Estes “conflitos”, na verdade, não assumiram uma forma concreta, ficando mais

² Das exigências, a mais importante para as questões de organização/oligarquização era aquela que determinava a obrigatoriedade da escolha dos candidatos em Convenções Estaduais constituídas nos mesmos moldes das Convenções ordinárias para a composição das instâncias regionais. A partir da nova Constituição os partidos ficaram liberados para terem as estruturas que preferirem, mas nos estatutos do PT e PMDB ainda constam a ratificação das candidaturas em Convenções (ou Encontros, no caso do PT) Estaduais.

³ Atualmente, há uma grande pressão ideológica e política das elites internacionais (e locais) acerca do excesso de atribuições dos órgãos estatais: das administrações diretas e indiretas (dos executivos em geral).

numa dimensão latente, quando existiam candidaturas consensuais de determinados militantes que apagavam a possibilidade da disputa. E os “consensos” só não foram o único padrão das escolhas quando estes militantes não existiam.

Por outro lado, os militantes peemedebistas e petistas que atingiram realmente uma relevância decisória, ou seja, disputaram *para valer* as indicações por seus partidos, eram todos inseridos nas estruturas de poder, não consensuais, mas tácitas, entre as lideranças, ou grupos de militantes, que detêm influência dentro dos partidos. Num outro sentido, a estrutura de poder verificada nas instâncias superiores em nível estadual foram transpostas nas suas divisões de poder para os processos decisórios (dos candidatos). E os resultados atenderam aos objetivos pretendidos pelos dominantes do PT e PMDB, ou foram amparados pelas suas lógicas de dominação.

No caso do PMDB, Pedro Simon foi o candidato consensual para Governador em duas ocasiões, em 1982 e 1986, especialmente na primeira eleição para Governador depois de 1965. A volta das eleições diretas para Governador era esperada impientemente pelo PMDB e Pedro Simon. Este era o candidato natural do PMDB ao Governo do Estado desde a criação deste partido. Apesar da reconquista dos direitos políticos de importantes lideranças gaúchas (como Leonel Brizola) em 1979, através da anistia política, o PMDB, dentre todos os demais partidos da época, era o único que tinha escolhido o seu candidato antecipadamente. Ninguém no PMDB disputava em igualdade de condições com Pedro Simon (na época Senador) a indicação para o Governo do Estado em

1982, ainda que Sinval Guazzelli (ex-Governador) estivesse no partido desde a fusão do PMDB com o PP (início de 1982).

Em 1986, o consenso já não era tão forte em torno da candidatura de Pedro Simon, nem tanto pela derrota para Jair Soares do PDS, mas por questões internas relacionadas à distribuição de poder nas instâncias partidárias, particularmente na CE. No processo de reformulação do DR e CE em 1983 a direção partidária vinha sofrendo críticas da esquerda do partido porque esta não se sentia representada, proporcionalmente a sua importância e peso no partido, nas instâncias estaduais. Apesar das críticas serem endereçadas diretamente em direção as Vice-Presidências da CE (Sigfried Heuser e Sinval Guazzelli), vistas como focos conservadores e desmobilizadores do partido. Mas respingavam também, indiretamente, algumas críticas sobre Pedro Simon (Presidente do partido). Nesse sentido, na luta interna por mais espaços no círculo interno, alguns parlamentares mais de esquerda (como Odacir Klein e Antenor Ferrari) fizeram questionamentos a competência da direção. Contudo, quando o momento da decisão chegou em 1986, manteve-se a indicação de Pedro Simon, respeitando-se novamente a biografia política e a densidade eleitoral deste líder peemedebista.

Pedro Simon, na verdade, não saiu totalmente vitorioso em suas pretensões de concorrer em 1986 porque era também sua intenção na época fazer uma coligação do PMDB com o PDS do Deputado Federal Néelson Marchezann. Porém, a maioria do partido foi contra e Pedro Simon teve de acatar naturalmente a decisão. Por um lado, este é um

exemplo que os militantes do PMDB dão⁴ para mostrar a personalidade democrática de Pedro Simon, pois mesmo derrotado no partido, ele cumpriu a risca as determinações aprovadas. Por outro lado, entretanto, este tipo de ação tomada por uma liderança da envergadura de Pedro Simon é a mais adequada para a preservação do prestígio da mesma.

Nas duas escolhas em que não houve consenso no PMDB gaúcho (1990 e 1994), as definições formais ficaram para as Convenções Estaduais, mas as definições reais foram tomadas em outras esferas de poder. Em 1990, candidataram-se à indicação pelo PMDB os militantes José Fogaça e Mendes Ribeiro, de forma oficial, e Cezar Schirmer que não chegou a oficializar a sua candidatura. Este Deputado Estadual e ex-Secretário da Fazenda e da Casa Civil do Governo Simon era o preferido pela cúpula do partido, ou seja, por Pedro Simon. Na visão do então Governador do Estado, Cezar Schirmer conhecia melhor a sua administração por ter sido um dos principais colaboradores na gestão peemedebista no Estado, ao contrário de José Fogaça e Mendes Ribeiro que eram na época parlamentares no Congresso Nacional. Porém, Cezar Schirmer desistiu de uma eleição incerta para o Governo do Estado em troca da sua reeleição (certa) como Deputado Estadual, e José Fogaça foi o vitorioso no final do processo indicativo do candidato majoritário do PMDB.

José Fogaça conseguiu a indicação por causa da suas qualidades como liderança no PMDB gaúcho e no Senado Federal. Mas, por ter sido escolhido à revelia da vontade de Pedro Simon, que na verdade não chegou a explicitar seu apoio a Cezar

⁴ Esta visão foi confirmada pelos depoimentos de Antenor Ferrari e João Bruza Netto.

Schirmer, ainda que tenha deixado claro o seu desejo de não ver José Fogaça como o candidato do PMDB, José Fogaça se viu atrapalhado nas suas pretensões de liderar o PMDB gaúcho, principalmente pela derrota eleitoral que sofreu, nem chegando ao 2º turno.

Em 1994, dois militantes lançaram-se na disputa pela indicação à candidatura a Governador do Estado, Mendes Ribeiro e Antônio Britto. O primeiro estava em campanha desde 1990, tendo percorrido todos os diretórios municipais do PMDB gaúcho; o segundo recém havia sido Ministro da Previdência Social no Governo Itamar Franco. Antônio Britto, apesar de ter a muito tempo a pretensão de disputar a eleição para Governador, e a sua ida para o Ministério de Itamar não foi por acaso, teve a sua candidatura lançada pela direção partidária para fazer frente a candidatura de Mendes Ribeiro. Este, não era um militante marginalizado na estrutura de poder do PMDB gaúcho, mas para esta disputa em específico, a cúpula do PMDB entendia que era preciso uma outra pessoa para articular melhor as dimensões regional e nacional⁵. Na Pré-Convenção que tinha a incumbência de escolher o candidato, Antônio Britto ficou com cerca de 70% dos votos dos delegados e Mendes Ribeiro com os restantes 30%. Esta decisão, então, mesmo que ratificada pela maioria dos delegados, já havia sido “tomada” quando a maioria da direção partidária apoiou a candidatura de Antônio Britto (especialmente Pedro Simon e André Forster). Isto não impede, é claro, a verdadeira maior popularidade e aceitação que a candidatura de Antônio Britto possuía no PMDB do RS. Mesmo que neste episódio tenha havido uma harmonia

⁵ O escolhido foi Antônio Britto por causa das suas vinculações (políticas e ideológicas) com a articulação política feita em torno da candidatura de Fernando Henrique Cardoso para a Presidência.

entre as posições da cúpula e da base, não pode ser esquecido o peso do apoio que o ex-Ministro recebeu da direção partidária.

Pode-se afirmar que há um padrão político estável em relação aos processos decisórios dos candidatos peemedebistas a Governador, e que este é marcado pelo do poder do círculo interno, que reedita a distribuição de poder nas instâncias estaduais (DR e CE) para as instâncias de decisão dos candidatos. Ainda que, em 1986 e 1990, Pedro Simon tenha sido derrotado nas suas propostas de coligação (1986) e de candidatura (1990). Mas nesse episódios, portanto, contou o peso da maioria do círculo interno e não a simples opinião do líder Pedro Simon.

No PT, houve apenas uma disputa efetiva em relação à escolha do candidato a Governador. Foi no ano de 1986, quando Raul Pont e Clóvis Ilgenfritz travaram uma luta no sentido de terem o seu nome indicado ao Governo do Estado, com o êxito deste último. Estes militantes já haviam concorrido à indicação do candidato petista à Prefeitura de Porto Alegre em 1985, e naquela ocasião o vencedor foi Raul Pont. O motivo principal dos “conflitos” entre estas duas lideranças do PT não era exclusivamente as pretensões individuais deles em se tornarem Governador, até porque as chances eleitorais do PT não eram das melhores. O que estava em jogo, na verdade, era a conquista de espaços entre as tendências do PT, e Raul Pont e Clóvis Ilgenfritz representavam os dois blocos (históricos) existentes no PT gaúcho: o primeiro representando os setores de esquerda (principalmente a DS); enquanto o segundo representava o setor em torno da Articulação.

Nas outras oportunidades havia um certo consenso, até mesmo entre os blocos petistas, em relação aos nomes de Olívio Dutra (candidato em 1982 e 1994) e Tarso Genro (candidato em 1990). Em 1986, assim como em 1985, o contexto no qual se deu a disputa entre Raul Pont e Clóvis Ilgenfritz era o da luta entre os blocos do partido, principalmente porque não havia consenso acerca de quem detivesse a maior densidade eleitoral. Nos outros anos, tal conflito não existiu porque haviam outras questões a se sobrepor à luta interna, como por exemplo, a viabilidade eleitoral. Olívio Dutra, em 1982, era a principal liderança do PT, sindicalista de renome social, e pelo PT não ter na época expressão eleitoral (pois as suas lideranças nunca haviam sido testadas nas urnas), este militante foi escolhido naturalmente para a vaga de candidato a Governador. Já em 1994, os motivos foram outros: este foi escolhido consensualmente no PT gaúcho principalmente pelo prestígio da sua administração (1988/1992) na cidade de Porto Alegre, ou seja, aí sim, pela maior densidade eleitoral. Tarso Genro, em 1990, até por ser o Vice-Prefeito de Porto Alegre, era o que potencialmente poderia representar um maior apelo eleitoral, mas diferentemente de Olívio Dutra em 1994, inicialmente o Deputado Flávio Koutzii (identificado com os setores de esquerda) esboçou uma tentativa de disputar a vaga petista para o Governo Estadual. Contudo, prevaleceu o maior prestígio de Tarso Genro.

Quando a questão não era tão desproporcional, como no caso da escolha entre Raul Pont e Clóvis Ilgenfritz, pesou o procedimento rotineiro da **disputa interna**. E a escolha acabou indo para o votos dos convencionais. Mas este procedimento é limitado à disputa entre os grupos organizados, e segundo os seus interesses. Ou seja, seguindo-se a lógica tradicional de distribuição do poder entre os grupos organizados, que eventualmente

até podem representar projetos diferentes para o PT e para a sociedade, mas que, na verdade, em relação à organização do partido, são promotores, de igual responsabilidade, da prática decisória tradicional.

Pode-se constatar que, tanto em relação ao PMDB quanto ao PT, quando está em jogo uma questão eleitoral tão importante como a da escolha do candidato a Governador, as disputas internas, até certo ponto, são subjugadas pelas avaliações em termos das viabilidades eleitorais de cada contendor. A não ser que uma candidatura viesse a representar uma outra configuração na estrutura de poder do partido, processo que não ocorreu em nenhum dos dois partidos. Nenhuma das candidaturas propostas foi completamente alternativa às direções partidárias. Pelo menos em relação às candidaturas com reais condições de disputa. O “conflito”, por seu lado, ocorre sempre que, ou quando não há um militante com uma viabilidade eleitoral acima dos demais possíveis pretendentes, ou quando as disputas internas nos partidos são transpostas para os processos decisórios das candidaturas, ou, em menor grau, quando alguma liderança partidária opta individualmente pela disputa.

Quanto às escolhas dos candidatos ao Senado, as indicações têm se pautado, ainda mais do que a do Governador, pela viabilidade eleitoral dos pretendentes. Por um lado, isto não quer dizer que disputas não tenham havido, mas elas foram mais intensas nas indicações anteriores. Por outro lado, os consensos nem sempre representaram e representam um simples reconhecimento das melhores condições eleitorais, um motivo que aparentemente parece ter um conteúdo mais técnico do que político, mas também um poder

de influência grande dos pretendentes (o que não deixa de ser um indício de oligarquização). Um exemplo disso, é a já conhecida pretensão de Pedro Simon em ser o candidato ao Senado nas eleições de 1998, o que de antemão, inviabiliza qualquer outra intenção no mesmo sentido (até do atual Governador Antônio Britto, caso não seja aprovada no Congresso Federal a reeleição para os cargos do executivo). Ou também, no caso do PT, e o exemplo é 1990, quando coube a vaga de Senador para a DS porque o posto de candidato a Governador era da Nova Esquerda (Tarso Genro). Nesse sentido, também não houve uma indicação a partir de questões técnicas, mas políticas.

No PT, a principal disputa ocorrida para a indicação do candidato ao Senado foi na eleição de 1994, em que defrontaram-se, novamente, Raul Pont (escolhido), José Fortunati e Clóvis Ilgenfritz. Na verdade, estes três militantes do PT têm protagonizado várias disputas para a indicação petista em eleições majoritárias: o caso recente é o da eleição para a Prefeitura de Porto Alegre em 1996. Em 1994 também não contou exclusivamente a capacidade eleitoral, mas o apoio da maioria dos membros das instâncias partidárias. O que, *trocando em miúdos*, quer dizer: ganha a vaga quem tiver o **apoio das tendências majoritárias e das principais lideranças partidárias**. Raul Pont e José Fortunati representavam os principais blocos do PT gaúcho (a Opção de Esquerda (OE) e o Campo Amplo e Democrático (CAD), respectivamente), e Clóvis Ilgenfritz, apesar de fazer parte do CAD, representando uma candidatura alternativa à direção partidária e aos blocos dominantes.

“Repudiamos desde já as políticas de conchavos, de cúpulas, que têm acontecido em alguns casos em nosso Partido para a escolha de candidaturas, quando duas os mais tendências majoritárias eliminam o debate, reúnem seus

capa-pretas e decidem cargos e funções. Exigimos, que a democracia volte a existir e nossas propostas de governo e escolha de candidatos se dê através de eleições diretas, livres, abertas, participativas”.⁶

Existem ainda dois procedimentos relevantes para a análise das escolhas dos candidatos majoritários do PT. O primeiro processo é o da capacidade de autocrítica existente no PT, até porque neste partido, diferentemente do PMDB, pelo conflito interno existente, há uma tentativa efetiva de discussão dos procedimentos decisórios, e a citação acima é exemplo disso. Porém, em segundo lugar, a proposta colocada pelo Coletivo J. L. Carneiro Cruz, para solucionar os problemas decisórios no PT, como eleições diretas e prévias, não parece servir isoladamente para a instrumentalização da democracia, porque na escolha do candidato à Prefeitura de Porto Alegre em 1986, disputa na qual Clóvis Ilgenfritz, signatário da tese acima, está ligado diretamente⁷, a simples ocorrência de uma prévia não resolve o problema. Segundo a própria visão de Clóvis Ilgenfritz expressa na citação, o engajamento de lideranças do partido nas campanhas, produzindo o tal fenômeno da *capa-preta*: gerador de um direcionamento das bases no sentido dos interesses das lideranças, é verificado no PT, e as prévias e as eleições diretas são métodos propícios para a materialização dessa prática. O que precisa existir, não é a simples formulação de um método, mas uma mudança cultural na forma política de atuação dos petistas, seja nas escolhas dos candidatos, seja nas escolhas dos dirigentes estaduais, em que as questões políticas (promovidas pelas disputas entre os blocos) possam ser relacionadas com as questões técnicas (competência política e eleitoral).

⁶ Tese do Coletivo José Luiz Carneiro Cruz para o XI Encontro Estadual de 1995, publicada no Caderno de Teses ao XI Encontro Estadual do PT do RS, página 19.

⁷ Esta dissertação foi redigida antes da escolha do candidato do PT a Prefeitura de Porto Alegre.

O predomínio das questões técnicas para as escolhas dos candidatos não estão isentos de contaminações oligarquizantes. Muito pelo contrário, mesmo que seja aceito o caráter estritamente técnico das questões como viabilidade eleitoral, maior currículo, aptidão e outras qualidades pessoais, estas, se são preponderantes no momento das decisões, apresentam um predomínio da lógica elitista estatal escondida pela *roupagem* técnica do lógica eleitoral (que até tem contornos burocráticos). E isto, na verdade, é sintoma de processo oligarquizante elitista, principalmente quando a escolha for motivada pelo poder da liderança pretendente ao cargo (como de Pedro Simon no PMDB).

Em relação ao predomínio dos fenômenos políticos nas escolhas dos candidatos há dois problemas de ordem mais grave. O primeiro acontece no PT quando as disputas são motivadoras de práticas aparelhistas por parte dos blocos e tendências do partido, por um lado, e práticas excludentes dos militantes independentes, de outro lado. No máximo, até hoje, os militantes independentes conseguiram ser indicados para Vice-Governador (Éden Pedroso). O segundo problema acontece, especialmente em partidos do tipo do PMDB, mas o PT não está isento, quando as disputas são motivadas por lideranças que querem exclusivamente mais espaço para si. Nesse ponto, afirmamos, especificamente neste caso, que as pretensões individualistas das lideranças são mais geradoras de processos oligarquizantes que as disputas promovidas pelos coletivos (grupos). No caso, temos o principal motivo das práticas elitistas nos partidos políticos, no segundo, dependendo dos casos, até pode ser verificado a ocorrência de práticas aparelhistas (burocráticas). Mas, numa perspectiva comparativa, as práticas desenvolvidas a partir do segundo motivo são menos prejudiciais para a democracia dos partidos porque envolvem um número de

militantes maior nos processos decisórios e participativos que as práticas desenvolvidas no primeiro caso.

2 - As escolhas dos candidatos a Deputado Federal e Estadual.

As candidaturas proporcionais estaduais - de Deputado Federal e Estadual - englobam um maior contingente de militantes em nível de participação direta como candidatos⁸, o que não ocorre nas eleições majoritárias, em que a possibilidade de indicação para cada partido recai apenas sobre uma parcela reduzida de militantes. O processo decisório, ainda que em instância final tenha que passar por uma convenção regional homologatória das candidaturas, fica mais descentralizado pois a formação da nominata de concorrentes, e isso serve para o PT e PMDB, em muito atende às designações das regiões do Estado, principalmente hoje em dia a partir das Macro-Regionais (no caso do PT) e Coordenadorias Regionais (no caso do PMDB); afora os candidatos das setoriais, dos setores de jovens, mulheres, negros, e outras grupos sociais e políticos. No caso do PT, também há uma distribuição dos concorrentes entre as tendências de uma maneira que todas possam ter no mínimo algum candidato (se quiserem). Ou seja, enquanto o número de vagas é maior nas eleições proporcionais do que, nas majoritárias, por conseguinte, diminuindo o poder de decisão de cada região na escolha dos candidatos majoritários, o poder de decisão para cada região e setores dos partidos na formação da nominata das eleições proporcionais

⁸ De 1982 para cá foram 152 candidatos a DF e 286 candidatos a DE pelo PMDB, e 101 candidatos a DF e 179 candidatos a DE pelo PT.

aumenta na medida que cada uma delas possuem a incumbência de indicarem um ou mais nomes.

Em primeiro lugar, o conteúdo global da política de seleção dos candidatos proporcionais estaduais tem sido pautado nos dois partidos pelos critérios eleitorais e políticos relacionados ao poder interno. As indicações das regiões e setores para as nominatas dos candidatos proporcionais têm demonstrado a preocupação com a viabilidade eleitoral dos mesmos, apesar de sempre estarem presentes também os fatores políticos tradicionais de luta por espaços. Ao PT até pode ser atribuído um peso menor do fator eleitoral, principalmente nas eleições de 1982⁹ e 1986. A partir de 1988, porém, os requisitos eleitoreiros têm pesado consideravelmente na seleção das candidaturas de uma maneira geral no PT. O privilegiamento dos aspectos eleitorais “em si mesmos” acarreta, sem dúvida, que seja dado prioridade para aqueles pretendentes que, de alguma maneira, possuam ou demostrem maior visibilidade pública, ao invés dos critérios de ordem ideológica ou política. Porém, este fator eleitoreiro existente na política de constituição das nominatas não é o único e nem tampouco se materializa da mesma forma nos dois partidos. E é a partir dessas características especiais desenvolvidas pelos partido que surgem as diferenças de perfil entre eles.

Uma dimensão fundamental para questões de oligarquização dentro dos partido políticos é a que trata do tipo de relacionamento destes com o aparelho do Estado, fundamentalmente o formado pelo executivo e legislativo em nível estadual e municipal, e

⁹ Eleições para Governador, Senador, Deputado Federal e Estadual.

com certos níveis de cargos de confiança que estão diretamente ligados às indicações dos membros do executivos e de parlamentares. O peso daqueles militantes que já possuem mandato ou que vivem da política profissional institucional¹⁰ não pode ser desprezado no momento de formação das nominatas aos postos proporcionais. No PMDB, por exemplo, o número de Prefeitos e ex-Prefeitos, assim como de Vereadores e ex-Vereadores, bem como dos Deputados Federais e Estaduais, é superior em muitas vezes o número no PT. No PMDB, desde quando este foi criado, já habitavam um expressivo contingente de Deputados Federais e Estaduais¹¹, número que foi acrescido com as eleições posteriores. Esta elite, portanto, possui interesses diretos com os processos de formação das nominatas proporcionais. Aparentemente, estes representam apenas os seus interesses individualistas, mas na verdade, não deixam de ser os *porta-vozes* do Estado dentro do partido: enquanto difusão da lógica estatal aos partidos políticos materializada especialmente na priorização da agenda eleitoral e dos objetivos eleitoreiros.

Esta diferença em termos do tamanho¹² dos partidos pode realmente, por um lado, representar uma maior disputa pelas vagas às candidaturas proporcionais dentro do PMDB. Este, ainda por cima, naturalmente já dá uma prioridade absoluta para a dimensão eleitoral na sua estratégia mais geral. Como foi dito anteriormente, muito do caráter dos conflitos internos são por causa, justamente, das disputas pelos espaços partidários voltados para o preenchimento dos postos eletivos e de confiança do Estado. Porém, por outro lado, a influência do Estado nessas questões ligadas às escolhas dos candidatos proporcionais pode

¹⁰ Isto é, a carreira dos cargos eletivos e de confiança.

¹¹ Ver o anexo X.

¹² Isto é, em termos de número de mandatários municipais, estaduais e federais.

não se dar de maneira direta, como no PMDB, mas como meio de desequilíbrio entre os grupos organizados internamente, como no caso do PT. Neste, a falta de um maior contingente de mandatários é substituído, na hora da formação das nominatas, pelas lutas entre as tendências, na medida que é importante, tanto do ponto de vista propagandístico da campanha em si, como das vantagens que um mandato pode representar no equilíbrio de forças interno, e ainda como suporte material para a infra-estrutura das tendências, a conquista de um maior espaço possível nas nominatas proporcionais estaduais.

Os Quadros, a seguir, demonstram o peso que aspectos como a reeleição assumiram nas listas proporcionais do PMDB e PT. Nos Quadros, estão contidas informações acerca dos percentuais de renovação das listas, de permanência e de trocas entre as candidaturas a Deputados Federal e Estadual feitas pelos militantes, e de como se comportaram também, as bancadas federais e estaduais.

QUADRO 13 - Renovação e permanência entre os candidatos a DF no PMDB e PT (RS - 1986/1994).

ANO	CANDIDATOS A DEPUTADO FEDERAL PELO PMDB	CANDIDATOS A DEPUTADO FEDERAL PELO PT
1986	candidatos 45 (em 1982 foram 43) 71% novos (32) 16% reeleição (7) 4% de DF e ex-candidatos a DF (2) 8% de DE e ex-candidatos a DE (4)	candidatos 28 (em 1982 foram 13) 89% novos (25) 4% ex candidatos a Governador (1) 7% de ex-candidatos a DF (2)
1990	candidatos 33 55% novos (18) 30% reeleição (10) 9% ex-DF (3) 6% de DE (2)	candidatos 29 83% novos (24) 3% reeleição (1) 3% ex-candidatos a DF e Governador (1) 10% de DE (3)
1994	candidatos 31 65% novos (20) 16% reeleição (5) 10% de ex-DF (3) 10% de DE e ex-candidatos à DE (3)	candidatos 31 65% novos (20) 13% reeleição (4) 13% ex-candidatos a DF e Senador (4) 10% de DE e ex-candidatos à DE (3)
médias	renovação 64% reeleição 21%	renovação 79% reeleição 8%

QUADRO 14 - Renovação e permanência entre os candidatos a DE no PMDB e PT (RS - 1986/1994).

ANO	CANDIDATOS A DEPUTADO ESTADUAL PELO PMDB	CANDIDATOS A DEPUTADO ESTADUAL PELO PT
1986	candidatos 80 (em 1982 foram 78) 70% novos (56) 15% reeleição (12) 10% ex-candidatos (8) 5% de ex-candidatos a DF (4)	candidatos 47 (em 1982 foram 24) 77% novos (36) 13% ex-candidatos a DE (6) 11% de ex-candidatos a DF, SEN, V.G. (5)
1990	candidatos 74 55% novos (41) 23% reeleição (17) 9% de ex-DE e ex-candidatos a DE (7) 7% ex-candidatos à DF (6)	candidatos 53 74% novos (39) 2% reeleição (1) 11% de ex-candidatos a DE (6) 13% de ex-candidatos a DF (7)
1994	candidatos 54 70% novos (38) 20% reeleição (11) 7% de ex-DE (4) 2% de ex-candidato a DE (1)	candidatos 55 76% novos (42) 9% reeleição (5) 11% de ex-candidatos a DE (6) 9% de ex-candidatos à DF, Senador (2)
médias	renovação 65% reeleição 19%	renovação 76% reeleição 6%

Fonte: TRE-RS

O exemplo mais eloqüente do peso da reeleição na formação das listas partidárias é o caso do PMDB em 1990, eleição posterior a grande vitória peemedebista de 1986 (a do cruzado¹³) em que este partido conseguiu formar duas bancadas numerosas no Estado, a federal com 17 DF e a estadual com 27 DE (por um não atinge a maioria absoluta na Assembleia Legislativa gaúcha). O processo de renovação na lista dos candidatos proporcionais peemedebistas foi, portanto, neste ano, o mais baixo em relação aos verificados nos outros anos, assim como, o processo de reeleição ficou acima dos restantes. A média da renovação nas nominatas peemedebista para a Assembleia Legislativa ficaria em 70% se não fosse pelo ano de 1990.

¹³ O Plano Cruzado foi editado no dia 26 de fevereiro no ano de 1986 no Governo Sarney e tinha como escopo o congelamento de preços e salários por tempo indeterminado. Este congelamento durou até o dia 17 de novembro, dois dias após as eleições, porque ele tinha um bom apoio popular e serviria, como serviu, para a formação de numerosas bancadas dos partidos de situação (PMDB e PFL).

QUADRO 15 - Percentual de reeleição nas bancadas federal e estadual do PMDB e PT (RS - 1982/1990).

ANO	BANCADA FEDERAL DO PMDB	BANCADA FEDERAL DO PT	BANCADA ESTADUAL DO PMDB	BANCADA ESTADUAL DO PT
1982	Dos 12 DF 58% (7) reeleição 25% (3) cand. a Vice-Governador e Senador 17% (2) deixaram de concorrer	—	Dos 21 DE 57% (12) reeleição 24% (5) cand. a Senador, DF 19% (4) deixaram de concorrer	—
1986	Dos 17 DF 59% (10) reeleição 6% (1) cand. a DE 12% (2) deixaram de concorrer 24% (4) saíram do PMDB	Dos 3 DF 33% (1) reeleição 66% (2) cand. a PRE, Vice-Governador	Dos 30 DE 60% (18) reeleição 7% (2) cand. a DF 3% (1) morreu 17% (5) deixaram de concorrer 13% (4) saíram do PMDB	Dos 4 DE 25% (1) reeleição 75% (3) cand. a DF
1990	Dos 10 DF 50% (5) reeleição 10% (1) cand. a Governador 40% (4) deixaram de concorrer	Dos 5 DF 80% (4) reeleição 20% (1) cand. a Senador	Dos 13 DE 85% (11) reeleição 15% (2) cand. a DF, Senador	Dos 5 DE 100% (5) reeleição
médias	reeleição para o mesmo cargo 56% outros cargos 14% deixaram de concorrer 23%	reeleição para o mesmo cargo 57% outros cargos 43% deixaram de concorrer —	reeleição para o mesmo cargo 67% outros cargos 15% deixaram de concorrer 12%	reeleição para o mesmo cargo 63% outros cargos 36% deixaram de concorrer --

Fonte: TRE-RS, PMDB-RS, PT-RS.

Os processos de renovação e reeleição nas nominatas dos candidatos proporcionais do PMDB e do PT seguem tendências diferentes porque estes são partidos diferentes em termos de estruturação, sedimentação e número de mandatários (que nesta dissertação é identificado como a relação direta partido/Estado). O PMDB, à exceção da eleição do cruzado (1986), apresenta um comportamento natural para um partido já sedimentado desde 1980. Este partido possui uma média de 2/3 de renovação nas nominatas, mesmo que o número de candidatos tenha caído significativamente (a nominata federal teve respectivamente nas quatro eleições de 1982 para cá: 43, 45, 33 e 31 candidatos; e a nominata estadual: 78, 80, 74 e 54 candidatos), e uma taxa média de 20% de reeleição, sem contar com os candidatos que não se elegem mas que se candidatam seguidas

vezes e para postos diferentes. O PT, ao contrário, a medida que as eleições foram ocorrendo a partir de 1982 é que foi encontrando o seu padrão político destes processos. No geral, pode-se dizer que em 1994 os partidos apresentam resultados mais aproximados. Só há uma exceção de peso, a da nominata dos candidatos a DF do PMDB em 1994, onde houve uma evasão significativa dos eleitos em 1990, principalmente das principais figuras: Mendes Ribeiro, Antônio Britto, Ibsen Pinheiro e Néelson Jobim. Destes, 2 deixaram de concorrer para qualquer cargo e saíram dos postos do Estado (Ibsen Pinheiro pela cassação, e Mendes Ribeiro por ter perdido a indicação para candidato a Governador), e os outros 2 continuam em postos estatais (Antônio Britto é o atual Governador do RS, e Néelson Jobim é Ministro do Governo Fernando Henrique Cardoso).

É importante ser destacado que a maior ligação dos partidos com os postos do Estado gera um custo alto para o partido não desenvolver processos oligárquicos. O PT, sem dúvida, terá que enfrentar esta questão dentro de pouco tempo se conseguir aumentar as suas bancadas. Por ora, o preço da renovação ainda não tem sido muito alto, apesar da tendência decrescente do percentual de candidatos novos verificada na nominata federal (Gráfico 15). Nesse sentido, uma certa comparação pode ser estabelecida entre a tendência da renovação na CE do PT e a tendência da renovação na nominata de candidatos federais. Mas, a questão mais importante em relação aos dados contidos nos Quadros anteriores (e que podem ser visualizados em suas tendências nos Gráficos abaixo) é a do maior aproveitamento do PT dos seus mandatários proporcionais na medida em que estes são “cativos” nas listas partidárias, mesmo que para outros cargos (Gráficos 17 e 18). O PT ainda parece não ser um partido controlado, pelo menos exclusivamente, pelos mandatários,

contudo, estes dominam os processos de formação das nominatas proporcionais. A estabilidade dos petistas, conseqüentemente, é maior do que a estabilidade dos mandatários peemedebistas (Gráfico 18).

Gráfico 15 - Candidatos novos a DF e DE do PT e PMDB (RS, 1986/1994).

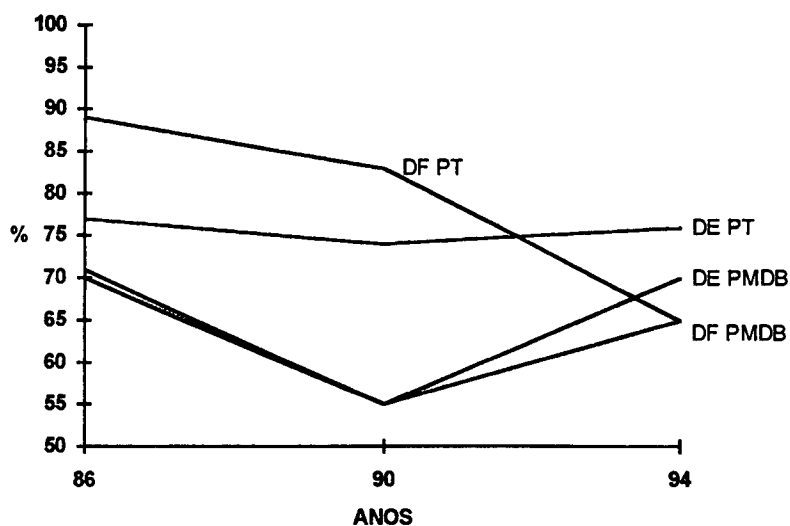


Gráfico 16 - Reeleição entre os candidatos a DF e DE do PT e PMDB (RS, 1986/1994).

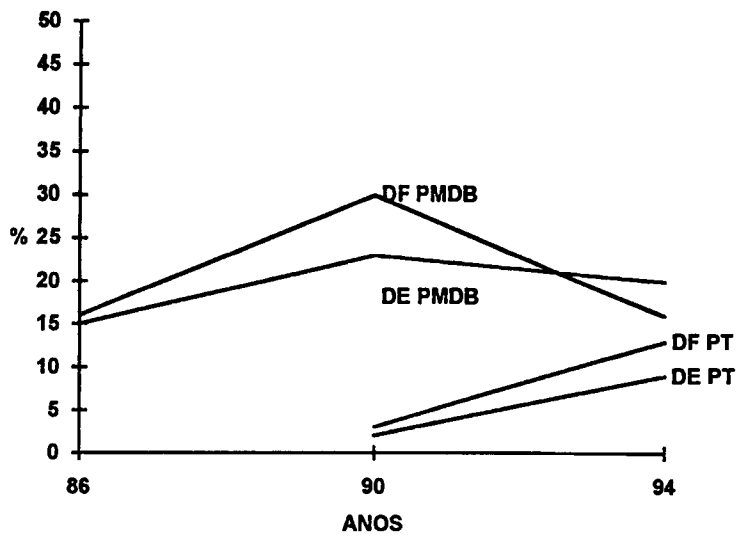


Gráfico 17 - Reeleição para o mesmo cargo entre os DF e DE do PT e PMDB (RS, 1982/1990).

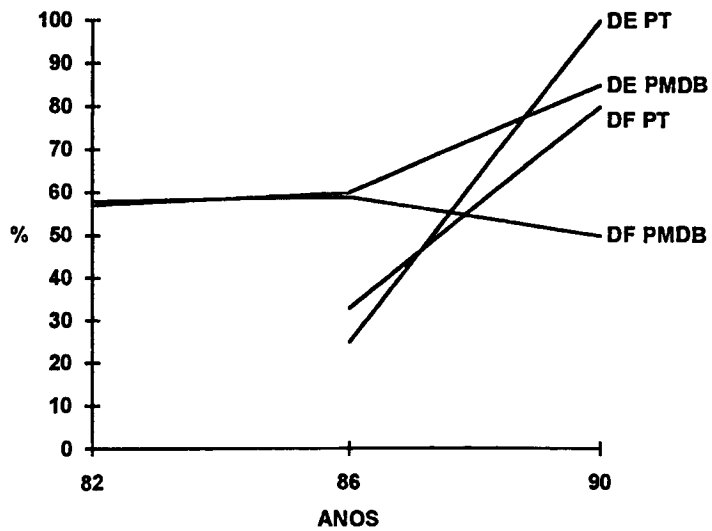
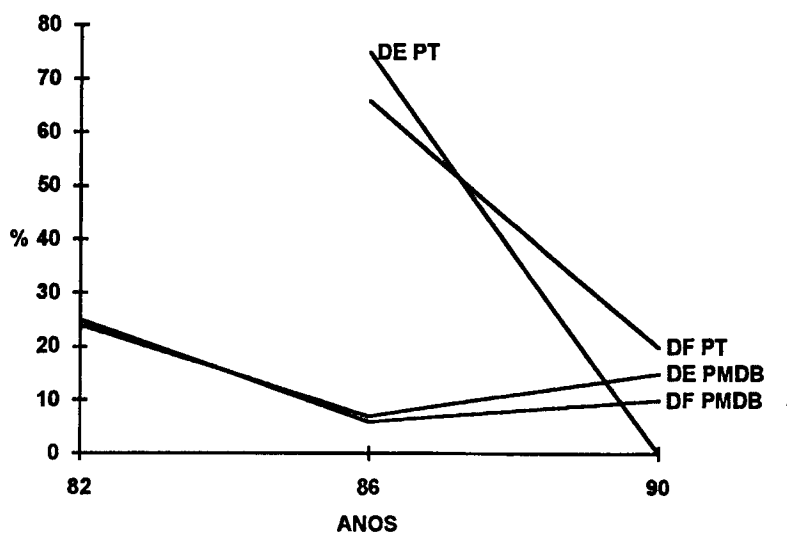


Gráfico 18 - Eleição para outro cargo entre os DF e DE do PT e PMDB (RS, 1982/1990).



2.1 - A relação dos candidatos com as instâncias partidárias.

A relação entre as estruturas partidárias e as nominatas não são casuais, mas nem tampouco dominadas absolutamente pela mesma lógica ou pela mesma divisão de poder existente nas instâncias internas. Há muitos candidatos que nunca pertenceram ou pertencerão aos órgãos de direção do partido, e alguns que apenas entraram episodicamente no partido para concorrer. Isto, por si só, é afeito aos partidos que se despreocupam com as questões ideológicas e políticas (de fundo, de programa).

Aparentemente, pode-se dizer que os partidos oligarquizados de maneira elitista, ou seja, que valorizam mais o “capital político” do tipo de número de votos, devem

apresentar índices menores na relação de candidatos novos e pertencimento às instâncias (no PT e PMDB ver Quadro 16). Porém, na comparação entre o PT e PMDB gaúchos não há uma diferença muito grande em relação ao percentual médio de candidatos proporcionais que já pertenciam às instâncias regionais (DR e CE), cerca de 50% em média nunca foi membro do DR. Perto da metade dos concorrentes nunca estiveram no DR dos partidos, resultado que demonstra uma certa autonomia entre as listas proporcionais e as instâncias.

Na verdade, junto à dimensão interna do partido a dimensão eleitoral empresta contornos um pouco diferenciados em relação aos seus membros e suas lideranças. São, melhor dizendo, duas dimensões que podem ou não estarem mais ou menos próximas, dependendo do partido. No caso do PMDB, já vimos que em relação aos índices de renovação e ligação das principais lideranças com o aparato estatal a vinculação das dimensões partidárias e eleitorais são bem fortes. No caso do PT, esta vinculação já não é tão clara assim, até pela pouca relação direta que este partido ainda tem com o aparato estatal (nunca chegou ao Governo do Estado). Em relação às nominatas propriamente ditas, a diferença até nem é tão grande, pois pode-se ver que os candidatos que faziam parte do DR no caso do PT eram ligeiramente mais numerosos que no caso do PMDB, mas esta é uma diferença insignificante.

QUADRO 16 - Relação entre as candidaturas a DF e DE com o DR do PT e PMDB (RS - 1982/1994).

ANO	CANDIDATOS A DF - PMDB	CANDIDATOS A DF - PT	CANDIDATOS A DE - PMDB	CANDIDATOS A DE - PT
1982	49% (21) nunca DR 33% (14) eram do DR 19% (8) depois DR	54% (7) nunca DR 46% (6) eram DR —	51% (40) nunca DR 19% (15) eram DR 29% (23) depois DR	42% (10) nunca DR 38% (9) eram DR 21% (5) depois DR
1986	49% (22) nunca DR 39% (13) eram do DR 22% (10) depois DR	43% (12) nunca DR 43% (12) eram DR 12% (4) depois DR	49% (39) nunca DR 30% (24) eram DR 21% (17) depois DR	49% (23) nunca DR 43% (20) eram DR 9% (4) depois DR
1990	42% (14) nunca DR 48% (16) eram DR 9% (3) depois DR	69% (20) nunca DR 31% (9) eram DR —	49% (36) nunca DR 45% (33) eram DR 7% (5) depois DR	58% (31) nunca DR 28% (15) eram DR 13% (7) depois DR
1994	58% (18) nunca DR 35% (11) eram DR 6% (2) depois DR	48% (15) nunca DR 48% (15) eram DR 3% (1) depois DR	57% (31) nunca DR 35% (19) eram DR 7% (4) depois DR	56% (31) nunca DR 35% (19) eram DR 9% (5) depois DR
médias	50% nunca DR 39% eram DR 14% depois DR	54% nunca DR 42% eram DR 4% depois DR	52% nunca DR 32% eram DR 16% depois DR	51% nunca DR 36% eram DR 13% depois DR

Em relação aos candidatos novos e que já pertenciam ou vieram a pertencer ao DR, os partidos também apresentam uma pequena diferença (Quadros 17 e 18). O que isto representa é, sem dúvida, o maior número de personalidades no PMDB que não pertencem, ou não precisam pertencer às instâncias partidárias. No PT, o peso absoluto dos mandatários não é tão grande como no PMDB, e em relação às nominatas o partido precisa conjugar em maior grau os dirigentes do aparelho com as lideranças públicas, concorrentes e mandatários.

QUADRO 17. Relação entre os candidatos novos e que nunca pertenceram ao DR no PMDB do RS - 1986/1994.

ANO	CANDIDATOS A DF - PMDB		CANDIDATOS A DE - PMDB	
	NOVOS	NUNCA DR	NOVOS	NUNCA DR
1986	56% (18) nunca DR 22% (7) eram do DR 22% (7) depois DR total (32)	82% (18) novos total (22)	66% (37) nunca DR 13% (7) eram DR 21% (12) depois total (56)	95% (37) novos total (39)
1990	67% (12) nunca DR 22% (4) eram DR 11% (2) depois DR total (18)	86% (12) novos total (14)	68% (28) nunca DR 32% (13) eram DR ---- total (41)	78% (28) novos total (36)

1994	80% (16) nunca DR 10% (2) eram DR 10% (2) depois DR total (20)	89% (16) novos total (18)	82% (31) nunca DR 11% (4) eram DR 8% (3) depois DR total (38)	100% (31) novos total (31)
médias	68% nunca DR	86% novos	72% nunca DR	91% novos

Fonte: TRE-RS, PMDB-RS.

Esta pequena diferença percentual que existe entre os atributos partidários dos candidatos proporcionais (pertencimento ao DR), na verdade, pode ser um dos pontos diferenciais entre os partidos em termos dos seus perfis organizacionais. No PT, por exemplo, 66% em média (nas três eleições posteriores a 1982), dentre o grupo dos candidatos novos (a DE e DF), nunca haviam sido do DR, enquanto no PMDB a média é de 70%. Entre aqueles candidatos que nunca pertenceram ao DR, cerca de 94% em média eram pela primeira vez candidatos do PT, e 89% em média no PMDB. Estas pequenas diferenças podem representar uma maior utilização das mesmas lideranças nas instâncias partidárias e nas nominatas proporcionais, bem como também pode representar uma maior aproximação entre estas duas esferas no PT, sinal de que o partido não possui uma dimensão eleitoral muito independente.

Nos processos de oligarquização elitista, as nominatas proporcionais podem ser, ou independentes da estrutura partidária, tanto em relação aos nomes que compõem as listas como também no tipo de atuação (por conta própria), ou completamente submetidas ao poder dos militantes que controlam às instâncias partidárias, os Deputados e os que concorrem são os “donos do partido”. Em relação aos partidos e este padrão de oligarquização, os percentuais apresentados nos Quadros acima não bastam para que seja possível uma definição, pois até pode-se dizer que cada partido possui um pouco de cada

característica elitista. Mas, contextualizando-se estas informações com as partes anteriores desta dissertação, em que foram vistos padrões políticos em relação ao PMDB, de supervalorização do “capital político” do tipo de votos e mandatos; e do PT, em que o aparelho pesa consideravelmente no poder partidário, pode-se ver que o PMDB, dos dois, é o que mais se aproxima do modelo de oligarquização elitista nos aspectos eleitorais. Já aos processos oligarquizantes de origem burocrática é o PT que possui maior aproximação. Para isto é preciso ver o tópico seguinte.

QUADRO 18 - Relação entre os candidatos novos e que nunca pertenceram ao DR no PT do RS - 1986/1994.

CANDIDATOS A DF - PT			CANDIDATOS A DE - PT	
ANO	NOVOS	NUNCA DR	NOVOS	NUNCA DR
1986	48% (12) nunca DR 36% (9) eram DR 16% (4) depois DR total (25)	100% (12) novos total (12)	64% (23) nunca DR 28% (10) eram DR 8% (3) depois DR total (36)	100% (23) total (23)
1990	83% (20) nunca DR 17% (4) eram DR --- total (24)	100% (20) novos total (20)	69% (27) nunca DR 18% (7) eram DR 13% (5) depois DR total (39)	87% (27) total (31)
1994	65% (13) nunca DR 30% (6) eram DR 5% (1) depois DR total (20)	87% (13) novos total (15)	67% (28) nunca DR 26% (11) eram DR 7% (3) depois DR total (42)	90% (28) total (31)
médias	65% nunca DR	96% novos	67% nunca DR	92% novos

Fonte: TRE-RS, PT-RS.

2.2 - Os grupos internos e os candidatos.

A ligação no PT dos candidatos proporcionais com as tendências é fundamental, tanto para a possibilidade de indicação como para a própria possibilidade de eleição. As tendências servem de verdadeiros cabos eleitorais, o que proporciona apoio

material e político para as candidaturas. No PT, ainda encontram-se cabos eleitorais que fazem campanha de graça; a própria campanha eleitoral é vista como um desdobramento da militância partidária e dos movimentos sociais. E as tendências, nesse ponto, são organizadoras dessa emulação para os embates eleitorais.

O PMDB apresenta uma relação diferente entre as nominatas e o círculo interno, pois este engloba posteriormente os mandatários e não anteriormente os concorrentes. A eleição representa praticamente um certo tipo de *vestibular* para os militantes que pretendem entrar para o círculo interno e não um prêmio para os militantes organizados na cúpula do partido.

No PT, há dois exemplos que atestam o seu perfil, o da ligação majoritária dos seus mandatários com as tendências e grupos organizados, e o dos candidatos em 1994. Dos 27 candidatos a DF pelo PT, em 1994, que tiveram as suas ligações com os grupos estabelecidas¹⁴, tem-se a seguinte configuração em termos de grupos organizados:

TABELA - 4. Os grupos do PT e os candidatos proporcionais (RS - 1994).

ESQUERDA - 12	MODERADOS - 10
Opção de Esquerda 3	Democracia Radical 3
Democracia Socialista 4	C. Amplo e Democrático 4
Articulação de Esquerda 2	C. Carneiro Cruz 3
Força Socialista 1	
Trabalho 1	
M. Tendência Marxista 1	
Obs. os independentes 5.	

¹⁴ O resto provavelmente é independente.

e dos candidatos a DE existem no mínimo 35 ligados aos grupos organizados. Ou seja, a vinculação com as tendências é majoritária entre os candidatos, mesmo que a listagem dos indicados seja feita segundo as indicações de todas as regiões do RS, e como será visto nos dados da pesquisa no Encontro Regional de 1995 do PT a existência das tendências não é igual para todo o Estado.

QUADRO 19. Mandatários do PT e as suas profissões e tendências.

NOME	MANDATOS	PROFISSÃO MILITÂNCIA	TENDÊNCIA
Adão Pretto	DE 1986 DF 1990 /1994	Pequeno Agricultor MST	Articulação ART(e)/OE
Antônio Marangon	DE 1990	Pequeno Agricultor MTR	Articulação ART(e)/OE
Eden Pedroso	DE 1986 (PDT) DF 1990 (PDT)	Economista	Independente
Esther P. Grossi	DF 1994	Professora	NE DR/CAD
Flávio Koutzii	VER 1988 DE 1990/1994	Sociólogo	CED/OE
Hélio Corbelini	DE 1982 (PDT)	PMPA	NE CAD
Ivar Pavan	DE 1990	Peq. Agricultor MTR	Articulação ART(e)/OE
José Fortunati	DE 1986 DF 1990/1994	Bancário Sindicalista	PRC NE DR/CAD
José Gomes	VER 1992 DE 1994	Brigadiano	OE
Luciana Genro	DE 1994	Estudante	CS CST
Luis C. Casagrande	VER 1978 DE 1990/1994	Pequeno Agricultor	CAD
Luiz Mainardi	VER 10 anos DF 1994	Advogado	NE DR/CAD
Marcos Rolim	VER DE 1990/1994	Jornalista	NE DR/CAD
Miguel Rossetto	DF 1994	Metalúrgico Sindicalista	DS/OE
Olívio Dutra	DF 1986 PRE 1988	Bancário Sindicalista	Articulação OE
Paulo Paim	DF 1986/1994	Metalúrgico Sindicalista	Articulação UL
Pepe Vargas	VER 1988 DE 1994	Médico	DS/OE
Raul Pont	DE 1986 DF 1990 VP 1992	Professor	DS/OE

Selvino Hech	DE 1986	Pequeno Agricultor Pastoral da Terra	Articulação OE/UL
Tarso Genro	DF(s) 1986 VP 1988 PRE 1992	Advogado	PRC NE DR/CAD
Waldomiro Fioravante	VER 1988 DF 1990/1994	Advogado	Independente

Do total de mandatários, apenas dois não são ligados às tendências ou blocos no PT. Por um lado isto pode ocorrer porque entre os candidatos os de tendências são maioria; ou porque, por outro lado, os candidatos ligados às tendências conseguem a eleição mais facilmente que os independentes. Na verdade, as duas coisas são corretas, apesar de que, numericamente, os candidatos filiados às tendências são realmente maioria nas nominatas para os cargos proporcionais.

Outro importante fator para a questão do poder dentro do PT é a paridade entre os mandatários que são filiados aos blocos do partido. Dos vinte e um mandatários do Quadro 19, nove deles são atualmente identificados com os setores de esquerda do PT, outros oito são moderados e quatro são independentes ou realmente assumem posições centristas (Olívio Dutra, Selvino Heck, Waldomiro Fioravante e Eden Pedroso). Isto é mais uma comprovação da paridade de forças entre os grupos dominantes do PT, o que para efeitos de oligarquização, demonstra um ponto desfavorável ao seu aparecimento.

2.3 - O perfil social dos candidatos.

Em relação aos candidatos do PT, o Quadro 19 apresenta o perfil profissional daqueles que conseguiram eleger-se. Isto não deixa de ser uma amostra

significativa do total de candidatos, amostra que possui a característica de destacar aqueles que tiveram um papel mais importante para a construção do PT na medida que conseguiram eleger-se. Em comparação com o Quadro 20, que trás informações sobre uma parcela majoritária dos mandatários do PMDB, os eleitos pelo PT têm um perfil social e profissional que não pode ser rotulado como superior, ou de elite social. Os percentuais daqueles que possuem uma formação superior e os que são trabalhadores manuais e rurais não apresentam muita diferença. Além do que, boa parcela destes dois grupos sociais teve ou têm uma militância nos movimentos sociais (principalmente o sindical e rural).

QUADRO 20. Mandatários do PMDB do RS, seus cargos de confiança e profissão.

NOME	MANDATOS	OUTROS CARGOS	PROFISSÃO
Achylles Braghirolli	VER 1964-68 PRE 1962-63 e 1977-83 DE 1986		Contador
Algir Lorenzon	VER DE 1974/78/82/86	Presidente Assembleia Legislativa	Advogado
Antenor Ferrari	VER em Caxias do Sul DE 1978/82/86	Presidente da Assembleia Legislativa Secretário da Saúde e Meio Ambiente do Governo Simon Secretário da Saúde do Governo João Capiberibe do Amapá - 1994	Advogado
Antônio Barbedo	DE 1986/1990 (PDT) DE 1994	Diretor da CEEE	Funcionário Público - CEEE
Antônio Britto	DF 1986/1990 GOV 1994	Ministro da Previdência no Governo Itamar	Jornalista
Antônio Dexheimer	DE 1986 PRE 1992		Médico
Antônio Lorenzi	PRE 1976-82 DE 1982/86/90/94		Advogado
Cezar Bussatto	DE 1994	Secretário Especial de Governo do Gov. Simon 1986-1990 Secretário da Fazenda do Gov. Britto 1994	Economista
Cezar Schirmer	VER 1972 DE 1974/78/82/86/90	Secretário da Fazenda e da Casa Civil do Governo Simon Presidente Assembleia Legislativa Secretário da Agricultura do Governo Britto 1994 -	Economista
Constantino Picarelli	VER 1976-82 DE 1986		Professor Advogado
Darcísio Perondi	DF 1994		Médico
Dorival Marques	VER DE 1986	Presidente Câmara Ver.	Advogado
Ecléa Fernandes	DE 1982/86		Professora
Eliseu Padilha	PRE DF 1994	Secretário de Estado do Governo Britto	Empresário
Erani Muller	VER DE 1986 DF		Advogado Radialista

Francisco Carrion Jr.	DE 1982/86 DF 1990 (PDT)	Secretário de Estado do Governo Alceu Collares 1990-1994	Economista Professor
Germano Rigotto	VER 1976-82 DE 1978/82/86 DF 1990/94	Líder do Governo Fernando Henrique na Câmara Federal	Dentista
Gilberto Mussi	PRE 1977-82 DE 1986	Casa Civil do Governo Simon	Contabilista
Giovani Feltes	VER 12 anos PRE 1988 DE 1994	Presidente Câmara de Ver.	Micro-empresário
Gleno Scherer	VER VP DE(s) 1982 DE 1986/90/94	Presidente Assembleia Legislativa	Odontólogo
Hélio Musskopf	VER em Bom Retiro PRE de Estrela 1982 DE 1982/1986 DE(s) 1990		Comerciante Industrial
Hermes Zanetti	DF 1982/86	Secretário do Município de caxias do Sul (PSDB)	Professor Advogado
Hilário Braun	DE 1982 DF 1986/90		Produtor Rural Administrador de Empresas
Hilda de Souza	DE 1986		Advogada Socióloga
Ibsen Pinheiro	VER DE 1978 DF 1982/86/90	Presidente da Câmara Federal	Radialista Procurador do Estado
Irajá Rodrigues	VER DF 1982/86 PRE 1978/1992		Advogado
Ivo Lech	VER DF 1986		Vendedor
Ivo Mainardi	DE 1978/82 DF 1986/90		Advogado
J. Mendes Ribeiro Filho	VER 1982 (PDS) DE 1986/90 DF 1994	Secretário de Justiça do Governo Jair Soares Secretário de Estado do Governo Britto	Advogado
Jair Foscarini	VER 1982 a 1992		Engenheiro Químico
João Gilberto L. Coelho	DF 1974/78/82 VG (PSDB) 1990	Secretário de Estado do Governo Collares Presidente Administrativo da Fundação Pedroso Horta	Professor
João Osório	DE(s) 1982 DE 1986/90/94		Advogado
Jorge A. Mendes Ribeiro	VER UDN e do MTR DF 1986/90	Presidente da OAB	Jornalista Radialista Advogado
Jorge Uequet	VER 1966 DF 1974/78/82/86		Advogado Publicitário Jornalista
José Fogaça	DE 1978 DF 1982 SEN 1986/94	Presidente do PMDB nacional	Professor
José Ivo Sartori	VER 1977-82 DE 1982/86/90/94	Secretário do Trabalho do Governo Simon Coordenador da Fundação Pedroso Horta no RS	Professor
José Paulo Bisol	DE 1982 SEN 1986		Magistratura
José S. Felice	DE 1986	Secretário de Estado do Governo Simon	Economista Sociólogo
Júlio Costamilan	VER por três vezes DE 1974 DF 1978/82/86		Advogado
Lélio Souza	VER duas vezes DE 1970/74/78 DF 1982/86	Diretor do Bando Meridional	Advogado
Luis Roberto Ponte	DF 1986/90/94	Chefe da Casa Civil do Presidente Sarney	Industrial Engenheiro
Mário Madureira	DE 1986		Advogado
Nelson Jobim	DF 1986/90	Ministro da Justiça do Governo Fernando Henrique	Advogado
Nelson Proença	DF 1990/94	Secretário de Estado do Governo Britto	Empresário

Odacir Klein	VER PRE 1967-75 DF 1974/78/90/94	Secretário da Agricultura do Governo Simon Ministro dos Transportes do Governo Fernando Henrique	Político Profissional
Paulo Mincaroni	DE 1954 (PTB) DF 1958/62 (PTB) DF 1982/86		Advogado
Paulo Odone	DE(s) 1990 DE 1994	Líder do Governo Britto na Assembleia Legislativa	Advogado
Paulo Ritzel	PRE 1988 DE 1986 DF 1994		Empresário
Pedro Simon	VER 1960 DE 1963-1978 SEN 1978/90 GOV 1986	Ministro da Agricultura do Governo Sarney Líder do Governo Itamar no Senado Federal	Advogado Empresário
Roberto Kunzel	VER 1972-77 DE 1986		Empresário
Rospide Netto	VER duas vezes DE 1970/74/78/82 DF 1986		Advogado Empresário
Ruy Nedel	DF 1986	Superintendente Regional do INAMPS	Médico
Sérgio Zambiasi	DE 1986 DE (PTB) 1990/94		Radialista
Tito Lívio Jaeger	VER 1969-77 PRE 1978-83 DE 1986		Advogado
Valdomiro Vaz Franco	VER 1982 DE 1986		Jogador Futebol
Vicente Bogo	DF 1986 VG 1994 (PSDB)		Professor
Wilson Branco	DF(s) 1994		Pescador
Wilson Cignachi	PRE DF 1994	Diretor da COHAB no Governo Simon	Advogado

No PMDB, existe uma profissão *por excelência* dos mandatários: a de advogado, são 25, dentre 58, que pelo menos esta é uma das suas profissões. Só foram encontradas duas pessoas com profissões não de nível superior ou elitistas: um Jogador de Futebol e um Pescador.

Dentre aqueles que concorreram, há uma profissão que parece ter uma preferência no PMDB: os jornalistas, radialistas, enfim, os profissionais dos meios de comunicação de massa. Somando-se a estes, temos as lideranças dos meios empresariais, dos profissionais liberais, verdadeiras elites no nosso país. Mas no caso, dos profissionais dos meios de comunicação, isso pode denunciar um certo perfil do partido em relação a sua

própria fisionomia: a de um partido que, ao estabelecer a estratégia eleitoral como sendo a sua estratégia geral, utiliza-se de todos os recursos eleitorais para a conquista de seus objetivos. E nesse caso, a ideologia e a política até podem ficar para segundo plano. O que importa, realmente, são os votos, ou a capacidade de voto dos candidatos.

3 - As construções das plataformas de governo.

Esta é uma das dimensões dos partidos políticos em que mais claramente aparecem os aspectos oligarquizantes nas questões de distribuição de poder e tomada de decisões. Se em relação a estrutura interna dos partidos há sempre a imagem de que qualquer filiado pode exercer os postos das instâncias superiores e tomar as decisões competentes, mesmo que também haja uma certa ideologia de favorecimento dos mais aptos até por parte das “bases”; em se tratando das questões eleitorais há uma divisão explícita entre aqueles que dominam as técnicas e os conhecimentos específicos do processo eleitoral e das áreas formadoras dos programas de ação governamental (como por exemplo, saúde e educação). O PT e o PMDB não fogem à regra, ainda que as formas como estes procedem para a construção de suas plataformas eleitorais sejam diferentes: em níveis de quantidade e forma de participação - esta não só objetiva e concreta em cima de aspectos pontuais do programa, mais também em relação às discussões dos pressupostos políticos e ideológicos. É mais uma dimensão em que se manifestam as diferenças organizativas (e de perfil) entre os dois partidos.

No PMDB, dos quatro processos eleitorais para o Governo do RS de 1982 para cá, destacamos dois: o primeiro de 1982 e o último de 1994. Este destaque, como poderemos ver, diz respeito a dois processos formalmente diferentes mas essencialmente semelhantes na caracterização da maneira de agir peemedebista.

Em 1982, o PMDB formou dois grupos para a elaboração do programa de governo, um constituído a partir da direção do partido, tendo na figura de Siegfried Heuser seu coordenador, e outro formado espontaneamente por mais de uma centena de militantes, em sua maioria com passagem pelo IEPES. A manutenção do segundo grupo se deu porque estes militantes insurgiram-se contra a direção partidária na medida em que este tinha surgido em primeiro lugar. O grupo oficial foi indicado posteriormente e formado por uma parcela pequena e seleta, e o PMDB, na época ainda por manter uma efervescência para a discussão herdada do período de existência do IEPES, não respeitou tal indicação. Por fim, acabaram sendo elaborados dois programas que, em algumas ocasiões de campanha, foram debatidos para verificar-se qual o mais adequado para determinadas questões específicas.

O saldo político deste processo mostra uma divisão entre a direção e os grupos “intelectuais” do partido, setores geralmente juntos, mas que no PMDB nesta época estavam separados. Divisão que teve como setor vitorioso o da direção, pois isso não voltou a acontecer. Os setores “intelectuais” do partido foram *domados* pela direção.

No processo de elaboração do programa em 1994, a comissão oficial responsável foi ampliada em termos de participação, nem tanto de formulação. A partir da

formação das coordenadorias regionais, estrutura que posteriormente foi integrada à hierarquia do partido, alguns militantes de nível intermediário na escala de poder (principalmente os Prefeitos, Vereadores, Presidentes dos DM do interior) puderam participar no levantamento dos problemas regionais e, parcialmente, na formulação das propostas de ação. Isso não invalidou que fosse formada uma comissão de técnicos e intelectuais que dariam uma formatação mais aprimorada às propostas. Mas, no *frigir dos ovos*, o processo de 1994 foi o mais participativo dos três anteriores. Infelizmente, segundo alguns depoimentos¹⁵, esse programa foi arquivado e o que está sendo posto em prática por Antônio Britto é um bem diferente.

O importante a salientar no caso dos processos do PMDB é que senão na formatação, mas sim na execução, o poder de decisão é reduzido. O padrão peemedebista de elaboração dos seus programas eleitorais é de constituição de uma comissão de técnicos e intelectuais que até podem ouvir as reivindicações da base mas que formulam autonomamente as colunas principais de sustentação das propostas.

No PT, impera um outro tipo de elaboração do programa: o que vale agora é a “ditadura dos crachás”. Procedimento reconhecido pelos próprios militantes do partido.

“O fato é que quem deseja uma nova política não se dispõe mais a aceitar e reproduzir a ‘ditadura do crachá’.” (Franco: 1994, 5)

¹⁵ Desde entrevistas até a pesquisa de opinião.

Esta “ditadura” se processa porque o PT possui vários grupos organizados internos, e a decisão, mesmo que numa comissão de elaboração do programa, deve se dar entre a eleição das propostas entre o quorum dos grupos organizados, e isso quer dizer: votação por crachá (o grupo que detiver mais crachás ganha a eleição).

Na verdade, no PT há vários níveis preparatórios e decisórios dos programas. Diferentemente do que no PMDB, o PT procura relacionar mais os objetivos estratégicos e os programas de governo. O exemplo disto foi a criação do Programa Democrático Popular de governo em 1986/87. A partir deste momento, os encontros preparatórios das eleições viraram momento para aperfeiçoamento deste programa, discussão das alianças e outras questões ligadas aos pleitos.

A elaboração e aprovação do Programa Democrático-Popular se deu sob intensa discussão entre as tendências. Originariamente, o programa foi proposto pela ART no encontro de 1987, quando do V Encontro Nacional. Ele sofreu a crítica dos setores de esquerda do partido pois estes não aprovavam a ideia de um programa democrático e popular, mas sim democrático e operário, ou variações do gênero. Com o passar do tempo e pela aprovação popular nas eleições de 1988 e 1989, o conjunto do partido concordou em adotar esta denominação para os seus programas eleitorais (mesmo a esquerda).

A maneira como o PT aprimora o seu programa tem a ver com os encontros estaduais preparatórios para as eleições. Encontros que decidem a partir da votação dos delegados (feitas pelos crachás) as resoluções mais importantes: daí a denominação de

“ditadura do crachá”, pois a discussão verdadeira e a elaboração de fato se dá dentro dos órgãos de direção, quando não das tendências majoritárias. As decisões então, são processadas de cima para baixo, aí sim, igualmente ao PMDB. O que diferencia o PT do PMDB é que na elaboração, por causa dos grupos organizados, há uma certa discussão, mesmo que inter e intra as cúpulas das tendências. A decisão posterior pelos crachás é apenas homologatória, e atende a proporcionalidade dos grupos dentro do partido.

* * *

Os processos de oligarquização também são verificados em relação a atuação, mais ou menos independente ou tutelada pela estrutura, das bancadas e executivos controlados pelos partidos.

No caso do PT, este não tem apresentado maiores problemas de relacionamento entre as bancadas na Assembleia Legislativa e Câmara Federal com a estrutura do partido em nível regional¹⁶. Um dos atritos que houve foi em relação a participação ou não da bancada federal na Reforma da Constituição em 1994. Neste ano, a bancada federal petista do RS, liderada por José Fortunati, tinha a intenção de participar, mesmo que de forma limitada, no processo de revisão constitucional instaurado no Governo Itamar Franco, mas a direção regional e nacional do PT tinha um entendimento diferente e forçou a bancada no sentido do boicote. Contemporaneamente, este foi o único exemplo de

¹⁶ Segundo o depoimentos dos Deputados Marcos Rolim e Flávio Koutzii.

intervenção direta da estrutura do partido na bancada federal. Na bancada estadual, este tipo de intervenção nunca ocorreu.

Em relação ao executivo municipal de Porto Alegre, principal Prefeitura petista no Estado, a estrutura regional não possui uma ligação direta pois há o DM que tem esta atribuição. Mas no nível desta relação (PMPA e DM-POA) o PT na gestão de Tarso Genro (1992-1994) tem desenvolvido uma dupla relação: por um lado ela tem sido representativa em termos da pluralidade interna do partido, ou seja, todos os setores estão representados nos principais escalões do governo municipal e o DM do partido tem poder de indicação de Secretários Municipais¹⁷, por outro lado, do ponto de vista das propostas e da política implementada pela Prefeitura, há uma certa autonomia do Prefeito Tarso Genro, cuja posição política é minoritária na estrutura municipal e estadual do PT gaúcho, em relação às instâncias partidárias¹⁸.

Estes casos, mais os processos analisados neste capítulo apontam para um semi-autonomia da dimensão eleitoral em relação às instâncias do PT. Na verdade, tanto a formação das listas dos candidatos como a campanha e a própria atuação depois dos mandatários é submetida no partido há uma vinculação maior do que a existente no PMDB.

¹⁷ Houve um caso polêmico em que o Prefeito Tarso Genro e o seu grupo foram derrotados na indicação do Secretário de Educação (estes setores queriam a manutenção da Secretária do Governo Olívio, Esther Grossi) na formação do secretariado no início da gestão, pois o escolhido pelo partido foi Newton Fischer (indicado pela esquerda do partido).

¹⁸ O deputado Marcos Rolim diz que há dois PT's, um independente do outro, o socialmente existente (e o principal exemplo é o da Prefeitura de Porto Alegre) e o segundo é o da estrutura interna (o do aparelho). Cada um, segundo este Deputado, desenvolve a sua política e controla um nicho de poder: o primeiro em relação às estruturas estatais e dos movimentos sociais; o segundo em relação às estruturas do partido.

O PT é um partido que apesar de possuir aspectos de autonomia e independência por parte dos mandatários tem o poder partidário controlado de dentro do aparelho, ou seja, soberanamente. Os problemas de oligarquização, quando ocorrem, é justamente, por um lado, pela utilização de todos os meios disponíveis para a luta interna entre os blocos, e por outro lado, pela submissão partidária à agenda eleitoral (não tanto aos mandatários) e às estruturas do Estado (principalmente a lógica burocrática) de centralização e hierarquização das decisões políticas (como a formação das chapas e elaboração dos programas partidários).

O PMDB, ao contrário, tem mais dificuldade de manter a independência da estrutura partidária frente a do Estado. E esta submissão não é só em termos de burocratização ou tutelamento da agenda eleitoral, mas do domínio direto e hegemônico dos mandatários e membros do Estado. Se o PT é autônomo em relação ao núcleo de poder, o PMDB apresenta um processo heterônomo da poder, pois o centro decisório, como por exemplo hoje em dia, está na articulação dos mandatários e do executivo estadual. As instâncias partidárias, em alguns aspectos, são meras formalidades necessárias para a legalização do partido, pois o processo de tomada de decisão desenrola-se fora do partido.

Na gestão de Pedro Simon no Governo do Estado, o PMDB foi inteiramente engolido pela dinâmica estatal; o partido soçobrou diante das tarefas apresentadas pelo aparato estatal¹⁹. Já na administração atual de Antônio Britto, o partido não está tão

¹⁹ O Presidente do PMDB na época, Cezar Schirmer, foi para a Secretaria da Fazenda, o segundo Vice-Presidente, Antenor Ferrari, foi para a Secretaria da Saúde e Meio-Ambiente, por exemplo.

absorvido na gestão porque há uma coligação com vários partidos (PPB, PSDB, PL, e parte do PTB e PFL). Isto, se por um lado deixa o partido mais independente (em termos de absorção dos militantes), por outro lado, causa uma diminuição do controle do partido sobre o governo e gera uma crise interna pois os militantes gostariam de serem indicados para os cargos de confiança do Estado, em parte distribuídos para os militantes dos outros partidos.

O PMDB, conseqüentemente, tem uma prática política altamente contaminada pela elitização elitista, pois além dos fenômenos existentes na gestão do Estado e atuação dos seus mandatários, há ainda um processo de autonomia (maior que a do PT) das listas de candidatos em relação às estruturas partidárias. As nominatas, mas principalmente os postos conquistados no Estado, antes de serem um coroamento a atuação do partido e dos seus militantes, é um trampolim para a elite do partido e política do Estado. Este, visto como principal objetivo tanto para a política estratégica do partido como para a política individual dos militantes, na medida que com a conquista de mandatos abrem-se as portas partidárias (e da sociedade política).

CAPÍTULO 8 - AS OUTRAS INSTÂNCIAS PARTIDÁRIAS

Existem três fatores que exerceram histórica e determinadamente influência na organização dos partidos brasileiros. O primeiro fator vem da estrutura política nacional, da praxis dos setores dominantes e da marginalização política dos setores populares. Os primeiros partidos nacionais atendiam basicamente aos interesses das elites dominantes e eram formados a partir do padrão elitista e regionalizado de organização²⁰. O segundo fator advém do crescimento do movimento de esquerda e da criação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922, o partido mais antigo brasileiro. Os comunistas brasileiros (como os latino-americanos) importaram o modelo organizacional, com pequenas variações peculiares, dos partidos da III Internacional (os famosos 21 pontos) que eram uma cópia mecânica do partido russo (bolchevique)²¹. Com isso, os comunistas no Brasil romperam com a tradição organizacional existente neste país. Tradição, por seu lado, que possuía as suas próprias matrizes: no século XIX o inglês principalmente, e no início do século XX o principal modelo era o exemplo dos partidos norte-

²⁰ Sobre os partidos na Primeira República ver: SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos G. (org). **Brasil em perspectiva**. 17 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988. p. 162-226.

²¹ Ver: ZAIDAN FILHO, Michel. **O PCB e a Internacional Comunista: 1922-1929**. São Paulo: Vértice, 1988. PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. CHILCOTE, Ronald H. **O Partido Comunista Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1982.

americanos. Ou seja, o segundo fator que influenciou o processo de organização dos partidos brasileiros foi a importação dos modelos partidários estrangeiros (especialmente pelos comunistas). Na verdade, existe uma exceção à época da guerrilha urbana e rural de 1968-1974 em que os modelos organizacionais para os grupos clandestinos vinham de Cuba e da China.

O terceiro fator é a legislação partidária, o fator mais generalizado, porém, não necessariamente, o mais importante para todos os partidos (como para os comunistas por exemplo). A legislação impõem aos partidos brasileiros uma certa adequação da estrutura real de poder à estrutura formal (discriminada na Lei Orgânica dos Partidos Políticos)²².

Os fatores determinantes contemporâneos são um misto dos três anteriores. Os partidos europeus desde o início do século procuram copiar a estruturação dos partidos socialistas, os primeiros que se constituíram de maneira mais complexa e organizada. A própria estrutura do Estado, em muito aumentou desde este período, basicamente pelo crescimento das suas atribuições e pelo modo de organização burocrático, o “espírito de nossa época”²³. A complexidade da sociedade ocidental também contribuiu para o aumento das atribuições estatais, ao mesmo tempo em que iam surgindo e crescendo novos segmentos sociais a partir do processo produtivo, atirandó-se no universo político um contingente populacional

²² As implicações das legislação e da intervenção do Estado na organização e institucionalização dos partidos ver: LAMOUNIER, Bolivar, MENEGHELLO, Raquel. **Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

²³ OFFE, Claus. A democracia partidária competitiva e o Welfare State keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização. In: **Dados**, vol. 26, nº 1, 1983. p. 29-51. HIRST, Paul. A democracia representativa e seus limites. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

não antes verificado. Os partidos socialistas foram os primeiros a criarem uma estrutura mais complexa pois procuravam organizar e representar as camadas marginalizadas da política institucional. A partir dessas situações é que o modelo de massas (socialista) foi difundido para o espectro político e ideológico geral, principalmente em decorrência da competição do novo jogo político democrático (de sufrágio universal e pluralidade); os partidos liberais e conservadores não podiam ficar para trás.

Como foi visto na introdução desta dissertação houve um salto muito grande nas estruturas partidárias do início do século até o presente momento. No Brasil, em especial, há um processo paradoxal em relação as interações que os seus partidos estabelecem com o Estado/sociedade. Por um lado, os partidos brasileiros (e gaúchos), acompanhando as mudanças partidárias em geral, mesmo que tardiamente, constituíram-se, sobretudo a partir de 1979, em estruturas que abrigam dentro de si uma diversidade política e ideológica muito parecida com a própria pluralidade da sociedade. Ao serem criadas dimensões internas tais como as setoriais (de negros, de mulheres, de jovens, de deficientes físicos), os partidos acabaram servindo como uma primeira esfera de articulação, ligação e representação entre os segmentos sociais e destes com o Estado. Na realidade, via o espaço institucional que os partidos dominam (cargos eletivos, implementações de políticas públicas, cargos de confiança), existe um movimento que empurra os grupos sociais emergentes, que procuram por mais representação, para dentro dos partidos (Hirst 1992).

Por outro lado, tanto o Estado como os partidos no Brasil são e foram historicamente fechados aos setores “de baixo”. O que tem ocorrido realmente é muito mais uma cooptação de lideranças populares, bem como um aparelhismo de movimentos sociais do que uma efetiva participação e politização (e poder) da maioria da sociedade. Entretanto, sem dúvida, os partidos cresceram bastante, englobando internamente um contingente razoável de militantes, assim como internamente também várias instâncias surgiram para organizar essas pessoas. Também é verdade, que não é somente agora que os partidos detêm outras dimensões além das de direção.

Um exemplo de estrutura partidária criada nesse sentido, é o setor de imprensa e comunicação. Nenhum partido que se prezasse no passado, principalmente os de esquerda, podia dizer-se relevante se não tivesse um jornal com uma tiragem significativa. Muitos partidos surgiram de jornais, assim como muitos partidos não frutificaram pela falta deles. Robert Michels (1982), em seu estudo sobre os meios de poder dentro de um partido - meios de oligarquização - aborda o peso que a imprensa possuía no sentido da distribuição de poder interna.

Um outro exemplo, versa sobre a criação de vários órgãos partidários que organizassem diretamente segmentos sociais, como os núcleos de local de moradia, trabalho e profissão; como as setoriais ou departamentos sindicais, estudantis, de gênero e da juventude.

E por fim, não foram poucos os partidos que desprezaram as secretarias de formação política, de assessoria eleitoral e parlamentar, de técnicos em políticas públicas e gerenciamento do executivo.

Por isso, neste capítulo pretende-se analisar resumidamente o que os partidos gaúchos têm feito em relação às suas estruturas partidárias de apoio e de assessoria, de formação e disciplina. O poder de um partido e a sua caracterização em nível do modelo de organização - e de oligarquização - não pode escapar das suas várias dimensões internas, sobretudo porque as lideranças e políticas se relacionam, umbilicalmente, com a diversidade interna (ideológica, política e social). Os partidos, nesse sentido, correm o risco de serem atropelados pelos movimentos políticos que buscam maior participação direta nas decisões públicas e estatais²⁴, principalmente, se não ampliarem as suas estruturas internas no sentido de uma maior participação.

1- Imprensa.

O caso russo em que um jornal, a *Iskra*²⁵, serviu de órgão de organização para a criação do Partido Social-Democrata Russo é o principal exemplo da importância para os grupos de esquerda dos meios de comunicação e informação. Para Lênin, a questão da informação era fundamental para a democracia de um partido; e democracia partidária para o líder bolchevique dizia respeito a possibilidade de discussão até a raiz dos problemas por todos os militantes

²⁴ Ver PETRAS, James. *Ensaio Contra a Ordem*. São Paulo: Scritta, 1995.

²⁵ Jornal clandestino de inspiração marxista, formado por Lênin, Plekanov e outros no início do século.

partidários, o que pressupõe qualidade e quantidade em informações, órgãos de divulgação e politização. Lênin entendia também que era importante a organização conscientizadora dos órgãos de divulgação, como os jornais partidários, tanto que uma das dimensões da sua luta eternizada nas suas brochuras, *O Que Fazer*, e *Um Passo em Frente, Dois Passos Atrás*, era em relação a criação de um jornal nacional que unificasse e uniformizasse os vários grupos dispersos de socialistas russos²⁶. O PT ira beber dessa fonte mais que o PMDB.

Michels (1982), quando escreve sobre a oligarquização dos partidos, abordou a importância dos meios de imprensa para a distribuição de poder e tomada de decisão, em especial nos partidos de esquerda como o Social-Democrata Alemão. Quem controla a imprensa, o que é divulgado e quem pode escrever, tem uma parcela de poder considerável dentro da estrutura partidária. Assim como, dependendo da característica dos partidos, um setor de imprensa e comunicação próprio e politizador é mais afeito para determinados tipos de partidos, de preferência os mais de esquerda.

No caso dos partidos brasileiros, hoje em dia, não existem jornais periódicos de importância informativa e politizadora como haviam nas experiências passadas, principalmente do início do século. Hoje, a imprensa partidária foi substituída, em escala local e global, pelos grandes veículos de comunicação. A informação “em tempo real²⁷”, o volume em vez da qualidade e profundidade, e a

²⁶ Ver os capítulos dedicados a esta questão nos livros.

²⁷ Mais recursos técnicos e programação visual.

pretensa neutralidade dos órgãos de comunicação comerciais, não deixam muito espaço para a imprensa opinativa e mais aprofundada característica dos jornais partidários. Não é por acaso que o PT e o PMDB gaúchos não possuem jornais periódicos de caráter informativo e politizador.

As experiências nessa área, em maior número no caso do PT, pela sua herança mais próxima da esquerda, também não frutificaram pela concorrência com o poder dos meios de comunicação comerciais, mas também não prosperaram pela fraqueza organizacional existente nos partidos. No PMDB, os poucos movimentos concretizados nesse sentido foram por força e intermédio da sua proximidade com o aparato estatal, seja o parlamentar via a publicação das bancadas e gabinetes, seja o executivo do Governo Estadual e das Prefeituras. O PT também tem usado desse expediente que é se aproveitar do aparato estatal, como os gabinetes e executivos municipais (caso de POA) para veicular sua informações e opiniões acerca dos processos políticos conjunturais e estruturais. Mas no geral, os partidos não têm empreendimentos jornalísticos e informativos de maior vulto.

No PT gaúcho, encontra-se uma preocupação maior em termos da necessidade de criação de meios próprios de comunicação. Esta é uma herança socialista e de esquerda existente nesse partido, apesar de alguns setores do PT já não terem tanto orgulho disso. Mas, do ponto de vista das experiências concretas, este partido foi o que mais desenvolveu uma imprensa informativa, e sobretudo de caráter mais aprofundado.

O principal exemplo é o jornal *Utopia*, do PT-RS, que circulou entre os anos de 1991 e 1994, com a publicação de 11 números. Com uma política editorial que incluía desde discussões partidárias regionais, passando por questões da política gaúcha e brasileira, até questões internacionais vistas sob a ótica de intelectuais estrangeiros como Erik Hobsbawm e Robert Kurtz. *Utopia* tentou ser um veículo superior às meras necessidades informativas existentes no PT estadual. Pelo lado da participação das várias tendências partidárias, podemos ver que as principais lideranças políticas e intelectuais do partido ocuparam espaços em níveis semelhantes. Encontramos matérias e artigos de políticos como Olívio Dutra (nº 7 e 11), Tarso Genro (nº 3, 9 e 11), Raul Pont (nº 9), Adeli Sell (nº 11), José Fortunati (nº 8), Márcia Camargo (da DS, nº 3), Marcos Rolim (nº 3 e 8), Pilla Vares (nº 3), e muitos outros. Diversos intelectuais do partido e fora dele também escreveram: Luis Roberto Lopes (Professor de História da UFRGS), Mário Maestri (historiador), Luis A. Fischer (Professor da UFRGS e membro da PMPA²⁸), dentre outros.

Mas, o principal fato ligado a questões políticas de distribuição de poder e de espaço no jornal foi protagonizado pelo editor dos primeiros números (do 1º ao 7º), Tau Golin, que é reconhecidamente simpatizante de posições políticas e ideológicas mais próximas ao setor moderado do partido (de Tarso Genro e Marcos Rolim). Com a ascensão dos grupos mais de esquerda em nível regional, Tau Golin, teve o seu posto solapado entre a publicação do número 7 e 8, por volta do primeiro semestre do ano de 1993. Neste período, a coordenação do jornal passou para o controle direto da Secretaria de Comunicação do DR do PT, pasta comandada

²⁸ Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

por um militante de esquerda, Paulo Cezar da Rosa (da DS). Uma outra mudança foi a criação de um conselho de redação a partir do número 9²⁹. Troca para que os setores de esquerda pudessem controlar melhor a linha editorial do jornal, comprovando-se, mais uma vez, a tese que identifica nos órgãos de imprensa um forte nicho de disputa de poder.

Das outras experiências petistas em nível regional, pode-se citar o informativo quinzenal do DR, *Linha Direta*, que edita dados sobre as discussões do DR e da CE, trazendo também entrevistas com lideranças e informações sobre os movimentos sociais. Este material se direciona mais para os filiados do PT, enquanto o jornal *Utopia* tinha a intenção de atingir um público maior. No *Linha Direta*, a disputa por espaços é menor pelo próprio caráter da publicação.

O PT também possui publicações de caráter nacional que preenchem lacunas regionais, principalmente em questões de discussão política. Nesse sentido, há a Revista do DR de São Paulo, *Teoria e Debate*, publicada desde 1987. Há também outras revistas e cadernos de tendências específicas do partido, como por exemplo, a revista *Brasil Revolucionário*, uma publicação do grupo Brasil Socialista (ex-PCBR); e os Cadernos da *Democracia Socialista*, da tendência DS. Em termos de jornal, o DN do PT tentou, entre os anos de 1993 e 1995, criar um que tivesse publicação diária, *Brasil Agora*, que ainda está esperando por uma atitude mais arrojada do PT para ter a sua existência definitiva.

²⁹ Composto por Paulo Cezar da Rosa, Marco A. Schuster, Mário Maestri, Daniel Herz, Tarson Nuñez, Carlos Winckler, Luis Carlos Barbosa e Luciane Fagundes.

Existe, é claro, o material das setoriais e secretarias do PT do RS e do DN. Na verdade, existem uma infinidade de pequenas publicações do PT de todos os Estados. Em muito, elas tentam substituir a falta de um material mais geral sobre as questões políticas locais e nacionais.

O principal jornal, pelo tempo de vida e qualidade informativa e politizadora, de um grupo do PT é o jornal *Em Tempo*, da DS. Existente desde 1978, período em que nem existia o PT, ele é uma boa fonte historiográfica do Partido dos Trabalhadores e da história da esquerda no Brasil. Entretanto, por ser uma publicação de uma tendência específica do partido não entra no escopo desta dissertação, apesar de o *Em Tempo* empreender uma discussão dentro do partido que influencia positivamente o processo politizador dos militantes. Processo que, de fato, desenvolve um efeito anti-oligárquico muito importante.

Na verdade, o PT não pode ser acusado de não tentar politizar os seus militantes. Este partido ainda está muito aquém das reais necessidades em termos de politização demandadas pelo conjunto do partido; de um ritmo mais apropriado para uma prática anti-oligárquica, principalmente os processos de falta de informações e conhecimento político, ou seja, da arte/ciência da política, bem como da realidade brasileira. Mas o PT tem, comparativamente ao PMDB, desenvolvido um maior volume de canais de discussão. E estes meios, só em alguns casos (como o do jornal

Utopia), são, mais ou menos, abertos para a participação de todos os grupos do partido, pelo menos no RS³⁰.

No PMDB gaúcho, há um jornal atualmente, *O Companheiro*, editado pela primeira vez em 1995, depois da posse no Governo Estadual, que possui na sua linha editorial a clara preocupação em informar sobre os fatos ligados ao governo. No número 1, encontramos o discurso da posse de Antônio Britto, e das 8 páginas do jornal, 4 são sobre questões ligadas ao governo. Além disso, há uma parte dedicada aos líderes, na qual só aparecem os mandatários de maior prestígio: o Senador Pedro Simon, o Ministro Odacir Klein, o Ministro Nelson Jobim, o Senador José Fogaça, o Deputado Estadual Paulo Odone, líder do Governo na Assembleia Legislativa, o Deputado Estadual José Sartori, líder do partido na Assembleia Legislativa, o Deputado Federal Germano Rigotto, líder do Governo Fernando Henrique Cardoso no Congresso Federal. Na única página dedicada à militância há uma matéria que trata sobre a distribuição de cargos no Governo do Estado, parece que único fator de interesse para ela³¹ - principalmente pelas críticas desta para as nomeações feitas para os outros partidos. No número 2 do Jornal *Companheiro*, das 4 páginas, 2 são sobre o governo estadual, e as outras duas sobre a Convenção Estadual de maio de 1995.

³⁰ Na revista Teoria e Debate a abertura já não é tão “abrangente” : nos episódios em que a Causa Operária (CO) e Convergência Socialista (CS) foram expulsas do PT a revista não deu o devido espaço para estas exporem em nível nacional nos órgãos do partido as suas defesas. Isto foi denunciado numa carta à revista mandada por um militante da CO publicada no número 10.

³¹ Jornal *Companheiro*, do PMDB do RS, de março de 1995.

Pelo visto, o jornal *Companheiro*, não representa um espaço de disputa para os grupos do PMDB, mas sim um simples órgão de divulgação da política do Governo Britto é um exemplo das questões de oligarquização não tanto pelo elitismo e exclusivismo dos que nele publicam, mas pelo conteúdo da linha editorial, submetida à vida do executivo estadual.

O PMDB no começo dos anos 80 até que tentou algumas publicações de conteúdo mais aprofundado e geral. O PMDB em nível nacional, principalmente, teve uma preocupação mais politizadora e instigadora do debate: haja visto a publicação *da Revista do PMDB*, de número inicial em 1981, editada pela Fundação Pedroso Horta, comandada pelo Deputado Federal gaúcho João Giberto Lucas Coelho. Nela eram discutidas as questões sociais, políticas e do PMDB em âmbito nacional. Infelizmente esta experiência não durou muito.

No PMDB, não existe na prática a preocupação de fomento de teses para os encontros e convenções, processo realizado ao extremo pelo PT. A discussão teórica no PMDB é restrita a uns poucos militantes (elite) e apenas realizada em reuniões partidárias esporádicas. Isto não contribui para um aperfeiçoamento geral da cultura políticas do conjunto do partido, principalmente num sentido politizador de conceitos utilizados na luta política do dia-a-dia. Nesse sentido, acaba prevalecendo a visão localizada (para cada região) e a visão do círculo interno para o Estado.

2 - Órgãos de assessoria e cooperação.

Pode-se ver no organograma do PT³², que os níveis regional e municipal são repletos de estruturas paralelas às direções, processo que não ocorre na mesma intensidade no PMDB. No estatuto do PT há as Setoriais, os Núcleos, as bancadas e fóruns (de Prefeitos e Vereadores). Esses podem indicar diretamente membros para o DR, ou seja, estão na hierarquia de poder oficial do partido. No RS há a Setorial dos Negros, dos Portadores de Deficiência, da Mulher, da Juventude; além dos núcleos, que em Porto Alegre no último encontro eram em número de 8. Somando-se a isso, há a relação do PT com os movimentos sociais, em especial o Sindical, em qual o PT controla CUT - o atual Presidente é do PT, Jairo Carneiro (ex-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre) - principal central sindical do país.

A experiência dos núcleos no PT serve como exemplo do processo de burocratização pelo qual este partido se envolveu depois do seu crescimento. Originariamente, os núcleos foram criados como elos de ligação entre os movimentos sociais e esquerdas organizadas e a estrutura legal verticalizada, necessária para a legalização do partido. Eles realmente organizavam os militantes do movimento pró-PT e foram as primeiras estruturas espontâneas criadas. Todavia, o setor do PT que não pertenciam à esquerda organizada enxergava os núcleos como possíveis meios desta conseguir controlar o PT pela facilidade com que os grupos de esquerda tinham para difundirem as suas propostas (mais elaboradas) diante dos militantes independentes. Os sindicalistas, os militantes dos movimentos sociais que

³² Ver Anexo 4.

eram independentes, ou que não pertenciam especificamente aos grupos organizados de esquerda do PT, como a Democracia Socialista, Movimento pela Emancipação do Proletariado, ou o Trabalho, tinham também uma forte presença nos núcleos, mas o controle do poder dentro do partido pesou mais do que o desenvolvimento das estruturas de base. Por isso, no primeiro estatuto petista, os núcleos acabaram sendo legalizados como uma instâncias de cooperação³³, para a crítica da esquerda. Com o crescimento do PT e pelas conquistas de mandatos que abriam a possibilidade de organização dos filiados pelos gabinetes de Vereadores e Deputados Estaduais, os núcleos foram perdendo poder de aglutinação, até porque não possuíam nenhum poder de decisão. Em 1990 nas Resoluções do VII EN os petistas reconheceram, porém, a fragilidade dos núcleos, mas só no final da década de 80 e início da de 90.

“A maioria dos núcleos deixou de existir e, quando existem, se restringem a exercer precariamente apenas alguns aspectos de base, de democracia interna. O mais das vezes, dê ação apenas episódica, às vésperas dos encontros e convenções, transformando-se em comitês de apoio a candidatos proporcionais, ou se engalfinhando em intermináveis disputas internistas por postos de direção e pelo chamado poder partidário.” (Resoluções do VII EN do PT, 1990: 36)

De fato, ninguém conseguiu dar melhor definição da situação dos núcleos petistas do que a anterior. Nesta mesma Resolução consta que a revitalização dos núcleos só seria feita a partir do momento em que os núcleos tiverem maior poder de decisão. Todavia, a estrutura formal complexa em termos das questões de poder centraliza as ações, deixando há uma fluidez organizacional nas estruturas de base, onde o alento da militância só ocorre em épocas eleitorais e

³³ Título II, Art. 11.

de encontros partidários. Esta estrutura serve para a reprodução da burocracia partidária, ainda que discussões existam e práticas externas sejam desenvolvidas. Essa opinião também é compartilhada por grupos no interior do PT³⁴.

No PMDB, dentre as estruturas partidárias, salientam-se a Secretaria da Juventude e das Mulheres, ambas com forte presença do MR8, que dos grupos do PMDB é o que tem mais preocupação com os movimentos sociais. Alias, neste partido o setor que mais se destaca é o eleitoral e o ligado às bancadas parlamentares na Assembleia Legislativa e Câmaras de Vereadores. A coordenação da bancada na Assembleia Legislativa tem uma atuação constante a partir da publicação de um periódico acerca de questões parlamentares e nacionais. Boa parte das publicações de peemedebistas é feita a partir do Gabinetes dos Deputados, diferentemente do PT, que desenvolve nas suas próprias instâncias essa preocupação: vide o farto material editado pelas Secretarias de Formação e grupos temáticos como educação, MST e outros.

A questão eleitoral também tem recebido atenção no PT, apesar de existir uma certa resistência de setores do partido (esquerda) com eleições. Por isso, o PT fica dividido entre os movimentos sociais e a questão eleitoral. Ultimamente,

³⁴ “Na verdade, mesmo na questão da democracia interna, nosso grande orgulho, o PT tem limitações importantes. O partido se define e se construiu reivindicando a democracia interna; no entanto, hoje, sua base militante encontra-se pouco organizada, informada e formada politicamente, O partido se dissolve abaixo das suas direções. Não criou estruturas vertebrais e intermediárias, deixou cair no esvaziamento os núcleos de base. O acúmulo político-organizativo se dá ao nível das direções, reduzindo o alcance das diretrizes políticas, de intervenção nas lutas e até mesmo o sentido da unidade partidária. Criou-se um hiato entre a militância dos petistas na luta social e a militância partidária.

“Neste quadro geral, a democracia interna foi praticamente reduzida a um sistema de eleições (nos Encontros) e de delegação de poder.” (Tese da DS para o I Congresso do PT, 1991).

porém, as entidades populares em que PT possui diretores, e as próprias instâncias do partido, têm se voltado mais para as eleições, até certo ponto, num sentido de atrelamento dos movimentos sociais à questão institucional.

A novidade organizacional dos partidos aqui no Estado tem sido a criação de Regionais. Estrutura intermediária entre o DR e o DM tem sido um polo aglutinador das questões e lideranças locais em relação aos processos regionais. Mas, aqui também, é visível a diferente perspectiva política dos dois partidos.

Desde o Congresso Nacional do PT em 1991, este partido determinou a criação desta instância no sentido de descentralizar o poder e a estrutura de sua organização. A execução, entretanto, apresenta problemas. Segundo Adeli Sell, algumas regionais do Estado contam com um número desproporcional de cidades bases³⁵. No último Encontro Regional, por exemplo, como a disputa estava muito acirrada entre os dois blocos políticos, o posicionamento da Regional de Palmeiras das Missões em favor do bloco de esquerda (assim como de outras Regionais também) representou o direcionamento de um grande número de delegados³⁶ no sentido do apoio a chapa da Opção de Esquerda, o que pesou consideravelmente para a vitória deste bloco.

As Coordenadorias Regionais do PMDB foram criadas em 1994 para discutirem o programa de Governo a ser apresentado pelo partido nas eleições

³⁵ É o caso da Regional de Palmeiras das Missões.

³⁶ Isso porque na Regional prevalecia o peso do DF Adão Pretto, que no encontro, num dos seus discursos acusou os membros do CAD de serem os “inimigos”.

daquele mesmo ano. Ou seja, conforme à agenda e as necessidades eleitorais. Entretanto, teoricamente, essas instâncias estariam a serviço da democratização da discussão, sempre centralizada pelas assessorias técnicas e pelos mandatários. Só que, assim como no PT, as Coordenadorias também têm sido aproveitadas para questões não tão democráticas: o exemplo é o papel que as Coordenadorias tiveram em “passar” para às lideranças do interior, e não para o conjunto do partido, a linha da política de distribuição de cargos patrocinada pelo Governo Britto. Política muito criticada pelos militantes, principalmente do interior que estavam vendo seus rivais - do PPB e do PFL - serem alçados para os CC's. A direção estadual em vez de abranger a discussão para todo o partido, apenas discutiu, no sentido de acalmar os ânimos, com as Coordenadorias, e como elas não possuem o poder e a competência para mudar o rumo da política da CE e do Governo Britto, não houve discussão, mas somente propaganda das ideias dos militantes da elite governante.

3 - Estruturas paralelas.

Os partidos políticos que desenvolvem grupos internos organizados e que atuam efetivamente nos movimentos sociais (principalmente no movimento sindical) sofrem pela coexistência de estruturas paralelas de formulação e poder de decisão: no caso, pelas próprias estruturas das tendências, blocos e coletivos; e pelos cargos de confiança e assessorias dos movimentos sociais. Há também um outro tipo de estrutura paralela, aí já mais próxima aos fenômenos desenvolvidos pelo PMDB, que é a ligada aos parlamentos e executivos, onde os postos de confiança indicados

pelos partidos organizam e representam o partido tanto ou quanto os militantes das instâncias internas.

Concretamente, existe uma certa integração entre estas diversas dimensões paralelas dos partidos, como por exemplo, entre as tendências e as estruturas legadas pelos gabinetes parlamentares. Os grupos organizados do PT, na medida em que este conseguiu eleger parlamentares nos diversos níveis (federal, estadual e municipal), aproveitam das estruturas dos gabinetes para profissionalizarem militantes que possam se dedicar integralmente à organização das suas tendências, coletivos e blocos. Como nos casos dos gabinetes dos Deputados Pepe Vargas, Miguel Rossetto (da DS/OE), Marcos Rolim e José Fortunati (da DRa/CAD). Alguns gabinetes de Vereadores e Deputados Estaduais acabaram por competir e minar a importância dos núcleos de base por aglutinarem os militantes e simpatizantes em torno de questões concretas. Alguns gabinetes organizam grupos de militantes para as disputas nas instâncias dos partidos: como o gabinete do Deputado Flávio Koutzii, dos Vereadores de Porto Alegre, Maria do Rosário, Guilherme Barbosa, José Valdir, dentre outros.

Os militantes profissionalizados, os gabinetes organizando a militância e as estruturas hierárquicas das tendências são amostras da diversidade organizacional petista, em que boa parte das decisões não passam pelas estruturas oficiais do PT, nem a formação e estruturação do PT passa apenas pelas condições materiais das instâncias internas. Os grupos organizados possuem jornais, revistas,

boletins, arrecadam recursos próprios e, até, desenvolvem políticas próprias em relação a temas políticos e econômicos nacionais e locais.

Em relação a dimensão estatal de atuação da militância do PMDB, a questão mais importante nem é a estrutura formada e constituída por estes militantes, mas sim a capacidade destes de imporem as suas vontades e interesses ao conjunto do partido. O PMDB tem uma estrutura heterônoma de poder, em que o centro formulador e preparador da agenda interna do partido é o que atua no e a partir do aparato estatal³⁷.

Os assessores do movimento sindical e popular também são, de certa maneira, representantes dos partidos e atuam direta ou indiretamente na vida interna partidária. O PT é, dos dois partidos, aquele que mais presença tem nos movimentos sociais. A CUT do RS possui cerca de 200 sindicatos filiados (dos 1200 existentes no RS) dos quais os petistas controlam cerca de 70%³⁸. Alguns destes sindicatos indicam assessores (como o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre) com vinculações partidárias com o PT, assessores que têm o seu desempenho como referência para os militantes do partido, até para decisões internas do partido que não se relacionam diretamente com as atividades sindicais. Isso ocorre pela força que os sindicatos possuem nos movimentos de esquerda, ainda mais se for comparada com

³⁷ Um exemplo foi presenciado por nós quando esperávamos num gabinete para marcar uma entrevista com um DE. Havia um assessor do DE que conversava pelo telefone com um correligionário do interior, sede da base eleitoral do DE. A conversa era pautada pela questão da possibilidade de reeleição para os cargos majoritários do executivo e o assessor do DE dizia que o partido em nível municipal (daquela cidade) não podia se manifestar antes da decisão do Congresso Federal porque o Prefeito em exercício era do partido, se passasse a reeleição, naturalmente ele seria o candidato, mas se o partido tomasse uma posição contra a reeleição estaria indiretamente criticando o Prefeito.

³⁸ Aqui o que conta não é o número mas o peso dos sindicatos.

a força dos militantes que não são nem assessores nem dirigentes dos movimentos sociais.

* * *

Os processos oligárquicos nos partidos políticos, conforme o que foi discutido na introdução desta dissertação, podem existir em mais de uma dimensão dos procedimentos organizacionais.

Em primeiro lugar, segundo a teoria das elites (especialmente Robert Michels), os processos oligárquicos (domínio estável e intermitente de uma minoria governante) ocorrem inevitavelmente pelos e nos procedimentos organizacionais, independentemente das ideologias e programas partidários, dos tipos de sistemas-partidários e das épocas históricas. Ou seja, dizem respeito a dimensão objetiva dos fenômenos ligados a vida dos partidos. Posteriormente, com a contribuição de outros cientistas sociais que formariam o enfoque estrutural (como por exemplo, Maurice Duverger) foi possível a caracterização de dois modelos de oligarquização (o elitista e o burocrático) no sentido de captar-se mais aprofundadamente certas diferenças existentes nos procedimentos organizacionais dos partidos. Diferenças que significavam importantes aspectos para a ocorrência da oligarquização, mas que eram específicas para cada tipo de partido (em geral, segundo a divisão: partido de massas e partidos de quadros).

Existiram e existem, todavia, políticos e cientistas sociais (a maioria dos liberais e socialistas) que não concordam com o aspecto inevitável da oligarquização, ainda que concordem com os aspectos limitados da democracia representativa e do “ônus” causado à democracia pelas regras formais da organização concreta e institucional de um partido político, bem como dos condicionamentos negativos da agenda eleitoral e do mercado político. Por isso, salientou-se outra dimensão estratégica para a manifestação dos processos oligárquicos: a parte subjetiva dos partidos. Esta parte é formada pelas motivações, objetivos, estratégias e táticas partidárias em que a oligarquização se materializa a partir do interesse e da ação intencional (até mesmo para as inconscientes) dos próprios militantes partidários, isto é, a oligarquização só existe porque os militantes assim o desejam, ou segundo as suas ações (e não algo inevitável, ou apenas restrito aos aspectos objetivos). É possível que a oligarquização seja verificada numa dimensão e seja inexistente na outra.

Neste sentido, foram elaborados duas ordens de objetivos para esta dissertação. Um geral: **os partidos apresentam processos oligárquicos**. E dois específicos que contemplassem (parcialmente) as dimensões anteriores: a) análise dos aspectos procedurais do PT e PMDB, principalmente em relação aos processos de distribuição de poder e tomada de decisão ligados às instâncias superiores em âmbito regional, no sentido de verificar a existência ou não de processos oligárquicos de tipo elitista (PMDB) e burocrático (PT); b) estudo (exploratório) das questões subjetivas dos partidos (motivacionais, ideológicas e políticas) e o

comprometimento desta dimensão nos processos oligárquicos apontados na dimensão anterior.

Até esta parte da dissertação foram analisadas as questões relacionadas ao primeiro dos objetivos, e algumas conclusões parciais já são possíveis neste momento. E, na parte seguinte (parte 6) será discutida a segunda dimensão (outro objetivo).

Os partidos estudados nesta dissertação **apresentam processos oligárquicos em seus procedimentos organizacionais** relacionados com a distribuição de poder e tomada de decisão ligados aos DR's e CE's. Estes processos são de tipo elitista no PMDB e burocrático no PT.

Os processos elitistas no PMDB acontecem porquê: a) existe uma minoria estável e intermitente (através da formação de um círculo interno) que controla todas as ações em âmbito regional. Minoria, ou círculo interno, que apenas em parte possui a mesma configuração das instâncias superiores do Estado: é menor que a composição total do DR e da Convenção Estadual; é muito, mas não totalmente, semelhante à CE, principalmente em relação aos suplentes (nem todos participam efetivamente do círculo interno), e dependendo do militante (especialmente os sem-mandato), este só participa da cúpula quando está na CE, depois que sai desta ele também sai do círculo interno; e, finalmente, existem alguns militantes que não precisam estar nas instâncias (de preferência na CE) mas detêm muito poder (Pedro Simon e Antônio Britto) porque possuem, ou uma liderança histórica no partido (além de mandatos importantes), ou um mandato do tipo de

Governador, que pelo controle do executivo estadual tutela o partido, tornando-o heterônomo em termos do centro do poder.

b) Além desta minoria há um setor intermediário da elite (elite não-governante) em nível estadual que detém também uma parcela de poder. Este setor é caracterizado por conter os militantes que estão “caindo” do círculo interno e que estão prestes a “subir” para a cúpula (dependendo de certos atributos: atuação partidária integral e de cunho organizativo, mandato em nível regional, conhecimento técnico de alguma área estatal - dentre outras, saúde, educação, planejamento).

c) O PMDB possui não só “círculos de poder” mas um padrão político que privilegia os militantes que detenham mandato ou cargo de confiança (de preferência nos primeiros escalões) no Estado. Isto acontece nas outras esferas também, como por exemplo, na municipal, onde os militantes de elite são, ou os mandatários locais (e estaduais com domicílio eleitoral), ou os militantes ricos e influentes do ponto de vista econômico.

Em termos de estabilidade nos órgãos de direção do partido, estes dois grupos da elite têm dado mostras de terem índices razoáveis (para fortes) de permanência, bem como os processos de renovação dão mostras de serem promovidos, em grande parte, pelo ingresso de novos mandatários aos órgãos de poder.

d) Em relação a estrutura (aparelho) interna, pode-se dizer que a do PMDB é menos complexa que a do PT porque os peemedebistas se submetem (e sempre se submeteram) quase que exclusivamente as determinações da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (a exceção hoje das Coordenadorias Regionais) e porque também não promovem em maior escala processos politizadores, discussões acerca de questões teóricas e ideológicas, estruturas de base e de apoio cultural e político dos militantes, integração com os movimentos sociais e políticos não-partidários. O limite do PMDB é a lei dos partidos, mesmo que hoje em dia ela seja mais flexível em termos organizacionais³⁹.

O PMDB não precisava inevitavelmente reproduzir as práticas e estruturas elitistas dos partidos oligarquizados, mas o faz porque os militantes (da elite) assim o desejam, ainda que nenhum deles confirme a aceite que as suas ações sejam oligárquicas. O problema é que o PMDB se submete exclusivamente à lógica eleitoral e estatal, por isso entende natural o predomínio dos mandatários e da agenda eleitoral e estatal. Estas, na verdade, são importantes, mas nenhum partido conseguirá se livrar da oligarquização se não apostar em outros tipos de manifestações políticas, como a dos movimentos sociais, dos movimentos culturais, das disputas ideológicas e outras batalhas das muitas dimensões da realidade social.

Os processos burocráticos ocorrem no PT porquê: a) possui uma minoria de militantes que controla o poder partidário em nível estadual, mas diferentemente do PMDB, este setor dominante não é do tipo de círculo interno. No

³⁹ Lei nº 9.096 para os partidos políticos e Lei nº 9.100 para as eleições de 1996.

PT o poder é dividido entre os grupos organizados e dentro deles é exercido pelos militantes que conjugam uma atuação integral com uma capacidade, ou intelectual programática, ou organizativa.

b) Os mandatários e dirigentes dos movimentos sociais também têm uma posição privilegiada dentro do PT, mesmo que não detenham um posto na estrutura partidária (como Tarso Genro, Prefeito de Porto Alegre). Nesse sentido, O PT tem uma maior pluralidade em termos dos atributos dos seus dirigentes, pois estes originam-se de vários tipos de movimentos políticos: eleitoral, partidário e dos movimentos sociais.

c) A lógica da distribuição de poder e dos processos de tomada de decisão é a das disputas entre os blocos, com isso, alijam-se os militantes independentes dos procedimentos decisórios e dos principais postos partidários (seja os da estrutura do partido como os das listas eleitorais).

d) Estes grupos também desenvolvem uma prática aparelhista pela disputa interna. Prática que se caracteriza pelo uso intencional e no sentido dos interesses próprios das suas organizações, principalmente em relação as brigas de poder entre os blocos partidários.

e) Com isso, a estrutura interna do PT tem uma organização que procura ampliar as determinações básicas da LOPP, tentando englobar nas instâncias de poder todos os segmentos partidário. Só que este processo tem um desdobramento

mais formal que político: por exemplo, a representação de 30% para as mulheres, a representação ordinária para os negros, deficientes físicos (via as suas setoriais). Além disso, os núcleos, instâncias de base que teoricamente contribuem positivamente para a democratização do poder no partido, foram dilapidados pela agenda eleitoral, estrutura estatal (dos gabinetes) e de interesses de grupos (dos hegemônicos na época da legalização dos núcleos em 1980).

O PT, na verdade, também desenvolve atividades e práticas que possuem um efeito anti-oligarquizante: mais discussão ideológica e política, mais incentivos para publicações informativas e teóricas para a politização dos seus militantes. Porém, este “remédio” contra a oligarquização burocrática não está ainda fazendo efeito totalmente porque existem “contra-indicações” como a “ditadura do crachá” que potencializam os males burocráticos.

Em relação então, aos parâmetros que caracterizam os partidos democráticos, os dois partidos não atendem a todas as exigências necessárias para serem considerados democráticos pelo ângulo objetivo. Numa primeira dimensão objetiva, pode-se dizer que os partidos cumprem as regras formais nos processos organizatórios (eleição dos dirigentes, instâncias de deliberação, publicidade dos seus atos, direito de participação para todos os militantes). Entretanto, numa dimensão mais intermediária, os partidos analisados nesta dissertação apresentam problemas descritos acima, problemas que impedem uma melhor democratização do poder interno.

Na próxima parte, serão analisados questões relacionadas ao outro objetivo; aspectos subjetivos dos partidos que possuam vinculações com os processos oligárquicos. Analisar-se-a então, os objetivos dos militantes e dos partidos, questões que representam a parte motivacional da oligarquização.

**PARTE 6 - OS PARTIDOS, SEUS OBJETIVOS E SUAS
PRÁTICAS.**

No último Encontro Regional do PT (1995), todos os grupos internos criticaram a estrutura partidária. Todas as teses apresentadas no Encontro tinham críticas, ou sobre o burocratismo e falta de espaços internos de discussão (crítica dos setores moderados), ou sobre a falta de estrutura e submissão à agenda eleitoral (crítica dos setores de esquerda). No geral, os militantes petistas expressaram a dificuldade do PT para aglutinar os movimentos sociais, dar respaldo e poder decisório às bases e, até certo ponto, desenvolver a estrutura além da dimensão eleitoral.

A autocrítica dentro do PT não ocorreu excepcionalmente neste encontro, pois é um procedimento comum desde os anos de 1979/80. Das heranças do movimento marxista e socialista (menos o stalinista) é uma das quais os petistas não têm medo de reproduzir, mesmo aqueles que se dizem não-marxistas. Esta tradição é promovida em quase todos os encontros, plenárias e reuniões, sempre quando há a possibilidade e abertura de espaços para teorização das experiências organizacionais no partido. Na prática, é um processo feito tanto coletiva (através de teses, documentos e manifestos) como individualmente (através dos intelectuais e teóricos do partido, ou em outra acepção, os propagandistas).

Em relação às questões de oligarquização, esses procedimentos críticos e autocríticos servem como “remédio” anti-oligarquizante. Nem todos os militantes têm o mesmo espaço e poder para veicular as suas opiniões, mas, sem dúvida, em nível dos grupos organizados há meios em que as discussões possam prosperar. Os principais problemas, no entanto, são os processos de burocratização

do processo de discussão (como a “ditadura do crachá”). Isto sim, pode e tem contribuído para o aparecimento de práticas organizacionais oligárquicas (do tipo burocrático).

Os peemedebistas atuam num outro sentido em relação às questões teóricas e programáticas, e na organização do debate interno. Em geral, os militantes do PMDB possuem críticas aos procedimentos organizacionais e até em relação às questões programáticas e de como o partido deve administrar. Porém, estas críticas não são materializadas organizadamente para a autocrítica partidária, nem mesmo publicamente sob a forma de teses ou resoluções (como existe no PT). Quando há disputas internas, ainda que em cima de questões programáticas e ideológicas, elas não são acompanhadas por discussões teóricas que apontem os limites e falhas nos argumentos concorrentes. As discussões, quando existem, resumem-se às reuniões (na maioria das vezes de “cartas marcadas”) ou aos debates apenas no âmbito da elite.

A maior ou menor discussão teórica dentro dos partidos está diretamente relacionada com as condições dos seus militantes elaborarem melhor os objetivos pelos quais lutam. Se a parte programática de um partido é de exclusividade dos seus técnicos e intelectuais, sem ao menos algum tipo de discussões mais qualificadas entre os militantes da sua base, o controle do conhecimento é quase transposto mecanicamente para o controle do poder decisório. Se não há nos partidos uma tentativa própria de criação de conceitos acerca dos fenômenos políticos e sociais aos quais ele quer se reportar tais como o de Estado,

democracia, sociedade, socialismo e revolução, o partido fica a mercê dos conceitos criados e utilizados por outros entes políticos e sociais, como os dos meios de comunicação de massa. Já é difícil, para aqueles partidos que empreendem uma “politização” manter os seus militantes dentro da sua visão de mundo, quem dirá para aqueles que nem tentam.

Os processos de oligarquização nos partidos políticos também estão ligados ao conteúdo e às motivações ideológicas e políticas que fundamentam as práticas dos militantes. A intensidade da discussão é importante para isto, mas o nível e o conteúdo das teses e dos programas partidários também contam para o aparecimento de ações e estruturas oligárquicas.

CAPÍTULO 9 - AS DISCUSSÕES TEÓRICAS E OS OBJETIVOS DOS PARTIDOS.

1 - PT: “partido de quadros” ou “partido de massas”.

Desde a fundação do PT, as discussões têm se orientado acerca do papel e poder assumidos pelos grupos organizados, principalmente em relação às organizações de esquerda¹. Algumas, como a DS, estão desde a formação do movimento pró-PT e junto com os sindicalistas e outros militantes dos movimentos sociais ajudaram a criar as estruturas partidárias. No RS, tais agrupamentos sempre tiveram uma força maior do que em nível nacional, onde os sindicalistas

¹ Em 1981 Apolônio de Carvalho, antigo militante da esquerda brasileira, publica um texto em nome da direção nacional criticando os grupos de esquerda existentes no PT: “*O PT e as correntes políticas de esquerda*”. Para este petista haviam três grupos dentro do PT (esquerda), 1) viam o PT apenas pelos aspectos formais, como partido legal onde eles poderiam atuar na institucionalidade, 2) o PT se transformaria num partido marxista-leninista, daí a importância da atuação nele, 3) o PT era visto como uma federação de frações, de grupos com vida própria. Ele concluía dizendo o seguinte: “. . . Três lições que a esquerda precisa aprender: o PT não é uma frente política de massas, não deve se transformar na vanguarda marxista-leninista da classe operária e não pode acobertar práticas fracionistas.” (Em Tempo, nº 121: 7).

Em 1982 a DN edita uma resolução condenando as organizações de esquerda: “Uma primeira atitude é representada por algumas tendências que agem como se o PT fosse uma mera frente política de esquerda, simples soma de correntes (...) uma segunda atitude, que pode ser denominada aparelhista, vê o PT como simples engrenagem para a transmissão de sua política.” (Em tempo, nº 152: 7).

Em 1983 surge a ART para barrar o poder das tendências de esquerda. No IV EN abre-se a discussão para a regulamentação das tendências. No V EN elas são regulamentadas depois de uma intensa discussão no ano de 1987. No VII EN ainda discuti-se a questão das tendências pois a regulamentação não agradava todo mundo, principalmente os não-organizados. No I Congresso delibera-se conclusivamente pela aceitação de tendências no PT, mas não frações nem partidos. Ainda no ano de 1990, novamente Apolônio de Carvalho escreve sobre as tendências: “*Momentos de exclusão*”, na Revista Teoria e Debate, nº 9. Artigo motivado pela atuação de grupos como a CS e a CO.

hegemonizavam. Neste Estado, seria impossível a legalização do PT² não fosse pela militância de socialistas e comunistas que aderiam à proposta petista. A criação da Articulação em 1983 é o reconhecimento, dos setores não-organizados, da importância da organização interna. Era preciso fazer uma tendência para poder combater em *pé-de-igualdade* com as tendências de esquerda que apesar de minoritárias numericamente, exerciam uma pressão substancial tanto programática como ideológica. Existe uma certa “lei” para os processos políticos³ que afirma a vantagem da organização sobre a não-organização para a conquista e manutenção dos objetivos. Na vida interna do PT, ainda que os sindicalistas, e seus aliados detivessem a maioria, foi preciso a formação de uma organização para que estes pudessem competir com as tendências de esquerda⁴. As discussões e os conflitos advindos dessas questões internas quase sempre foram fundamentados pelas visões de partido e atuação dos grupos do PT tanto dos “das tendências” como dos “sem tendência”.

Hoje em dia, as tendências integraram-se a vida do PT. Quase não há grupos que ainda se reivindicuem como “partidos” dentro do PT. Todos os grupos, pelos menos os mais importantes, assumiram o conteúdo estratégico deste partido e mantêm apenas uma organização do tipo de facções ideológicas ou até de interesses (quando o que está em jogo é alguma reivindicação concreta) de cunho mais aberto

² Na entrevista com Adeli Sell ele revelou que só o TRB foi responsável por 30% das filiações do PT na época da fundação. Ele também reconhece o papel preponderante da DS na formulação teórica e organizativa do mesmo momento.

³ Principalmente para a era moderna (séculos XIX e XX).

⁴ Para Clóvis Azevedo: “Conforme seu manifesto de lançamento, a Articulação foi criada para barrar o crescimento das tendências vanguardistas (as organizações parapartidárias) e da tendência que via o PT como uma frente parlamentar, à semelhança do MDB.” (Azevedo, 1995, p. 79).

e flexível. Mas nem sempre foi assim e ainda que as tendências atualmente sejam mais abertas, a distribuição de poder e as decisões tomadas pelo PT sempre passaram necessariamente pelos “gabinetes” destes grupos, proporcionando que ainda hoje seja usual a utilização do aparelho do partido para fazer valer um objetivo específico de algum grupo interno na ação partidária em detrimento do interesse do todo, ou dos outros grupos. Todas as tendências, de uma maneira ou outra, querem transformar o PT nos seus modelos ideais de partido. Por isso, os motivos teóricos que determinam tais ações precisam ser examinados.

O principal *divisor de águas* desta discussão é a polêmica entre os que queriam e querem o PT organizado segundo o modelo de “partido de quadros” e os que defendiam o modelo do “partido de massa”. Na verdade, ninguém desejava que o PT fosse um partido de quadros nos moldes descritos por Duverger (1990)⁵ e Lênin (1980)⁶. Dentro do PT havia e há um consenso acerca da obsolescência de formas mais vanguardistas de atuação e pequenas e fechadas de organização. Por um lado, os grupos de esquerda que formaram o PT em 1979/80 eram justamente aqueles setores socialistas e comunistas que procuravam se livrar dos modelos anteriores de organização e atuação da esquerda brasileira e mundial: a matriz partidária da III Internacional, e a estratégia guerrilheira latino-americana. Por outro lado, eles também tinham a vontade de ultrapassar as formas mais elitistas de organização, tradicionais nas experiências partidárias no Brasil⁷. O modelo que

⁵ Partido organizado minimamente e comandado por elites políticas e/ou econômicas.

⁶ Partido organizado a partir de militantes (revolucionários) profissionais que desempenhem várias funções, tais como: agitação, propaganda e organização.

⁷ “. . . [o PT] ruptura com os tipos tradicionais de partidos existentes no Brasil, e, do ponto de vista das concepções sobre os partidos operários, ruptura com os esquemas até então predominantes na esquerda revolucionária brasileira. . . “ (Pomar, Teoria e Debate nº 4: 36).

sobrava, enquanto experiência histórica e conceptual, era o de partido de massas. Só que em relação às interações internas dentro do PT não era consensual (inter os grupos de esquerda e entre estes e os não-organizados) qual a forma a ser cumprida. Nesse sentido, os segmentos de esquerda defendiam diferentes variações de tipos de organizações internas, mais rígidas ou mais flexíveis, para a atuação dentro deste partido de massas.

Existem alguns trabalhos⁸ que analisam as posições dos grupos internos petistas quanto a questão do caráter do PT e da forma de atuação destes em relação a organização interna. Dos grupos que defendiam e defendem a formação de uma vanguarda marxista, trotskista ou leninista, três podem ser destacados: a Democracia Socialista (DS), o Trabalho (TRB) - também conhecido como Organização Socialista Internacionalista (OSI) e, especialmente no RS, Liberdade e Luta (Libelú) - e o Partido Revolucionário Comunista (PRC), que além de terem uma certa expressão em nível nacional, no RS são ou foram importantes nas questões de poder.

a) A Democracia Socialista, dos grupos de esquerda, é um dos que menos mudou de posições acerca da forma de organização do PT. A DS sempre viu

⁸ Destacamos os seguintes: As matérias publicadas pelo Jornal Em Tempo a partir do número 77 (1979), sob o título de "*Quem é quem na esquerda*", de autoria do petista Marco Aurélio Garcia; a matéria do Jornal Em Tempo de número 108 (1980): "*O que a esquerda pensa do PT*"; o Caderno Em Tempo, número 1 de 1981; o Caderno da Democracia Socialista de 1988; a matéria no Jornal Vermelho e Branco, número 19 (1991), de autoria do petista Daniel Aarão Reis Filho, sobre: "*PT: os vários caminhos para o socialismo*"; A brochura publicada quando do debate sobre a regulamentação das tendências de Wladimir Pomar e José Dirceu (publicada posteriormente em: GENRO, Adelmo. **Contra o socialismo legalista**. Porto Alegre: Tchê, 1987.); e a dissertação de mestrado de Clóvis Bueno de Azevedo, op. cit.

o PT como um partido estratégico, ou seja, como o verdadeiro partido, principalmente pelo contexto político brasileiro: que ainda não possibilita a criação de um partido verdadeiramente revolucionário .

“Embora estejamos entre os que saudaram a proposta do PT, desde a primeira hora, como um partido decisivo para o movimento operário, tivemos uma dificuldade inicial de compreender o caráter do movimento pelo PT. Tendemos a compreendê-lo como uma expressão da frente única operária. Lentamente fomos evoluindo para a idéia de que, pelo contrário, o PT era mesmo um movimento para formar um **partido** [grifo do autor], e que nossa política deveria ser de ajudar a que fosse um partido operário de massas, independente”.⁹

A DS, todavia, também via a necessidade de formação de uma vanguarda marxista para o momento em que fosse possível transformar o PT no partido da revolução.

“Para que o PT possa vir a ser um partido revolucionário, são necessárias duas **condições** [grifo do autor]:
 - um avanço de qualitativo no grau de consciência e de combatividade da massa...
 - a existência, neste momento, de uma **organização marxista-revolucionária** [grifo nosso], forte o bastante para poder disputar e conseguir que o PT assuma um programa e uma ação revolucionária completa”.¹⁰

Essa posição sobrevive até hoje na DS, apesar de que houve um certo abrandamento da atuação mais radical quando a ORM-DS passou a ser apenas uma tendência do PT (daí a DS). O próprio Jornal Em Tempo, autônomo ao PT, passou a ser uma publicação exclusiva para os petistas, depois da regulamentação das tendências.

⁹ Cadernos Em Tempo, número 1, de 1981, página 6.

¹⁰ Idem, página 26.

A questão mais importante para ser analisada na posição da DS, e de outros grupos do PT na mesma situação, é a maneira como ela implementou as suas visões organizacionais num país em que até os dias atuais não passou por uma situação revolucionária. De fato, a DS apesar de reconhecer a importância do PT (e até por causa disto) não esperou pela chegada do tal momento revolucionário para empreender uma luta pelo controle do PT. Esta tendência desde o movimento pró-PT vem procurando hegemonizar a estrutura partidária para poder fazer do PT um partido revolucionário (segundo o seu modelo é claro). Consequentemente, várias ações foram e são motivadas no sentido da “tomada de assalto” do PT, porque a DS, a exemplo de outros grupos de esquerda, entende esta questão como parte integrante da estratégia revolucionária no Brasil. A DS sempre disputou a possibilidade de se tornar tendência hegemônica deste partido¹¹ (até aí nenhum problema), só que esta disputa foi fundamentalmente em cima de uma base ainda muito precária de organização partidária e de participação política da sociedade, pois estas disputas pelo aparelho no PT repercutiam-se também nos movimentos sociais, pela busca de respaldo nas entidades sindicais e dos movimentos populares para as lutas internas.

¹¹ Augusto de Franco ao discutir os agrupamentos formados no I Congresso em relação às votações das resoluções, escreve o seguinte: “A diferença entre a DS e as demais tendências trotskistas é muito clara: enquanto estas últimas querem construir um partido operário revolucionário no PT ou a partir do espaço aberto pelo PT, a DS quer transformar o PT na DS. Quer ganhar ‘por dentro’. Por isto, é verdade, ela constrói efetivamente o PT, não podendo ser excluída de nenhuma aliança interna de governabilidade. Mas, também é verdade, a DS não hesita em abandonar seus aliados programáticos da ortodoxia ao menos aceno da maioria [na época a ART]. Porque acalenta o velho sonho de ser conselheira da maioria, imaginando que um dia vai ganhar esta maioria e, efetivamente, dirigir o partido.” (Teoria e Debate, número 17, 1991, p.22)

A simples identificação de um grupo interno, não capta os fatores subjacentes, ou seja, uma atuação interessada em controlar o poder do partido, mesmo que de forma aparelhista. E esta atuação se dá na vaga deixada pela militância independente que não está organizada para fazer frente às tendências. A DS sempre tem alguém para falar numa plenária, para apresentar uma resolução, para concorrer à algum cargo; enquanto os militantes independentes intimidam-se diante da estrutura partidária, diante das tarefas de organização e ação interna e externa. Como a DS não é o único grupo organizado, ela está permanentemente em disputa pelo poder de decisão dentro do PT, sob pena de ver derrotada a sua visão de mundo e de partido, caso um outro setor do partido venha a ser predominante. Isto é um passo para a disputa mais fratricida, excludente, que as tendências no PT fazem tanto em relação umas às outras como em relação aos independentes. Há uma diferença ideológica e política no PT que induz à luta pela direção; induz para a utilização aparelhista das estruturas do partido, pois estas se transformam em meio tanto de vitória como de exclusão sobre o adversário.

Atualmente a Democracia Socialista é um dos grupos que forma a maioria do DR e da CE no Estado (juntamente com a Articulação de Esquerda). Isto confirma uma das suas previsões acerca da dinâmica dos blocos no poder do PT: o esfacelamento da Articulação (ART)¹² e uma aproximação de um setor desta com os grupos de esquerda (em especial a própria DS)¹³. Essa condição de maioria

¹² Cadernos da Democracia Socialista de 1988, onde a ART (identificada como corrente neste texto) é vista como um campo em disputa pois possuía setores próximos as suas posições.

¹³ “. . . podemos interpretar uma possível aliança entre a ‘Corrente’ [ART] ou parte dela, a DS e outros setores em favor da construção do PT como um partido revolucionário como o amplo reagrupamento no interior do PT, constituindo uma nova hegemonia, condição para um avanço decisivo no desenvolvimento do PT.” (Cadernos da Democracia Socialista, 1988, p.35).

aconteceu porque a DS, por um lado, além de ter participado efetivamente na construção do PT, soube utilizar-se bem das vantagens que o aparelho partidário proporciona para aqueles grupos que militam dentro da vida interna do PT. Por outro lado, a DS sempre foi hegemônica entre os outros grupos de esquerda na luta contra o bloco da ART, editando e controlando no Estado a disputa entre os defensores dos grupos de vanguarda *versus* os defensores do PT sem tendências e de massas.

A própria DS, entretanto, reconhece os problemas organizacionais provenientes das lutas de tendências:

“A primeira razão pela qual os filiados não vinculados a tendências têm dificuldade de participação é a **ausência de estruturas de organização e de participação da base partidária**, como os núcleos, ou a fraqueza de organismos auxiliares de elaboração ou de direção, como as secretarias, como as coordenações de núcleos ou de ativistas do mesmo setor, a insuficiência da formação política. **Esta ausência limita a participação do conjunto dos filiados, ligados ou não a tendências**. O que ocorre é que a estrutura das tendências supre em parte esta carência dando então uma vantagem aos seus integrantes.[grifos do autor]”.¹⁴

O que a DS não aceita é a acusação de que os seus militantes vistam *duas camisetas*, uma da DS e outra do PT. Ela entende que a solução para isto é o amplo direito de tendência de participação transparente, pois enquanto o PT não for um partido revolucionário, é preciso que exista um grupo (ou mais) de marxistas-revolucionários dentro da estrutura do PT¹⁵.

¹⁴ Tese da DS para o I Congresso do PT, página 67 do Caderno de Teses.

¹⁵ Cadernos Em Tempo, op. cit. páginas 27 e 28.

b) O Trabalho (TRB), a exemplo da DS, é um grupo que sempre buscou se enquadrar dentro da herança teórica de Leon Trotsky. Só que a tendência que atende por este nome hoje em dia é apenas uma parte minoritária daquela que entrou para o PT em 1980. A parte majoritária (de Adeli Sell e Cezar Alvarez) foi parar na Articulação a partir de 1983, tendo acontecido a divisão final em 1987. Esta passagem de um grupo do TRB para a ART é um exemplo concreto dos efeitos que as discussões acerca do perfil organizativo e do projeto político petista causaram dentro das fileiras partidárias. O TRB (ou a sua maioria) transformou-se de um grupo ultra-esquerdista em um setor moderado, até mesmo para as posições petistas. E esta mudança exerce influência nos processos oligárquicos.

Segundo Michels (1982), isto é exemplo do processo de aburguesamento, comum nos partidos socialistas; e este processo gera um arrefecimento ideológico aliado a uma maior separação dos dirigentes em relação à massa.

Os militantes da OSI (TRB) em 1979 viam o PT como um partido ainda com muitos problemas para ser o partido operário ideal.

“... a ditadura se vale de um pilar central: a estrutura sindical oficial. Comprometendo-se com esta estrutura, valendo-se de todos os meios para sustentá-la até onde for possível, o PT não cumpre o papel de um partido operário, mas começa a constituir-se muito rapidamente, num pilar adicional para manter a ditadura, num novo obstáculo para a luta da classe operária”¹⁶.

¹⁶ Matéria, “De Quem é o PT?”, do Jornal o Trabalho, número 37 (novembro de 1979).

Em 1980 o TRB muda de posição¹⁷, engajando-se parcialmente na construção do PT¹⁸, ainda que restasse uma dúvida quanto ao conteúdo operário do PT - atributo mais importante para os seus militantes. Este grupo aceitava construir o PT, a despeito de ter *um-pé-atrás* em relação ao caminho em que o PT pudesse seguir: de partido operário ou reformista/burguês. Em consequência disso, o TRB entendia ser preciso um supertrabalho em termos grupistas no sentido de pressionar o PT para posições mais avançadas (segundo os seus padrões de partido operário). Os militantes de TRB, como os da DS, viam-se como a vanguarda marxista-trotskista que conduziria o PT para o leito da revolução socialista através da transposição do programa da IV Internacional¹⁹. Assim, estas avaliações e propostas teóricas levavam os petistas do TRB para uma postura “grupista-ativa” dentro das instâncias partidárias.

A diferença entre um grupo de esquerda como a Democracia Socialista e um como o Trabalho para o diapasão organizacional do PT, sobretudo em relação às questões do equilíbrio de forças entre os blocos internos, foi a decisão do TRB em priorizar a Articulação (ou seja, o bloco moderado do partido) como principal setor para o estabelecimento de alianças em vez dos outros grupos de

¹⁷ Já numa matéria no Jornal o Trabalho de março de 1980, há uma posição mais favorável para o PT, identificando o papel de organização de massa que ele vai assumindo: O Trabalho, número 52 (1980).

¹⁸ Na entrevista com Adeli Sell ele disse que apenas 10% dos militantes do TRB entraram inicialmente no PT, depois é que todos eles aderiram ao partido.

¹⁹ “Nós, militantes trotsquistas, combatemos no interior do PT lealmente por sua construção e seu fortalecimento como partido operário independente. Evidentemente, neste quadro combatemos com nossas palavras-de-ordem, nossa política, para ganhar pela discussão e pela ação o PT para o programa da IV Internacional”. Trecho das resoluções da V Conferência da OSI, em 1982.

esquerda. Os militantes do TRB, não obstante verem nos membros da ART os principais representantes do PT (mesmo que na sua versão meio social-democrata), tinham, na verdade, uma rivalidade histórica com os militantes da DS. Isto é atribuído às rivalidades “naturais” entre os grupos trotskistas, especialmente por causa das batalhas pelos espólios da IV Internacional²⁰. O TRB e a DS nunca estiveram num mesmo bloco ou chapa dentro do PT. Apenas atualmente, depois da divisão de 1987, os militantes dos dois grupos têm participado conjuntamente de encontros (a exemplo do último Encontro Estadual do RS em 1995). Estas pendengas são exemplos concretos da imaturidade de parte da esquerda brasileira, pois as alianças entre políticos de ideologias diferentes é mais fácil do que entre os políticos da mesma “paróquia”.

Da aproximação com a ART acabaram os militantes do TRB contaminando-se com as propostas moderadas deste setor. Hoje, alguns dos principais líderes do Campo Amplo e Democrático são oriundos do antigo TRB, pois estes militantes não se aliaram à esquerda do partido nem mesmo quando a ART foi dividida. Ou seja, os blocos no PT também são formados a partir de pendengas e rivalidades extra-ideológicas.

c) PRC, de tradição esquerdista, tanto quanto a DS e o TRB, só que não trotskista mas leninista Este grupo esteve presente oficialmente no PT de 1984 a 1989, quando se dividiu na Nova Esquerda - NE - (os militantes que romperam com o marxismo) e no Movimento por uma Tendência Marxista - MTM - (os militantes

²⁰ Entidade fundada por Leon Trotsky para combater a III Internacional stalinista.

que mantiveram a ideologia comunista/marxista). No RS, a Nova Esquerda ficou com o setor majoritário do ex-PRC. Este possuiu outras semelhanças e diferenças com os grupos anteriores. O PRC, a exemplo do TRB, teve parte de seus militantes trocando de posição em relação a forma e o conteúdo da política petista quando a discussão sobre as tendências (1986-1989) *apertou* para os grupos mais organizados (surgimento da NE). Mas na época do PRC, os seus militantes faziam parte do bloco de esquerda junto, por exemplo, com a DS. Os que ficaram dentro da tradição marxista (MTM) mantiveram este posicionamento, mas os da NE foram compor o bloco da ART.

O PRC, enquanto existiu, desenvolveu uma intensa luta grupista no PT, a ponto deles se considerarem como um partido dentro do PT. Para os militantes do PRC, este era o verdadeiro partido de vanguarda leninista que devia atuar compactado mesmo em organizações não revolucionárias como PT, visto como um campo em disputa e que possibilitava a atuação legalizada dos seus militantes. Dos grupos de esquerda, o PRC foi o último a ingressar no PT, justamente pela sua visão céptica em relação ao potencial revolucionário do mesmo. Pode-se constatar a posição desse grupo a partir de uma polêmica (em 1984) desenvolvida por Adelmo Genro, uma das principais lideranças teóricas do PRC, com João Machado da DS acerca de ser ou não o PT um partido revolucionário. Para Adelmo o PT não era e nem seria um partido marxista e revolucionário, visão acalentada pela DS e João Machado.

“Pretendemos demonstrar que o PT não é - nem poderá vir a ser - o partido revolucionário da classe operária no Brasil e, além disso, que os

supostos teórico-filosóficos que alimentam a ilusão dessa metamorfose são alheios ao marxismo-leninismo”. (Genro Fº, 1984, 66)

O PRC só entraria por completo no PT em 1985 depois de seu II Congresso em que definiu que o PT era a única alternativa institucional para a materialização da sua militância revolucionária. Mas, este “partido” mantinha a sua visão céptica em relação ao PT transformar-se em um partido revolucionário. Nesse sentido, em 1987, quando foi aberto o debate sobre as tendências no PT, o PRC foi um dos grupos mais criticados pelos petistas da ART (que se via como o verdadeiro PT) e os outros militantes independentes. Olívio Dutra, quando escreveu um artigo para o Boletim Nacional nº 25²¹, nominou diretamente O PRC como um dos grupos mais aparelhistas dentro do PT, que chegava a falar como um partido próprio em atos públicos onde já haviam representantes petistas. Este artigo motivou uma resposta de Marcos Rolim, na Revista Praxis de número 5.

“Todavia, ela passa a ser ilustrativa [a visão de Olívio] de um método equivocado e sectário de enfrentamento do próprio debate (. . .) se filia a uma concepção geral segundo a qual só uma determinada concepção política e organizativa [PT sem tendências] serve ao PT. Todas as demais se serviriam do partido. . .

“. . . Já afirmamos que uma política global de construção do PT só se tornará possível no quadro de uma teoria revolucionária no Brasil”. (Rolim, 1987, 26/30)

A partir de uma outra polêmica travada por Adelmo Genro, agora com Wladimir Pomar e José Dirceu, também em 1987, pode-se perceber melhor o

²¹ “Criticarei aqui algumas correntes organizadas não pelo que são - mas pelo que não são. Ao agirem como partido dentro de um outro partido não são PT, estão dentro do PT”. DUTRA, Olívio. Um partido para a vida inteira. In: **Boletim Nacional do PT**. nº 25, fev. 1987.

pensamento desta tendência, principalmente em relação à noção de PT como partido de tendências e revolucionário.

“O documento [de Pomar e Dirceu²²] afirma, também, que as organizações clandestinas estabelecem uma relação meramente utilitária, que são oportunistas em sua relação no interior do PT, porque pensam exclusivamente em termos de sua própria construção. Isso não é apenas falso, mas uma calúnia contra as organizações. Em sua maioria, a bem da verdade, elas atuam, procurando construir um PT combativo, com posturas anti-reformistas e favoráveis ao socialismo de fato e não apenas de palavra (. . .). Além disso, a maioria das organizações entende que a construção do PT como pólo unificador das lutas operário-populares, como um verdadeiro partido de massas é uma tarefa de primeira grandeza. Algumas acham, até, que o PT poderá se transformar num partido leninista, um instrumento da tomada revolucionária do poder, possibilidade que não parece viável”. (Genro F^o, 1987, p.26/27).

Por um lado, a atuação do PRC - e dos outros grupos de esquerda do PT, como a DS e o TRB - enquanto este existiu (oficialmente no PT de 1984 à 1989) enquadra-se dentro daquelas atitudes grupistas que favoreceram o surgimento de processos burocratizantes na disputa e aparelhismo da estrutura partidária do PT. Os dados apresentados anteriormente nesta dissertação mostraram quanto o poder e as decisões no PT foram oligopolizadas pelas tendências (em relação aos independentes) e o quanto isso foi feito conflitivamente entre os grupos formados por blocos opostos que expressavam até divergências ideológicas.

Por outro lado, a mudança de postura pela qual passou a maioria do PRC no RS em 1989²³, representa uma mudança parecida com a qual havia acontecido com parte dos militantes do TRB. É importante também destacar, que

²² “Algumas considerações sobre as tendências organizadas no PT”, de 1987.

²³ Na sua entrevista para nós, Marcos Rolim, diz que, para ele hoje, quem tinha razão na época da sua polémica com Olívio Dutra sobre a questão das tendências, era Olívio.

mesmo com a NE e a DRa apelando para uma organização de mentalidades e posturas individuais (que se aproximam), não mais como um grupo que materializaria a vontade coletiva proletária e dos socialistas, estes grupos continuaram empreendendo uma política grupista dentro do PT, só que agora menos fracionista e mais enquanto campo e bloco (que como dissemos anteriormente tem uma organização menos desenvolvida, menos integral)²⁴.

Os grupos de esquerda, e aí incluindo-se o PRC, não formaram organizações próprias dentro do PT por uma vontade “em si”, enquanto um processo com fim em si mesmo. Atendiam aos objetivos revolucionários dos modelos partidários desenvolvidos pelos marxistas (trotskistas e leninistas). Ao mesmo tempo, estes grupos assumiram um papel importante na política de distribuição de poder e tomadas de decisões no PT; as ações para o controle da máquina partidária sempre estiveram na ordem-do-dia para eles no sentido de que as decisões tomadas pelo PT atendessem aos seus objetivos revolucionários. Como eram ou são grupos com vida em parte legal e em parte ilegal²⁵, as instâncias do PT - e o próprio partido - eram e são vistas como espaço de luta, assim como se o PT fosse uma parte da sociedade e do Estado a ser ganha para a o socialismo. Por isto, estes grupos foram ou são: facções ideológicas, ou frações e verdade²⁶.

²⁴ “O PT não é constituído pelas tendências, mas por sujeitos individuais que se associam livremente para sustentar opiniões na sociedade. Coerentemente com esta definição, o PT reconhecerá como tendências e valorizará apenas as ‘correntes de opinião’ que atuem exclusivamente dentro do partido”. Tese: “Projeto para o Brasil” para o I Congresso do PT em 1991, assinada pelos militantes da NE (que depois formariam a DRa).

²⁵ No sentido da institucionalidade e da clandestinidade.

²⁶ Foram os casos da CO e da CS que sempre desenvolveram uma postura mais independente e de crítica ao resto do partido, especialmente a ART. Em 1989 e 1992 elas foram expulsas respectivamente.

Dos defensores do PT como um partido de massas e sem tendências, podemos ver pela exposição acima que o grande exemplo é o dos militantes da ART. Esta tendência, como dissemos anteriormente, foi criada em São Paulo para barrar o crescimento e o poder dos grupos de esquerda.

“ . . . Não queremos excluir ninguém. Cada tendência deve expor claramente suas idéias para o conjunto do partido. Mas não aceitamos reduzir o PT a mera frente legal de organizações burocratizadas, com direções paralelas, programas sectários e militância contrária à disciplina aberta e democrática nos Núcleos de Base e das convenções partidárias”.²⁷

Na verdade, convergiram para a formação da ART não só os sindicalistas, também intelectuais conhecidos (como Francisco Weffort e José Álvaro Moisés), mais alguns setores da esquerda organizada pré-PT - como parte dos militantes (vivos) da ALN e outros socialistas como Apolônio de Carvalho (ex-PCBR). A visão nutrida por estes é a da ART como sendo o verdadeiro PT, daí ser desnecessário, ou até pernicioso, a existência de grupos organizados²⁸.

O objetivo deste setor era construir um partido de massas, mas não nos moldes propostos pelos grupos de esquerda em que a organização partidária fosse o resultado da luta popular, dos movimentos sociais e eleitoral.

“ . . . [o PT] um partido de massas, democrático e de lutas, um dos instrumentos das massas populares para a transformar o Brasil numa

²⁷ Documentos básicos da “Articulação dos 113”, In: Desvios. São Paulo, agosto de 1983.

²⁸ Ver a nota nº 2 deste capítulo. E também no documento de criação da ART: “As soluções para a problemática do PT não se encontram em propostas vanguardistas dos que querem resolver tudo com palavras de ordem, não fazem um real trabalho de massas, e se subordinam prioritariamente a comandos paralelos e são mais dedicados nas propostas próprias do que nas do PT. . . “. Idem. .

sociedade sem explorados nem exploradores, numa sociedade socialista”.²⁹

Entretanto, se os grupos de esquerda foram os protagonistas de práticas aparelhistas e grupistas dentro do PT, a ART, que também se organizou enquanto tendência e igualmente reproduziu muitas destas práticas, não teve uma praxis mais democrática que os demais grupos. A ART, enquanto deteve a maioria em nível nacional, e no RS também, desenvolveu processos políticos monolitistas e excludentes. A questão da majoritariedade na CEN - no RS a ART não conseguiu mudar o critério da proporcionalidade utilizado desde 1980 - é um dos exemplos da visão exclusivista que a ART teve em relação à direção do PT. Por mais que este setor do PT defendesse que o partido deveria ter uma estratégia socialista de massas³⁰, diferentemente do que a maioria dos grupos de esquerda no Brasil que sempre defendiam uma política mais restrita, a ART, em relação ao PT, fazia justamente o contrário. A desculpa de que os grupos de esquerda é que atrapalhavam a auto-organização e a participação da base partidária não justifica - nem é verdadeira³¹ - a política de, muitas vezes, determinar de cima para baixo as decisões e a distribuição de poder dentro do PT.

Atualmente a discussão acerca do caráter do PT, partido de quadros ou partido de massas, assumiu uma outra denominação: partido dirigente e partido de interlocução. Como vimos até agora, alguns grupos e militantes mudaram de lado em

²⁹ Idem.

³⁰ Ver as teses para o VII EN (1990) e para o I Congresso do PT (1991).

³¹ O caso da forma como os núcleos foram colocados no Estatuto do PT demonstra claramente a intenção autoritária a anti-grupos de esquerda da ART, que não se importou em passar por cima dos núcleos para não dar poder às organizações de esquerda.

relação as posições anteriores. No PT do RS, atualmente encontramos antigos defensores do PT organizados por tendências (isso para a revolução), como defensores do PT como partido de interlocução com a sociedade e Estado, principalmente em relação aos movimentos sociais. Há, todavia, grupos como a DS, e outros de esquerda, que continuam defendendo o PT como um partido socialista (com grupos revolucionários internos) e dirigente em relação aos movimentos sociais organizados e desorganizados. Pode até não existir uma transposição mecânica entre o partido de massas e a estratégia de interlocução (assim como entre o partido com quadros e o dirigismo revolucionário). Mas uma coisa é certa, existe uma afinidade teórico-lógica entre a proposta do PT como partido aberto, plural e basicamente eleitoral (já que não pode ter proposta para os movimentos sociais sob pena de tutelalos³²); e do PT como partido de vanguarda e de massas, mas essencialmente organizado e dirigente em relação aos outros sujeitos coletivos³³.

Um exemplo de militante petista que mudou de posição (da revolução para a interlocução) é o Deputado Marcos Rolim, que a partir de seu Gabinete na Assembléia Legislativa, edita uma série de textos sobre o PT, seus dilemas e sua

³² Atualmente existe uma secretaria de movimentos sociais e sindical que enfrentam resistências dentro do partido no sentido de elaborarem propostas para os movimentos já que o PT não deve tutelalos, segundo algumas visões. "O PT reconhece o Movimento Popular como estratégico na luta pela construção do socialismo conforme as resoluções do V Encontro Nacional e I Congresso. Por isto deve ter em suas prioridades a organização de núcleos, setoriais e da secretaria de Movimentos Populares. Apesar deste reconhecimento, o PT ainda o relega a segundo plano. Prova disto é a consolidação e a construção das setoriais não estar em nenhum momento na prática, como prioridade nos projetos das organizações internas e de, ainda haver setores propondo a extinção da Secretaria de Movimentos Populares". Tese do PTLV para o XI Encontro Estadual do PT em 1995, Caderno de Teses página 26.

³³ Esse descompasso acontece, por exemplo, com o grupo do RS chamado PTLV que apesar de se colocar dentro do bloco dos grupos de esquerda, propõe um partido de interlocução, não dirigista. Ver a sua tese para o Encontro Municipal de Porto Alegre em 1993.

organização. Nos seus escritos de 1990 para cá, é notória a defesa que faz do PT como um partido de interlocução.

“Acredito que um partido de luta pelo socialismo não pode fixar o objetivo de ‘ganhar a sociedade’ ou ‘sua maioria’ para suas idéias. Primeiro, porque isto pressupõe que o Partido não pode ser ‘ganho’ por nenhuma idéia substancial que lhe seja exterior; segundo, porque o objetivo - em si mesmo antidemocrático - é incansável, mera ficção totalitária que só poderá ser proclamada e a imposição do terror. . .

“ . . . Da mesma forma como nós do PT não podemos aceitar que nenhum outro sujeito político pretenda dirigir nosso Partido, também os movimentos sociais não devem permitir que suas ações sejam dirigidas por qualquer outro sujeito, incluindo o PT”. (Rolim, s/d, 10/12).

O problema para as questões de organização é que existe um descompasso entre o discurso e as discussões teóricas mais gerais, por um lado, e as propostas práticas e a própria praxis política dentro do PT, de outro. Se for traduzida esta visão para a vida interior do PT, os militantes que pensam como Marcos Rolim deveriam ter uma postura menos agressiva em relação às disputas internas e muito menos uma política de dirigismo partidário. Estes setores deveriam ser os primeiros a propor práticas que aumentassem a qualidade da discussão e a quantidade na participação. Contudo, na realidade, até por não terem a maioria nas instâncias partidárias, não possuem um desempenho militante interno igual ao dos militantes dos outros grupos (esquerda). Para os setores que defendem o PT como um partido mais flexível (em termos de organização), as propostas para organização do PT envolvem procedimentos de atuação partidária menos contínua e intensa, porém, mais abertas e com um maior número de participantes. Os principais exemplos são as prévias para escolhas dos candidatos aos cargos majoritários, as caravanas, as eleições diretas para Presidente do PT dentre todos os filiados: propostas que apontam para políticas que realçam os aspectos de quantidade e não de qualidade

(número de votos, por exemplo), de pontualidade e não de processualidade, a exemplo dos instrumentos da democracia-representativa eleitoral.

Para os setores que querem ver o PT como um partido dirigente da sociedade e dos movimentos sociais (esquerda partidária) falta, em termos organização, estruturas que possam englobar os diversos movimentos dentro do partido. Falta, também, dar voz aos militantes dos movimentos sociais, mas sem a responsabilidade de dar uma política para eles, política que aponte para a revolução socialista³⁴.

Por isto, o partido tem desenvolvido mais complexamente suas estruturas oficiais, pois os setores que dominam o PT gaúcho (esquerda) querem dar representação a toda uma gama de setores sociais: mulheres, negros, homossexuais, portadores de deficiência, índios. Além da crítica ao eleitoralismo petista que, segundo os grupos de esquerda, sufoca a organização partidária em benefício da agenda eleitoral.

“O problema de uma estratégia meramente eleitoral, defendida por alguns, não está apenas no seu desprezo pelos movimentos sociais e pela construção de um partido de luta; na verdade, ela não é de fato uma estratégia, uma vez que visa apenas chegar ao governo, e não ao poder. . .
“É necessário compreender que a organização partidária não se faz, apenas, com mera declaração de vontade. É preciso que o partido tenha

³⁴ “Para implementar sua estratégia, o PT aprofundará sua participação na luta de classe como um partido dirigente. Isto só poderá ser feito a partir de projetos para os diversos movimentos, nos quais disputará a hegemonia de forma democrática e legítima.

“Isto não significa fazer dos movimentos uma correia de transmissão. Entidades atreladas e tuteladas não podem desempenhar um papel transformador. O objetivo partidário será a globalização e a politização das lutas para que o movimento desenvolva um caráter anti-capitalista, independente e socialista”. Tese da Força Socialista para o I Congresso do PT em 1991, *Caderno de Teses*, página 76.

uma vinculação mais orgânica com os movimentos sociais e com as lutas locais ou gerais, pela democratização e pela qualificação da vida”.³⁵

Essas questões levantadas pelas análises das práticas e objetivos dos diferentes segmentos do PT nos remetem para uma dimensão mais genérica que, no nosso entendimento, dá sentido ideológico e político às posições adotadas. As posições levantadas até agora mostram o perfil teórico e prático de uma parte do PT, dos seus grupos majoritários, através de suas propostas e ações desenvolvidas nesses anos de vida partidária. Está fora dos objetivos deste estudo analisar o conteúdo ideológico e político de cada militante e grupo do PT, tarefa por demais grandiosa. Por isto, foi necessário delimitar o objeto de nossa análise para um universo mais reduzido³⁶.

2 - Leninismo e social-democracia.

Um estudo de Clóvis de Azevedo (1991) aponta os problemas e ambigüidades do projeto político e estratégia do PT, mostrando que este partido articula confusamente tanto uma visão estratégica leninista quanto social-democrata. Esta confusão acontece, segundo ele, por causa das lógicas opostas representadas por estas duas estratégias políticas. A leninista é marcada por sua postura autoritária de anti-diálogo, de imposição pela força dos objetivos pretendidos e pela não aceitação das regras democráticas de representatividade e elegibilidade. A social-democrata é caracterizada essencialmente por uma postura democrática-representativa, de

³⁵ Proposta da OE para o XI Encontro Estadual do PT em 1995: Caderno de Teses, página 29.

³⁶ Com a pesquisa realizada entre os delegados ao Encontro Estadual de 1995 foi possível conhecer um número maior de visões dentro do PT. Ver capítulo 11.

aceitação do jogo institucional e partidário de representação, pluralidade e diversidade.

Tal visão, porém, na nossa perspectiva, vulgariza as duas concepções. A leninista não é exclusivamente uma postura autoritária e anti-comunicativa. Ser leninista ou atuar conforme o leninismo é muito mais amplo e profundo do que simplesmente professar ou agir segundo uma praxis grupista, instrumentalista (das instituições como a democracia) e autoritária (centralista), pois estes procedimentos foram e são desenvolvidos por outras matrizes teórico-políticas, tais como o positivismo. Em geral, pode-se dizer que Lênin e os bolcheviques produziram um modelo organizacional partidário abrangente, desde aspectos ideológicos (comunismo e ideologia do proletariado), passando por aspectos científico-filosóficos (materialismo dialético, aplicação do marxismo na Rússia, desenvolvimento de um programa econômico de “desenvolvimento interno”), até aspectos práticos de organização: clandestinidade, militância profissional, imprensa nacional, discussão teórica³⁷. Ser autoritário não é sinônimo de ser leninista, assim como defender regras democráticas não é uma heresia para um leninista. Lênin, sem dúvida, priorizava a revolução (os fins); os procedimentos só assumiam importância quando exerciam influência (negativas ou positivas) para a execução do projeto revolucionário. Como diz Lukács, sem teoria da organização não há revolução³⁸.

³⁷ Lênin, 1980.

³⁸ Lukács, notas metodológicas acerca das questões de organização.

A estratégia social-democrata não é apenas igual à democracia-representativa liberal, pois as experiências europeias de social-democracia revelaram algumas formas diferentes da democracia liberal, principalmente em relação à democracia direta.

O que parece ser prejudicial realmente no PT, e Clóvis Azevedo concorda, é a indefinição petista quanto a sua estratégia e seus objetivos programáticos: se leninismo e socialismo ou social-democracia e capitalismo. Isto faz com que em relação, por exemplo, ao conceito de democracia não exista uma uniformidade na sua utilização. Para alguns (os leninistas), a democracia é apenas uma dimensão instrumental, e até um pouco limitada, é um meio, uma forma de organização política e não um objetivo, um princípio; para os sociais-democratas, a democracia é um valor estratégico e princípio de luta, não é um meio mas o próprio fim³⁹.

Assim como foi discutido na seção anterior, convivem dentro do PT diferentes visões de mundo e dependendo de quem está discursando o PT pode ser revolucionário ou social-democrata. Isto faz com que nas disputas internas, nessa altura já parecendo integrais (pois vão desde questões concretas de organização até divergências ideológicas), o conflito seja mais drástico porque o que está em jogo é a própria concepção de PT e de estratégia. A postura anti-comunicativa apontada para os grupos de esquerda é na verdade reproduzida por todo o partido⁴⁰, na medida que

³⁹ Ver: AZEVEDO, Clóvis Bueno. **A estrela partida ao meio**. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

⁴⁰ “O que passa a mover boa parte da militância organizada nas facções subsistentes é o espírito beligerante, quando não o gosto patológico pela desmoralização dos companheiros. A antropofagia é o ‘espírito objetivo’ do Partido dos Trabalhadores em suas relações internas e os vínculos que

também os grupos moderados não querem aprofundar práticas partidárias que demandem uma discussão maior. O exemplo de um tipo de prática que reduz concretamente a discussão é o da prévia. Esta, em termos de processo de tomada de decisão, possui o ponto central no instante final da materialização da escolha (no caso do voto) e não no processo anterior de preparação do voto⁴¹. Ou seja, neste caso quem demonstra não querer aprofundar a discussão são justamente os setores que mais criticam a falta de debate dentro do PT. O problema em relação aos grupos de esquerda é que estes também não desenvolvem satisfatoriamente o diálogo dentro do partido porque acostumaram-se à prática da ditadura do crachá e da discussão reduzida dentro das tendências. Tem-se, então, o abandono do diálogo de um lado e o aparelhismo dele por outro.

Isto não invalida as críticas desenvolvidas dentro do próprio PT tanto pelos moderados como pelos esquerdistas. Ambas têm razões quando apontam criticamente o eleitoralismo (que pode conduzi-lo a oligarquização elitista) e o burocratismo como fatores antidemocráticos.

“O PT democrático é, atualmente, o partido da maioria dos filiados e simpatizantes que, há muito, se afastaram das instâncias partidárias. O PT burocrático é, fundamentalmente, aquele dos ‘homens de comitê’ (...). Evidentemente, isto não significa que a aproximação ou a distância dos indivíduos frente às instâncias partidárias seja, em si mesma, esclarecedora. Estamos a falar, bem entendido, de ‘tensões’ políticas cujos pólos podem perfeitamente ser localizados na ‘militância social’, o primeiro e na ‘militância de aparelho’, o segundo”. (Rolim, 1994, 49).

estabelecemos, naturalmente, são, cada vez mais tribais”. Trecho da Tesa do CAD para o XI Encontro Estadual do PT em 1995, página 37 do Caderno de Teses.

⁴¹ É o que acontece com a democracia representativa em que, segundo Paul Hirst (1990) as escolhas de tempos em tempos apenas representam um tipo de participação muito limitado e despolitizante pois a lógica eleitoral salienta somente o processo final da escolha e não a sua preparação; já que todos vão votar o que interessa é o voto, independentemente de como ele foi conquistado.

Esta dicotomia apresentada por Marcos Rolim pode bem ser enquadrada nas preocupações levantadas anteriormente. No PT, há uma disputa atual entre duas formas de organização e duas formas de oligarquização, sendo que as duas formas de organização têm gerado as de oligarquização. Estas formas de organização geram processos de oligarquização tais como o predomínio dos mandatários em nome do privilégio dos militantes sociais e o domínio dos militantes do aparelho em nome da condução dirigista do PT) possuem desdobramentos na prática externa do partido (o que será analisado no capítulo a seguir).

3 - PMDB: um partido de resultados.

Relacionar a questão teórica do PMDB com uma rotulação empregada para identificar um setor do movimento sindical (o da Força Sindical⁴²), pode parecer descabido, mas tem a sua justificativa. Assim como a Força Sindical, o PMDB é uma organização capitalista - não possuindo uma crítica à estrutura de dominação como a desenvolvida pelos partidos socialistas - que por ter uma visão mais imediatista em relação aos benefícios pelos quais luta, assume uma vinculação base/estrutura/objetivos que mais parece um partido de resultados, ou seja, a conquista do executivo e legislativo. Quando estas conquistas não vêm parece que há um esboroamento partidário, em decorrência deste não existir em relação a outras dimensões (como a dos movimentos sociais).

⁴² Central sindical comandada por Luiz Antônio de Medeiros, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

Assinalou-se anteriormente que o PMDB não produz internamente uma discussão mais aprofundada e massificada dos tipos de conceitos com os quais lida. O que não impede que eles existam nos documentos partidários, mas como são, na maioria das vezes, produtos de uma minoria de técnicos e intelectuais, não existe por parte do conjunto do partido um processo de discussão política.

O PMDB trouxe consigo as propostas do MDB, até porque a ditadura militar durou mais tempo que o MDB. Como a reformulação partidária deu-se antes do fim do regime ditatorial, o PMDB manteve basicamente as mesmas propostas: volta do regime democrático-representativo, desenvolvimento e justiça social. Estas questões faziam com que existisse uma diferenciação entre os militantes do MDB/PMDB e os dos partidos da ditadura e dos outros burgueses.

Os militantes do PMDB, mesmo que não tivessem uma proposta política e ideológica mais acabada de Estado e sociedade⁴³, distinguiram-se pelas suas posições antiditatoriais, na medida que defendiam um Estado de Direito fundado na democracia-representativa; pelas suas visões de desenvolvimento - que não eram iguais à da ditadura - pois para o MDB/PMDB o desenvolvimento não era só crescimento, mas qualidade de vida; e pelas noções de justiça social, que eram basicamente de distribuição de renda.

⁴³ Reconhecido pelos próprios documentos do MDB e PMDB: "O Partido não quer ditar à sociedade um modelo acabado de organização social, econômica e política. Mas não se acomodará à espera que inspirações espontâneas surgidas da luta política e social conduzam as mudanças de estrutura". Fundamentação do Programa do PMDB contido no Manifesto dos Fundadores do PMDB à Nação, em 1980, depois praticamente copiado no Programa Doutrinário do PMDB de 1994 (página 4).

“... Desenvolvimento não se confunde com crescimento econômico. O simples aumento da produção pode levar a riqueza excessiva de alguns e manter, ou até agravar, a miséria de muitos. . .

“... é pela transformação da democracia formal em democracia real, como uma forma de governo que se legitima por regras de limites de poderes e pelo controle delas, em última instância, pelos cidadãos, que se bate o MDB”.⁴⁴

Os peemedebistas utilizavam-se de modelos organizacionais apresentados pela lei como os únicos a serem cumpridos, o que aconteceu com o MDB e PMDB. Isto porque não havia uma pressão para propostas mais contestadoras. Os PC's, por exemplo, nunca lutaram para controlar e disciplinar a organização emedebista e peemedebista. Estes apenas atuavam dentro do MDB e PMDB, não por algum tipo de partido legal.

Se a organização do PMDB era a legal, oficial, sem inovações teóricas, só cópia da lei⁴⁵, não se pode esquecer o potencial crítico existente nas fileiras do PMDB, principalmente na época da ditadura militar.

“A primeira e a mais importante lição é a da superioridade das massas sobre as elites que pretendem tutelá-las. O povo, sempre que teve o mínimo de opção e informação, recusou os apelos à insurreição revolucionária e rejeitou a mentira oficial”.⁴⁶

“É animador ver que surgem no Brasil de hoje movimentos sociais que expressam o desejo da participação autônoma de segmentos da sociedade. Começa a ruptura da longa tradição de definição e encaminhamento das questões políticas sob formas elitistas, autoritárias e paternalistas. A plena realização das potencialidades desses movimentos enraizados nas bases da sociedade é a condição essencial para a construção da democracia que o PMDB deseja”.⁴⁷

⁴⁴ “MDB em ação nos comícios, rádio e televisão: Democracia com Desenvolvimento e Justiça Social”, documento do DN para servir como manual no ano eleitoral de 1974.

⁴⁵ No caso do núcleos e pré-convenções do PT.

⁴⁶ Manifesto dos Fundadores do PMDB à Nação, página 17.

⁴⁷ Projeto Esperança e Mudança, Revista do PMDB, número 4, outubro/novembro, 1982.

O PMDB também teve uma certa crítica ao seu lado só eleitoreiro. Quando da discussão e formação do PMDB no processo de reformulação partidária, até que os fundadores do partido tentaram influenciar nessa limitação partidária: “O PMDB é um partido de massas, que não se limita à sua expressão parlamentar. Atuará, permanentemente, e não apenas nos períodos eleitorais”. (Manifesto, 1980, 22). Só que o partido parece não ter cumprido está resolução.

Como partido de massas, o PMDB tinha uma feição não socialista do termo, mas numérica. Neste ponto, ele combinava e combina um contingente até certo ponto numeroso de filiados e participantes (é claro que em maior proporção em relação a questões de ordem eleitoral) com uma dominação elitista de quadros. O PMDB é um exemplo de partido de mandatários que tem uma organização amorfa e gelatinosa, do ponto de vista da cotidianidade e ideologização, bem como também pelo controle teórico, quase em absoluto, exercido pelos técnicos e intelectuais.

Então, não é por acaso que sempre nas disputas existentes dentro do PMDB os contendores fizeram questão de destacar que as divergências eram de cunho concreto, conjuntural, até pelas pretensões individuais de competição e não por questões ideológicas e políticas. O que havia e há são diferentes materializações dos princípios básicos partidários e a disputa individual. Mesmo que no programa atual do PMDB sejam contestadas as privatizações⁴⁸, não há por parte de nenhuma

⁴⁸ “Além dos monopólios naturais de um Estado soberano - defesa nacional, moeda, codificação das leis e administração da justiça -, o PMDB sustenta que os monopólios do petróleo, das telecomunicações, da área nuclear e do subsolo são fundamentais ao desenvolvimento do País. . .”. Programa Doutrinário do PMDB, 1994.

liderança estadual uma contestação da atuação da bancada Federal, nem da atuação do Governo do RS: ambos enquadram-se dentro das práticas políticas privatizacionistas.

Dentro do PMDB, estas questões não repercutiram na organização porque não há possibilidade disto acontecer: não há uma tradição de contestação do partido aos seus líderes, seja por medo de criar um atrito partido/Estado, seja pelo poder dos líderes em intimidarem “democraticamente” (pelo silêncio e resignação) as bases.

CAPÍTULO 10 - A ESTRATÉGIA E A PRÁTICA DOS PARTIDOS.

É parte também dos processos oligárquicos de um partido a maneira como ele interage com a sociedade e o Estado. Alguns aspectos internos de burocratização e elitismo dos partidos são determinados pelo conteúdo da sua prática externa, que por sua vez é influenciada pelos objetivos e estruturas partidárias. Até o presente momento foi examinada a dimensão estrutural e os motivos teóricos e organizacionais vinculados aos elementos oligárquicos dos partidos. No capítulo anterior, em especial, analisou-se os condicionamentos dos fatores estratégicos para a existência destes elementos e o presente capítulo, de uma forma exploratória, levanta aspectos críticos nas ações concretas, sobretudo na dinâmica da relação objetivos/prática dos partidos.

1- O PT e a estratégia da acumulação de forças.

“Deve-se começar por aqui. O PT preparou-se para atuar no plano legal e não se resguardou, até hoje, dos riscos que corre num país no qual a democracia não vai além de um biombo que oculta o monopólio do poder das classes dominantes. A competição interpartidária não emerge como um fator de reforço da representação e da soberania popular. Ao contrário, ela aparece como um índice do poder relativo e do ‘perigo’ inerentes aos adversários dos partidos da ordem. Estes é que tomam as iniciativas de conciliação entre os de cima e de

conspiração contra as concepções inevitáveis da democratização da sociedade civil e, especialmente, do Estado. O medo das ‘explosões sociais’ engendra o ‘recrudescimento’, freqüentemente amparado pela opressão policial-militar, jurídica e política. Nessas condições, todo partido renovador e revolucionário precisaria contar com duas frentes interdependentes, uma de ação legal, outra de atividade clandestina. O PT empenhou sua confiança na luta de classes pacífica e se organizou, horizontal e verticalmente, como se a ordem fornecesse a todos os partidos as garantias constitucionais de autopreservação e de continuidade. Como os partidos de centro, apostou em sua capacidade de fortalecer e aperfeiçoar seus compromissos de consolidação da democracia emergente”.⁴⁹

Esta citação do cientista social e militante petista Florestan Fernandes contextualiza bem o meio no qual o PT elaborou e elabora a sua estratégia e a sua atuação política. Como partido socialista que pretende ser, o PT tem formulado propostas estratégicas de conquista e manutenção do poder do tipo “acumulação de forças” (no sentido emprestado por Gramsci acerca da “guerra de posição” e “guerra de movimento”). Esta proposta vale tanto para aqueles deslocados mais para uma tática eleitoral como para aqueles ainda atuantes nos movimentos sociais e de transformação da sociedade.

Nos debates preparatórios ao I Congresso do PT (1991) ocorridos no VII Encontro Nacional em 1990, havia um certo consenso acerca da estratégia de acumulação de forças.

“À exceção, talvez das teses apresentadas pela Convergência Socialista e por o Trabalho, que adotam pontos de vistas mais ortodoxos (ainda que numa vertente trotskista), predominam no conjunto um enfoque inovador. As noções gramscianas da disputa de hegemonia, da importância da sociedade civil, existência de um Estado ampliado,

⁴⁹ FERNANDES, Florestan . **O PT em movimento**. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1991. p. 54-55.

necessidade de se travar uma ‘guerra de posições’ para gradual conquista de espaços políticos rumo às rupturas revolucionárias . . . “⁵⁰

No geral, a proposta estratégica de “acumulação de forças” era proposta da seguinte maneira: a) em primeiro lugar, o PT deveria atuar basicamente em duas frentes, a institucional e a dos movimentos sociais. b) Daí, o partido lutaria para conquistar mandatos e administrações (executivos) para poder implementar reformas sociais, políticas, econômicas e culturais. c) O partido também teria a preocupação de atuar nos movimentos sociais (o sindical, o estudantil, o sem terra, de direitos humanos, de gênero e outros), no sentido de colocar a organização dos trabalhadores e das camadas populares à serviço da manutenção e aprofundamento das tais reformas implementadas pelo Estado (controlado pelo PT). d) Há uma vinculação entre as dimensões institucional e social, com a tutelação desta por aquela. e) O PT poderia então, na medida que aumentasse o seu poder, destacar setores para a execução de tarefas específicas da sua estratégia global (eleitoral ou dos movimentos sociais). Só que os desdobramentos concretos não têm ocorrido como se esperava.

O primeiro fator problemático é o de ordem prática, o aparelhismo que os grupos do PT desenvolvem tanto (principalmente) em relação a estrutura do partido como em relação as estruturas das entidades dos movimentos sociais. Na verdade, o PT conseguiu ganhar algumas Prefeituras e mandatos no RS e no Brasil, assim como é majoritário no movimento sindical (é o maior partido na CUT que por sua vez é a maior central sindical do país). Entretanto, para efeitos de acúmulo de

⁵⁰ VANNUCHI, Paulo. Adeus às armas. in: **Teoria e Debate**, nº 11, jul/ago/set, 1990.

forças, por um lado, o PT tem praticado um aparelhismo nas entidades dos movimentos sociais (em nome de tê-las ganho para a disputa hegemônica), em detrimento de uma maior politização das bases sociais para estas atuarem mais qualitativamente. Por outro lado, o PT quando tem conquistado Prefeituras, como a de Porto Alegre, tem enfrentado as limitações do aparelho municipal para realizar as reformas desejadas⁵¹.

Isto reforça os aspectos intencionais da oligarquização, bem como os de origem da relação entre o partido e o Estado. O aparelhismo que muitas diretorias de sindicatos petistas fazem em relação a sua entidade e seu movimento social não é por causa exclusivamente das administrações populares, até porque o PT detém uma parcela muito pequena de prefeituras no RS, são atualmente oito. Em Porto Alegre, por exemplo, é inegável o atrelamento de setores do movimento social à Administração Popular. Nesse sentido existem três casos oriundos de três movimentos sociais diferentes que abrangem os problemas vividos pelos petistas militantes sociais.

O primeiro caso vem do movimento estudantil. Neste, desde 1989 foi abolida a prática do “pula-roleta”, muito usual para protestar contra a tarifa dos

⁵¹ Seria preciso outra dissertação, e muito mais, para discutir-se a atuação do PT na Prefeitura de Porto Alegre, os ganhos e derrotas. A participação do PT na Prefeitura de São Paulo já tem um estudo que é o de COUTO, Cláudio. **O desafio de ser governo: o PT na prefeitura de São paulo (1989-1992)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. Para Belo Horizonte: “Um primeiro aspecto é a relação desigual com o partido. Nos quatro anos de administração popular em Belo Horizonte, nos momentos críticos, a/os militantes do movimento social estiveram presentes no partido e foram mais pressionados a terem responsabilidade na condução de sua prática política. Porém o mesmo não ocorre com os/as militantes que estão na administração, que são vistos como o retrato do nosso partido na cidade, mas que o ignoram solenemente. Patrus [Prefeito] e sua equipe adotam uma postura imperial e um descaso pelo partido como espaço estratégico de ação política. A prepotência e a arrogância face ao movimento é apenas a outra face desta mesma moeda”.(Rocha, 1996, 8).

ônibus. Todas as entidades estudantis hegemizadas pelos petistas nunca mais fizeram um movimento deste tipo.

O segundo caso vem do movimento comunitário, mais precisamente em relação a União das Associações dos Moradores de Porto Alegre - UAMPA. Os petistas não conseguem deter o controle desta entidade mesmo com todo o seu prestígio eleitoral e desenvolvimento do Orçamento Participativo. As atuações dos petistas dentro desta entidade têm se pautado pela defesa da Administração Popular do que em cima das reivindicações das Associações de Moradores. O PT até detém um certo domínio em algumas associações, mas o controle da UAMPA é um processo de difícil resolução para o partido.

O terceiro caso vem do movimento sindical dos funcionários públicos municipais, movimento diretamente ligado a política da Administração Popular. No Sindicato dos Municipários de Porto Alegre - SIMPA -, os petistas perderam no ano de 1995, depois de duas gestões, o domínio que exerciam na diretoria. Isto aconteceu porque os petistas foram derrotados por eles mesmos, na medida que não souberam separar a defesa da Administração Popular do encaminhamento combativo das reivindicações dos funcionários municipais.

“Assim terminamos o mandato [na Prefeitura em 1996] com um perigoso retrocesso no terreno da organização sindical e popular, com a UAMPA e o SIMPA entregues aos nossos adversários de classe. Impulsionar a construção de conselhos populares autônomos deve ser tarefa partidária,

no governo e no movimento. Assim seremos ponto de apoio e não pretensos 'donos' do movimento".⁵²

Em síntese, as experiências petistas nas execuções das duas dimensões de sua estratégia não têm alcançado um patamar satisfatório para o processo de "guerra de posições", pois estas (posições) quando são tomadas, não o são por causa de movimentos politizados e participativos das bases sociais, mas por questões conjunturais dos próprios movimentos. Por um lado, o controle do PT sobre o Estado é ainda muito incipiente, são poucas as administrações e poucos os mandatos em nível regional, e quando eles existem têm de se submeterem à lógica tradicional da política brasileira. Por outro lado, nos últimos anos há um retrocesso nos movimentos sociais, em parte pela "onda neomonopolista"⁵³ que assola as organizações populares, e em parte, pela falta de propostas e objetivos mais globais destes movimentos (aí entrando a responsabilidade do PT em não fazer esse processo).

Sem dúvida, o PT é visto no Estado com uma alternativa às elites governantes. Há muito o que fazer, principalmente: a) controlar dentro do PT o aumento de poder dos mandatários e militantes oriundos do Estado (senão oligarquização elitista); b) aumentar o processo de politização dos militantes do partido e dos movimentos sociais, sobretudo a partir de discussões de propostas para

⁵² **Debate PT**, Caderno de Debates do PT de Porto Alegre, "Pra que queremos o terceiro mandato?" Porto Alegre, n° 8, março de 1996.

⁵³ Preferimos este termo ao de neoliberalismo porque, na nossa opinião, os processos de privatizações, de enfraquecimento dos movimentos sociais, de aprofundamento da marginalização social e de desregulamentação dos direitos sociais, atendem aos interesses dos monopólios e oligopólios nacionais e internacionais aumentarem o seu domínio e espaço na ordem local e mundial.

a realidade brasileira; c) diminuir o peso dos grupos internistas dentro da distribuição de poder do partido para que os militantes independentes e dos que atuam fora do partido possam também participar das decisões importantes.

2 - O PMDB: máquina eleitoral.

É consensual dentro e fora do PMDB que o centro de sua estratégia é a dimensão eleitoral. O PMDB, apesar de dizer o contrário em suas resoluções, tem uma vida política unidimensional: só a institucional. O que leva ao partido a ter problemas de ordem organizacional pois este fica a reboque da agenda eleitoral, dos humores e interesses dos mandatários. Isto poderia ser encarado positivamente se fosse levado apenas em consideração o consenso partidário (entre base e cúpula) acerca da estratégia peemedebista. No PMDB, não há divergências neste aspecto, pelo menos profundas. O que ocorre é uma divergência na aplicação e utilização desta estratégia. Há aqueles que entendem que o PMDB não deve se aliar aos partidos de direita, e, há os que acham que o PMDB deve esquecer o passado e pensar apenas no futuro. Na prática peemedebista em relação ao sistema partidário e a sociedade, porém, têm se desenvolvido processos oligarquizantes na condução da política partidária, que acabam tendo repercussões na organização do.

O PMDB do Estado, assim como o de outros também⁵⁴, tem apresentado uma prática política que pode ser enquadrada dentro do conceito de “máquina política”. É certo que a extensão e conteúdo da prática peemedebista no

⁵⁴ Ver o estudo de DINIZ, Eli. **Voto e máquina política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

RS não é semelhante às analisadas tanto em relação aos outros Estados como aos outros países (as norte-americanas). Todavia, igualmente às outras experiências de “máquinas políticas”, o PMDB gaúcho utiliza-se de relações clientelistas, paternalistas e de troca de favores e tráfico de influência entre a base eleitoral, até com a base e militantes dos outros partidos.

A relação do PMDB com a base do eleitorado tem sido mediada por estratégias eleitorais específicas para uma maior aproximação entre o partido e a massa dos eleitores, não pela via da proposta e ideologia partidária, mas por outros fatores de ordem estritamente eleitorais (ou eleitoreiros). O principal exemplo são as candidaturas de indivíduos oriundos dos meios de comunicação de massa, ou de atividades (não políticas partidárias os dos movimentos sociais) que envolvem uma participação de massas: como no caso dos candidatos que foram ou são jogadores de futebol ou dirigentes de clubes. Dos principais mandatários: Senadores, Deputados Federais e Estaduais mais votados do PMDB no RS, afora Pedro Simon, todos foram candidatos oriundos dos meios de comunicação: Antônio Britto, Mendes Riberio, Sérgio Zambiasi, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, Paulo Odone, Rui Carlos Ostermann, José Paulo Bisol, Mazaropi e Luiz Fernando Zachia (estes dois últimos vereadores de Porto Alegre). A partir destas pessoas é estabelecida uma relação política direta entre o eleitorado e o partido que possui sua origem e intermediação em dimensões fora das instituições políticas tradicionais, ou dos movimentos sociais. Os votos, num primeiro momento, são para os jornalistas, radialistas e jogadores e não para os políticos e militantes. Com isto, o partido pode se desobrigar de formar uma rede de articulações mais diretas com a população, pois a relação dos candidatos “de

imagem” supera tal padrão organizativo. No interior do Estado o peso dos candidatos “de imagem” não é tanto como na capital do Estado porque nestes lugares existem práticas políticas nos movimentos sociais, como no caso dos sindicatos de produtores e trabalhadores rurais onde o PMDB possui uma certa expressão: em regiões como da serra (Bento Gonçalves, Caxias, Farroupilha) e noroeste (Santa Rosa, Venâncio Aires, e outras cidades).

Com os seus militantes de base, a direção e os mandatários do PMDB, estabelecem, na maioria das vezes relações de clientela e de paternalismo através da prática da distribuição de cargos. E a base militante do PMDB é tão responsável quando a direção, pois ela pauta o objetivo da sua atuação em cima de benefícios concretos representados por emprego, cargos de confiança para si e para seus parentes e amigos. Prática potencializada pelas duas vezes em que o PMDB ocupou o Governo do RS: de 1987-1990 e de 1995 até hoje. Afora que, nas campanhas eleitorais é público e notório utilização pelo PMDB de cabos eleitorais profissionais (a tal da militância mercenária).

Mas, a política de distribuição de cargos hoje em dia a partir da coligação com outros partidos (PSDB, PPB, e parte do PTB) tem tido um desdobramento para além dos quadros partidários do PMDB. Pode-se dizer que o PMDB no Governo do RS tem estabelecido uma relação de clientelismo e sustentação em cima das bases dos outros partidos, ampliando a esfera do tráfico de influência para parte do sistema partidário. Assim, dentro do PMDB emerge uma insatisfação nos militantes que achavam-se capacitados (política e tecnicamente)

para ocuparem os cargos de confiança no aparelho do executivo gaúcho. A amostra disto foram as reuniões das Coordenadorias Regionais com a direção do partido no ano de 1995, pelos meses de abril e maio, em que discutiu-se acaloradamente justamente a política de distribuição dos cargos. Os membros do PMDB não estavam e estão satisfeitos com a divisão entre os postos com os militantes do PPB, PSDB, PTB e outros partidos menos cotados.

* * *

No próximo capítulo, será possível aprofundar-se mais alguns aspectos das estratégias partidárias, pois as pesquisas nas Convenções Estaduais dos partidos permitiu que entrevistas fossem realizadas com um número maior de militantes. Nestas, além das opiniões dos delegados acerca das questões estratégicas, fez-se uma articulação entre as diferentes dimensões analisadas nesta dissertação (estrutural, eleitoral, dos movimentos sociais, dos objetivos partidários e particulares dos grupos e indivíduos).

Em termos da estratégia dos partidos, e da sua execução, no presente capítulo tentou-se levantar os principais aspectos da prática externa que são vinculados aos processos de oligarquização nos partidos. Neste ponto, pode-se ver que em relação ao PMDB o problema maior é a própria materialização dos seus objetivos (que são oligarquizantes por si mesmos). A dimensão eleitoral é quase um fator imanente na geração de oligarquização. Quanto ao PT, este tem um problema na articulação dos seus objetivos e das suas estruturas (a oficial e a dos grupos

internos). Enquanto persistir a pluralidade ideológica e política neste partido dificilmente existirão processos mais democráticos na execução dos objetivos partidários, que até pela proposta mais ampla em termos de dimensões de atuação: eleitoral, dos movimentos sociais, cultural e revolucionária, podem gerar processos mais diversificados e anti-oligárquicos (se forem em cima de uma mesma base ideológica).

CAPÍTULO 11 - AS CONVENÇÕES ESTADUAIS.

Os processos oligárquicos encontrados nos procedimentos organizacionais e nas elaborações teóricas e programáticas (e na junção destes também) dos partidos têm desdobramentos tanto objetivos como subjetivos nas Convenções Estaduais. Do ponto de vista objetivo¹, os delegados convencionais possuem processos de estabilidade e renovação que podem ser comparados com os existentes na CE e no DR, assim como os perfis políticos dos delegados podem ser comparados com os dos dirigentes destas instâncias. A própria complexidade da estrutura partidária, como por exemplo, em termos de setoriais, núcleos, secretarias, produz determinados tipos de delegados, que de um certo modo, são a síntese do caráter do partido (se mais eleitoral, se mais ligado aos movimentos sociais). As informações contidas neste capítulo são, na verdade, um apêndice aos argumentos apresentados anteriormente acerca dos processos de oligarquização; também podem servir como confirmações da existência de tais processos e como indícios de outros processos oligárquicos existentes nos partidos.

¹ Os procedimentos estatutários das Convenções e Encontros Estaduais foram vistos no capítulo 4.

Neste capítulo, serão apresentadas as duas dimensões analisadas anteriormente: a dimensão estrutural e objetiva (seção um deste capítulo), e a dimensão subjetiva (seção dois).

1. O perfil político dos militantes dos partidos.

Conforme foi verificado nas partes 3 e 4 desta dissertação (dados sobre o DR e CE), as instâncias superiores dos partidos em nível estadual apresentam aspectos de seleção, renovação e manutenção dos dirigentes partidários que apontam para tipos diferentes de padrões organizacionais. O PMDB desenvolve a política da primazia para os mandatários e militantes em cargos de confiança (elite regional). Em relação ao PT, há o privilégio para aqueles militantes que participam das tendências (elites regionais).

1.1. Elite regional do PMDB e PT.

Começando pelo mandatários e cargos de confiança, as tabelas a seguir mostram a quantidade de mandatários e cargos de confiança entre os entrevistados. Na Tabela 6, são apresentados todos os que já foram ou são mandatários e cargos de confiança de todos os níveis, apesar de ter sido feito nas partes anteriores uma diferenciação entre os de nível estadual, federal² e os de nível municipal.

² Dos primeiros escalões.

É preciso estabelecer-se uma nova utilização do conceito de “elite” Esta nova conceituação justifica-se porque há uma diferenciação nas esferas de poder entre as instâncias estaduais (DR e CE) e à Convenção Estadual: a começar pelo fato de que os membros do DR e CE, à exceção de alguns postos no DR do PT, têm a sua escolha dentro da Convenção e segundo uma intervenção mais precisa e direcionada das direções partidárias de nível estadual. Já a escolha dos delegados convencionais é feita na esfera municipal, o que permite uma influência mais direta dos mandatários e cargos de confiança de nível municipal do que a influência destes em relação as escolhas dos membros do DR e da CE. O conceito de elite que foi utilizada na formação dos índices de renovação não será o mesmo utilizado para os dados das pesquisas, mas em termos gerais, a lógica será a mesma pois também são “elite” os mandatários e cargos de confiança municipais em relação ao poder das Convenções Municipais que escolhem os delegados à Convenção Estadual. Estes também possuem mais importância no caso do PMDB, onde a questão do poder dos mandatários e cargos de confiança assume uma configuração fundamental para os elementos oligarquizantes.

TABELA 6. Percentual de mandatários e cargos de confiança entre os delegados estaduais do PMDB e PT (RS - 1995).

PARTIDOS	MANDATÁRIOS/CC's	NÃO MANDATÁRIOS/CC's	TOTAL
PMDB	65% (49)	35% (26)	100% (75)
PT	31% (29)	69% (64)	100% (93)

Fonte: Pesquisas realizadas nas Convenções Estaduais do PT e PMDB em 1995³.

³ Todas as tabelas são oriundas destas pesquisas, portanto, de mesma fonte.

TABELA 7. Percentual de mandatários atuais entre os delegados estaduais do PMDB e PT (RS - 1995).

PARTIDOS	SIM	NÃO	TOTAL	DF	DE	PRE	VER
PMDB	28%(21)	71%(54)	100% (75)	1% (1) 5%	-	3% (2) 10%	24% (18) 86%
PT	12%(11)	88%(82)	100% (93)	1% (1) 9%	1% (1) 9%	-	10% (9) 82%

TABELA 8. Percentual de cargos de confiança atuais entre os delegados estaduais do PMDB e PT (RS -1995).

PARTIDOS	SIM	NÃO	TOTAL
PMDB	11%	89%	100%
PT	15%	85%	100%

Tem-se também as seguintes informações: dos entrevistados do PMDB, 26% já ocuparam mandato, enquanto, no PT, só 9%. Entre os que já tiveram cargo de confiança, no PMDB são 17% e no PT 8%.

Esses dados sugerem que também entre os delegados estaduais há uma vantagem peemedebista em termos de mandatários e cargos de confiança. No total, o PMDB apresentou cerca de 39% de delegados estaduais atuando em postos estaduais, enquanto o PT, apenas 27%. Ainda que atualmente no PT se constate mais delegados em cargo de confiança do que no PMDB. Mas dentre os que já tiveram um cargo de confiança, o PMDB tem um percentual superior.

Isto aponta para duas questões. Em primeiro lugar, o PMDB detém uma maior vinculação com os postos do Estado (mais mandatários e cargos de

confiança, até porque o PT nunca foi governo no RS). Desde 1970/80, período de formação dos partidos, o PMDB possuía vários mandatários em âmbito estadual e federal. O PT somente a partir dos anos 80 é que foi constituindo as suas bancadas. Em segundo lugar, dos partidos, o PMDB desenvolve uma estratégia global mais voltada, ou exclusivamente direcionada, para a dimensão eleitoral, processo que o PT desenvolve apenas parcialmente.

Realmente, o PT não possui uma estratégia eleitoral que permita uma supervalorização dos votos (pelos votos). Muitos candidatos e campanhas não apresentam uma maior densidade eleitoral porque certas questões políticas e ideológicas absorvem mais a preocupação partidária do que a simples eleição. O próprio perfil dos militantes do PT não se enquadram perfeitamente dentro do perfil tradicional dos candidatos “bons” de votos, dada a cultura política do eleitorado gaúcho e brasileiro. Por exemplo, na campanha para as eleições de 1982, muitos candidatos petistas faziam questão de destacar nos seus currículos as perseguições sofridas durante a ditadura militar.

Por sua vez, a dominação no PT, ou seja, o padrão político que aponta uma assimetria entre a distribuição de poder dentro deste partido é a questão da militância de tendências *versus* os sem tendências. Dos entrevistados, 63% (59) disseram pertencer a alguma tendência e 37% (34) não. Na tabela a seguir, consta a distribuição dos delegados entre as tendências agrupadas conforme as chapas para o DR e CE.

TABELA 9 - Relação das tendências com o número total de entrevistados no encontro estadual do PT (RS -1995). (37% de independentes).

CHAPA DA OE 40%	CHAPA 3* 2%	CHAPA DO CAD 20%
DS 15% (14)		
ARTe 10% (9)		
OE 5% (5)	PTLV 2% (2)	CAD 14% (13)
CED 3% (3)		DRa 4% (4)
TRB 3% (3)		CJLCC 2% (2)
FS 2% (2)		
BS 2% (2)		

* Chapa alternativa aos grupos majoritários.

Os entrevistados dos grupos organizados são maioria porque o próprio processo de seleção dos delegados já serve como uma espécie de filtro que permite com mais facilidade a passagem dos militantes de tendências do que os sem tendência, sobretudo em relação as grandes cidades do RS onde as tendências são mais fortes. Os entrevistados vieram de 47 cidades diferentes do RS, sendo que os de tendências vieram de apenas 17 delas (sendo que dos 59 entrevistados que eram de tendências, 74% eram de Porto Alegre, Santa Maria, Canoas, Passo Fundo e Caxias do Sul). Ou seja, 64% das cidades que apareceram na amostra não contribuíram com delegados de tendências, o que demonstra a concentração deste fenômeno partidário nos limites das grandes cidades, e como os militantes das tendências têm mais espaço que os independentes, podemos dizer que também existe uma espécie de oligarquização geográfica no RS.

Este processo de oligarquização espacial ocorre porque o PT reproduz, até certo ponto, um padrão tradicional existente na esquerda ocidental: o

predomínio da organização de esquerda nas cidades, e de preferência, grandes cidades. Isto por causa da concentração de trabalhadores, especialmente de operários. O PT não tem um padrão muito diferente. São Paulo é o seu berço, e em relação ao RS, Porto Alegre, e as grandes cidades do interior como Caxias do Sul, Pelotas, Canoas, concentram a maioria dos militantes do PT. As tendências de esquerda também estão mais organizadas nos maiores centros urbanos, onde prevalecem o número de trabalhadores vinculados aos processos de trabalho especificamente urbanos. A única importante exceção em termos de organização no campo é em relação ao movimento sem terra, mas este também possui a sua tendência: a Articulação de Esquerda. Assim, nas pequenas e médias cidades onde não existem tendências, o poder dos seus militantes na esfera regional fica restrito a um peso mais marginalizado porque as principais decisões, além de serem tomadas pelos militantes das grandes cidades, são tomadas principalmente pelos militantes das tendências.

A afirmação de que os militantes das tendências levam vantagem em relação aos independentes pode ser verificada nos dados apresentados pelos entrevistados no que compete as suas participações nas instâncias do partido e se são ou não de tendências. Pelo tamanho (número de postos) do DR e da CE é mais difícil para os independentes conseguirem chegar à direção estadual. Constatou-se anteriormente em relação ao DR, por este ser formado também depois de 1992 por representação de direta de setoriais e das regionais, que este até pode conter um número de independentes maior, mas a CE, por ser constituída exclusivamente por

eleições nos encontros, o poder dos independentes depende dos grupos organizados - pois são estes que fazem as chapas.

TABELA 10. Membros das instâncias do PT e os grupos organizados entre os delegados do encontro estadual (RS - 1995).

TEND.	DN	DR	DM	DZ	NUC	SÓ MIL.
SIM	100% (1)	91% (10)	63% (33)	67% (4)	60% (3)	44% (8)
NÃO	-	9% (1)	37% (19)	33% (2)	40% (2)	56% (10)
TOTAL	100% (1)	100% (11)	100% (52)	100% (6)	100% (5)	100% (18)

Os delegados que pertencem ao DR do PT são na sua grande maioria militantes de grupos organizados (ou muito próximo a eles). Provavelmente a proporção de delegados “organizados”(91%) e independentes(9%) que pertencem ao DR seja a mesma para a totalidade dos membros, visto que somente uma parte muito pequena dos dirigentes estaduais não é escolhida nos encontros. Os dirigentes escolhidos nos encontros passam, necessariamente, pelo filtro das tendências, pois são elas que lançam as chapas.

Quanto a diferença entre os delegados “só militantes” existente entre os “organizados” e independentes, cerca de 12% em favor dos independentes, ela só não foi maior porque os delegados estaduais já são escolhidos preferencialmente entre os “organizados” e detentores de postos nas instâncias partidárias. Na verdade, a proporção de independentes que só sejam militantes é bem maior do que entre os delegados, em decorrência de serem os independentes aliçados nos processos de distribuição de poder dentro do PT.

Nos resultados apresentados em relação às outras instâncias, Diretório Municipal, Diretório Zonal e Núcleo, há uma tendência de queda da participação dos militantes organizados em proporção aos independentes. As proporções entre os “organizados” e independentes variam conforme o tamanho e a particularidade da cidade. Quanto ao percentual dos delegados independentes ser maior entre os membros dos Diretórios Municipais do que entre os membros dos Diretórios Zonais é porque só existem Zonais em Porto Alegre, e nesta cidade, como foi visto anteriormente, dominam os militantes organizados.

1.2 - Estabilidade dos delegados e militantes partidários.

Quanto as questões de renovação, é interessante verificar a relação entre a média do DR e da CE e o percentual de delegados novos e os que já foram mais de uma vez (incluindo está última). As médias das instâncias apontam uma diferença entre o PMDB e o PT, sendo que este último apresenta índices maiores de renovação simples, mas principalmente da elite, do que o PMDB. E entre os delegados a lógica não é diferente pois 69% dos entrevistados do PMDB e 63% dos entrevistados do PT responderam que já foram delegados antes. A diferença não é muito grande, mas está dentro dos parâmetros apresentados pelas outras instâncias (DR e CE).

Em relação à comparação entre os índices de renovação e permanência das instâncias dos partidos, DR e CE, com o índice dos delegados das convenções, há uma **aproximação entre o resultado de renovação** obtido entre os entrevistados do PMDB (31%), e as médias de renovação da elite do DR (27%) e da

CE (33%) e da renovação simples do DR (35%) - do PMDB só a média de renovação simples da CE é que se afasta um pouco mais (48%). Entre os resultados no PT, o índice de renovação entre os delegados no último encontro estadual (37%) é **inferior** a todas as médias de renovação simples e da elite verificadas no DR e CE (a menor média é a da CE 39%, igual para a renovação simples e da elite). Entre os índices de permanência, diferentemente dos de renovação, os partidos oscilam uma maior aproximação das médias do DR (63% para o PMDB e 41% para o PT) e da CE (48% para o PMDB e 55% para o PT) com o resultado dos delegados (69% para o PMDB e 63% para o PT). Resultados estes que se por um lado são oscilantes, por outro lado, a permanência verificada no DR do PMDB foi de todas a média que mais perto chegou da encontrada entre os entrevistados, o que mais uma vez revela uma tendência no PMDB de valorização da permanência.

Essa valorização pode ser comprovada pelo tempo de partido apresentado pelos delegados entrevistados. Os dados são reveladores do certo *cultivo*⁴ da permanência no PMDB, sobretudo se for levado em consideração que neste partido há um contingente expressivo de lideranças públicas no estado: muitas das quais entraram bem depois da sua fundação. Mas, também para a renovação entre os delegados e membros das instâncias, é preciso ser mandatário, ou uma militância antiga no partido, o que descaracteriza o conteúdo renovador. Por isto é importante cruzar essas questões.

⁴ Na entrevista com Bruza Neto ele disse claramente não ver sentido na renovação, disse explicitamente: “. . . por que renovação? O partido tem que manter as suas lideranças.”.

TABELA 11 - Tempo de filiação nos partidos entre os delegados estaduais do PMDB e PT (RS - 1995).

DESDE QUANDO	PMDB	PT
fundação	68%	19%
de 10 a 14 anos	17%	31%
de 6 a 9 anos	11%	32%
até 5 anos	4%	18%
total	100%	100%

TABELA 12 - Tempo de partido e renovação entre os delegados estaduais do PMDB e PT (RS - 1995).

DELEGADO	FUNDAÇÃO	DE 10 a 14	DE 6 a 9	ATÉ 5 anos	TOTAL
JÁ PMDB	69% (36)	19% (10)	10% (5)	2% (1)	100% (52)
NÃO PMDB	65% (15)	13% (3)	13% (3)	9% (2)	100% (23)
JÁ PT	22% (13)	34% (20)	36% (21)	8% (5)	100% (59)
NÃO PT	15% (5)	26% (9)	24% (8)	35% (12)	100% (34)

A questão da permanência é outra dimensão em que o PMDB apresenta processos claros de prioridade para os mais antigos em todas as suas instâncias estaduais (DR, CE e Convenção Estadual). A renovação dos delegados na última convenção estadual do PMDB fica bastante descaracterizada quando vemos que 65% dos delegados pela primeira vez estão no partido desde a sua fundação.

Este processo é identificado por Michels (1982) como sendo de caráter oligárquico/não-democrático⁵. Este autor tem uma preocupação em relação

⁵ “Na verdade, uma aplicação perseverante e lógica dos princípios democráticos deveria abstrair qualquer consideração pessoal e qualquer apego à tradição. (. . .) Deveria existir, além disso, a tendência natural de não deixar muito tempo os cargos de direção nas mãos dos mesmos camaradas, a fim de impedir seus titulares de se perpetuarem neles . . .”. (Michels, 1982, p.62).

aos militantes, vistos a partir de um ponto de vista individual, o que deixa de lado os processos de estabilidade dos grupos partidários e não apenas dos indivíduos. Isto é importante para casos de organização existentes em partidos como o PT, onde existem grupos organizados que disputam a hegemonia do partido. Mas, em termos pessoais e individuais, o PMDB tem processos de permanência em maior grau que o PT.

1.3 - Os delegados e as instâncias.

Para o perfil dos delegados ainda é necessário verificar a relação destes com as instâncias partidárias. Mas, antes porém, é pertinente a comparação entre o PT e o PMDB. A tabela a seguir compara a articulação entre dois níveis de instâncias partidárias: as de ação e execução prática e deliberação de aspectos conjunturais e de médio prazo (os diretórios) e a de máximo poder deliberativo estadual (convenção). Fora destas, não resta muita coisa na estrutura de poder dos partidos.

TABELA 13 - Os delegados estaduais do PMDB e PT e as instâncias partidárias (RS - 1995).

DELEGADOS	DN	DR	DM	DZ	NUC	COR	SÓ MIL	TOTAL
PMDB	4% (3)	12% (9)	61% (46)	8% (6)	-	4% (3)	11% (8)	100% (75)
PT	1% (1)	12% (11)	56% (52)	6% (6)	5% (5)	-	19% (18)	100% (93)

Segundo a tabela acima, os entrevistados que só são militantes estão em minoria em relação aos que participam das instâncias. A integração entre as Convenções Estaduais e os Diretórios Municipais é muito grande. Mais do que o DR, a Convenção Estadual é o somatório da dimensão municipal dos partidos. À

Convenção, convergem com mais precisão a diversidade partidária em nível local e das regiões do RS. É praticamente o primeiro degrau e a primeira barreira entre as dimensões municipal e estadual em questões de poder.

Os entrevistados que pertencem às instâncias não deixam de ser uma parcela representativa da totalidade dos membros⁶. Já foi visto na Tabela 10 o peso das tendências na composição das instâncias no PT. Porém, o interesse maior é em relação aos delegados membros do DR. A partir deles pode-se verificar elementos do perfil dos militantes dirigentes partidários, ainda que só sejam delegados natos os membros do DR do PMDB, os do PT apenas possuem direito de voz, não de voto - o que não invalida que eles possam ser representantes, por exemplo, dos Encontros Municipais. Vejamos então elementos como o tempo de partido e mandatos entre os delegados membros dos DR's dos partidos.

Dos delegados peemedebistas que são do DR (9), 78% (7) têm um mandato e 22% (2) não; enquanto que entre os petistas (12), 17% (2) têm mandato e 83% (10) não. Em relação ao tempo de partido tem-se estes dados: no PMDB, os entrevistados que são membros do DR e que estão desde a fundação são 56% (5); de 10 a 14 anos, 11% (1); de 6 a 9 anos, 22% (2); e até 5 anos, 11% (1). No PT, os que estão desde a fundação são 25% (3); de 10 a 14 anos, 25% (3); de 6 a 9 anos, 50% (6); e não há nenhum caso de delegados com até 5 anos de partido.

⁶ Questão da renovação.

Esses dados confirmam as avaliações anteriores acerca do tipo de partido que é o PT e PMDB em relação aos elementos de renovação, e influência do Estado. No PT, o peso dos mandatários não é nulo, mas está num nível abaixo do que o existente no PMDB. Assim como, quando a questão é tempo de participação no partido, o PMDB demonstra valorizar mais a manutenção no partido e nas instâncias do que o PT.

1.4 - O perfil social dos delegados.

Os dados acerca do perfil social dos delegados entrevistados reforçam os processos realçados em relação a valorização no PMDB da permanência e manutenção. A média de idade dos entrevistados tem algo a revelar: no PMDB 43,5 anos e no PT 35,7 anos.

TABELA 14 - Idade dos delegados estaduais do PMDB e PT (RS - 1995).

IDADE	PMDB	PT
até 25 anos	1%	17%
26-35	22%	40%
36-45	37%	24%
46-55	28%	12%
56 +	12%	7%
total	100% (75)	100% (93)

O PMDB pelo critério de idade parece ser um partido mais maduro. O PT, como os outros partidos de esquerda, movimenta e é movimentado mais pela militância dos jovens. Ilustrativo dessa situação é o fato de que o PT, dos dois

partidos, foi o que apresentou delegados ainda estudantes (4%): E dentre os delegados que disseram ser membros do DR do PT, 8% eram estudantes.

Na questão do gênero sexo, o PT também procura atacar com mais franqueza a assimétrica distribuição de poder entre os homens e as mulheres⁷. As mulheres, historicamente alijadas do processo político, estavam, segundo a pesquisa deste estudo com 12% de delegadas no PMDB e 29% no PT, número este bem próximo dos 30% de mulheres para todas as instâncias petistas.

Das questões sociais, a mais importante é a profissional. É conhecida a tese dos elitistas, e outros, que afirmam a superioridade dos setores de nível superior na condução das tarefas organizativas e programáticas dos partidos. Lênin não fica muito atrás, quando diz que os militantes comunistas deviam ser tribunos, organizadores e agitadores ao mesmo tempo, o que demandava conhecimento e profissionalização (mas uma profissionalização revolucionária). Ele, em outra passagem - seguindo os ensinamentos de Marx -, escreve que os comunistas não podiam abdicar da utilização da ciência burguesa, deviam sim ultrapassá-la. Entre os delegados encontramos esta configuração.

⁷ Para não falarmos nas minorias sexuais, que até setorial tem no PT.

TABELA 15 - Profissão dos delegados estaduais do PMDB e PT (RS - 1995).

PROFISSÕES	PMDB	PT
Profissionais Liberais	43%	25%
Professores/Funcionários Públicos	20%	28%
Bancários/Comerciários/Téc. nível médio	4%	17%
Empresários/Comerciantes	20%	7%
Trab. Manuais	1%	5%
Agricultores	3%	10%
Aposentados	4%	1%
Autônomos	-	2%
Outros	4%	4%
Total	100%	100%

Se se agrupar os profissionais de nível médio para cima, mais os comerciantes e empresários, verifica-se que a maioria dos delegados dos dois partidos, 87% no PMDB e 77% no PT, são de militantes de razoável nível profissional e intelectual. No sentido inverso, no PT temos 18% de trabalhadores manuais, agricultores, autônomos e aposentados, e no PMDB 8%. O PT dos dois, é o que mantém espaço para trabalhadores assalariados, mesmo que eles sejam na sua maioria de nível médio, funcionários públicos, professores, bancários, etc., o que, na verdade, não é a mesma coisa que trabalhadores manuais. Estes, em geral, não possuem condições concretas para uma militância mais contínua. E os delegados estaduais não são exceção à regra. A título de caracterizarmos ainda mais esta questão, na Tabela 16 há uma relação entre as instâncias e as profissões. Nesta, agruparam-se as profissões e as instâncias.

TABELA 16 - Instâncias e profissão entre os delegados estaduais do PMDB e PT (RS - 1995).

INSTÂNCIAS	Prof. Liberais	Professores Func. Públicos Nível Médio Bancários	Trab. Manuais Agricultores Aposentados	Outros - Estudantes	Total
PMDB					
DN/DR	92% (11)	8% (1)	-	-	100% (12)
DM/DZ/COR	62% (34)	24% (13)	15% (8)	-	100% (55)
SÓ MIL.	75% (6)	13% (1)	13% (1)	-	100% (8)
PT					
DN/DR	33% (4)	50% (6)	8% (1)	8% (1)	100% (12)
DM/DZ/NUC	25% (16)	54% (34)	16% (10)	5% (3)	100% (63)
SÓ MIL.	50% (9)	11% (2)	33% (6)	6% (1)	100% (18)

O PMDB parece traduzir *ao-pé-da-letra* o processo de elitização dos dirigentes partidários. O DR e o DN, sem dúvida, os principais órgãos em decisões e ação, que demandam uma qualificação maior dos seus integrantes para poderem satisfazer as exigências organizatórias e políticas, no PMDB, são realmente, segundo os dados revelados a partir dos delegados estaduais, formados por pessoas formalmente mais preparadas. No PT, os resultados não parecem tão significativos. Talvez não sejam mais iguais àqueles da sua fundação, mas ainda estão bem situados em vista do PMDB e, provavelmente, dos outros partidos brasileiros.

Em geral, os dados apresentados pelas pesquisas entre os delegados estaduais dos dois partidos, comprovam, em relação ao perfil político dos dirigentes partidários, a linha de raciocínio desenvolvida nos capítulos anteriores. A tarefa

ainda não está finalizada, pois é relevante relatar outras dimensões analisadas nas pesquisas, dimensões como, por exemplo, a das questões organizativas.

Além dessas questões é pertinente examinar dois processos de organização que tem a ver com cada partido em específico: a questão do PMDB em relação ao governo; e do PT com as tendências.

TABELA 17 - Participação na elaboração do programa de governo para a eleição de governador em 1994 entre os delegados estaduais do PMDB (RS-1995).

GRUPOS	DIRETAMENTE	INDIRETAMENTE	NÃO-PARTIC.	TOTAL
GRUPO 1 ⁸	24% (12)	51% (25)	24% (12)	100% (49)
GRUPO 2 ⁹	27% (7)	38% (10)	35% (9)	100% (26)
GERAL	25% (19)	47% (35)	28% (21)	100% (75)

TABELA 18 - Participação em alguma decisão do governo entre os delegados estaduais do PMDB (RS - 1995).

GRUPOS	SIM	NÃO	TOTAL
GRUPO 1	24% (12)	76% (37)	100% (49)
GRUPO 2	19% (5)	81% (21)	100% (26)
GERAL	23% (17)	77% (58)	100% (75)

Nas tabelas anteriores, a diferença entre os níveis de participação entre os delegados do grupo 1 e grupos 2 não foi tão grande em favor do primeiro grupo porque os mandatários e cargos de confiança existentes entre os delegados são

⁸ Grupo 1 é dos mandatários e cargos de confiança atuais e que já foram.

⁹ Grupo 2 é dos que nunca foram nem mandatários e cargos de confiança.

na sua maioria de nível municipal, o que também não lhes permite um poder direto de acesso das tomadas de decisão no Governo do RS.

TABELA 19 - Elaboração de tese para o Encontro Estadual do PT em 1995 entre os delegados estaduais (RS - 1995).

GRUPOS	SIM	NÃO	TOTAL
CAD	68% (13)	32% (6)	100% (19)
ESQUERDA	50% (20)	50% (20)	100% (40)
INDEPEN.	15% (5)	85% (29)	100% (34)
GERAL	41% (38)	59% (55)	100% (93)

Já em relação à elaboração das teses, os dados mostram o processo oligarquizante relacionado ao poder de participação dos militantes menos engajados nas tendências. Dentro das próprias tendências - se somarmos os índices do CAD e dos grupos de esquerda - é uma pequena maioria que exerce a participação na elaboração. Entre os independentes, então, só uma pequena minoria teve acesso à formulação das resoluções e teses.

2. A organização e a opinião dos delegados.

2.1 - A organização dos partidos.

Nas outras partes desta dissertação, especialmente na parte 6, não foi possível aprofundar a dimensão subjetiva dos processos organizacionais dos partidos, e por consequência, dos processos oligárquicos. Foi possível apenas, num sentido geral, levantar pontos programáticos dos partidos (e de grupos internos) acerca dos objetivos, isto é, das motivações pelas quais os militantes atuam. Viu-se que os

petistas, por exemplo, não têm uma só visão estratégica (revolução e democracia), e nem tampouco apenas uma só forma de atuação (eleitoral e pelos movimentos sociais), bem como em relação a formação dos grupos, certos petistas estabelecem como etapa estratégica a própria disputa interna (dos grupos). Isto produz, sobretudo, um processo crítico e autocrítico, no qual a direção e a estrutura partidárias são constantemente criticadas por todos os setores internos. Os peemedebistas, ao contrário, são unânimes no exclusivismo da estratégica eleitoral (e governamental), o que não representa a inexistência de críticas, nem também um descompasso entre as posições da base e da elite (e dentro desta também). A diferença é que no PMDB as críticas não se materializam como no PT.

As críticas e autocríticas no PT, assim como o exercício destas, por um lado, produzem neste partido um ritmo de discussão em que se salientam alguns conceitos, e o principal é o de burocracia, de um ponto de vista mais geral, processo não correspondido pelo PMDB. Por outro lado, em relação às questões específicas de organização é entre os militantes peemedebistas que se encontram as maiores visões críticas. Na comparação entre estas duas dimensões, e estes dois partidos, a dimensão mais difusa (dos conceitos teóricos e abstratos, tais como o de burocracia, democracia) tem uma noção mais discutida e crítica no PT (pelo esforço teórico que os militantes deste partido empreendem quotidianamente), enquanto os peemedebistas preocupam-se mais com os fatores concretos de sua organização partidária (conforme o caráter motivacional de seus militantes: ver parte 6).

TABELA 20 - É difícil pertencer ao Diretório Regional ? Pergunta feita aos delegados estaduais do PMDB e PT (RS - 1995).

PARTIDOS	SIM	NÃO	N/S	TOTAL
PMDB				
GRUPO 1	47% (23)	49% (24)	4% (2)	100% (49)
GRUPO 2	62% (16)	27% (7)	12% (3)	100% (26)
GERAL	52% (39)	41% (31)	7% (5)	100% (75)
PT				
CAD	37% (7)	58% (11)	5% (1)	100% (19)
ESQUERDA	25% (10)	73% (29)	3% (1)	100% (40)
INDEPENDENTES	29% (10)	68% (23)	3% (1)	100% (34)
GERAL	29% (27)	68% (63)	3% (3)	100% (93)

TABELA 21 - Os partidos são democráticos? Pergunta feita aos delegados estaduais do PMDB e PT (RS - 1995).

PARTIDOS	SIM	EM PARTE	NÃO	N/S	TOTAL
PMDB					
GRUPO 1	80% (39)	16% (8)	2% (1)	2% (1)	100% (49)
GRUPO 2	73% (19)	8% (2)	15% (4)	4% (1)	100% (26)
GERAL	77% (58)	13% (10)	7% (5)	3% (2)	100% (75)
PT					
CAD	63% (12)	26% (5)	11% (2)	-	100% (19)
ESQUERDA	90% (36)	10% (4)	-	-	100% (40)
INDEPEN.	88% (30)	12% (4)	-	-	100% (34)
GERAL	84% (78)	14% (13)	2% (2)	-	100% (93)

TABELA 22. O PMDB é oligarquizado? O PT é burocratizado? Perguntas feitas aos delegados estaduais do PMDB e PT (RS - 1995).

PARTIDOS	SIM	EM PARTE	NÃO	N/S	TOTAL
PMDB					
GRUPO 1	12% (6)	20% (10)	63% (31)	2% (1)	100% (49)
GRUPO 2	15% (4)	15% (4)	58% (15)	12% (3)	100% (26)
GERAL	13% (10)	19% (14)	63% (46)	5% (4)	100% (75)
PT					
CAD	63% (12)	16% (3)	21% (4)	-	100% (19)
ESQUERDA	5% (2)	52% (21)	42% (17)	-	100% (40)
INDEPEN.	15% (5)	41% (14)	44% (15)	-	100% (34)
GERAL	20% (19)	41% (38)	39% (36)	-	100% (93)

Essas questões ocorrem por causa de certos fatores. Em primeiro lugar, os partidos têm segmentos internos com visões diferentes acerca dos processos organizacionais. No caso do PT, por exemplo, o grande diferencial crítico do partido é o setor do Campo Amplo e Democrático (CAD). Este setor, sem dúvida, possui um nível de discussão teórico que produz uma avaliação pessimista acerca da democracia no PT, bem como o fator deste grupo não ser hegemônico nas instâncias de poder do partido também contribuem para a “acidez” de suas posições. Isto faz com que a média da opinião desfavorável à organização do partido cresça, ainda que os setores de esquerda e os independentes não sejam tão críticos assim. Mas, do ponto de vista específico, as críticas do CAD não são da mesma intensidade (no CAD 37% acham que é difícil no PT pertencer ao DR, enquanto 63% acham que o PT é burocratizado). Sem dúvida, um exemplo de descompasso entre as dimensões mais gerais e mais específicas em termos das avaliações dos militantes.

Em relação aos grupos do PMDB, pode-se ver que os militantes/delegados da elite (grupo 1) detém uma avaliação mais positiva quanto a democracia e uma visão menos pessimista quanto aos problemas organizacionais no PMDB, e não deveria ser diferente porque este grupo ocupa realmente os principais postos no partido. Os militantes/delegados não de elite possuem, ao contrário, uma posição menos ufanista quanto a democracia e mais crítica quanto a possibilidade de participação nas instâncias superiores do partido em âmbito estadual. Entretanto, esta visão mais crítica não se traduz em algo mais concreto por dois motivos: a) porque efetivamente este grupo não detém poder de decisão no partido, então não

pode transformá-lo; b) existe todavia um processo de submissão¹⁰ deste grupo de militantes aos militantes do grupo anterior que impede concretamente os processos de modificação partidário.

É interessante cruzar os conceitos existente no meio político para avaliar os descompassos na hierarquia de importância e clareza entre os militantes apartidários.

TABELA 23. Opinião dos delegados estaduais em relação se o PMDB e o PT são democráticos e de difícil acesso ao DR (RS - 1995).

PARTIDOS	1	2	3	4	5	6	N/R	TOTAL
PMDB								
GRUPO 1	31% (15)	14% (7)	2% (1)	45% (22)	4% (2)	-	4% (2)	100% (49)
GRUPO 2	42% (11)	4% (1)	15% (4)	23% (6)	4% (1)	-	15% (4)	100% (26)
GERAL	35% (26)	11% (8)	7% (5)	37% (28)	4% (3)	-	8% (6)	100% (75)
PT								
CAD	21% (4)	5% (1)	11% (2)	37% (7)	5% (1)	16% (3)	5% (1)	100% (19)
ESQ.	23% (9)	-	3% (1)	70% (28)	-	5% (2)	-	100% (40)
INDEP.	24% (8)	-	6% (2)	62% (21)	-	6% (2)	2% (1)	100% (34)
GERAL	23% (21)	1% (1)	5% (5)	60% (56)	1% (1)	8% (7)	2% (2)	100% (93)

1 - É DIFÍCIL E O PARTIDO É DEMOCRÁTICO; 2 - É DIFÍCIL E O PARTIDO É EM PARTE DEMOCRÁTICO; 3 - É DIFÍCIL E O PARTIDO NÃO É DEMOCRÁTICO; 4 - NÃO É DIFÍCIL E O PARTIDO É DEMOCRÁTICO; 5 - NÃO É DIFÍCIL E O PARTIDO É EM PARTE DEMOCRÁTICO; 6 - NÃO É DIFÍCIL E O PARTIDO NÃO É DEMOCRÁTICO.

Pode-se ver pela tabela acima que a maioria dos petistas entendem que o seu partido é democrático e que não é difícil pertencer ao DR, ainda que no caso do CAD esta maioria não exista. Entretanto, em relação aos peemedebistas, cerca de 35% acham que o PMDB é democrático mas de difícil acesso ao DR,

¹⁰ Submissão nos termos colocados por Michels (1982): submissão psicológica e técnica das massas perante os líderes; sem falar nas questões de carisma, e qualidades pessoais dos líderes.

enquanto 37% entendem que é democrático e não é difícil participar da mesma instância.

Mais uma vez é preciso ser realçado a importância que os processos de discussão (teóricos, políticos e ideológicos) têm para diminuição dos elementos oligárquicos nos partidos. E mais do que isso, que seja feito também uma materialização das críticas existentes, seja por materiais teórico, seja por ações concretas de oxigenação das instâncias e estruturas partidárias. Um partido que não discute internamente é um partido com fortes propensões para a oligarquização.

2.2 - Estratégia e objetivos.

As tabelas a seguir mostram a distribuição de freqüências entre os objetivos pessoais dos delegados entrevistados

TABELA 24 - Objetivos pessoais dos delegados estaduais do PT (RS - 1995).

GRUPOS	TRAB./PARTIDO	TRAB./SOCIED.	MUDAR/TRANS	OUTROS*	TOTAL
CAD	26% (5)	37% (7)	16% (3)	21% (4)	100% (19)
2ESQUERDA	20% (8)	25% (10)	35% (14)	20% (8)	100% (40)
INDEPEN	41% (14)	24% (8)	15% (5)	21% (7)	100% (34)
GERAL	29% (27)	27% (25)	24% (22)	20% (19)	100% (93)

* Não tem objetivos (no caso dos indep. e esquerda) e mudar o PT (CAD).

TABELA 25 - Objetivos pessoais dos delegados estaduais do PMDB (RS - 1995).

GRUPOS	1	2	3	4	5	6	7	TOTAL
GRUPO 1	35% (17)	4% (2)	12% (6)	4% (2)	20% (10)	22% (11)	2% (1)	100% (49)
GRUPO 2	38% (10)	-	23% (6)	15% (4)	8% (2)	12% (3)	3% (1)	100% (26)
GERAL	32% (27)	3% (2)	16% (12)	8% (6)	16% (12)	19% (14)	3% (2)	100% (75)

(1 - Trabalhar para o partido, 2 - Bom governo, 3 - Trabalhar para a sociedade, 4 - Programáticos, 5 - Eleitoral, 6 - Não tem, 7 - Outros)

TABELA 26 - Objetivos do PT para os delegados estaduais do PT (RS - 1995).

GRUPOS	1	2	3	4	5	6	TOTAL
CAD	26% (5)	47% (9)	5% (1)	11% (2)	11% (2)	-	100% (19)
ESQUERDA	58% (23)	28% (11)	3% (1)	3% (1)	10% (4)	-	100% (40)
INDEPEN	47% (16)	32% (11)	6% (2)	3% (1)	6% (2)	6% (2)	100% (34)
GERAL	47% (44)	33% (31)	4% (4)	4% (4)	9% (8)	2% (2)	100% (93)

(1 - Mudar, socialismo, 2 - Reformas, governo; 3 - Movimentos Sociais; 4 - Em discussão; 5 - Estruturar o PT; 6 - Outros)

TABELA 27 - Objetivos do PMDB para os delegados estaduais do PMDB (RS - 1995).

GRUPOS	1	2	3	4	5	6	TOTAL
GRUPO 1	41% (20)	18% (9)	2% (1)	24% (12)	8% (4)	6% (3)	100% (49)
GRUPO 2	38% (10)	23% (6)	4% (1)	15% (4)	15% (4)	4% (1)	100% (26)
GERAL	40% (30)	20% (15)	3% (2)	21% (16)	11% (8)	5% (4)	100% (75)

(1 - Governo, 2 - Programáticos, 3 - Mudar, 4 - Eleitoral, 5 - Fortalecer-se, 6 - Outros)

Nas tabelas acima, é possível ver-se, claramente, diferenças entre os partidos e intra os partidos. Entre o PT e o PMDB, há a diferença de um partido que ainda tem objetivos tradicionalmente de esquerda (mudança, socialismo, principalmente) e um que é restrito aos horizontes eleitorais e governamentais (PMDB). Dentro dos partidos, o PT é o que apresenta descompassos maiores em relação aos objetivos dos grupos e também o que eles pensam ser o do PT. Para os

grupos de esquerda e os independentes, está mais presente a questão da mudança e do socialismo; e especificamente para os independentes o trabalho para o partido (mesmo com o seu histórico alijamento do poder). Para os militantes do CAD, estão mais fortes questões como o governo, reformas, trabalho para a sociedade (já que no partido eles estão em minoria).

Essas noções são expressadas concretamente em práticas e objetivos específicos de luta, como a da disputa eleitoral e da militância nos movimentos sociais.

TABELA 28 - Delegados estaduais do PT e PMDB que pretendem concorrer (RS - 1995).

PARTIDOS	SIM	NÃO	N/S	TOTAL
PMDB				
GRUPO 1	69% (34)	31% (15)	-	100% (49)
GRUPO 2	27% (7)	62% (16)	12% (3)	100% (26)
GERAL	55% (41)	41% (31)	4% (3)	100% (75)
PT				
CAD	16% (3)	68% (13)	16% (3)	100% (19)
ESQUERDA	33% (13)	63% (25)	5% (2)	100% (40)
INDEPEN.	35% (12)	56% (19)	9% (3)	100% (34)
GERAL	30% (28)	61% (57)	9% (8)	100% (93)

Os delegados do PMDB pretendem concorrer em maior número que os do PT, o que indica, em certo sentido, a priorização desta dimensão pelos peemedebistas.

TABELA 29 - Militância extra-partidária - entre os delegados estaduais do PMDB e PT (RS - 1995).

PARTIDOS	SIM	NÃO	N/R	TOTAL
PMDB				
GRUPO 1	55% (27)	41% (20)	4% (2)	100% (49)
GRUPO 2	50% (13)	50% (13)	-	100% (26)
GERAL	53% (40)	44% (33)	3% (2)	100% (75)
PT				
CAD	58% (11)	42% (8)	-	100% (19)
ESQUERDA	85% (34)	15% (6)	-	100% (40)
INDEPEN.	68% (23)	32% (11)	-	100% (34)
GERAL	73% (68)	27% (25)	-	100% (93)

Apesar da diferença entre aqueles que militam em outro movimento no PT e PMDB não ser tão expressiva, no momento que conferimos o tipo de movimento no qual militam os delegados estaduais, vemos que os do PT atuam mais em movimentos como o sindical (31% do total dos entrevistados e 43% dos que militam), MST (4% no total e 6% dentre os que militam), estudantil (7% no total e 89% dos que militam); enquanto no PMDB a maioria é dos movimentos populares (21% do total de entrevistados e 40% dos que militam), por temas, como por exemplo educação (9% do total e 18% dos que militam). Pela relação dos mandatários em nível municipal (no caso dos movimentos populares) e da característica menos massiva os movimentos por temas, é preciso ponderar-se as respostas dos delegados do PMDB.

No caso do PT, há indícios de que uma parcela do partido dirigi-se para a estratégia eleitoral como a principal e prioritária. Os dados de dois processos

que demonstram o conflito interno no PT acerca das questões estratégicas são apresentados abaixo.

TABELA 30 - Qual luta o PT deve priorizar? Pergunta feita para os delegados estaduais do PT (RS - 1995).

GRUPOS	MOV. SOCIAIS	MOV. ELEITO.	AMBOS	OUTROS	TOTAL
CAD	16% (3)	-	84% (16)	-	100% (19)
ESQUERDA	55% (22)	-	45% (18)	-	100% (40)
INDEPEN	50% (17)	-	47% (16)	3% (1)	100% (34)
GERAL	45% (42)	-	54% (50)	1% (1)	100% (93)

TABELA 31 - Qual a luta mais importante para os que responderam “ambas” na Tabela anterior? Pergunta feita para os delegados estaduais do PT (RS - 1995.)

GRUPOS	MOV. SOCIAIS	MOV. ELEITO	AMBOS	TOTAL
CAD	25% (4)	31% (5)	44% (7)	100% (16)
ESQUERDA	78% (14)	-	22% (4)	100% (18)
INDEPEN	56% (9)	25% (4)	19% (3)	100% (16)
GERAL	29% (27)	10%(9)	15% (14)	100% (50)

Há com certa timidez a passagem para a estratégia eleitoral entre os militantes do CAD. No mínimo, estes petista colocam num mesmo plano a luta eleitoral e a dos movimentos sociais. Para os independentes e os grupos de esquerda, principalmente para estes, a luta eleitoral não deve ser priorizada sobre a luta dos movimentos sociais. A passagem da qual falamos, dos membros do CAD, que migram da estratégia que prioriza os movimentos sociais para a eleitoral, pode ser melhor vislumbrada na Tabela a seguir.

TABELA 32 - Relação entre a militância atual e de quando entraram no PT ?
Pergunta feita para os delegados estaduais do PT (RS - 1995).

	CAD	ESQUERDA	INDEPEN	GERAL
MILITAM	58% (11)	85% (34)	68% (23)	73% (68)
MILITAVAM	95% (18)	78% (31)	77% (26)	81% (75)

A queda existente nos valores gerais do partido é em grande parte devido a prática dos militantes do CAD que visivelmente não têm mais a mesma dedicação aos movimentos sociais como eles tinham quando entraram para o PT. Quando entraram no PT os membros do CAD eram parte dos sindicalistas que depois viriam a formar a ART , parte dos militantes do TRB que rompeu com este grupo por volta de 1987, e parte dos ex-integrantes do PRC. Por isto apareceu uma militância de 95% quando da entrada no PT. Os 58% de agora, não deixam de revelar a troca de objetivos e estratégia de ação da prática política.

Em síntese, é possível argumentar que a visão dos delegados dos dois partidos sobre questões cruciais da sua organização interna: no caso do PMDB a sua visão sobre o Estado e da avaliação da prática deste; e no caso do PT a avaliação sobre as tendências, se devem permanecer ou não. No fim, abordaremos os conceitos de democracia entre os delegados dos dois partidos e se, para os petistas, o PT é realmente socialista.

TABELA 33 - Opinião dos delegados estaduais do PMDB de 1995 quanto a quem deve e tem decidido a política de cargos do governo Britto (RS - 1995).

GRUPOS	PARTIDO	GOVERNO	COLIGAÇÃO	PART/GOV.	N/R	TOTAL
QUEM DEVE DECIDIR						
GRUPO 1	57% (28)	20% (10)	12% (6)	8% (4)	-	100% (49)
GRUPO 2	54% (14)	12% (3)	15% (4)	19% (5)	-	100% (26)
GERAL	56% (42)	17% (13)	13% (10)	12% (9)	-	100% (75)
QUEM TEM DECIDIDO						
GRUPO 1	10% (5)	49% (24)	31% (15)	6% (3)	4%(2)	100% (49)
GRUPO 2	19% (5)	54% (14)	15% (4)	12% (3)	-	100% (26)
GERAL	13%(10)	51% (38)	25% (19)	8% (6)	3% (2)	100% (75)

A visão dos delegados não é muito favorável a atuação do governo estadual na questão da política de distribuição de cargos. Por que utilizamos os dados acerca da política de distribuição de cargos? Porque ela é realmente a que despertou a maior atenção no ano de 1995 (e até hoje apesar de já ser caso perdido para o partido) dentro do PMDB. Relatamos que foram feitas reuniões nas Coordenadorias Regionais no mês de abril e maio do ano de 1995 só para conquistar o apoio do partido (das lideranças regionais) pois havia muita insatisfação em relação a distribuição de cargos para os outros partidos. Vejamos os dados da Tabelas a seguir.

TABELA 34 - Há insatisfação no PMDB em relação a política de cargos do governo Britto? Pergunta para os delegados estaduais do PMDB (RS - 1995).

GRUPOS	SIM	NÃO	N/R N/S	TOTAL
GRUPO 1	80% (39)	16% (8)	4% (2)	100% (49)
GRUPO 2	58% (15)	27% (7)	15% (4)	100% (26)
GERAL	72% (54)	20% (15)	3% (6)	100% (75)

Os delegados realmente identificam no PMDB uma insatisfação acerca da política de distribuição de cargos. A insatisfação reconhecida não é a mesma coisa que a insatisfação pessoal de cada delegado, pois a visão contrária a tal política não é tão numerosa quanto o reconhecimento da insatisfação. Do total de entrevistados, 57% (43) acham incorreta a política de distribuição de cargos do Governo Britto, 37% (28) acham correta e 4% (4) não soube ou não quis responder.

Estes resultados demonstram o poder maior do governo em relação ao partido, o que não é nenhuma novidade. Como também não o é, a preocupação prioritária dos militantes do PMDB acerca da questão dos cargos em detrimento de outras questões até mais importantes do ponto de vista das políticas públicas: como saúde e agricultura¹¹. O que está por trás disto é a velha questão motivacional dos militantes de partidos como o PMDB: a luta por cargos. Os delegados em geral, quando instados sobre esta questão, se os militantes do PMDB só lutam por causa dos cargos (ou à procura de), responderam assim.

TABELA 35 - Opinião dos delegados estaduais do PMDB de 1995 acerca da militância dos peemedebistas só ser por cargos (RS - 1995).

GRUPOS	SIM	EM PARTE	NÃO	N/R	TOTAL
GRUPO 1	8% (4)	29% (14)	61% (30)	-	100% (49)
GRUPO 2	12% (3)	15% (4)	73% (19)	4% (1)	100% (26)
GERAL	9% (7)	24% (18)	65% (49)	1% (1)	100% (75)

¹¹ Na pesquisa nós perguntamos se os entrevistados conheciam e aprovavam ou não as políticas de saúde e agrícola: 67% (50) e 69% (52) não conheciam as políticas de saúde e agricultura respectivamente. E dos que conheciam, 28% (7) e 43% (10) não aprovavam respectivamente tais políticas.

Este tipo de tema não é facilmente reconhecido pelos próprios militantes partidários. Mas, cerca de um terço dos delegados no geral concordaram total ou parcialmente com a pergunta feita.

Dos delegados entrevistados do PMDB, aqueles que disseram ser do DR, cerca de 67% não concordavam com a política de distribuição de cargos do Governo Britto e 78% achava que existia insatisfação dentro do partido. Destes, também, 56% entendiam que era o partido que devia coordenar tal política, mas viam o Governo (67%) como quem estava realmente exercendo o domínio. Sendo o DR responsável pela política do PMDB e confirmando-se estes resultados no conjunto de instância, ou o partido é realmente importante diante da administração do Governo, ou há um grupo (círculo interno) mais reduzido que o DR que conduz verdadeiramente as ações do partido.

Quanto ao PT, vamos ver qual a aceitação das tendências e se elas devem permanecer para os delegados estaduais petistas.

TABELA 36 - Avaliação do papel das tendências para a democracia do PT - entre os delegados estaduais (RS - 1995).

GRUPOS	POSITIVA	RAZOÁVEL	RUIM	N/R	TOTAL
CAD	84% (16)	16% (3)	-	-	100% (19)
ESQUERDA	95% (38)	3% (1)	3% (1)	-	100% (40)
INDEPEN	82% (28)	6% (2)	9% (3)	3% (1)	100% (34)
GERAL	88% (82)	7% (6)	4% (4)	1% (1)	100% (93)

TABELA 37 - As tendências devem permanecer? respostas dos delegados estaduais do PT (RS - 1995).

GRUPOS	MANTER	MUDAR	TERMINAR	N/R	TOTAL
CAD	53% (10)	42% (8)	5% (1)	-	100% (19)
ESQUERDA	75% (30)	25% (10)	-	-	100% (40)
INDEPEN	62% (21)	24% (8)	12% (4)	3% (1)	100% (34)
GERAL	66% (61)	28% (26)	5% (5)	1% (1)	100% (93)

Mesmo com uma avaliação média positiva do papel das tendências para a democracia do partido, há um setor do PT, o CAD, que já não vê com os mesmos olhos a importância das tendências. O que confirma nossas análises na Parte 6 quando procuramos mostrar que os militantes em torno de grupos como o CAD não mais (ou nunca) defendem a formação de sub-unidades partidárias do tipo de facções e frações, no máximo, quando muito, de tendências de opinião (só para os encontros de preferência).

Por um lado, isso acontece no PT porque no partido não há um sentimento da necessidade do socialismo como havia antes. Na época do V Encontro Nacional em 1987 o PT chegou naturalmente a resolução sobre a questão do socialismo porque era uma coisa desejada pelo conjunto do partido. Com a “queda do muro”, e outros processos mais, já não existe mais esta certeza para pelo menos um setor do partido, o CAD. A motivação para a construção do socialismo era uma das principais razões para a formação de grupos organizados no PT: que queriam ser a vanguarda marxista (leninista ou trotskista) para no momento certo “tomar de assalto o PT”. Já foi visto a importância da democracia para os petistas. Mas, e o

socialismo, será que tem o mesmo interesse, será que eles vêem o PT como ainda um partido socialista. Vejamos.

TABELA 38 - O PT é socialista? resposta dos delegados estaduais do PT (RS - 1995).

GRUPOS	SIM	EM PARTE	NÃO	N/R	TOTAL
CAD	79% (15)	11% (2)	5% (1)	5% (1)	100% (19)
ESQUERDA	73% (29)	23% (9)	5% (2)	-	100% (40)
INDEPEN	85% (29)	12% (4)	3% (1)	-	100% (34)
GERAL	79% (73)	16% (15)	4% (4)	1% (1)	100% (93)

Os setores de esquerda parecem ser um pouco mais críticos porque justamente querem ver o PT como realmente um partido socialista. E o socialismo para estes grupos (esquerda) tem ainda alguma coisa a ver com o marxismo (e um pouco menos com o leninismo), por isto, seus parâmetros são outros. Mesmo assim, o percentual de delegados de esquerda que acham o PT socialista é superior a dois terços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“El verdadero problema del partido político es, en cambio, poder institucionalizar una *máquina* capaz de ser al mismo tiempo un *cerebro* (un ‘intelectual colectivo’, decía Gramsci), que es luego la única máquina dotada de auténtica eficacia política (en la lucha por ganar el poder junto con el consenso): un *partido de massas* que construye *cuadros* [grifos do autor]”. (Cerroni, 1973, p. 46/47)

Os partidos brasileiros chegam a metade da década de 90 pressionados pelas questões do presente; e questionados pelas questões do futuro. Atualmente, é inegável a obsolescência das formas organizacionais dos partidos no Brasil (nos processos de distribuição de poder e tomada de decisão). Isto vale também para os partidos gaúchos, mesmo que neste Estado exista uma tradição partidária de razoável história. Esta obsolescência, se já é problemática para os procedimentos organizacionais (pela falta de poder para os setores de base do partido), possui um efeito devastador nos processos de interação partido/sociedade, sobretudo em relação a participação¹. Os partidos, apesar da aparente solidez que apresentam, principalmente pelo monopólio da representação estatal que detêm, não podem esperar que seja aceito eternamente o domínio de uma minoria sobre os assuntos públicos. Existem militantes partidários que reconhecem estas questões, mas é difícil fazer com que os grupos e indivíduos que controlam o poder possam abdicar dele. E se for destacado o exemplo do PMDB (RS), pela tradição da política interna deste partido (como foi visto neste estudo), para haver alguma mudança organizacional no sentido de uma maior divisão do poder, só se a cúpula partidária

¹ “A situação dos partidos na transição política apresenta um elemento paradoxal. De um lado, os partidos políticos do nosso tempo apresentam-se incapazes de absorver uma demanda de setores sociais que buscam representação política, de outro, a estrutura elitista dos partidos impossibilita a organização das massas”. (Baquero, 1989b, p.3).

cometesse suicídio, porque os setores de base não demonstraram até hoje condições para fazer algo em seu benefício próprio.

No caso do PT (o outro partido analisado nesta dissertação), é possível distinguir um nível de preocupação (dessas questões) mais adiantado. A formação e desenvolvimento da organização interna deste partido sempre abriu espaço para processos de discussão, sobretudo em relação a aspectos políticos mediatos que tratassem acerca da participação e representação popular. Neste partido também, diferentemente do PMDB, há por parte das bases (em grande parte das organizadas) uma cultura crítica à organização do partido, sem falar em relação as disputas entre os grupos organizados através de seus dirigentes.

Mas, apesar disso, o PT também apresenta processos oligárquicos, ainda que sejam de tipo diferente dos do PMDB (no PT eles são burocráticos, no PMDB são elitistas). Estes processos não ajudam a resolver as pressões do momento nem as questões do futuro, ao contrário, as potencializam. Por isso, os partidos precisam discutir estas questões sob pena de abreviarem a sua existência, pelo menos nos moldes de organização atuais.

Quanto aos processos de oligarquização encontrados nos partidos, destacam-se os seguintes (analisados nas partes desta dissertação e segundo os objetivos propostos para ela).

1 - Em relação aos procedimentos de organização, os partidos possuem elementos oligárquicos: a) no aspecto de estabilidade dos dirigentes nos órgãos diretivos estaduais (segundo as indicações metodológicas de Michels, 1982, e Schonfeld, 1980). O PMDB apresenta um processo de renovação inferior ao do PT, em média (a exceção da renovação simples da CE do PT), e tem, particularmente, um problema acerca da média de renovação do DR (abaixo de 30%), apesar deste órgão ser, teoricamente, o que deveria captar a pluralidade de lideranças intermediárias do estado inteiro, que no caso do PMDB, são numerosas. Uma outra questão importante é a da discrepância considerável entre os processos de renovação e substituição simples e da elite, demonstrando, por um lado, a manutenção do perfil elitista dos órgãos partidários do PMDB, e, por outro lado, que um dos atributos mais importantes para a ascensão de um militante neste partido é a posse de “capital político” (no caso, voto e mandato, bem como cargo de confiança de primeiro escalão).

O PT tem um ponto problemático nos processos de renovação dos seus órgãos diretivos, é a renovação na CE. Isto ocorre porque a escolha dos dirigentes desta instância (a mais importante para as questões de gestão do partido no dia-a-dia) é influenciada diretamente pelos grupos organizados: que formam as chapas, que têm força para eleger os membros. A média de renovação mais reduzida desta instância parece indicar que os grupos organizados também estabelecem uma certa elitização em termos dos militantes que devem dirigir o partido, bem como a direção das próprias organizações internas. Há uma espécie de funil no PT e nos grupos internos.

b) Os processos de estabilidade nos partidos têm um fator objetivo (e dependendo, inercial) que é a legislação partidária, e conseqüentemente, as regras estatutárias. Um partido que se submete às regras estatais, ou que identifica nas questões estatutárias as únicas que podem garantir as melhores formas de representação (como no caso dos 30% de postos obrigatórios para as mulheres), demonstra que ainda está aquém das exigências políticas das bases sociais. E nisto, os dois partidos são iguais. Se, por um lado, o PMDB sempre se submeteu integralmente as normas da LOPP (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), o PT, por outro lado, adota uma postura “legalista” nas suas questões de representação interna (30% de mulheres, postos específicos para as setoriais de deficientes físicos, negros, Prefeitos, Vereadores). Se os processos de estabilidade demonstram procedimentos oligárquicos (permanência, exclusivismos), a submissão às práticas “burocráticas” de organização (ainda que no caso do PMDB seja em benefício de um tipo elitista de organização) também mostram os perfis comprometidos (pela oligarquização) dos partidos gaúchos.

c) Articulando as duas dimensões anteriores (os processos de estabilidade e de regras estatutárias) há os processos políticos de escolhas dos dirigentes (como a lei é posta em prática e quem ocupa os postos das instâncias), processos que também apresentam elementos oligárquicos. No caso do PMDB, os processos de estabilidade e as regras estatutárias são melhor compreendidas se for visto que há um círculo interno (única forma organizacional interna que tem peso para as questões de poder) que domina os processos organizacionais. Isto pode ser

comprovado por práticas, tais como, a formação de “comissões de alto nível” para a escolha dos membros das instâncias partidárias; práticas que formam a chapa oficial, que por ser de situação, é considerada a única possível: daí ser denominada dentro do partido com o rótulo de “oficial”. E os escolhidos para a composição das chapas são prioritariamente os militantes de elite (mandatários, detentores de cargo de confiança), só secundariamente são escolhidos os militantes de (apenas) militância partidária e dos movimentos sociais. Ou seja, o PMDB tem tanto um círculo interno que controla o partido como uma prática política que privilegia os interesses dos mandatários e demais militantes de elite (escolhendo-os para os principais postos dentro do partido e de sua indicação para fora).

No caso do PT, a dinâmica dos processos políticos de escolhas dos dirigentes é dada pela disputa entre os grupos organizados. Por um lado, eles hegemonomizam os processos de trocas dos dirigentes (os militantes organizados são os mais escolhidos para as instâncias, assim como são os próprios que fazem as regras e dão o ritmo das mudanças), marginalizando-se assim os militantes independentes (mesmo que seja promovido, pelo menos, uma disputa entre elites, processo que não existe no PMDB). Por outro lado, os grupos organizados, para terem as suas posições vitoriosas, desenvolvem práticas “aparelhistas” em relação à estrutura do partido: surgem dependendo do grupo, ou uma supervalorização da estrutura e um certo “fetichismo da organização” para que a partir dela seja possível implementar as políticas estratégicas (no caso de dominação sobre os outros grupos), ou uma subvalorização da estrutura partidária em benefício dos mandatos e postos públicos (visão promovida por quem não detém o poder do aparelho e detém poder fora dele),

gerando assim, não uma oligarquização burocrática, como a posição anterior, mas uma oligarquização elitista, semelhante a do PMDB. Ou seja, o que vale enquanto proposta organizacional depende das circunstâncias de poder dentro do PT, mas a lógica do conflito e do aparelhismo é a mesma.

d) Na organização geral dos partidos em nível estadual, existem outros órgãos partidários (como imprensa, secretarias, setoriais, núcleos) que são condicionados pelas lógicas de distribuição de poder e tomada de decisão verificadas nas instâncias superiores (DR e CE). Essas instâncias inferiores também participam, de uma maneira ou outra, dos processos descritos acima, sobretudo servem para a caracterização modelar dos partidos. É a partir das instâncias de base e das formas organizacionais de estruturas paralelas (como as tendências no PT) que o perfil dos partidos são explicitados, perfil de organização/oligarquização. No caso do PMDB, não são promovidas a criação e dinamização de outras instâncias regionais (como setoriais e núcleos) porque o poder controlado pela cúpula (círculo interno) tem de ser preservado, ou intocado. O círculo interno não precisa de mais dimensões para controlar o partido. Por isso, até hoje, o PMDB só criou uma instância importante em nível estadual que já não estivesse na hierarquia da LOPP: as Coordenadorias Regionais. Mas, também estas, pelos propósitos e práticas que tem assumido não têm ajudado às bases, pelo contrário. Como por exemplo, no episódio de cooptação das lideranças intermediárias do PMDB que se sentiam desprezadas pela política de cargos do Governo Britto. Instâncias como o IEPES e a Fundação Pedroso Horta só foram dinamizadas quando atendiam algum interesse dominante.

O PT, ao contrário, os grupos internos promovem a criação de vários tipos de instâncias (até certo ponto num sentido burocrático) no sentido de mais pólos para a disputa interna, isto é, as instâncias são vistas como meios de dominação. Mas, na verdade, os militantes petistas também apostam em processos de formação, politização (efeitos anti-oligárquicos). Por isso, algumas experiências (em termos de jornais, secretarias e núcleos) foram e são criados para atender aos propósitos da melhoria de qualidade da militância.

O PT também desenvolve uma relação organizacional com os movimentos sociais e parlamentares no sentido de aproveitamento das estruturas que estas instituições podem gerar (como militância paga, organizadores profissionalizados pelos gabinetes). Isto difunde as práticas aparelhistas para fora do partido, bem como também, aumentando a complexidade organizacional do partido. Daí, é um *pulo* para a burocratização organizacional.

2 - Em relação aos processos subjetivos de motivação das práticas e estruturas oligárquicas, pode-se destacar: a) os grupos internos do PT não lutam entre si por acaso, mas amparados em diferentes ideologias e propostas políticas de organização. Isto faz com que as pendengas petistas assumam uma configuração integral. Nesse sentido, este partido até pode tentar desenvolver formas democráticas de representação e organização, bem como níveis baixos de estabilidade, mas como não há um consenso acerca de questões ideológicas e políticas as disputas internas são instrumentalizadas para a vitória de uns sobre os outros; são potencializadoras de

processos aparelhistas e de exclusão. Ou seja, o problema do PT está na sua raiz ideológica e política, o resto é consequência.

O PMDB, neste ponto específico, detém internamente um consenso (entre base e cúpula) acerca das propostas estratégicas (eleitorais) e objetivos programáticos (bom governo, desenvolvimento social). O problema é que a estratégia eleitoral, por si só, é sinal (não inevitável) de procedimentos oligárquicos de tipo elitista: pelo predomínio dos mandatários sobre os demais militantes.

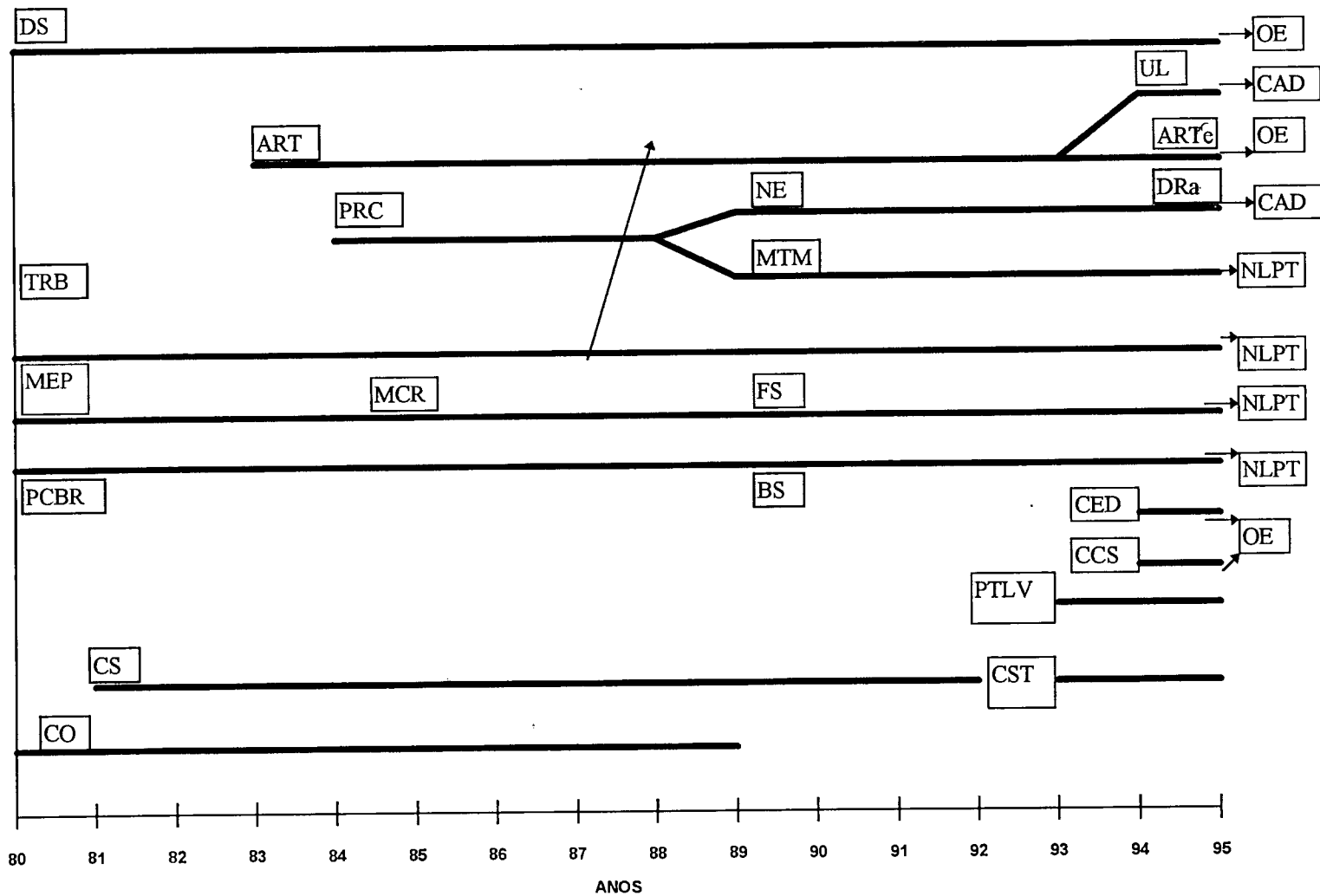
b) Estas questões estratégicas e programáticas quando entram em relação com as práticas internas e externas dos partidos, e pela estrutura partidária em termos de organização, acontecem processos que também interferem nos elementos oligárquicos, sobretudo na interação partido/sociedade. No PT, por exemplo, o aparelhismo desenvolvido internamente é difundido para as estruturas externas na medida que as disputas internas são potencializadas. Na prática, a estratégia de “acúmulo de forças” para o socialismo (ou democracia) fica submetida às brigas internas e aos interesses egoístas dos grupos internos (os sindicatos e demais entidades dos movimentos sociais são correntes de transmissão dos objetivos dos grupos internos do PT).

No PMDB, como o voto é o principal meio de aquisição de “capital político” para a ascensão interna, e como a própria estratégia peemedebista é eleitoral, e ainda por cima o partido não tem uma definição ideológica mais clara acerca dos modelo econômico e político, a prática interna e externa do partido nos

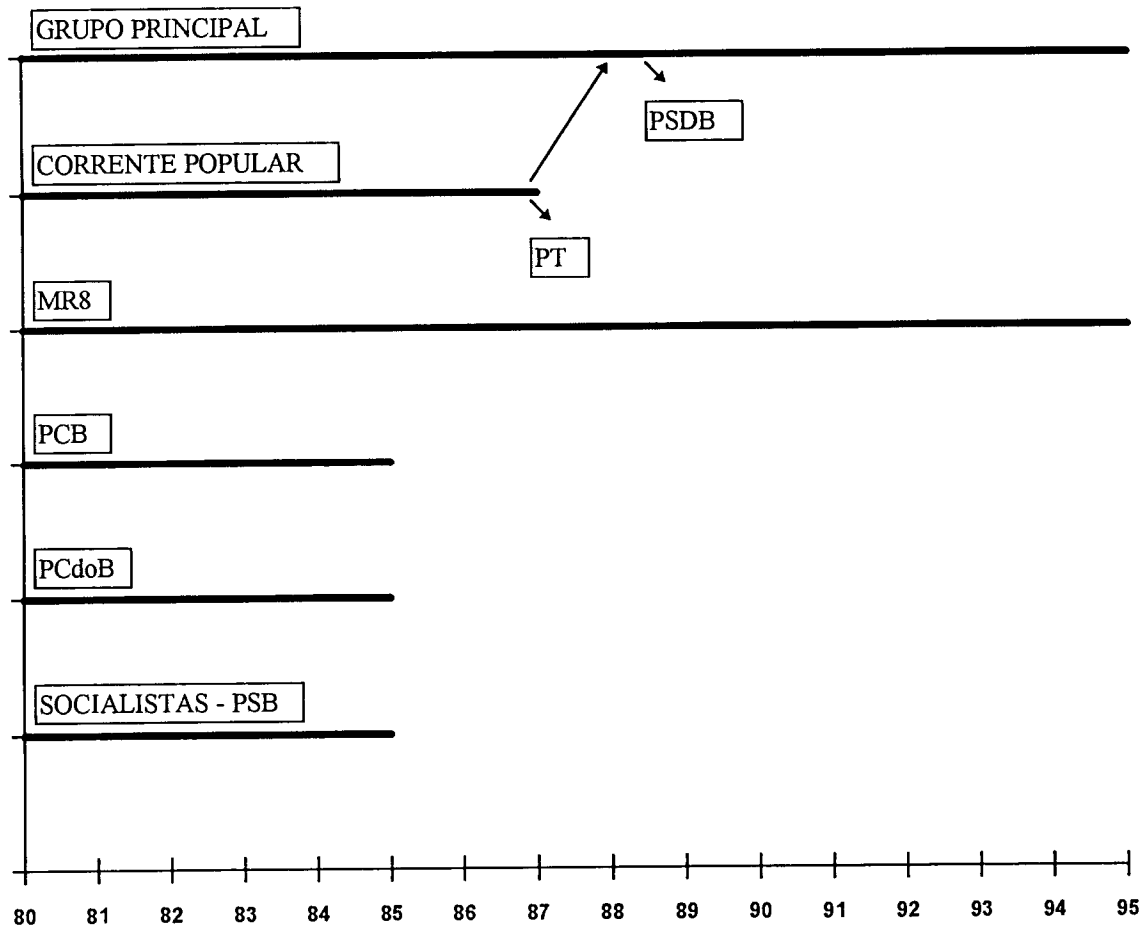
processos eleitorais é de criação de uma “maquina política”. Estrutura que pelo clientelismo e paternalismo nas práticas partidárias e eleitorais compra e domestica as bases sociais, sobretudo as do partido, a partir de cargos de confiança, dotações orçamentarias, tráfico de influência. Com isso, a cúpula mantém o seu poder e as bases suas migalhas.

Os partidos se quiserem ser no futuro o que são hoje para a democracia, uma das principais instituições de representação e formação de políticas públicas, precisam urgentemente atacar esses elementos oligárquicos, sob pena de perderem a sua legitimidade junto às bases sociais e partidárias (se é que já não perderam).

ANEXO 1a. EVOLUÇÃO DOS GRUPOS DO PT



ANEXO 1b. A EVOLUÇÃO DOS GRUPOS NO PMDB.



ANEXO 2a - MEMBROS DO DR E DA CE DO PT-RS.

MEMBROS	1981	1984	1986	1987	1990	1992	1993	1995
Abrelino Matei								T ¹
Adão Gonçalves		T						
Adão Pretto			T					
Adão Villaverde			T	T*			T	T
Adelar Pretto							S	
Adeli Sell	T*	T*	T*	T*	T*	T*	T*	T*
Adelmar Pedroso						T	T	T
Ademar Gehlen	S							
Ademir Cortivo						T		
Adir da Cruz	S							
Adroaldo Corrêa		T*	T*	T	T	S	T	
Albino Fogaça				S				
Alcides Ludke	T*							
Alexandre Frasson					T			
Almerindo Dutra							T	
Almir Osmari							T	
Alonso Coelho						S	T	T
Altemir Tortelli						T		
Álvaro Hypólito		S						
Amarildo Cenci								T
Ana Aurélia					S			
Ana Clara Fernandes								T
Ana Fogaça						T*	T*	T*
Ana Godoy		T						
Ana Ruth Lima	T							
André Beck					S			T
Anelio Cruz	S	T						
Anita L. de Oliveira						T		
Ansélio Brustolin	T*							
Antônio A. Berbigier	T							
Antônio A. Luz							T	T
Antônio C. Cardoso							T	
Antônio C. Ferreira	T*							
Antônio C. M. da Cruz								S
Antônio Castro				T	T*			
Antônio Escosteguy						T		
Antônio Hohfeldt		T						
Antônio Inácio Silva			T*					
Antônio Leutchuk								T
Antônio Losada		T*	T		S	S		
Antônio Marangon			T*	T*	T	T		T
Antônio Motta								T
Antônio Prado				T				
Antônio Sanzi								S
Antônio Wunsch				T		T		

¹ T - Membro titular do DR; S - membro suplente do DR; * - membro da CE.

Docimar Querubim							T	
Domingos Todero						T	T	
Doribio Grunenwald			T	S				
	1981	1984	1986	1987	1990	1992	1993	1995
Eden Caldas								S
Eden Pedroso								T
Edgar Nilsson		S						
Edson Portilho							T	S
Eduardo Mancuso						S		
Eduardo T. Galhardt								S
Elaine Ribeiro						T		
Elenice Pastore								T
Eliana R. Colpo								T*
Eliezer Pacheco								T
Elio Spanhol								T
Elis Regina Abreu								S
Elton Oliveira			T					
Elton Scapini						T		
Elvino Bonh Gass								T
Emilio Diniz		T					T	
Enid Backes	T*	T	S					
Enilza Pires								T
Eno Filho						S	S	T
Ernani Stradiotto			T					
Ernesto Rodrigues								T
Estilac Xavier			T	T*	T*	T	T	T*
Etel Colbert						S	T	
Evaldo Weber		S						
Fabiano Pereira						S		
Felipe Abib								S
Fernando Wagner								T*
Firno Trindade	T*	T*						
Flávio Bettamin	T*	T						
Flávio Koutzii			T*	T*	T	T	T	T*
Flávio Santos Silva			T					
Flávio Silveira		T						
Francisco Marques	S							
Francisco Vicente					S			
Gabriel Grabowski							T	
Geci Prates				T*				T
Gecira di Fiori								T
Gerson Almeida					T*	T*	T*	T
Gerson Madruga						T		
Gessi Bonez						T		
Gilberto Romanzini							T	
Gilberto Tutenhagemm								S
Gilberto Vargas						T	T	T
Gildo Silva							T	
Gilmar Pastório						T		
Gilmar Rinaldi							T	S
Gilmar Santos	T							
Gilnei Benetti						T		
Gilson Andrade		S						

Giovani Gregol				T				T
Gislaine Campos						T		
Guilherme Barbosa				S				T
Guilherme Cassel							S	
	1981	1984	1986	1987	1990	1992	1993	1995
Helena Bonumá				S	T*	T*	T	
Hélio Corbelini			T	T		T	S	S
Hélio F. Vieira	T							
Heron Estrela					S			
Hilda Rubim						T		
Humberto C. Pinheiro								T
Humberto Kasper					T*	T*	T*	T
Humberto Ramos	T							
Idalécio Moreira						T	T	T
Iliana Rodrigues	T							T
Ilton Luis de Freitas				T				
Inácio Fritzen			S			S	S	T
Iria Charão						T	T	S
Isabel Freitas							T*	T*
Isaias Vedovatto							T	
Ivaldo Bresolin	T							
Ivaldo Gehlen		T						
Ivan Brugalli								T
Ivar Pavan					T*	T	T*	T*
Ivo Fiorrotti								T
Izel Pinheiro				S		T		
Jacir Picolotto							S	S
Jaime Rodrigues								T
Jairo Carneiro						T		
Jairo J. Silva					T	S		
Jairo Santerra							S	
Jane Bauer							T*	T*
Jarcedi Terra						T	S	
João A. Marques						T		
João A. Menini							T	
João C. Ceolin							T	T
João Couto	T	T*			T	T*	T*	T
João F. V. Mello	T							
João Ferrer				S				
João Griebler					T			
João H. Pes							T	T
João Kist		T						
João Lúcio Costa								T*
João Machado	S							
João Motta				T				
João O. dos Santos			S					
João P. Stedile	T							
João Verle		T	T*	T*				
Jones Budrys					T	T*	T*	S
Jorge Buchabqui						T		T
Jorge Buffon						T		
Jorge Goldschmidt				T			T	
Jorgia Hornig						T	T	T

José A. da Silva						T		
José A. de Siqueira						T	T*	T
José A. Tapia				S				
José C. Azevedo	T*	T*	T*	T		T*	T	T
José C. Daron							T	
	1981	1984	1986	1987	1990	1992	1993	1995
José C. F. Reis								T
José C. Mello		S						
José C. Oliveira			T	T	T			
José E. Griza						T	T	
José E. Utzig						T	T	
José Fortunati		T	T	T*	T*			
José H. Hoffmann						S		
José Jorge Branco						T	T*	T*
José L. C. Cruz	T*	T	T					
José L. Lauerman								S
José R. da Silva		T	T*					
José R. Oliveira	S							
José Silvera	T							
Juarez Tozi	T							
Juliano Corbelini							T	
Julieta Balestro			T					
Julio C. Garcia					S	T	T	S
Julio Camisolão				S				
Julio Quadros					T		T*	T*
Juraci Masiero		S	T					
Jurandir Damin				S				
Jussara Dutra			S					
Karen Peglow								S
Laércio Barbosa						T	T	T
Laerte Meliga		T*	T*	T*			S	T*
Lauri de Carli						S		S
Lauro Brum						T		
Lauro Magnano						S		T
Lazie Lopes						T		
Leo Weber							T	
Leonardo Palma								T
Leonel Moraes						T		
Leonilse Guimarães					S	T		
Lino de Davi					S			
Lires Marques			S					
Lorena H. Silva		T						T
Luciano Brunet							T	
Luciano Lemos							T	T
Lucio Costa						S		
Lucir de Conto								T
Lugon Levandowski							S	
Luis A. Rodrigues							T	
Luis A. Santos							T	
Luis C. Paz Santana							T	
Luis Dalla Costa							T	
Luis H. Müller					S			T
Luis Silveira					T			

Luis Teixeira		T						
Luiz A. Gisler			S	T				
Luiz C. Costa						T*		T*
Luiz C. Folador						T	T	
Luiz Carlos Padilha								T
Luiz F. Mainardi				T				
	1981	1984	1986	1987	1990	1992	1993	1995
Luiz Fogaça	T							
Luiz P. Vares					T	T	S	T
Luiz Volcan		T		T				
Mara Feltes								T
Marcel Frison								T
Márcia Camargo			T	S	T			
Márcia E. Bauer								S
Marco Azevedo				T				
Marcos A. S. Velho								T
Marcos Rolim					T*	T*	S	
Mari T. Machado							T	T
Maria de F. Baierle						T	S	
Maria do Rosário								T
Maria E. Nascimento							T	T
Maria E. S. Maciel	S							
Maria E. Wolf						T		
Maria H. de Quadros								T
Maria I. Cattani						T*	T*	
Mariangela Bairros								T
Marianne Kolo	S							
Marino Modesti					S	T		
Mário A. Ritter						T		
Mário C. Pinheiro								T
Mário Pockmann	T							
Marlene Pascoali						T		
Marlise Fernandes							T	
Mauri Cruz					S			
Mauro Brochier			T					
Mauro J. Postal						T		
Miguel Lima	T							
Miguel Rossetto	T*	T*						
Milton M. Machado								S
Milton Martins						S		T
Milton Rosa				T				
Milton Viário						T		
Misiara Oliveira								T
Nádia la Bella								T
Natalício Corrêa					T*	T*	T*	T
Nataniel Vicente						T		
Nedio Piran				T				
Nei A. Sena						T	T	S
Nei Machado			T					
Nelion Silva			S					
Nelson de Sá		T*						
Nelson Spolaor							T	T
Nely Zaffari		S						

Neomir Alcântara			T	T				
Nereu B. Bueno	T							
Nereu Seraski	T							
Neucir Benetti				S	T	T	T	T
Neusa Azevedo							S	
Neusa T. L. Machado								S
Ney Malgarim			T					
	1981	1984	1986	1987	1990	1992	1993	1995
Nise Pelanda						S		
Odir Gotardo							T	
Olenka Zacouteguy						T		
Olívio Dutra	T*	T*	T*			T	T	T*
Oscar Siqueira							T	
Pablo Machin								S
Patrícia Pezze					S			
Paula Pires								T
Paulo A. Bassotto								S
Paulo Abdala	T							
Paulo C. Rosa		S			T	T*	T*	
Paulo Corazza					T			
Paulo D'Ávila			T*	T*	T*	T		
Paulo F. Cabral						T	T	S
Paulo Faccioni				T				
Paulo Ferreira			S			S	T	
Paulo G. Lago				T				
Paulo Gregory							S	
Paulo Haubert		T						
Paulo Morcher			S					
Paulo P. Torelly							T	T*
Paulo Paim			T					
Paulo R. Carvalho						T		
Paulo R. Pimenta								T*
Paulo Rodrigues			S				T	T
Paulo Santos	S							
Paulo T. Carneiro	T*	T	T		T			
Pedro A. Teixeira								S
Pedro de Azevedo	T							
Pedro Galmarini		T						
Pedro I. Junior								T
Pedro L. Correa							S	
Pedro L. Osório		S						
Raimer Felzke	T							
Raimundo Pedrosa			T	T*				
Raimundo R. Filho	T							
Raquel Vercelino								T
Raul Pont	T*	T*	T*	T*	T*	T	T	T
Reginaldo Lacerda								T
Remi Dalbasso		T						
Renato Azambuja		S						
Renato D. Vecchia						T		T
Renato Sparreberguer							T	
Reny T. Andrade								S
Ricardo A. B. Lima			T					

Tânia B. Menezes								T
Tânia R. dos Santos						T	T	
Tarso Genro			T*	T*				
Tereza Dalmaso						T	T*	T
Toni Vieira	T							
Túlio Zanin	S							
Valci Guimarães				S				
Valdecir de Oliveira						T		T
Valdir Bortolucci						T		
	1981	1984	1986	1987	1990	1992	1993	1995
Valentino Francararo	S							
Valter Amaral								S
Valter Freitas		T	S					
Vanderlei Caloni							T	
Veríssimo Soares		T						
Vicente Raubert					T		S	S
Vilmar Boschetti						S		
Vilmar Rodrigues	T							
Vitor Labes							T	T
Vitor Saydelles				T				
Walter F. F. de Souza								T
Walter Souza		T						T
Wilson Damasceno	S							
Wladimir Crippa								S
Zadelene Zard								T

T - Titular do DR, S - Suplente do DR, * - Membro da CE.

FONTE: DR do PT-RS e TRE-RS.

ANEXO 2b - MEMBROS DO DR E DA CE DO PMDB-RS.

MEMBROS	1980	1981	1982	1983	1986	1988	1990	1993	1995
Abdo Mottecy							S	T	T
Achylls Braghirolli						S		S	S
Adão Faraco				T	T	T	T		
Adão Haggstram	T/s	T/s	T/s	T					
Agenor Castoldi				T					
Airto Ferronato									S
Airton Amaral									T
Airton Conti						S			
Alberto Bassani								S	
Alberto Oliveria							T	T	T
Alceu Moreira						S			
Alcides Braun			T	T	S				
Alcides Saldanha	T/t	T/t	T/t	T/t	T	T	T	T	T/t
Alexandre Postal							T	T	T
Amaury Perusso								S	S
Ana Mandelli			T						
Ana Maria S.			S						
Anadir Alba						S	S		
André de Alexandri					S				
André Forster	S	S	S	T/t	T/t	T/t	T/t	T/t	T/t
André Nivaldo Soares	T/t	T/t	T/t	T	T				
Antenor Ferrari				T	T/t	T	T	T/s	T/s
Antônio Apoitia Neto				T/s	T				
Antônio B. Conto								S	S
Antônio Barbedo									T
Antônio Britto					T	T	T	T	T
Antônio C. Fonseca							S		
Antônio Dexheimer						T	T	T	T
Antônio Jordão							S	S	S
Antônio Lemos									S
Antônio Lorenzi						T/t	T/t	T	T
Armando Temperani P.	T	T	T	T					
Armindo Vargas				S					
Arno Carrard			T/t	T	T				
Arthur Issler								S	S
Assis R. de Souza							T	T	T
Bernardo de Souza				T	T	T			
Bonfilio Seben								T	T
Caetano Brum							T		
Caetano Peruchim					S				
Caio Lustosa	T	T	T						
Caio T. Rocha								S	S
Canísio Ost				S	T				
Carlinda Farina							T		
Carlos Eroni Carus	S	S	S	S		S	S		
Carlos Giacomazzi	T	T	T		T	T	T	T	
Carlos Romeu Pinto				S	S				
Carlos S. Filho							T		
Carlos Silva Santos	T	T	T/s	T					
Célia Chaves				S	S				

	1980	1981	1982	1983	1986	1988	1990	1993	1995
Cezar Busatto				T/s	S	S	T/s	T/s	
Cezar Schirmer	T/t	T/t	T	T	T/t	T/t	T	T	T
Ciro Machado	S	S							
Cláudia Rosso			T						
Cláudio Cava					S				
Clênia Maranhão									T/t
Clóvis Assmann			S	S	T				S
Clóvis Brum		T	T		T	T/s	T/s		
Constantino Picarelli							T	T	
Cristiano Tastch									T
Darci von Hoonboltz						T/s	T		
Darcísio Perondi									T
Davi Oliveira	T	T	T						
Davi Sobrinho	T/s	T/s							
Delmar Dias				S					
Demis Lemos							T		
Denise H. Galeazzi					T	T			
Deoclíades Vendrusco				S					
Dino Périco			S						
Dirceu Boniatti								T	
Dirceu Garcia				T					
Domínio Camargo									T
Dorival Campos	S	S	S						
Ecléa Fernandes				T/t	T/t	T			
Edir Oliveira				T	T/s	T/s	T		
Edmundo Lima							S		
Edras Rubim						S			
Edson Brum								S	
Edson Pereira							T/t		
Edson Trindade						T/s			
Elemar Gründling	T		T	T	T/s				
Eliseu Padilha							T	T/s	T
Elygio Menegatti	T	T		T	S				
Emiliano Limberg	S	S	S						
Erani Muller	S	S	T	S	T	T			
Erico Weber							T		
Erno Christ			T						
Eugênio Ritzel	T	T		T	S				
Eunice Costa							S		
Fábio Koff					T/s	T/t			
Fernando Guedes	S	S	S						
Fernando Lemos									T/s
Firmino Dor				T					
Flávio Ferri				T	S	T			
Floressal Silva							S		
Francisco Bernd					T				
Francisco Carrion Jr.				T	T	T			
Francisco Flores							T		
Francisco Medeiros				T					
Francisco P. Sant'ana				S					
Fredo Ebling				T/s					
Georg C. Dürr					S				
Geraldina Silva	T/s	T/s	T/s						
Geraldo M. Filho								T	
Germano Rigotto							T		T
Gil Soares					T	T	T	T	T

	1980	1981	1982	1983	1986	1988	1990	1993	1995
Gilberto Calderaro									T
Gilberto Mosmann			T	T					
Gilberto Mussi				T	S	T			
Gilberto Silva					T				
Giovanni Feltes					T			T	T/t
Glênio Magalhães			T						
Gleno Scherer								T	T
Grademir Chielle						S			
Guaracy Marinho					T	T			
Gustavo Prima						S			
Hélio Feltes									T
Hélio Musskopf								T	T
Hélio Souza S.			T	T/s					
Henrique Ebling								S	
Hermes Zanetti				T	T				
Hermetto A. e Silva					T			T	T
Hilário Braun						T		T	
Hilda de Souza							T		
Honório Orvalle							T	T	
Hugo Farra			T						
Humberto Chitto							T	T	
Iara Wortmann								T	T
Ibsen Pinheiro	T	T	T	T	T	T	T	T	T
Irajá Rodrigues	T	T	T	T	T	T	T	T	T
Irton Feller									S
Ivo Guimarães					T				
Ivo Lech						T			
Ivo Sprandel	T	T	T/s	T					
Jair Foscarini									T
Jandir Santolin									S
Jauri Oliveira	T	T		T	T				
Joamira Kaiser				T					
João Brusa Netto	T	T	T/t	T/t	T	T	T	T	T
João C. Bona Garcia					S	T	T	T/t	T/t
João C. Brum Torres					S			T	T
João C. Hofmann									T
João dos Santos Filho					T				
João G. L. Coelho				T	T				
João Huppés							S	S	S
João Martins						T			
João Miron Netto								S	
João Mocelin						T	T/s		
João Osório								T	T/t
João Pereira Neto				T	T				
João Rocha				S					
Joaquim Monks						S			
Joceleri Flores					S		S	T/t	T/s
Joel Maia						S			
Jorge Buchar								S	T
Jorge Cassina								T	
Jorge Lemanski						S			
Jorge Moojem					T				
Jorge Uequed						T			
José A. Reinelli				S					
José A. Martins								T	
José Braga					S				

	1980	1981	1982	1983	1986	1988	1990	1993	1995
José E. Pasquotto								T	T
José Fogaça	T	T	T	T	T	T	T	T	T
José Gonçalves	T	T							
José I. Sartori					T	T	T/t		
José L. Patela									S
José M. Silva						T			T
José P. Bisol				T	T	T			
José R. Bonsenbecker				S			S		
José Vargas						S			
Juan Pio Germano		T	T	T	T				
Juarez Lemos									S
Julio Rodrigues							T	T	
Jussara Cony					S				
Jussara Gauto	T	T							
Juvir Costela									T
Kleber Franzen	T/s	T/s				S	T	T/t	T/t
Laudemiro Dors						S			
Lauro Hagemann	T/s	T/s	T/s	T					
Lélio Souza	T	T	T	T	T/t	T/t	T/t	T/t	T/t
Leônidas Xausa	T	T	T/s	T			T	T	
Leopoldo Feldens								T	T
Lino Zardo			S						
Lucenir Pohlmann	T	T	T	T					
Ludgero Marques									S
Luis C. Madeira	T	T	T				T		
Luis R. Ponte						T	T	T	T/t
Luiz A. Krumel								T	T
Luiz A. Miranda				T/s	S				
Luiz C. Barbosa						T/s	T/s		
Luiz C. Benedetti								T	T
Luiz C. Mello				S					
Luiz F. Zachia								T/s	T/s
Luiz G. Freitas				S	S				
Luiz Kroetzig	T								
Luiz Marques							T/t		
Luiz O. Vieira					T/t				
Luiz Pompeu Costa				S	T	T/s			T/t
Luiz Queiroz								S	
Mallena Jane						S			
Manoel A. Rocha	S	S	S	S					
Manoel Macedo							S		
Marcelino Sobrinho									S
Marcelo Feltes						S			
Marco A. Zandonai				S					
Marco Alba								S	
Marco Pereira								T	T/t
Marcos Palombini	T	T		T	S		T	T	T
Mário Bernd Neto						T/s	T/s	T	
Mário Lima	T	T							
Mário Limberg						T		T	T
Mário Madureira						T/t	T		
Mauricio Tonolhe									T
Mauro Przeynski									S
Mendes Ribeiro						T	T	T	
Mendes Ribeiro Filho							T		T
Mercedes Rodrigues					T/t	T/t	T/t		

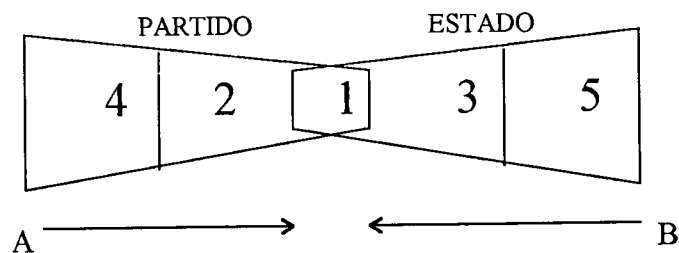
	1980	1981	1982	1983	1986	1988	1990	1993	1995
Milton C. Corrêa							T		
Moacir Silva							S	S	S
Nadir Brum							T		
Nair Tessaro						S			
Nei D. Amaral							S		
Neimar Duarte				T					
Nelson H. Filho									S
Nelson Jobim						T	T	T	
Nelson Proença								T/t	T
Nicéia Brasil	S	S	S					T	
Nilton Homercher								T	T
Norbeto Bonafim								T	
Norma Teston							T		
Odacir Klein				T/t	T	T	T	T	T
Odilon S. Lima	T	T	T						
Ofir V. Pinheiro						T/t	T		
Omar Ferri				T/s	T				
Oriovaldo Grecelle							S	S	
Ormuz Rivaldo				S					
Osmar Rodrigues									S
Osmar Terra						T	T	T	T
Osvaldo Lima								T	
Paulo Brossard	T	T	T	T	T	T			
Paulo Camino					T/t	T	T		
Paulo M. Reis						S			
Paulo Medeiros							S		
Paulo Mincaroni				T		T			
Paulo Nunes				T					
Paulo Odone	S	S	S					T/t	T
Paulo Petry	S	S	S						
Paulo Ritzel						T	T	T/t	
Paulo T. Vieira							T/s		
Paulo Vieira	S	S							
Paulo Ziulkosky	T/t	T/t			S	S			
Pedro A. Carvalho									S
Pedro E. Marmitt				S					
Pedro Godoy					T	S		T	T
Pedro Simon	T/t	T/t	T/t	T/t	T	T	T	T	T
Quintiliano Vieira					T	T	T		T
Rafael Bastos								S	
Regis Ferreti	S	S	S	S					
Rejane Carrion					T	T			
Ricardo Soares					T				
Ricardo Souza	T	T	T	T					
Roberto Argenta								S	T
Roberto Kunzel								T	
Romeu Kleckner							S		
Romulo Moojem					S	S			
Roni Corrêa							S		
Rsa Flores	T	T		T	T				
Rospide Neto	T/t	T/t	T	T	T	T	T	T	T
Rui C. Ostermann				T/t	T	T	T		
Rui D'Agostini	S	S							
Ruy Nedel				T	S	T			
Sanhotene Felice					T	T			
Sebastião Mello							T	T	

	1980	1981	1982	1983	1986	1988	1990	1993	1995
Sérgio Arnaud				T					T
Sérgio Zambiasi						T			
Siegfried Heuser	T/t	T/t	T/t	T	T				
Simésio Neto				T					
Sinval Guazzelli			T/t	T	T	T	T	T	T
Solismar Gonçalves	S	S							
Suimar Bressan							S	S	
Telmo Borba Magadan					T				
Tereza Carvalho	T/t	T/t	T/t	T/s					
Theodoro Thomas							T		
Valdir Schimit				T					
Valfridio Taborda						T	S		
Valmir Ferraro							T		
Valternei Ceolin								S	
Vanei Simon								S	
Velácio Stein					T				
Vicente Bogo						T			
Victório Trez				T	T	T			
Vinicius Pitágoras					T				
Virgílio Perius							S		
Volny Figueiró				T/s	T/s	T/s			
Waldir Walter	T/s	T/s		T/t	T	T	T	T	T
Waleska von Hoonholtz					T/s				
Walter Irber	T/s	T/s	T/s						
Walter Thompson				S					
Walter Troina	T/s	T/s	T/s			T			
Wenceslau Fontana	T	T	T	T					
Werner Becker				T	T				
Werner Rampel								S	
Wilson Branco									T
Wilson Cignachi					T	T	T/t	T	T/t
Wilson Vargas				T	T/t	T	T		
Wulmar Leites						S		T	T

T: titular do diretório regional, S: suplente do diretório regional, t: titular da comissão executiva, s: suplente da comissão executiva.

FONTE: PMDB-RS, TRE-RS.

ANEXO 3 - MODELO DA RELAÇÃO PARTIDO - ESTADO.

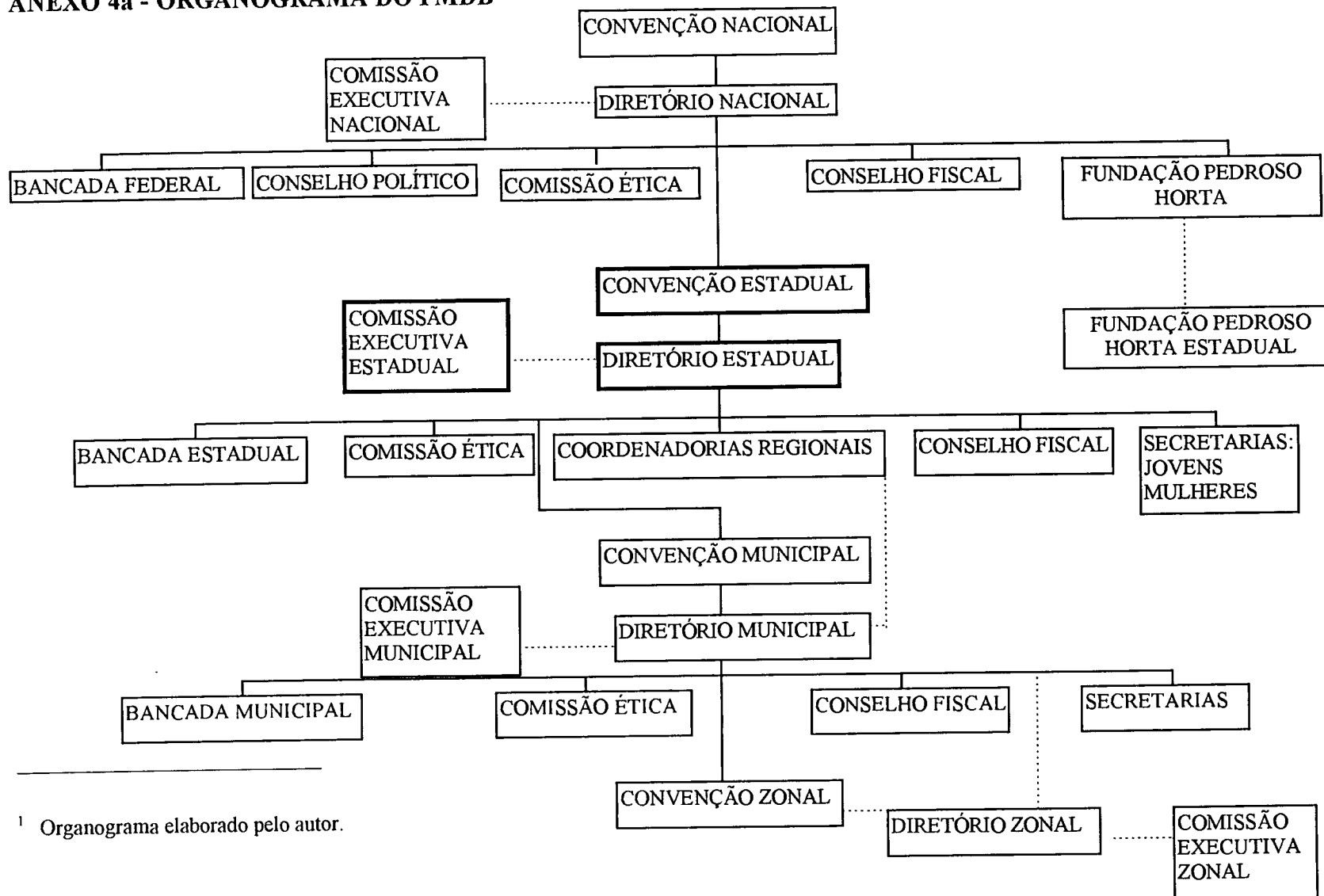


- 1- Membros da Comissão Executiva e do Estado.
- 2- Membros da Comissão Executiva e não do Estado.
- 3- Membros do Estado e não da Comissão Executiva, só do Diretório Regional.
- 4- Membros do só do Diretório Regional e não do Estado.
- 5- Membros só do Estado.

A - Primeiro no partido depois no Estado.

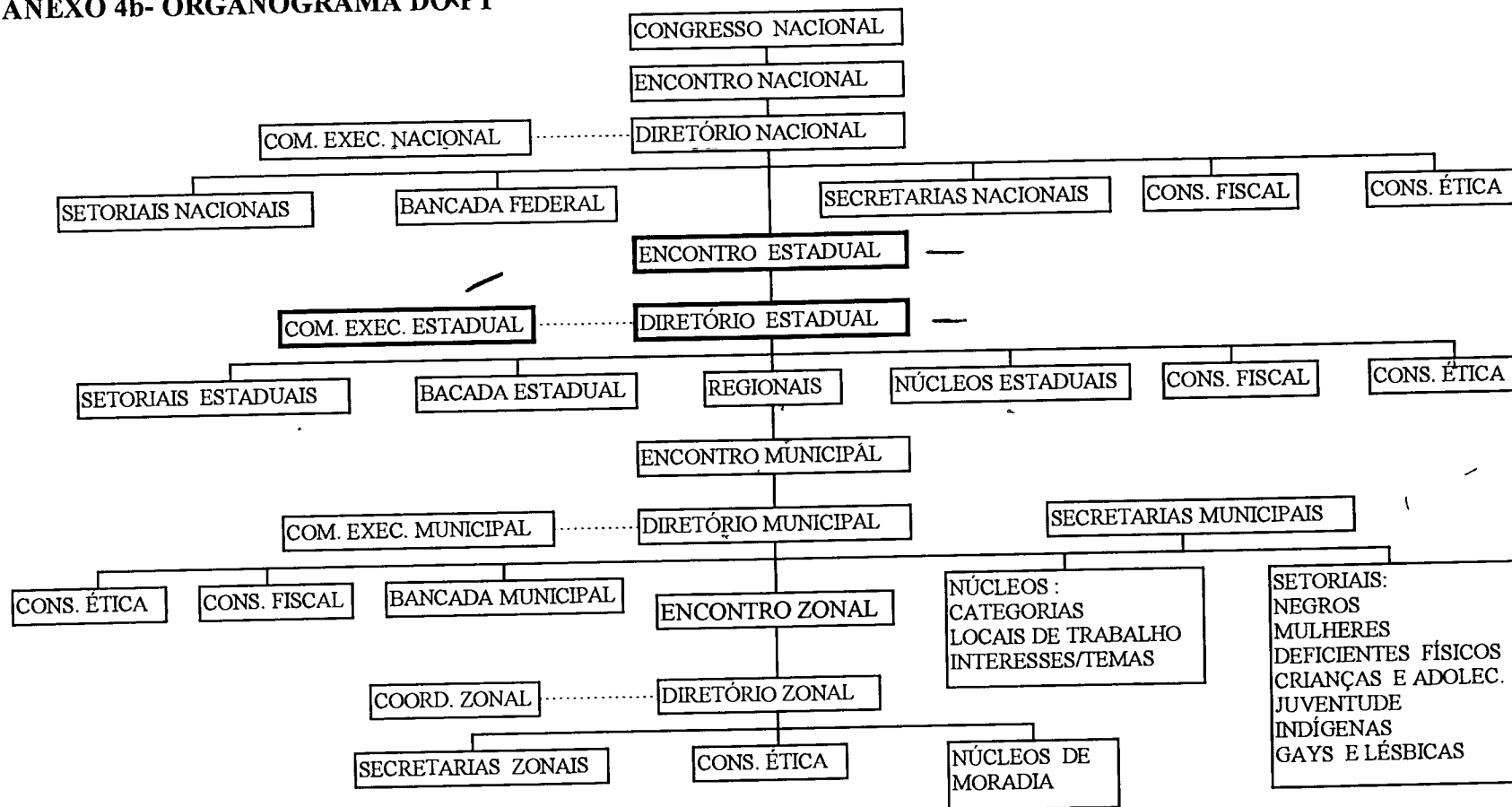
B - Primeiro no Estado depois no Partido.

ANEXO 4a - ORGANOGRAMA DO PMDB¹



¹ Organograma elaborado pelo autor.

ANEXO 4b- ORGANOGRAMA DOPT¹



¹ Organograma elaborado pelo autor.

ANEXO 5a - CANDIDATOS PELO PT-RS.

1982 CANDIDATOS DEP. FED.

- 1- Clovis Ilgenfrietz
- 2-Jose Clóvis Azevedo
- 3-Enid Backes
- 4-Adeli Sell
- 5-Paulo Tarso Carneiro
- 6-Walmor Wicteky
- 7-Lindomar O. Machado
- 8-Ernesto Cassol
- 9-Laura Maria de C. Silva
- 10-Luiz Gonzaga Machado
- 11-Firmino Trindade
- 12-Paulo Roberto Ferreira
- 13-Milton B. Fagundes

1982 CANDIDATOS DEP ESTADUAL

- 1-Selvino Heck
- 2-Nelson Sá
- 3-Antônio Losada
- 4-Clóvis Carneiro Oliveira
- 5-Cezar Alvarez
- 6-Miguel Rossetto
- 7-Ansêlio Brustolin
- 8-Adão Gonçalves
- 9-José L. Carneiro Cruz
- 10-Leonise Guimarães
- 11-Luiz Carlos C. Moraes
- 12-Lígia T. L. Simonian
- 13-Jairo Menegaz
- 14-Luiz Augusto Rodrigues
- 15-Ahmad Ali
- 16-Fernando Guaragua Martins
- 17-Ney Malgarin
- 18-Wilson Damasceno
- 19-Guarani Santos
- 20-Luiz Alberto Gisler
- 21-Celso Fernando Santos
- 22-João Claudio Couto
- 23-Humberto A. dos Santos
- 24-Osvaldo Ferreira

1986 CANDIDATOS DEP. FED

- 1- Adeli Sell
- 2- Aldo Bartinski
- 3- Ana Maria da S. Cafruni
- 4- Antônio Marangon
- 5- Antônio Wunsch
- 6- Carlos R. S. Borges
- 7- Cosme Roberto Machado
- 8- Doribio Grunevald
- 9- Edeimar Fisch
- 10- Elton L. de Oliveira
- 11- Flávio Brum Ruberti
- 12- Gilberto J. S. Vargas
- 13- Giovanni Gregol
- 14- Jorge A. da Silva
- 15- José Cesário F. Teixeira
- 16- José Clóvis Azevedo
- 17- Julieta Balestro
- 18- Luiz Gonzaga Machado
- 19- Marco Antônio P. Jesus
- 20- Maria Cecília Hypólito
- 21- Mario O. Pereira
- 22- Nilton Azevedo
- 23- Olivio Dutra
- 24- Paulo Paim
- 25- Roberto Silva Souza
- 26- Rubsnei F. Duarte
- 27- Tarso Genro
- 28- Waldemar Comunelli

1986 CANDIDATOS DEP. ESTADUAL

- 1- Adão Gonçalves
- 2- Adão Pretto
- 3- Adroaldo Corrêa
- 4- Aldacir Oliboni
- 5- Antônio Hohlfeldt
- 6- Antônio Losada
- 7- Antônio Pani Beiriz
- 8- Antônio Vicente Vieira
- 9- Carlos Salsano Vieira da Cunha
- 10- Cesar Augusto O. Bujes
- 11- Clovis Carneiro de Oliveira
- 12- Clóvis Ramos
- 13- Daniel Bordignon
- 14- Delmar Morschel
- 15- Edesson Bonorino Floriano
- 16- Firmo Trindade
- 17- Flávio dos Santos Silva
- 18- Geci Prates
- 19- Gert Schinke
- 20- Gilneu Fagundes
- 21- Jairo Silva
- 22- João Claudio Couto
- 23- José Fortunati
- 24- José Alvarenga
- 25- José Manzke
- 26- José L. Carneiro Cruz
- 27- José Nelmo Ten Caten
- 28- José T. Barbosa
- 29- Lires Kagami
- 30- Loir Figueiro
- 31- Lúcio Barcelos
- 32- Wilmar Serra
- 33- Waldemir Motta
- 34- Selvino Heck
- 35- Luiz Cezar Rosado
- 36- Luiz Teixeira
- 37- Marino Ledur
- 38- Mauro Brochier
- 39- Nelson Sá
- 40- Paulo Abreu
- 41- Paulo Lago
- 42- Paulo Gregory
- 43- Paulo Sérgio Santos
- 44- Raimundo Pedrosa
- 45- Raul Pont
- 46- Raul Johann
- 47- Rogério A. Heinen

1990 CANDIDATOS DEP FED

- 1- Paulo Paim
- 2- Adão Pretto
- 3- José Fortunati
- 4- Raul Pont
- 5- Waldomiro Fioravante
- 6- Clóvis Ilgenfrietz
- 7- Ubiratan Trindade
- 8- Alcindo Kempfer
- 9- Paulo Rigo
- 10- Dirceu Silva
- 11- Emilio D. Diniz
- 12- Ernestina Pereira
- 13- Sérgio Sardi
- 14- Júlio Garcia
- 15- Paulo Cezar Martins
- 16- Otavio M. Neto
- 17- João Machado d Santos
- 18- Sérgio Saraiva
- 19- José O. Garcez
- 20- Jorge Vidal dos Santos
- 21- Caleb Medeiros Oliveira
- 22- Orlando Ramos
- 23- Basileu Souto
- 24- José Luis Santos
- 25- Armindo Vítório Taschetto
- 26- Nilton Schimidt
- 27- Cláudio Gasparetto
- 28- Ruy Guimarães
- 29- Judith de V. Dzjobiginski

1990 CANDIDATOS DEP. ESTADUAL

- 1- Antônio Marangon
- 2- Marcos Rolim
- 3- Ivar Pavan
- 4- Luiz Carlos Casagrande
- 5- Flávio Koutzii
- 6- Gilberto Vargas
- 7- João Pedro Schmidt
- 8- Elvino Bohn Gass
- 9- Antônio Wunsch
- 10- Selvino Heck
- 11- Ronaldo Zulke
- 12- Luiz Mainardi
- 13- Paulo Egon
- 14- José Ten Caten
- 15- Jairo Jorge Silva
- 16- Flávio Coswig
- 17- Mario Gabardo
- 18- Lenir Marques
- 19- José Alvarenga
- 20- Renato Becker
- 21- Idalecio Moreira
- 22- Gert Schinke
- 23- Paulo Tarso Carneiro
- 24- Antônio Carlos Pontes
- 25- Luis F. Schmidt
- 26- Siderlei Oliveira
- 27- Giovani Hypólito
- 28- Maria Hypólito
- 29- Paulo Joel Leal
- 30- Marlova Finger
- 31- Marco Aurélio Spall Maia
- 32- Olga Araujo
- 33- Daniel Bordignon
- 34- Anita Lucas Oliveira
- 35- Adeli Sell
- 36- Jaime Martinez
- 37- Ahmad Ali
- 38- Lucio Barcelos
- 39- Estilac Xavier
- 40- Mario Cesar Soares
- 41- Angelo Sena
- 42- Jorge Zanarize
- 43- Paulo Graeff
- 44- José EneDir
- 45- Veríssimo Soares
- 46- Antônio Sanzi
- 47- João Navarro Costa
- 48- Jorge Roberto dos Santos
- 49- Glaucio Vieira
- 50- Antônio Soares Paz
- 51- José Carlos dos Santos
- 52- Julio Camisolão
- 53- Marcia C. da Silva

1994 CANDIDATOS DEP FED

- 1- Paulo Paim
- 2- José Fortunati
- 3- Esther Grossi
- 4- Adão Pretto
- 5- Waldomiro Fioravante
- 6- Miguel Rosseto
- 7- Luis Mainardi
- 8- Valdeci Oliveira
- 9- Clovis Ilgenfritz
- 10- Delmar Steffen
- 11- Ary Vanazzi
- 12- Selvino Heck
- 13- Milton Martins
- 14- Marlise
- 15- Maria Eulália
- 16- Nelmo Ten Caten
- 17- Raul Portanova
- 18- Albino Gewehr
- 19- Claudio Engelke
- 20- Romeu Biazus
- 21- Lino de David
- 22- Ademar Olsson
- 23- Roberto Ludwig
- 24- Guto Nadal
- 25- Schroder
- 26- Maria L. Jaeger
- 27- Marcos Linden
- 28- Marco Lisboa
- 29- Julieta Balestro
- 30- Odoni Zanon
- 31- Tarciso Paixão

1994 CANDIDATOS DEP ESTADUAL

- 1- Flávio Koutzii
- 2- Pepe Vargas
- 3- Marcos Rolim
- 4- José Gomes
- 5- Luis Carlos Casagrande
- 6- Elvino Bonh Gass
- 7- Luciana Genro
- 8- Antônio Marangon
- 9- Ivar Pavan
- 10- Dinarte Belato
- 11- Luis Schmidt
- 12- Edson Portilho
- 13- Cecilia
- 14- Daniel Bordignon
- 15- Saul Barbosa
- 16- Tereza Dalmaso
- 17- Nestor Schwetn
- 18- Decio Schauren
- 19- Antonio Machado
- 20- Waldy
- 21- Dirceu Lopes
- 22- Andre Beck
- 23- João Helio Pes
- 24- Krause
- 25- Guadagnin
- 26- Helena Bonumá
- 27- Deoni Pelizzari
- 28- Guilherme Barbosa
- 29- Marcos Fuhr
- 30- Sandra Fagundes
- 31- Eliseu Chaves
- 32- Alecio Bloss
- 33- Nedio Piran
- 34- Davi Olivcira
- 35- Ademir Pereira
- 36- Miki
- 37- Lucio Barcelos
- 38- Vilso de Souza
- 39- Silveira
- 40- Celso Alberici
- 41- Reginete Bispo
- 42- Denoir
- 43- Veber
- 44- Nei Sena
- 45- Arlindo Ribeiro
- 46- Frank Volcan
- 47- Valdemir Estran
- 48- João Couto
- 49- Idalia Martins
- 50- Lires Marques
- 51- Santana
- 52- Marioli Pereira
- 53- Renato Martinez
- 54- Regis Morcno
- 55- Otavio Neto

ANEXO 5b - CANDIDATOS PELO PMDB-RS

1982 CANDIDATOS DEP. FEDERAL

- 1-Antero Simões
- 2-Antônio R. Pinheiro Neto
- 3-Antônio Ony Nogueira
- 4-Avelino Capitani
- 5-Edir Oliveira
- 6-Egídio Schaditz
- 7-Erani Muller
- 8-Farydo Salomão
- 9-Hans Willelm
- 10-E. Zanetti
- 11-Ibsen Pinheiro
- 12-Idílio Sareti
- 13-Irajá Rodrigues
- 14-Ivo Guimarães
- 15-José P. Neto
- 16-Fogaça
- 17-Jussara Gauto
- 18-Lélio Souza
- 19-Lucenir Pollmann
- 20-Mário Aguiar Souza
- 21-Nilo Parmeggiani
- 22-Omar Ferri
- 23-Paulo Mincaroni
- 24-Paulo V. Aquino
- 25-Pedro Machado Ribeiro
- 26-Pottguam M. dos Santos
- 27-Regis Ferreti
- 28-Ricardo Baldino
- 29-Rômulo Brasil
- 30-Ruy Nedel
- 31-Sigfried Heuser
- 32-Silval Guazzelli
- 33-Vicente Passos
- 34-Aldo Fagundes
- 35-Rosa Flores
- 36-Eloar Guazzelli
- 37-Havy Alzico Sanu
- 38-Getúlio M. Brawm
- 39-João G. L. Coelho
- 40-Jorge Uequed
- 41-José B. Fragazani
- 42-Júlio Costamilan
- 43-Waldir Walter

1982 CANDIDATOS DEP. ESTADUAIS

- 1-Eugênio Ritzel
- 2-Algir Lorenzon
- 3-Ecléa Fernandes
- 4-C. Giacomazzi
- 5-F. Carrion Jr.
- 6-Hilário Braun
- 7-Rui Ostermann
- 8-C. Schirmer
- 9-Dorival C. Oliveira
- 10-Celso Testa
- 11-José Sartori
- 12-Germano Rigotto
- 13-José Bisol
- 14-Jauri Oliveira
- 15-Ivo Mainardi
- 16-Antenor Ferrari
- 17-A. Lorenzi
- 18-Caetano Peruchin
- 19-R. Rospide Netto
- 20-Hélio Musskopf
- 21-Nivaldo Soares
- 22- Gilberto Mussi
- 23- Guaraci Marinho
- 24- Gleno Scherer
- 25- Elygio Meneghetti
- 26- João Osório
- 27- Walter Troina
- 28- Paulo Ziulkoski
- 29- Arion Louzada
- 30- Adclmo Genro Filho
- 31- Lino Zardo
- 32- Gilson Lisboa
- 33- João Manoel Souza
- 34- Sanchotene Felice
- 35- Benito Izolan
- 36- Clovis Nogueira Silva
- 37- Cezar Busatto
- 38- Rudy Ritter
- 39- Paulo Teixeira
- 40- Marco Polo Mennet
- 41- Rogério Beylouni
- 42- Carlos Wienke
- 43- Paulo Camino
- 44- Sedenir Martins
- 45- Rui Barbosa Souza
- 46- Sadi Schwertd
- 47- Joaquim Moncks
- 48- Aramy Santolim
- 49- Jader Andara Rodrigues
- 50- Fernando Carbone
- 51- Fernando Guedes Canto
- 52- Davi de Oliveira
- 53- Jaime G. Homrich
- 54- Eliezer Pacheco
- 55- Maua Ferreira
- 56- Caetano Brum
- 57- Fredo Ebling Jr.
- 58- Adão de Castro
- 59- Remi Fuelber
- 60- Wilson Vargas
- 61- Sayão Lobato
- 62- Ardeney da Costa
- 63- Darcy Von Hoonholtz
- 64- Edi Girardi
- 65- Renato Shuzz

- 66- Antônio Messias
- 67- Pedro Arbues Alvarez
- 68- Geraldina Silva
- 69- Alcione Soares
- 70- Paulo Evangelista
- 71- Mauro Pare
- 72- Lenine Nequete
- 73- Helio Wolfrid
- 74- Mario Baldo
- 75- Joaquim de Lucena
- 76- Ary Corrêa
- 77- João Bassan
- 78- Pedro Alvarez

1986 CANDIDATOS DEP.
FEDERAIS

1-Mendes Ribeiro
2-A. Britto
3-Paulo Mincaroni
4-Ivo Lech
5-Hilário Braun
6-Lélio Souza
7-Ivo Mainardi
8-Zanetti
9-Ponte
10-Iraja Rodrigues
11-Jorge Uequet
12-Ibsen Pinheiro
13-Julio Costamilan
14-Ruy Nedel
15-V. Bogo
16-N. Jobin
17-Rospide Netto
18-A. Saldanha
19-Hélio Feltes
20-Harry Sauer
21-Silvino Marcon
22-Rogério Nonnenhacher
23-João P. Netto
24-Ivaldino Tasca
25-Nasser Bandeira
26-A. Augusto Fagundes
27-Alceu Moreira
28-Mercedes Basler
29-Aluizio Paraguassu
30-Jairo Andrade
31-Valter Jobim
32-Airto Ferronato
33-Flor Edison Silva
34-Caio Lustosa
35-Luiz Pompeu
36-Jorge G. Ravana
37-Adão Zanandrea
38-Flávio Ramos
39-Décio Freitas
40-Mauro Pare
41-Regina Dreyer
42-Jairo Souza
43-Feliciano Oliveira
44-Joel Santos
45-Amalia Manteli

1986 CANDIDATOS DEP.
ESTADUAIS

1-S. Zambiasi
2-G. Rigotto
3-Algir Lorenzon
4-Paulo Ritzel
5-C. Schirmer
6-R. Ostermann
7-Hilda Souza
8-Antenor Ferrari
9-Erani Muller
10-F. Carrion Jr.
11-A. Lorenzi
12-Gilberto Mussi
13-Gleno Scherer
14-A. Dexheimer
15-Jauri Oliveira
16-C. Picarelli
17-H. Muszkopf
18-Sanchotene F.
19-Ecléa Fernandes
20-José Daut
21-José Sartori
22-Roberto Kunzel
23-João Osório
24-Solon Tavares
25-Mário Limberger
26-Mário Madureira
27-Mendes R. Filho
28-Valdomiro Franco
29-Tito Lívio
30-Guaracy Marinho
31-Achyles Braghirolli
32-Joaquim Moncks
33-Bráulio Marques
34-Jussara Cony
35-Edir Oliveira
36-Hermetto Araujo
37-Sérgio Satt
38-Celso Pistol
39-Rui Ortiz
40-João M. Silva
41-Roberto Ferrari
42-Paulo Ziulkoski
43-Caetano Peruchin
44-Nardi Leichtweiss
45-Odilon Soares
46-Bonifácio Fregapani
47-Bruno Meyer
48-Elygio Meneghatti
49-Valmir Rosa
50-Hugo Amorim
51-João Vargas
52-Volnei Soares
53-Enio de Borba
54-André Forster
55-Mario F. Oliveira

56-Wilson Korb
57-Cláudio Graza
58-Celestino Valenzuela
59-Idenin Cecchin
60-Mario Bernd Neto
61-Carlos Wienke
62-Nayr Tesser
63-Norton Lavortti
64-Clóvis Brum
65-Luiz Braz
66-Regis Ferretti
67-Cezar Mantelli
68-Remi Fuelzer
69-Norma Teston
70-Valter Gomes
71-Obed Vargas
72-Luiz G. Freitas
73-Aldenev Caste
74-Cláudio Allen
75-Aldo Martins
76-Oswaldo Rodrigues
77-Cláudio Ferreira
78-Milton Mottini
79-Antônio Ferreira
80-Darci Filho

1990 CANDIDATOS DEP.
FEDERAIS

1-Jurandir P. Bonacina
2-Amair Benedetti
3-Adão Faraco
4-Antenor Ferrari
5-Lurdes Faviero
6-Mendes Ribeiro
7-Ibsen Pinheiro
8-Celso Souza Soares
9-Azileu Q. do C. Silva
10-Nelson Proença
11-Odacir Klein
12-Eudocio S. de Souza
13-Elias Lemes
14-Nelson Jobin
15-Lélio Souza
16-Irajá Rodrigues
17-Hilário Braun
18-Regina Dreyer
19-Bernardo Souza
20-Osmar Terra
21-Loreno Graeff
22-Cláudio Falcão
23-Ponte
24-Leopoldo Feldens
25-Dirceu Garcia
26-Carlos L. Teixeira
27-Getúlio Boscardin
28-Hélio Feltes
29-A. Saldanha
30-G. Rigotto
31-Ivo Mainardi
32-G. Mosmann
33-A. Britto

1990 CANDIDATOS DEP.
ESTADUAIS

1-Achyles Braghirolli
2-Luiz D. Kraetzig
3-José Manoel de Souza
4-R. Rospide Netto
5-A. Dexheimer
6-Vergílio Derius
7-Silvino Marcon
8-André I. Soares
9-Alexandre Britto
10-Edir Oliveira
11-C. Picarelli
12-Renato Oliveira
13-Carlos Knorr
14-Paulo Camino
15-Atalibio Foscarini
16-Athamagildo Fraga
17-Mercedes Rodrigues
18-R. Ostermann
19-Arno Carraro
20-José Ravara
21-Alceu Moreira Silva
22-Honório Ovale
23-Oswaldo N. Silva
24-Francisco Gutierrez
25-Erani Muller
26-Gilberto Mussi
27-C. Schirmer
28-João Osório
30-José Sartori
31-Antônio Maffi
32-Jurandir P. Campos
33-Claudionor Geigler
34-Valdomiro Franco
35-Pedro Machado
36-Gleno Scherer
37-Airto Ferronato
38-Antônio Augusto Silva
39-C. Giacomazzi
40-Antônio Fonseca
41-Ion Doria
42-Namir Jantsch
43-A. Lorenzi
44-Firmo Carneiro
45-Jairo Andrade
46-Milton Comasseto
47-Joaquim Moncks
48-Alfeu Zilio
49-Vilson Pessoa de Brum
50-Ladeniro Dors
51-Victório Trez
52-Bona Garcia
53-Feliciano Oliveira
54-Mario Madureira
55-Francisco Medeiros
56-Nasser Bandeira

57-Valdir Schmidt
58-Salvio Roma
59-Adão Prestes
60-Paulo Odone
61-Romeu Kloeckher
62-Quintiliano Vieira
63-Luiz Deibler
64-Rubens Rodrigues
65-Jocelei Flores
66-Aido Bertuol
67-Carlos Wienke
68-Mendes R. Filho
70-Hélio Musskopf
71-Roberto Kunzel
72-Idemir Cecchin
73-Sérgio Satt
74-Mário Limberger
75-Hilda de Souza
76-Dorval Marques

1994 CANDIDATOS DEP.
FEDERAIS

1-G. Rigotto
2-Nelson Proença
3-Odacir Klein
4-Darcísio Perondi
5-Paulo Ritzel
6-Mendes R. Filho
7-Eliseu Padilha
8-Wilson Cignachi
9-Wilson Branco
10-Ivo Mainardi
11-Boscardin
12-Ponte
13-Nelson Harter
14-Cláudio Canalis
15-José Asmuz
16-Paulo Mincaroni
17-Paulo Maurer
18-Clemor Balen
19-A. Saldanha
20-Fernado Henning
21-Frontino
22-Vilsomar Ribas
23-Aldo Moreira
24-Eri Medeiros
25-Celso Soares
26-Jocelei Flores
27-Carlos Ribeiro
28-Polibio Braga
30-José Alfredo
31-Luiz Ziulkoski
32-Pastor Jorge

1994 CANDIDATOS DEP.
ESTADUAIS

1-João Osório
2-Giovani Feltes
3-Antônio Barbedo
4-José Sartori
5-Jair Foscarini
6-Gleno Scherer
7-Alexandre Postal
8-Quintiliano Vieira
9-Cezar Busatto
10-Paulo Odone
11-A. Lorenzi
12-Mário Limberger
13-Ari Anunciação
14-Irton Feller
15-Gilberto Mussi
16-Alberto Oliveira
17-Generi Lipert
18-Silas Goulart
19-Hélio Musskupf
20-Roberto Kunzel
21-L. Fernando Zachia
22-Caio Jordão
23-Antenor Ferrari
24-Achylles Braghirolli
25-Caio Rocha
26-Dadi
27-Eduardo Leo
28-Castro
29-Kanan Buz
30- Jandir Santolin
31-Karnikowski
32-Adão Orlando
33-Adalim Medeiros
34-Paulo Emílio
35-Pedro Signor
36-Tomate Ivomar
37-Werner Rempel
38-Fernando Lemos
39-Antônio Krumel
40-Jarbas Tavares
41-Juares Lemos
42-Erani Muller
43-Jalmo Formari
44-Sérgio Jockyman
45-Wrana Panizi
46-Wagner Rodrigues
47-Calderaro
48-Eroni Carus
49-Jorge Dourado
50-Estivaleta
51-José Chaves
52-Edson Medeiros
53-Capitão Moacir
54-Eloi Rodrigues

ANEXO - 6a QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DO PT - JULHO/1995.

1- Nº DO QUESTIONÁRIO _____

2- ENTREVISTADOR _____

3- SEXO 1[] m 2[] f

4- IDADE _____

5- PROFISSÃO _____

6- DELEGADO DE QUE CIDADE _____

OUTRO CRITÉRIO _____

7- O SR(A) JÁ FOI DELEGADO ANTES?

1[] sim-----8-QUANTAS VEZES: _____
2[] não

9- A QUANTO TEMPO ESTÁ NO PT _____

10- O SR(A) É MEMBRO DE ALGUMA INSTÂNCIA DO PARTIDO?

1[] DN 2[] DR 3[] DM 4[] zonal
5[] núcleo

6[] só militante 7[] funcionário 8n/s
9n/r

11- EM QUE CARGO _____

12- O SR(A) JÁ PERTENCEU A ALGUMA INSTÂNCIA DO PT ANTES?

1[] sim-----13-QUAL _____
2[] não

14- O SR(A) OCUPA OU JÁ OCUPOU:

MANDATO [] ocupa _____

[] ocupou _____

CARGO [] ocupa _____

[] ocupou _____

[] nenhum [] n/r

15- O SR(A) JÁ CONCORREU PARA ALGUMA ELEIÇÃO(S)?

1[] sim-----16-QUAL(S) _____

17- QUANTAS VEZES _____

2[] não [] n/s [] n/r

18- O SR(A) PRETENDE CONCORRER PARA ALGUMA ELEIÇÃO?

1[] sim-----19-QUAL _____
2[] não [] n/s [] n/r

20- NA SUA OPINIÃO EXISTE ESPAÇO PARA O SR(A) CONCORRER PELO PT? (ELEIÇÃO)

1[] sim 2[] não
3[] depende do cargo pode _____

não pode _____

8[] n/s 9[] n/r

21- O SR(A) MILITA EM ALGUM MOVIMENTO SOCIAL ALÉM DO PARTIDÁRIO?

1[] sim-----22-QUAL _____
2[] não

23- NA SUA OPINIÃO EXISTE ESPAÇO PARA DISCUTIR-SE ESSE MOVIMENTO NO PT?

1[] sim-----24-QUAL/ESPAÇO _____

2[] não 8[] n/s 9[] n/r

25- O SR(A) MILITAVA EM ALGUM MOVIMENTO SOCIAL QUANDO ENTROU PARA O PT?

1[] sim 26- QUAL? _____

2[] não 8[] n/s 9[] n/r

27- NA SUA OPINIÃO, O PT DEVE PRIORIZAR A LUTA ELEITORAL OU A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.

1[] luta eleitoral 2[] luta dos movimentos sociais

3[] as duas---28-QUAL A MAIS IMPORTANTE: _____

4[] outras lutas _____

29- O SR(A) PERTENCE A ALGUMA TENDÊNCIA?

1[] sim 2[] não

30- QUAL _____

31- ALGUNS DELEGADOS AFIRMAM SER MUITO DIFÍCIL PERTENCER AO DR, OUTROS DELEGADOS AFIRMAM NÃO EXISTIREM IMPEDIMENTOS: NA SUA OPINIÃO?

1[] é muito difícil 2[] não há impedimentos
8[] n/s 9[]

n/r

32- NA SUA OPINIÃO O QUE É PRECISO PARA UM MILITANTE PODER OCUPAR O DR? _____

33- O SR(A) VAI VOTAR EM QUAL CANDIDATO A PRESIDÊNCIA DO PT?

1 [] Olívio Dutra 2[] Adeli Sell
8[] n/s 9[] n/r

3[] branco

34- E PARA O DR EM QUAL CHAPA O SR(A) VAI VOTAR?

35- O SR(A) PARTICIPOU DIRETAMENTE NA ELABORAÇÃO DE ALGUMA TESE?

1[] sim-----36. QUAL: _____

2[] não 8[] n/s 9[] n/r

37- O SR(A) JÁ PARTICIPOU NA ELABORAÇÃO DE ALGUMA TESE (ANTES)?

1[] sim 2[] não 8[] n/s 9[] n/r

38-ALGUMAS TESES FALAM SOBRE A FALTA DE COMPANHEIRISMO DENTRO DO PT, NA SUA OPINIÃO ISSO SE DEVE A QUÊ? _____

39- QUAL A SUA AVALIAÇÃO SOBRE A EXISTÊNCIAS DAS TENDÊNCIAS PARA A DEMOCRACIA DO PT? _____

40- NA SUA OPINIÃO, AS TENDÊNCIAS DEVEM PERMANECER? QUAL MUDANÇAS? _____

41- NA SUA OPINIÃO QUAIS AS PRINCIPAIS LIDERANÇAS DO PT NO RS? _____

42- NA SUA OPINIÃO QUEM MANDA NO PT DO RS? _____

43- QUAIS OS SEUS OBJETIVOS PESSOAIS NO PT? _____

44- NA SUA OPINIÃO QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DO PT DO RS? _____

45- NA SUA OPINIÃO O PT É UM PARTIDO SOCIALISTA?

1[] sim 2[] não 3[] mais ou menos 8[] n/s 9[] n/r

46- POR QUÊ? _____

47- NA SUA OPINIÃO O PT É UM PARTIDO DEMOCRÁTICO?

1[] sim 2[] não 3[] mais ou menos 8[] n/s 9[] n/r

48- POR QUÊ? _____

49- NA SUA OPINIÃO O QUE É DEMOCRACIA? _____

50- ALGUNS DIZEM QUE O PT É UM PARTIDO BUROCRATIZADO: O SR(A) CONCORDA COM ISSO?

1[] sim 2[] não 3[] mais ou menos 8[] n/s 9[] n/r

51- POR QUÊ? _____

ANEXO 6b - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA NA CONVENÇÃO ESTADUAL DO PMDB - 1995.

1-ENTREVISTADOR _____

2- SEXO 1[] m 2[] f

3- IDADE _____

4- PROFISSÃO _____

5- DELEGADO DE QUE CIDADE _____

6- O SR(A) JÁ FOI DELEGADO ANTES?

1[] sim qnd? _____
2[] não 9[] n/r

7- A QUANTO TEMPO ESTÁ NO PMDB _____

8- O SR(A) É MEMBRO DE ALGUMA INSTÂNCIA DO PARTIDO?

sim: 1[] DN 2[] DR 3[] DM 4[] ZONAL
5[] outro _____

não: 6[] funcionário: _____
7[] só militante 8[] n/s 9[] n/r
cargo _____

9- O SR(A) JÁ PERTENCEU A ALGUMA INSTÂNCIA DO PMDB (ANTES)?

1[] sim qual/qnd _____
2[] não _____

10- O SR(A) OCUPA OU JÁ OCUPOU:

MANDATO [] ocupa [] ocupou _____

CARGO [] ocupa [] ocupou _____

nenhum [] [] n/r

11- O SR(A) JÁ CONCORREU PARA ALGUMA ELEIÇÃO(S)?

[] sim nº vezes _____ para: _____
por qual part. _____ [] n/r
[] não

12- O SR(A) PRETENDE CONCORRER PARA ALGUMA ELEIÇÃO?

1[] sim para _____
2[] não 8[] n/s 9[] n/r

13- NA SUA OPINIÃO EXISTE ESPAÇO PARA O SR(A) CONCORRER PELO PMDB? (eleição)

1[] sim 2[] não
3[] depende do cargo pode _____
n pode _____
8[] n/s 9[] n/r

14- POR QUÊ? _____

15- O SR(A) MILITA EM ALGUM MOVIMENTO SOCIAL ALÉM DO PARTIDÁRIO?

1[] sim qual _____
2[] não 8[] n/s 9[] n/r

16- NA SUA OPINIÃO EXISTE ESPAÇO PARA DISCUTIR-SE ESSE MOVIMENTO NO PMDB?

1[] sim qual/espaço _____
2[] não 8[] n/s 9[] n/r

17- O SR(A) INTEGRA ALGUMA CHAPA PARA O DIRETÓRIO REGIONAL? 1[] sim 2[] não [] n/r

18- O SR(A) VAI VOTAR EM QUAL?

1[] situação 2[] oposição 8[] n/s 9[] n/r

19- POR QUÊ? _____

20- ALGUNS DELEGADOS AFIRMAM QUE É MUITO DIFÍCIL PERTENCER A UMA CHAPA AO DR, OUTROS DELEGADOS AFIRMAM QUE NÃO EXISTEM IMPEDIMENTOS: NA SUA OPINIÃO

1[] é muito difícil 2[] não existem impedimentos
8[] n/s 9[] n/r

21- NA SUA OPINIÃO O QUE É PRECISO PARA UM MILITANTE PODER OCUPAR O DR? _____

22- COMO O SR(A) PARTICIPOU DA ESCOLHA DO CANDIDATO A GOVERNADOR PELO PMDB?

1[] na convenção ou pré-convenção estadual
2[] na sua instância escolhendo o delegado à conv.

3[] apenas discutindo
4[] não participou
5[] de outra maneira _____
8[] n/s 9[] n/r

23- COMO O SR(A) PARTICIPOU DA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO?

1[] diretamente como _____
2[] indiretamente como _____
3[] de outra maneira _____
4[] não participou
8[] n/s 9[] n/r

24- NA SUA OPINIÃO QUAIS AS PRINCIPAIS LIDERANÇAS DO PMDB DO RS? _____

25- NA SUA OPINIÃO QUE TIPO DE LIDERANÇAS O PARTIDO DEVE TER? _____

26- NA SUA OPINIÃO QUEM MANDA NO PMDB DO RS? _____

27- NA SUA OPINIÃO QUEM DEVE DECIDIR A POLÍTICA DE CARGOS DO GOV.?

1 [] o PMDB 2 [] governo 3 [] coligação
8 [] n/s 9 [] n/r

28- NA SUA OPINIÃO QUEM TEM DECIDIDO?

1 [] o PMDB 2 [] governo 3 [] coligação
8 [] n/s 9 [] n/r

29- O SR(A) PARTICIPOU DE ALGUMA DECISÃO DO GOVERNO BRITTO?

1 [] sim qual _____ como _____
2 [] não 8 [] n/s 9 [] n/r

30- O SR(A) ACHA CORRETA A POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE CARGOS DO GOV.?

1 [] sim 2 [] não 8 [] n/s 9 [] n/r

31- POR QUÊ? _____

32- QUAL A SUA OPINIÃO SOBRE A POLÍTICA DE SAÚDE DO GOV. BRITTO? _____ [] n/r

33- QUAL A SUA OPINIÃO SOBRE A POLÍTICA RURAL DO GOVERNO BRITTO? _____ [] n/r

34- QUAIS SÃO OS SEUS OBJETIVOS PESSOAIS NO PMDB? _____

35- NA SUA OPINIÃO QUAIS OS OBJETIVOS DO PMDB? _____

36- NA SUA OPINIÃO: O QUE É DEMOCRACIA? _____

37- NA SUA OPINIÃO O PMDB É UM PARTIDO DEMOCRÁTICO? _____

38- POR QUÊ? _____

39- NA SUA OPINIÃO O PMDB É A FAVOR OU CONTRA O ATUAL SISTEMA PARTIDÁRIO-ELEITORAL?

1 [] a favor 2 [] contra
3 [] mais ou menos _____
8 [] n/s 9 [] n/r

40- POR QUÊ? _____

41- NA SUA OPINIÃO QUAIS AS PRINCIPAIS MUDANÇAS QUE O PMDB DEVE PROPOR PARA O RIO GRANDE?

42- ALGUNS DIZEM QUE O PMDB É UM PARTIDO OLIGARQUIZADO. O SR(A) CONCORDA COM ISSO?

1 [] concorda
2 [] concorda em parte
3 [] discorda 8 [] n/s 9 [] n/r

43- POR QUÊ? _____

44- ALGUNS DELEGADOS AFIRMAM ESTAREM INSATISFEITOS COM A POLÍTICA DE CARGOS DO GOV., OUTROS AFIRMAM ESTAREM SATISFEITOS: NA SUA OPINIÃO?

1 [] existe insatisfação com a política de cargos
2 [] satisfação com a política de cargos 8 [] n/s 9 [] n/r

45- ALGUNS DIZEM QUE OS MILITANTES DO PMDB SÓ MILITAM PELA POSSIBILIDADE DE OCUPAREM CARGOS. O SR(A) CONCORDA COM ISSO?

1 [] concorda 2 [] concorda em parte
3 [] não concorda 8 [] n/s 9 [] n/r

46- POR QUÊ? _____

47- DATA _____

48- N° DO QUESTIONÁRIO _____

49- PARTIDO _____

50- REAÇÃO DO ENTREVISTADO _____

ANEXO 7- DOCUMENTOS DO PT

Tese de Lins (24/01/1979):

- Contra o que lutar: o capitalismo, lucro, ditadura.
- Pelo que lutar: *democracia operária*, melhores condições de vida.
- Como PT: partido dos trabalhadores e independente dos patrões.

Carta de Princípios (01/5/1979):

- Contra o que lutar: lucro, sociedade de exploradores.
- Pelo que lutar: *democracia direta*, governo dos trabalhadores, fim da exploração, *socialismo democrático*.
- Como PT: sem patrões, sem elites.

Declaração política (13/10/1979):

- Contra o que lutar: exploração.
- Pelo que lutar: transformação da ordem econômica, social e política; poder nas mãos dos trabalhadores.
- Como PT: organização democrática, militantes só por núcleos em que participa (por local de trabalho, moradia ou categoria/ 21 membros).

Manifesto (1980 e 1986):

- Contra o que lutar: ditadura, exploração.
- Pelo que lutar: construir sociedade sob o interesse dos trabalhadores e dos demais setores explorados, volta da cidadania, direitos civis e políticos, *democracia plena exercida pelas massas*, governo.
- Como PT: aberto, amplo, independente.

Discurso de Lula em 1981:

- Pelo que lutar: *socialismo como obra dos trabalhadores*, democracia, liberdade sindical.
- Como PT: partido da classe trabalhadora, independente.

Projeto Político (1983):

- Contra o que lutar: exploração.
- Pelo que lutar: transformar a sociedade (estrutura), mas sem repressão para socialismo, luta popular e institucional.

Resoluções do V EN (1987):

- Pelo que lutar: *socialismo* (objetivo estratégico); conselhos populares, *democracia* (*livre organização, liberdade sindical partidária, pluralidade*).
- Como PT: núcleos para formação política (mas com poder de decisão), tendências (permite grupos mas só internos, só de opinião), proporcionalidade (não pelos partidos dentro do PT).

Resoluções do VII EN (1990):

- Contra o que lutar: capitalismo.
- Pelo que lutar: *socialismo, democracia, pluralismo* (ideológico, cultural), propriedade social.
- Como PT: crítica do crescimento do PT e o não acompanhamento da estrutura; núcleos pouco poder e ação; imprensa fraca; tendências não podem oligarquizar o poder; parlamentares não podem tomar o poder.

Resoluções do I Congresso (1991):

- Pelo que lutar: *socialismo* (*nem social-democrata nem stalinista*); sociedade libertária e democrática (socialismo democrático), não ditadura do proletariado, pluralismo, *Estado de Direito Socialista*.
- Como PT: mais divisão de poder, não tanto verticalismo; núcleos (mais poder de deliberação); tendências (ruim para os que não são), grupos apenas internos, de opinião; novo critério para a tirada de delegados (setorias, avulsos, núcleos, chapas); 30% de mulheres na direção.

ANEXO 8 - DEPUTADOS FEDERAIS E ESTADUAIS DE ANTES DE 1982 E QUE PERTENCERAM OU PERTENCEM AO DR E CE DO PMDB.

1954	1958	1962	1966	1970	1974	1978
DF ---	DF Wilson Vargas (PTB) Paulo Brossard (PL)	DF Paulo Mincaroni (PTB) Armando Temperani Pereira (PTB)	DF Paulo Brossard (MDB)	DF ---	SEN Paulo Brossard (MDB)	SEN Pedro Simon (MDB)
DE Paulo Brossard (PL) Wilson Vargas (PTB) Siegfried Heuser (PTB) Paulo Mincaroni (PTB) Armando Temperani Pereira (PTB)	DF Sinval Guazzelli (UDN) Paulo Mincaroni (PTB) DE Siegfried Heuser (PTB) DE Siegfried Heuser (PTB) Carlos da Silva Santos (PTB)	DE Wilson Vargas (PTB) Siegfried Heuser (PTB) João Brusa Neto (PTB) Pedro Simon (PTB)	DE Pedro Simon (MDB) Ivo Sprandel (MDB) João Brusa Neto (MDB) Carlos da Silva Santos (MDB) Lauro Hagemann (MDB) Lino Zardo (MDB) Antônio Rosa Flores (MDB)	DE Pedro Simon (MDB) Antônio Rosa Flores (MDB) Lino Zardo (MDB) Nivaldo Soares (MDB) Carlos Giacomazzi (MDB) Waldir Walter (MDB) Ivo Sprandel (MDB) Rospide Netto (MDB) Carlos da Silva Santos (MDB) Lélio Sousa (MDB)	DF Antônio Rosa Flores (MDB) Carlos da Silva Santos (MDB) João Gilberto L. Coelho (MDB) Jorge Ueque (MDB) Odacir Klein (MDB) DE Pedro Simon (MDB) Lélio Souza (MDB) Carlos Giacomazzi (MDB) Cézar Schirmer (MDB) Lino Zardo (MDB) Ivo Sprandel (MDB) Nivaldo Soares (MDB) Waldir Walter (MDB) Rospide Netto (MDB) Algir Lorenzon (MDB) Júlio Costamilan (MDB) Walter Troina (MDB) Caetano Peruchin (MDB) Victório Trez (MDB) Eligio Meneghatti (MDB)	DF Antônio Rosa Flores (MDB) Wadir Walter (MDB) Júlio Costamilan (MDB) João Gilberto L. Coelho (MDB) Odacir Klein (MDB) Jorge Ueque (MDB) Carlos da Silva Santos (MDB) DE José Fogaça (MDB) Carlos Giacomazzi (MDB) Lélio Souza (MDB) Ibsen Pinheiro (MDB) Cézar Schirmer (MDB) Elygio Meneghatti (MDB) Victório Trez (MDB) Rospide Netto (MDB) Nivaldo Soares (MDB) Caetano Peruchin (MDB) Antenor Ferrari (MDB) Walter Troina (MDB) Ivo Mainard (MDB)

BIBLIOGRAFIA

ALBERONI, Ettore. **Mosca y la formación del elitismo político contemporáneo**. México: Fondo de Cultura, 1992.

AZEVEDO, Clóvis Bueno de. **Leninismo e social-democracia: uma investigação sobre o projeto político do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: USP/Tese de Mestrado, 1991.

_____. **A estrela partida ao meio**. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

BAQUERO, Marcelo. **Reflexões sobre a gênese dos partidos políticos na América Latina: abordagem histórica**. Porto Alegre: UFRGS/PPG-Ciência Política, 1989a.

_____. **Os partidos políticos na América Latina: é a oligarquia inevitável?** Porto Alegre: UFRGS/PPG-Ciência Política, 1989b.

BARACHO, Alfredo. Teoria geral dos partidos políticos. In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, nº 50, julho, 1980.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BOBBIO, Norberto. Quais as alternativas para a democracia representativa? In: BOBBIO, N. (et al) **O marxismo e o estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Liberalismo e democracia**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BODEA, Michel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

BOSCHI, Renato, DINIZ, Eli. A consolidação democrática no Brasil: atores políticos, processos sociais e intermediação de interesses. In: DINIZ, E. (org). **Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da Nova República**. São Paulo: Vértice, 1989.

BROSSARD, Paulo. **É hora de mudar**. Porto Alegre: L&PM, 1977.

_____. **A extinção do MDB e a linguagem presidencial**. Brasília, Senado Federal, 1979.

CAMPOS, Edmundo. **Sociologia da burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

- CERRONI, Umberto. Para una teoria del partido político. In: CERRONI, U. et al. **Teoria marxista del partido político**. 3 ed. Córdoba, Argentina: Ed. Pasado y Presente, 1973.
- CHARLOT, Jean. **Os partidos políticos**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- CHICOLTE, Ronald H. **Partido Comunista Brasileiro**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- COELHO, João Gilberto Lucas. **Avaliação do texto e perfil dos constituintes**. Rio de Janeiro: INESC/Révan, 1989.
- CONSTITUINTE POR DENTRO, A. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do RS, 1989.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1994.
- _____. **Democracia e socialismo: questões de princípio & contexto brasileiro**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 51).
- COUTO, Cláudio. **O desafio de ser governo: o PT na Prefeitura de São Paulo, 1989/1992**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- DAHL, Robert. Uma crítica ao modelo de elite dirigente. In: AMORIM, Maria S. (org). **Sociologia Política II**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1970. p. 90-100.
- DE LA MORA, Gonzalo Fernandez. La oligarquia, forma transcendental de gobierno. México: **Revista Mexicana de Sociologia**, s/d.
- DINIZ, Eli. Transição, partidos e regimes políticos: algumas considerações. In: DINIZ, E. (org) **Continuidade e mudança no Brasil da Nova República**. São Paulo: Vértice, 1989.
- _____. **Voto e máquina política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- DUVERGER, Maurice. **Los partidos políticos**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1990.
- _____. **Os laranjais do lago Balaton**. Brasília: Ed. UnB, 1982.
- FERNANDES, Florestan. **Pensamento em ação: o PT e os rumos do socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. **O PT em movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1991.

- FERREIRA, Denise Paiva. **Oposição e transição democrática - a estratégia peemedebista nas eleições de 1982**. Porto Alegre: PPG- Ciência Política/UFGRS, 1991.
- FLEISCHER, David V. (org). **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1981.
- FORTUNATI, José. **Debate propositivo**. Brasília: Câmara Federal, 1995.
- GADOTTI, Moacir, PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT: origens, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Cortez, 1989.
- GARCIA, Fernando Coutinho. **Partidos políticos e a teoria da organização**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- GENRO F^o, Adelmo. **Contra o socialismo legalista**. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- GENRO, Tarso. **Política e Modernidade**. Porto Alegre: Tchê, 1990.
- _____. **Na construção da pré-história**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1992.
- _____. **Utopia possível**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995. 2ª ed.
- GOENDER, Jacob. Da revolução russa à crise mundial. In: COGGIOLA, O (org). **História e crise contemporânea**. São Paulo: Edições Pulsar, 1994.
- GRACIA, Jaime F. Cárdenas. **Crisis de legitimidad y democracia interna de los partidos políticos**. 1ª ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978a.
- GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978b.
- GURGEL, Claudio. **Estrelas e borboletas; origens e questões de um partido a caminho do poder**. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.
- HARNECKER, Marta. **O sonho era possível**. São Paulo: MEPLA/Casa América Livre, 1995.
- HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HIRSCHMAN, Albert. **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- HIRST, Paul. **A democracia representativa e seus limites**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

KECK, Margaret E. **PT - a lógica da diferença**. São Paulo: Ática, 1991.

KINZO, Maria D'Alva Gil. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB: 1966-1979**. São Paulo: Vértice, 1988.

LAMOUNIER, Bolívar, KINZO, Maria D'Alva Gil. **Partidos políticos, representação e processo eleitoral no Brasil, 1945-1978**. BIB nº 5.

LAMOUNIER, Bolívar, MENEGUELLO, Rachel. **Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAMOUNIER, Bolívar. "O Brasil autoritário revisado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, Alfred (org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 83-136.

_____. **Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90**. São Paulo: Loyola, 1989.

LASSWELL, Harold e LERNER, Daniel. **As elites revolucionárias**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

LECHNER, Norbert. Os novos perfis da política. In: BAQUERO, M (org). **Cultura política e democracia: os desafios das sociedades contemporâneas**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994.

LÊNIN, V. I. **Obras escolhidas**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1980. 3 vol.

LIMA JR, Olavo Brasil de (et al). **A produção brasileira recente sobre partidos, eleições e comportamento político: balanço bibliográfico**. Rio de Janeiro: BIB nº 34, 1992.

LIMA JR. Olavo Brasil de. **Democracia e instituições políticas: no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Loyola, 1993. (Coleção Temas Brasileiros).

LUKÁCS, György. **O pensamento de lenine**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1975.

_____. Notas metodológicas sobre a questão da organização. In: **História e consciência de classe**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elfo, 1989.

LUXEMBURG, Rosa. **A revolução russa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

_____. Questões de organização da social-democracia russa (1904). In: **Centralismo Democrático**. Coimbra: Centelha, 1979.

MANDEL, Ernest. **A teoria leninista da organização**. São Paulo: Ed. Aparte, 1984.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Lisboa: Editorial Presença, 1983.

- MARX, Karl, ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1990.
- _____. **Obras escolhidas**. vol 2. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.
- MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido, 1979-1982**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MERTON, Robert K. **Teoría y estructura sociales**. 3ª ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Ed. UNB, 1982.
- _____. **Les partis politiques: essai sur tendances oligarchiques des démocraties**. Paris: Flammarion, 1971.
- MOSCA, Gaetano. **La classe política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- OFFE, Claus. A democracia partidária competitiva e o Welfare State keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização. In: **DADOS**, vol. 26, nº 1, 1983.
- OFFE, Claus e RONGE, Volker. Teses sobre a fundamentação do conceito de Estado Capitalista e sobre a pesquisa política de orientação materialista. In: **Problemas estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. **Trabalho e política: as origens do Partido dos Trabalhadores**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1988.
- PARETO, Vilfredo. **Traité de sociologie générale**. Paris: Payot, 1933.
- PERFIL PARLAMENTAR BRASILEIRO. **Revista ISTO É/SENHOR**, Ed. Três, 1991.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- PINTO, Celi Regina Jardim. **Positivismo - um projeto político alternativo**. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- PONT, Raul. **Da crítica ao populismo à construção do PT**. Porto Alegre: Seriema, 1985.
- _____. **Breve história do PT**. Brasília: Congresso Nacional, 1991.
- PRZEWORSKI, Adam. **Democracia e mercado: reformas políticas e econômicas na Europa Oriental e na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

- _____. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- REIS, Fábio Wanderley. Partidos, ideologia e consolidação democrática. In: REIS, F. W. (org). **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Vértice, 1988.
- _____. Para pensar transições - democracia, mercado, Estado. In: **Novos Estudos Cebrap**, nº 30, julho 1991.
- ROCHA, Maria da Consolação. A tentação autoritária. **Em Tempo**, abril 1996. p.8
- RODRIGUES, Lêoncio Martins. **Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política**. São Paulo: Ática, 1990.
- ROLIM, Marcos. O debate sobre as tendências e as tendências do debate. in: **Praxis**. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- _____. **PT: um partido de interlocução**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, s/d.
- _____. **O PT e a conjuntura: roteiro para um debate**. Porto Alegre: mimeo, 1993.
- _____. **Discursos e textos selecionados**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 1994.
- _____. **O PT diante do mundo contemporâneo: teses para um PT amplo e democrático**. Porto Alegre: mimeo, 1995.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, Emir (org). **E agora PT: caráter e identidade**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília: UNB/Zahar Ed., 1982.
- _____. **Teoria democrática**. Rio de Janeiro: Ed. Fondo de Cultura, s/d.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. O século de Michels: competição oligopólica, lógica autoritária e transição na América Latina. in: **DADOS**. RJ: vol. 28, nº 3, 1985.
- _____. **Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira**. São Paulo: Vértice, 1987.

- SCHERER-WARREN, Ilse, KRISCHKE, Paulo J. (et al). **Uma revolução no cotidiano**: os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SCHONFELD, Willian R. La satabilité des dirigeants des partis politiques. in: **Revue Française de Science Politique**. Paris, v. 30, n° 3, jun. 1980.
- _____. La stabilité des dirigeants des partis politiques: la théorie de l'oligarchie de Robert Michels. in: **Revue Française de Science Politique**. Paris, v. 30, n° 4, p.847-866, ago. 1980b.
- SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Colégio eleitoral, convenções partidárias e eleições diretas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na primeira república. In: MOTA, Guilherme. (org). **Brasil em perspectiva**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- TRAGTENBERG, Maurício (org). **Maxismo heterodoxo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- UNGER, Roberto Mangabeira. **A alternativa transformadora: como democratizar o Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1990.
- VANNUCHI, Paulo. Adeus às armas. In: **Teoria e Debate**, n° 11, jul/ago/set, 1990.
- VOIGT, Léo. **A formação do PT: esboço de reconstrução histórica**. Porto Alegre, PPG Ciência Política/UFRGS, 1990.
- WEBER, Henri. **Marxismo e consciência de classe**. Portugal: Moraes Ed., 1977.
- WEBER, Max. **Economia y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1969.
- WEFFORT, Francisco (org). **PT: um projeto para o Brasil: seminário realizado em São Paulo nos dias 15 e 16 de abril de 1989**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ZAIDAN FILHO, Michel. **O PCB e a internacional comunista (1922-1929)**. São Paulo: Vértice, 1988.
- ZUCKERMAN, Alan. **Elite política: lições de Mosca e Pareto**. Brasília: UNB, textos de aula, s/d (estudo de 1975).

BOLETINS

Do PT:

- BOLETIM NACIONAL - nº 19, 25, 29, 33, 46, 50.
- LINHA DIRETA (PT-RS) - nº 31, 56.
- BOLETIM DO DM DE PORTO ALEGRE - nº 5, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 21,
- CADERNOS DO DM DE PORTO ALEGRE - nº 1, 2, 3, 6, 8.

DOCUMENTOS

Do PT:

- TESE DE LINS (24/1/1979).
- CARTA DE PRINCÍPIOS (01/5/1979).
- DECLARAÇÃO POLÍTICA (13/10/1979).
- MANIFESTO (1980-1986).
- DISCURSO DE LULA 1ª CONVENÇÃO (1981).
- PROJETO POLÍTICO (1983).
- RESOLUÇÕES DO V ENCONTRO NACIONAL (1987).
- RESOLUÇÕES DO VI ENCONTRO NACIONAL (1988).
- RESOLUÇÕES DO VII ENCONTRO NACIONAL (1990).
- RESOLUÇÕES DO 1º CONGRESSO DO PT (1991).
- RESOLUÇÕES DO VIII ENCONTRO NACIONAL DO PT (1993).
- TESES PARA O VII ENCONTRO NACIONAL (1990).
- TESES PARA O 1º CONGRESSO DO PT (1991).
- TESES PARA O XI ENCONTRO ESTADUAL DO PT (1995).

- TESES PARA O ENCONTRO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (1993).
- PROGRAMA, MANIFESTO E ESTATUTO DO PT (1981).
- REGIMENTO GERAL DO PT.
- PROPOSTA DE ESTATUTO (1995).

Do PMDB:

- MANIFESTO DO PMDB AOS FUNDADORES DA NAÇÃO (1980).
- PROJETO ESPERANÇA E MUDANÇA.
- PROJETO EMERGÊNCIA.
- A TRAVESSIA - PROMUNCIAMENTO DO DEPUTADO ULYSSIS GUIMARÃES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 1983.
- CARTA DE BRASÍLIA - DO PMDB NACIONAL, 1992.
- DEMOCRACIA COM DESENVOLVIMENTO, NOVO PROGRAMA DOCTRINÁRIO DO PMDB (1994).
- ESTATUTO DO PMDB (1993).
- 1º CONGRESSO ESTADUAL DO PMDB/RS (1987).

JORNAIS

Do PT:

EM PEMPO (DS) - nº 18, 22, 26, 27, 30, 34, 43, 44, 46, 50, 53, 54, 59, 61, 62, 65, 66, 67, 77, 79, 82, 84, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 96, 97, 99, 101, 102, 104, 105, 107, 108, 109, 112, 115, 117, 118, 120, 121, 123, 124, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 141, 142, 143, 145, 147, 148, 149, 152, 178, 182, 183, 186, 188, 195, 208, 209, 222, 223, 267, 269, 283, 284, 286, 287.

COMPANHEIRO (MEP) - nº 30, 55, 56.

CONVERGÊNCIA SOCIALISTA - nº 37.

TRABALHO (TRB) - nº 0, 1, 17, 30, 37, 52, 69, 110, 118, 196, 197, 216, 220.

TRIBUNA INTERNACIONAL (TRB) - nº 2, 3.

UTOPIA - nº 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11.

BRASIL AGORA - nº50, 52, 54, 55, 56, 58, 59, 61, 66, 69, 72.

Do PMDB:

COMPANHEIRO - nº 1, 2

JORNAL DO DM DE PORTO ALEGRE - nº 2, 3

JORNAL DA JUVENTUDE DO PMDB

Outros:

FOLHA DA TARDE - dia 09/11/1983.

GAZETA MERCANTIL - dia 18/01/1986, 24/01/1986, 28/01/1986.

JORNAL DO BRASIL - dia 26/01/1986,

JORNAL DO COMÉRCIO - dia 27/01/1986,

MOVIMENTO - nº 215, 216, 217, 232, 234, 236, 273, 276, 334.

TRIBUNA NA LUTA OPERÁRIA (PCdoB) - nº 9

VERMELHO E BRANCO - nº 19.

VOZ DA UNIDADE (PCB) - nº 95, 108, 113, 132, 182, 181.

ZERO HORA - dia 2/12/1983, 5/12/1983, 29/12/1985, 12/01/1986, 22/01/1986,
05/03/1986, 06/03/1986, 11/04/1988, 12/04/1988, 16/4/1988,
18/04/1988, 19/04/1988, 28/04/1988, 01/05/1988, 02/05/1988,
05/05/1988, 08/05/1988, 09/05/1988, 24/04/1994, 09/10/1994,
23/07/1995, 11/02/1996, 12/03/1996

REVISTAS

Do PT:

BRASIL REVOLUCIONÁRIO (BS) - nº 8, 19.

TEORIA E DEBATE (PT-SP) - nº 1, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 20,
21, 26, 27.

CONTEXTOS, Revista da Zonal 111 do PT de Porto Alegre - nº 7.

Do PMDB:

REVISTA DO PMDB - nº 1, 4, 5.

Outras:

PRESENÇA - nº 1, 3.

TEORIA E POLÍTICA - nº 5/6.

PRAXIS - nº 5.

OUTROS

CADERNOS EM TEMPO (DS) - nº 1.

CADERNOS DA DEMOCRACIA SOCIALISTA - vol. V, VII.

DOCUMENTOS BÁSICOS DA ARTICULAÇÃO DOS 113 (JUNHO/1983).

A LUTA DE CLASSES (OSI) - nº 8, 10.

CADERNOS DE TEORIA E DEBATE: O PT E O MARXISMO, 1991.

Manifesto aos petistas, Documento do CED, 1995.

Resoluções da I Conferência Nacional do MTM do PT, 1991.

CADERNO DE FORMAÇÃO POLÍTICA DO PT NACIONAL, nº 1, 1993.

O TRABALHO, Caderno 5: As frentes populares, 1986.

Reconstruir a utopia socialista, documento do CCS do PT, 1995.

DOCUMENTO DA TEORIA E DEBATE, 1994.

Bases para o debate popular de uma proposta de ação governamental - PMDB, vamos governar juntos, 1981.

O MDB se aproximando do futuro, MDB-RS, 1975.

MDB em ação nos comícios, rádio e televisão: *Democracia com desenvolvimento e justiça social*. CEN do DN do PMDB, 1974.

Manifesto da Chapa Alternativa à Convenção Estadual do PMDB em 1995.